

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO

JOVIR VICENTINI ESSER

VILAS RURAIS: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO E SEU
IMPACTO NA VIDA DOS TRABALHADORES RURAIS VOLANTES

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. YONISSA M. WADI

TOLEDO

2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO

JOVIR VICENTINI ESSER

VILAS RURAIS: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO E SEU
IMPACTO NA VIDA DOS TRABALHADORES RURAIS VOLANTES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional & Agronegócio, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo.
Orientadora: Prof^a. Dr^a Yonissa M. Wadi.

TOLEDO

2005

Ficha catalográfica
Elaborada pela Biblioteca Central do Campus de Cascavel - Unioeste

E82v Esser, Jovir Vicentini
 Vilas Rurais: uma política pública de desenvolvimento e seu impacto
 na vida dos trabalhadores rurais volantes. / Jovir Vicentini Esser.—
 Toledo, PR: UNIOESTE, 2005.
 296 f. ; 30 cm

Orientadora: Profa. Dra. Yonissa M. Wadi
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Bibliografia.

1. Vila Rural. 2. Trabalhadores rurais volantes . 3. Política pública de
desenvolvimento rural. I. Wadi, Yonissa M. II. Universidade Estadual do
Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 21ed. 334.683098162

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO

JOVIR VICENTINI ESSER

VILAS RURAIS: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO E SEU
IMPACTO NA VIDA DOS TRABALHADORES RURAIS VOLANTES

Dissertação de mestrado defendida em 22 de setembro de 2005.

Prof. Dr. Jefferson A. R. Staduto
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Yonissa M. Wadi
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Toledo
Orientadora

Prof. Dr. Jefferson A. R. Staduto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Toledo

Prof. Dr. Marcelino de Souza
Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria

À toda minha família pelo apoio e incentivo,
em especial ao meu esposo Ivando
e às minhas filhas, Renata e Priscila.

AGRADECIMENTOS

À direção e coordenação do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste - UNIOESTE, Campus/Toledo, pelo empenho em oportunizar a realização deste curso em nossa região.

À banca examinadora – Professores Doutores Jefferson R. Staduto e Marcelino de Souza, pelas sugestões, que em muito contribuíram para a conclusão desta dissertação, e de modo especial à minha orientadora – Professora Doutora Yonissa M. Wadi, pela paciência, atenção e dedicação durante a elaboração do trabalho.

Ao chefe do N. R. da SEAB, Piotre Laginski e ao diretor do DERAL/SEAB Adélio R. Borges em conceder-me ausência das minhas atividades; Ao senhor Dilvo Grolli, diretor presidente da Coopavel, pelo incentivo a participação no curso de Pós-Graduação. A todos os técnicos da COHAPAR e EMATER, pela cordialidade com que disponibilizaram as informações e banco de dados.

Aos meus colegas da SEAB, Edson Paulo Maggi, Jovelino José Pértile pela colaboração quando das minhas ausências, e ao Osvaldo Coelho, pelas sugestões; A todos os que me apoiaram durante a elaboração deste estudo, especialmente: Terezinha e Claudete Baron, Lucilene Vicentini, Cláudia Agostini, Rafael Augusto de Souza, Denise e Vitor Reis.

Ao Ivando, Renata e Priscila, pela compreensão nas horas de ausência do convívio familiar.

Agradecimento especial a todos os vleiros pela gentileza e educação dispensada durante a realização da pesquisa de campo;

A Deus, pela minha vida e por ter me dado forças ao longo desse período nos momentos mais difíceis, especialmente quando das inúmeras perdas de amigos e familiares.

“Mestre não é quem ensina sempre, mas quem de repente aprende”.

Guimarães Rosa.

“Olhando a Vila Rural, observando os anseios dos vileiros, de repente aprendi de
que lá eles são felizes”.

Jovir Vicentini Esser.

RESUMO

ESSER, Jovir Vicentini. **Vilas Rurais**: uma Política Pública de desenvolvimento e seu impacto na vida dos Trabalhadores Rurais Volantes. Toledo: UNIOESTE, 2005. 296 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócios), Universidade Estadual Oeste do Paraná, Toledo, 2005.

Esse trabalho teve como objetivo avaliar o impacto do Programa Vila Rural, enquanto Política Pública de desenvolvimento, nas condições de vida dos assentados, especialmente dos trabalhadores rurais volantes. No contexto de políticas públicas de desenvolvimento rural, considerado um programa inédito no país, as Vilas Rurais implantadas no Paraná, no período entre 1995 a 2003, tinham como beneficiário meta os Trabalhadores Rurais Volantes (T.R.V.), assentando-os em lotes rurais de em média 5.000 m², próximos das áreas urbanas e em regiões com demanda de mão-de-obra temporária, com o objetivo de melhoria das condições de vida dos mesmos. Inicialmente apresenta-se a situação da questão agrária nacional, sob o ponto de vista de alguns teóricos e o seu agravamento em função de determinadas Políticas Públicas, como o crédito rural, que colaboraram para a formação de uma categoria de trabalhadores popularmente conhecida como “bóia-fria”. Aborda-se o Programa Vila Rural, subcomponente do Projeto Paraná 12 Meses, enfocando o processo e as estratégias de implantação, com destaque para a Região Oeste do Paraná. Pelos dados levantados verificou-se que, embora o beneficiário meta fosse o T. R. V., na região estudada apenas 20% das famílias assentadas tinham como titular do lote um desses trabalhadores. Para alcançar-se o objetivo proposto neste trabalho foi realizado um estudo de caso das Vilas Rurais dos municípios de Corbélia e Anahy, onde se identificou o impacto do Programa na vida dos assentados, especificamente na vida dos T. R. V. Assim, mesmo não atingindo a meta inicialmente proposta de assentar 60.000 famílias em todo o Estado e não obedecendo alguns requisitos básicos definidos pelo Programa, a avaliação é de que, se não houve mudança significativa em termos econômicos, no aspecto de qualidade de vida houve sensível transformação. Observou-se in loco, através de entrevistas com os vileiros, o aumento na auto-estima e satisfação das famílias de maneira geral, especialmente no tocante à casa própria e ao terreno para produção voltada à subsistência. Para uma efetiva melhoria nas condições socioeconômicas as Vilas Rurais necessitam ainda de projetos de geração de renda e assistência técnica, direcionados à mão-de-obra desqualificada como a do “bóia-fria”. Também é possível, pelas experiências das Vilas Rurais, com a identificação daquelas famílias que demonstraram aptidão à exploração agrícola de adquirirem áreas maiores, assentando-as em terrenos financiados pelo Programa Crédito Fundiário do Governo Federal.

Palavras-chave: Vila Rural; trabalhador rural volante; política pública.

ABSTRACT

ESSER, Jovir Vicentini. **Rural Village**: A development Public Policy and its impact in the lives of Seasonal Rural Workers. Toledo: UNIOESTE, 2005. 296 Pgs. Thesis (Master degree in Regional Development and the Agribusiness) Universidade Estadual Oeste do Paraná, 2005.

This paper aimed to evaluate the impact of the Rural Village Program, as development public policy, in the lives of settlers, especially of the seasonal rural worker. In the context of rural development public policies, which was considered a unprecedented program in the country, Rural Villages implanted in the state of Paraná between 1995 and 2003 had as main recipient seasonal rural workers (S.R.W.), settling them in rural lots measuring an average of 5,000 m² near urban areas and in regions with a demand for temporary hand labor aiming to improve their live conditions. At first, it is shown the situation of the national agriculture issue from the point of view of some theorists, and its aggravation due to some Public Policies, such as the Rural Credit, that collaborated to the formation of a working category widely known as “*bóia fria*” (Day Laborer). It refers to the Rural Village Program, a sub-component of the 12 Month Paraná Project, emphasizing the process and implantation strategies giving emphasis to the Western Region of Paraná. According to acquired data, it was established that, although the main beneficiaries were the S.R.W., only 20% of the settled families had as landowner one of their workers. To achieve this proposed work objective a study was conduct on the case of Rural Villages in the cities of Corbélia and Anahy, where the impact of the Program in the life of the settlers was identified, specifically in the lives of the S.R.W. It was concluded that, even though the objective initially proposed of settling 60,000 families throughout the State was not reached, and some of the basic prerequisites defined by the Program were not abided, the evaluation was that if there was no significant change in economic terms, in the aspect of quality of life *in loco*, through interviews with villagers, deep transformation was observed with the increasing in the families self steam and satisfaction in general, as far as having their own house and productive subsistence land. For an effective improvement on socioeconomic conditions, the Rural Villages still need income generating and technical assistance projects directed to non-qualified hand labor, such as day laborer. It is also possible, through the Rural Village experiences, to acquire larger areas by identifying those families that had shown capability in exploring agriculture, settling them in land financed by the Federal government’s Rural Credit Program.

Key-words: Rural Village; seasonal rural workers; public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Divisão mesorregional do Estado do Paraná - IAPAR (1993).....	109
Figura 2:	Mesorregiões geográficas do Paraná - IPARDES.....	110
Figura 3:	Divisão geográfica dos Núcleos Regionais da SEAB/PR.....	116
Figura 4:	Região Oeste do Paraná e as Vilas Rurais objetos de estudo.....	145
Figura 5:	Residência e paiol da Vila Rural Nossa Senhora da Salete – Corbélia/PR.....	148
Figura 6:	Vista do galpão da Vila Rural em Corbélia/PR.....	149
Figura 7:	Exploração de lote para subsistência – Vila Rural de Corbélia/PR.....	150
Figura 8:	Vista panorâmica Vila Rural N. Srª da Salete – Corbélia/PR.....	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	<i>Ranking</i> do Paraná em relação ao Brasil – safra (2002/03).....	73
Tabela 2	Tamanho das propriedades do Paraná – 1996.....	74
Tabela 3:	Evolução do número de máquinas e equipamentos agrícolas – Paraná.....	75
Tabela 4:	Distribuição demográfica do Paraná: 1970/2000.....	75
Tabela 5:	Principais prioridades dos moradores das Vilas Rurais – 1999.	105
Tabela 6:	Área cultivada com culturas prioritárias à implantação das Vilas Rurais - em hectare (safra 1989/90).....	113
Tabela 7:	Área cultivada com culturas prioritárias à implantação das Vilas Rurais - em hectare (safra 1994/95).....	114
Tabela 8:	Dados demográficos 1980/1991/2000.....	127
Tabela 9:	Evolução do pessoal ocupado por categoria – trabalho temporário.....	129
Tabela 10:	Tamanho das propriedades – Núcleo Regional Toledo (em 1998).....	130
Tabela 11:	Tamanho das propriedades – Núcleo Regional de Cascavel (em 1998).....	130
Tabela 12:	Tamanho das propriedades – Corbélia (em 1998).....	131
Tabela 13:	Evolução da área das principais culturas – Oeste/PR (em ha)..	131
Tabela 14:	Principais produtos do Oeste em relação ao Estado (safra 2002/03).....	134
Tabela 15:	Principais produtos que compõem o VBP – Oeste/Paraná,	

	safra (2002/03)	135
Tabela 16:	Principais produtos que compõem o VBP – Cascavel / Corbélia e Anahy (safr 2002/03).....	137
Tabela 17:	As Vilas Rurais instaladas no Oeste do Paraná.....	141
Tabela 18:	Principais ocupações – beneficiário titular.....	142
Tabela 19:	Renda média mensal dos vileiros.....	153
Tabela 20:	Número de pessoas por família na Vila Rural.....	155
Tabela 21:	Situação socioeconômica anterior e atual dos assentados.....	158
Tabela 22:	Produtos cultivados e destino – Vila Rural de Corbélia.....	162
Tabela 23:	Membros da família que cultivam o lote em Corbélia.....	164
Tabela 24:	Produtos cultivados e destino – Vila Rural de Anahy.....	165
Tabela 25:	Membros da família que cultivam o lote em Anahy.....	166
Tabela 26:	Cursos e treinamentos realizados nas Vilas Rurais.....	167
Tabela 27:	Opinião sobre os cursos e treinamentos.....	168
Tabela 28:	Assistência técnica para exploração do lote.....	170
Tabela 29:	Opinião sobre projeto geração de renda – Corbélia (*).....	171
Tabela 30:	Opinião sobre projeto geração de renda – Anahy.....	174
Tabela 31:	Principais despesas fixas, situação das prestações e condições das residências.....	176
Tabela 32:	Utensílios domésticos por Vila Rural.....	178
Tabela 33:	Qualidade de vida das famílias depois de instaladas na Vila Rural – Corbélia.....	180
Tabela 34:	Qualidade de vida das famílias depois de instaladas na Vila Rural – Anahy.....	182
Tabela 35:	Perfil socioeconômico atual dos titulares de Corbélia e	

Anahy.....	183
Tabela 36: Perfil socioeconômico atual dos demais membros vileiros.....	185
Tabela 36-A: Classificação das famílias por tipo de atividade na ocupação principal de seus membros.....	187
Tabela 37: Perfil socioeconômico atual – titulares – Corbélia.....	188
Tabela 38: Perfil socioeconômico atual – titulares – Anahy.....	189
Tabela 39: Perfil socioeconômico atual – demais membros – Corbélia.....	191
Tabela 40: Perfil socioeconômico atual – demais membros – Anahy.....	192
Tabela 41: Nível escolar demais membros vileiros – Corbélia.....	193
Tabela 42: Nível escolar demais membros vileiros – Anahy.....	194
Tabela 43: Opinião sobre o lugar e principais necessidades da Vila Rural de Corbélia.....	196
Tabela 44: Principais mudanças após instalação na Vila Rural de Corbélia.....	198
Tabela 45: Opinião sobre o lugar e principais necessidades da Vila Rural de Anahy.....	202
Tabela 46: Principais mudanças após instalação na Vila Rural de Anahy..	205
Tabela 47: Principais benefícios de se morar na Vila Rural.....	246
Tabela 48: Principais problemas da Vila Rural.....	247
Tabela 49: Como se sente na Vila Rural – como gostaria de ser identificado.....	248

LISTA DE ABREVIATURAS

AMOP	Associação dos Municípios do Oeste do Paraná
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CCPG	Centro de Coordenação de Projetos de Governo
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CFCP	Programa de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza
CODAPAR	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
CODEPRO	Comissão Deliberativa do Projeto Paraná 12 Meses
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional da Agricultura
COPEL	Companhia Paranaense de Energia Elétrica
DERAL	Departamento de Economia Rural
DESER	Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
EMATER	Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAPEAGRO	Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento do Agronegócio
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FERROESTE	Ferrovia Oeste do Paraná
FETAEP	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Paraná
FUNPARANÁ	Fundo de Apoio Financeiro de Alívio à Pobreza na área Rural
HA	Hectare

IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MARIPÁ	Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Volantes
N.R.	Núcleo Regional
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCT	Programa Cédula da Terra
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PMISA	Programa de Manejo Integrado de Solos e Água
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
PPM	Política de Preços Mínimos
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
S.M.	Salário Mínimo
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SECR	Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família
SEPL	Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral
SERT	Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SNCR	Secretaria Nacional de Crédito Fundiário
SUDERHSA	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
UNIOESTE	Universidade Estadual Oeste do Paraná
VBP	Valor Bruto de Produção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA, AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E O TRABALHADOR RURAL VOLANTE NO QUADRO DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E PARANAENSE.....	31
2.1 A Problemática Agrária Brasileira do Ponto de Vista de Seus Teóricos.....	31
2.2 As Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural.....	41
2.2.1 Política de Crédito Rural.....	42
2.2.2 Assentamentos Rurais.....	53
2.2.3 As Políticas Públicas Agrícolas no Estado do Paraná.....	59
2.3 O Trabalhador Rural Volante no Quadro da Questão Agrária Brasileira e Paranaense.....	62
2.3.1 Os Trabalhadores Rurais Volantes e a Pobreza Rural.....	62
2.3.2 Agricultura Paranaense: O Agronegócio x Pobreza Rural no Paraná.....	72
3 O PROGRAMA VILA RURAL.....	79
3.1 O Programa Vila Rural no âmbito das Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural.....	79
3.2 O Processo de Implantação das Vilas Rurais no Estado do Paraná.....	82
3.3 Estratégias de Implantação e Especialização do Programa Vila Rural.....	108
3.4 A Região Oeste do Paraná.....	119

3.4.1 Histórico da Região Oeste.....	119
3.4.2 Perfil Socioeconômico do Oeste do Paraná.....	124
3.5 Vilas Rurais na Região Oeste do Paraná.....	139
4 AS VILAS RURAIS NOSSA SENHORA DA SALETE E BELA VISTA.....	146
4.1 Caracterização Geral do Assentamento.....	146
4.2 Informações Gerais sobre os Vileiros antes do Assentamento.....	152
4.3 A Situação Socioeconômica dos Vileiros Assentados nas Vilas Rurais Bela Vista - Anahy e Nossa Senhora da Salete - Corbélia: Um Novo Perfil?	157
4.4 A Vila Rural: Uma Mudança na Trajetória de Vida do Trabalhador Rural Volante.....	207
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	253
REFERÊNCIAS.....	261
APÊNDICE A – Questionário Vila Rural – Vileiros (Nº 1).....	269
APÊNDICE B – Questionário sobre trajetória dos T. R. Vs. (Nº 2).....	274
ANEXO A – Mapa de localização das Vilas Rurais por ano de instalação.....	276
ANEXO B – Mapa dos municípios com assentamentos rurais no Paraná.....	277
ANEXO C – Relação dos municípios integrantes das mesorregiões/IAPAR.....	278
ANEXO D – Relação dos municípios dos Núcleos Regionais de Cascavel e Toledo.....	280
ANEXO E – Evolução da cultura da soja em hectare.....	281
ANEXO F – Evolução da cultura do milho em hectare.....	282
ANEXO G – Evolução da cultura do algodão em hectare.....	283
ANEXO H – Evolução da cultura do feijão das águas em hectare.....	284
ANEXO I – Evolução da cultura da mandioca em hectare.....	285

ANEXO J – Modelo Ficha Cadastro Socioeconômico da COHAPAR.....	286
ANEXO K – Informações sobre as Vilas Rurais de Corbélia e Anahy.....	289

1 INTRODUÇÃO

O governo do Estado do Paraná desenvolveu a partir de 1995 um programa destinado, conforme projeto, a melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais volantes – os chamados “bóias-frias” – denominado Vila Rural.

A situação dos trabalhadores rurais volantes está interligada aos temas associados à questão da terra, que sempre foram alvo das atenções dos governos e da sociedade, tendo sido muito mais intenso o debate no período que antecedeu ao golpe militar de 1964. Neste período a reforma agrária ampla e irrestrita era vista por muitos segmentos da sociedade como um modelo de desenvolvimento agrícola, mas no regime militar as reivindicações em torno da terra foram caladas e a agricultura modernizou-se sem alterar a estrutura agrária.

Com o fim do período militar (1964 - 1984) a questão agrária passou a ser focada muito mais pelo ponto de vista social, pois a produção agropecuária brasileira com o modelo adotado no regime militar - que não privilegiou a distribuição de terra - produziu no campo concentração não somente de propriedade/terra, mas, sobretudo, de renda. Contemporaneamente com o agravamento da situação no campo, políticas públicas foram acionadas para conter a tensão social, porém não de forma suficiente. Exemplos claros dessas políticas são os assentamentos rurais consolidados, em nível federal, a partir da pressão de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Assim, deve-se considerar quando da definição de políticas públicas, voltadas ao setor rural, que as alternativas remetam ao desenvolvimento com o fim social. É ainda comum a alegação de que crescimento é fenômeno

apenas econômico, enquanto desenvolvimento seria crescimento comprometido com o social. Continua sendo válida essa percepção, mas, hoje, “a questão do desenvolvimento ganhou dimensões bem mais múltiplas e matizadas” (DEMO, 1994, p. 99). Para o autor, a produtividade ainda está atrelada a uma concepção de desenvolvimento focada no crescimento acelerado do setor agrícola, a partir da utilização de instrumentos e mecanismos tecnológicos condizentes com essa visão tradicional.

Para Demo (1994), é incorreto esperar, como consequência natural, que o crescimento se traduza em desenvolvimento, pois pode acontecer o contrário. No capitalismo subdesenvolvido, tende a suceder o contrário. A própria lógica da concentração do capital impede na prática considerar o social como fim, mantendo o econômico como meio. Isso leva a reconhecer que a desconcentração da renda não provém do lado econômico, mas do lado político por meio da pressão e conquista da cidadania organizada. Para o autor, na penumbra da produtividade é possível avançar na cidadania, conquistando para o trabalhador lugar condizente com suas pretensões justas de sujeito social, com remunerações bem mais significativas e participação decisiva no consumo.

Andrade (2004), dá o enfoque do desenvolvimento sustentável, cujo elemento diferencial deste em relação ao padrão tradicional de desenvolvimento é justamente de que a sua base não é somente econômica, mas também ambiental, social, cultural e política. Do ponto de vista econômico a sustentabilidade do desenvolvimento caracteriza-se pela eficiência do modelo em garantir um crescimento econômico que atenda ao dinamismo do mercado e possibilite a incorporação do maior número possível de beneficiários diretos e indiretos aos produtos desse crescimento, de forma a reverter às disparidades no padrão de

distribuição de renda.

A sustentabilidade política é o grande desafio do desenvolvimento, segundo Andrade (2004), pois encontra-se estreitamente vinculada ao processo de construção da cidadania e à consolidação da democracia. A democratização da sociedade supõe o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, a redistribuição dos recursos e da informação para os setores subordinados, o aumento da capacidade de análise de suas organizações e a capacitação para a tomada de decisões. Todo esse processo de mudança expressa o rompimento radical com as práticas políticas tradicionais e define novos padrões de compromisso entre o Estado e a sociedade.

Afirma ainda Andrade (2004), que o desenvolvimento sustentável pelo lado social deve cuidar das desigualdades. No meio rural é urgente pensar o desenvolvimento sob nova perspectiva, a da realização da reforma agrária considerada o único mecanismo de democratização do acesso à terra , diminuindo a desigualdade social no campo.

Para Sen (2002), deve-se aumentar a visão de desenvolvimento, baseada, por exemplo, em crescimento do Produto Nacional Bruto, e passar a considerá-lo como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. E estas liberdades incluem capacidades elementares como a de se ter condições de evitar privação como a fome, a subnutrição, bem como liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão. Assim, para o autor, o desenvolvimento envolve a expansão dessas e outras liberdades básicas. E que o processo de desenvolvimento quando julgado pela ampliação da liberdade humana precisa incluir a eliminação da privação das pessoas.

Sen (2002), aponta determinados instrumentos que podem ajudar algumas questões de políticas específicas, especialmente quando aumentam as capacidades das pessoas, e que devem ser observadas ao se deliberar sobre políticas de desenvolvimento. O autor classifica os instrumentos como: *liberdades políticas* que se referem às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluir possibilidade de fiscalizar e criticar autoridades, oportunidades de diálogo político, dissensão e crítica, entre outros; *facilidades econômicas* que são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca, na medida em que aumenta a renda e a riqueza de um país, estas devem ser refletidas em correspondente aumento de intituleamentos econômicos da população; *oportunidades sociais* que são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor, a exemplo do analfabetismo que impede os indivíduos de participarem de atividades econômicas que exijam rigoroso controle de qualidade; *garantias de transparência* têm um claro papel instrumental como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas e; *segurança protetora*, necessária para proporcionar uma rede de segurança social como benefícios aos desempregados, distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência para gerar renda para os necessitados.

Finalizando, Sen (2002), afirma que o desenvolvimento dos recursos humanos pode favorecer o desenvolvimento econômico, se oportunidades sociais forem geradas por políticas de desenvolvimento.

No Estado do Paraná as Vilas Rurais surgiram como uma política

pública de desenvolvimento rural, consideradas um programa alternativo aos assentamentos rurais oriundos da pressão de movimentos como o MST, que - segundo o projeto governamental - acomodaria os trabalhadores rurais volantes e suas famílias, em lotes de terra. Ainda que tais lotes fossem insuficientes para uma produção auto-sustentável economicamente, serviriam como um local de moradia - com infra-estrutura de habitação, energia elétrica, abastecimento de água e fácil acesso aos serviços de educação, saúde, assistência social - e alguma produção para autoconsumo. Para tanto, os vileiros (considerados neste trabalho todos os assentados nas Vilas Rurais) contariam com assistência de órgãos de extensão rural, com programas de qualificação profissional, geração de emprego e renda. Tudo isso, conforme o projeto do governo, deveria resultar em melhoria das condições socioeconômicas desses trabalhadores¹.

Nesse sentido, o problema central desta dissertação consiste em discutir e avaliar, a partir de indicadores socioeconômicos referentes aos vileiros como um todo e análise das trajetórias de trabalhadores volantes assentados - em duas Vilas Rurais situadas na região de Cascavel/PR - em que medida, tal política pública (Vila Rural) apresenta-se como possibilidade de superação de condições sociais e econômicas que determinaram historicamente, para essa categoria de trabalhadores rurais, um estado de pobreza e exclusão social².

Para tanto, é necessário examinar, em primeiro lugar, a conexão da proposta do Programa Vila Rural, a partir da análise da estratégia definida pelo governo estadual, com a discussão e as proposições de diferentes teóricos em torno da problemática agrária brasileira, bem como com as políticas públicas voltadas a essa questão nas últimas décadas da história do país.

¹ GOVERNO DO PARANÁ - Normas Operacionais do Programa Vila Rural, 1995.

² A definição de pobreza e exclusão social está apresentada no capítulo 3.

Importante destacar que se o Programa Vila Rural apresenta-se como a possibilidade de superação das condições sociais e econômicas dos trabalhadores rurais volantes, tal superação não se efetiva mediante o simples assentamento. Essa depende, em grande parte, da localização da Vila Rural e da assistência dos agentes públicos (Estado e Prefeituras) aos vileiros, como orientação técnica, alternativas de geração de renda, entre outros.

Considerando que alguns segmentos da sociedade brasileira têm demonstrado grande simpatia por esse programa, acreditando ser uma alternativa de desenvolvimento rural que tem potencial de ser estendido para o resto do país, impõe-se a necessidade de examinar criticamente sua dimensão política e técnica, especialmente do ponto de vista do público alvo - os trabalhadores rurais volantes - do programa. É assim, fundamental apontar as possibilidades e limites das Vilas Rurais, como solução para o problema do acesso à terra por contingentes de trabalhadores a ela ligados, porém despossuídos, como é o caso dos chamados “bóias-frias”.

No sentido de elucidar essa problemática, duas Vilas Rurais, situadas na Região Oeste do Paraná, serão objeto de um estudo de caso. As Vilas Rurais escolhidas foram a Bela Vista no município de Anahy e a Nossa Senhora da Salete, no município de Corbélia. A escolha dessas duas Vilas Rurais foi determinada por vários fatores como: 1) a proximidade das mesmas, uma vez que os municípios são vizinhos; 2) apesar da proximidade geográfica, existe diferença quanto ao perfil de exploração agrícola em nível municipal; 3) em ambas as Vilas Rurais são desenvolvidos projetos de geração de renda; 4) a diferente proporção de trabalhadores rurais volantes assentados nessas vilas, Anahy com maior percentual (75%), e Corbélia com um dos mais baixos percentuais (7,8%), dentro de uma

amostra de Vilas Rurais da Região Oeste do Paraná.

Essa realidade pode permitir, por um lado, avaliar se, em função dessas condicionantes, a situação do trabalhador rural volante enquanto público alvo se assemelha a dos demais vileiros, seja na participação em projetos de geração de renda, ou mesmo na assistência recebida dos órgãos públicos envolvidos com o Programa Vila Rural, em razão do seu perfil. Por outro lado, visa-se compreender, por meio da trajetória de vida, o significado do assentamento Vila Rural para o trabalhador rural volante, historicamente despossuído de condições de acesso à terra ou, até mesmo, de um teto para morar.

Esta dissertação tem como objetivo geral, portanto, avaliar o impacto do Programa Vila Rural, enquanto política pública, nas condições de vida dos assentados, especialmente dos trabalhadores rurais volantes.

O objetivo geral será contemplado na medida em que os seguintes objetivos específicos forem atingidos:

a) identificar a conexão da proposta do Programa Vilas Rurais a partir da estratégia definida pelo governo estadual, com a discussão e as proposições de diferentes teóricos em torno da problemática agrária nacional, bem como com as políticas públicas voltadas a esta questão nas últimas décadas da história brasileira;

b) apontar as possibilidades e limites das Vilas Rurais como solução para o problema do acesso à terra por contingentes de trabalhadores a ela ligados, porém despossuídos, como é o caso dos chamados bóias-frias;

c) verificar mudanças nas condições de vida dos vileiros das Vilas Rurais Bela Vista e Nossa Senhora da Salete, a partir da avaliação do perfil socioeconômico deles, antes e depois do assentamento;

d) identificar o impacto do Programa Vila Rural na vida dos assentados, especialmente do ponto de vista da trajetória de vida³ do público alvo, os trabalhadores rurais volantes.

O método de pesquisa privilegiado é a abordagem qualitativa, que parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2001).

Conforme Chizzotti (2001), para esse método de pesquisa, a identificação do problema e sua delimitação pressupõem uma imersão do pesquisador na vida e no contexto, no passado e nas circunstâncias presentes que condicionam o problema. O pesquisador não pode ficar reduzido a uma hipótese previamente aventada ou a algumas variáveis que serão avaliadas por um modelo teórico preconcebido.

Segundo Chizzotti (2001), o pesquisador, como parte fundamental da pesquisa qualitativa, deve, preliminarmente, despojar-se de preconceitos, predisposições para assumir uma atitude aberta a todas as manifestações que observa, sem adiantar explicações, nem se conduzir pelas aparências imediatas, a fim de alcançar uma visão global dos fenômenos. Como processo de formação e ação, a pesquisa deve provocar uma tomada de consciência pelos próprios pesquisados dos seus problemas e das condições que os determinam, para organizar os meios de defender e promover seus próprios interesses sociais. Assim o resultado final da pesquisa não será fruto de um trabalho meramente individual,

³ A trajetória de vida dos trabalhadores rurais volantes resultará de depoimentos orais, onde os mesmos relatarão diferentes fases de suas vidas, através de entrevista pessoal.

mas uma tarefa coletiva, gestada em muitas microdecisões, que a transformam em uma obra coletiva (CHIZZOTTI, 2001).

Destaca ainda Chizzotti (2001) que na pesquisa subjetiva todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos. Algumas pesquisas qualitativas não descartam a coleta de dados quantitativos, principalmente na etapa exploratória de campo ou nas etapas em que estes dados podem mostrar uma relação mais intensa entre fenômenos particulares.

O estudo de caso utilizado para a coleta de dados (qualitativos e quantitativos) das Vilas Rurais, caracteriza-se por uma análise profunda e exaustiva de um ou de poucos objetos, onde se pressupõe, “*a fortiori*, que a investigação do(s) objeto(s) possibilita a compreensão da generalidade do(s) mesmo(s) ou o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa” (GIL, 1991).

Também Gil (2000), afirma que o pesquisador deve estar permanentemente aberto para formular suas hipóteses e/ou alterar seu procedimento de coleta de dados. De forma alguma deve-se partir de noções preconcebidas ou mostrar disposição de seguir rigidamente as diretrizes definidas no planejamento inicial.

O estudo de caso, segundo Babbie (2001, p.73), é:

uma descrição e explicação abrangente dos muitos componentes de uma determinada situação social. (...) enquanto a maioria das pesquisas visa diretamente o entendimento generalizado, o estudo de caso, busca inicialmente o entendimento abrangente de um só caso idiossincrático. Se a maioria das pesquisas procura limitar o número de variáveis consideradas, o estudo de caso tenta maximizá-lo.

Considerando tais pressupostos, a pesquisa envolveu levantamento bibliográfico em livros, teses, dissertações, artigos científicos e de divulgação, na análise de documentação primária e secundária e na coleta de dados. A coleta de

dados foi realizada mediante duas frentes de levantamento: na primeira, para caracterização geral das Vilas Rurais do Estado do Paraná, e especificamente das Vilas Rurais de Corbélia e Anahy, buscou-se dados secundários já sistematizados por diferentes instituições tais como IPARDES, IBGE e COHAPAR e, na segunda, buscou-se informações mediante a técnica de indagação, através de entrevista pessoal, estruturada por questionário, com questões abertas e fechadas, aplicada aos vileiros.

O questionário para levantamento das informações (Apêndices A e B) foi dividido em duas partes: na primeira, todas as famílias moradoras nas vilas responderam em forma de entrevista e os dados foram anotados pela pesquisadora. A segunda parte do questionário contemplou apenas as famílias de titulares trabalhadores rurais volantes, identificados através da análise das fichas cadastrais da COHAPAR, preenchidas na época da seleção dos vileiros⁴, ou durante o preenchimento da primeira parte do questionário. Nesse caso, foi utilizada a técnica de entrevista gravada, na medida do possível⁵, para o registro da trajetória de vida dos vileiros antes e depois de instalados na Vila Rural.

Em Corbélia, das 52 famílias existentes, foi possível entrevistar 49, visto que uma delas se recusou a responder o questionário na íntegra; outra tinha adquirido o lote recentemente e não havia mudado ainda; a terceira família estava morando em outro município, em função de emprego, e por isso a casa estava alugada. Por outro lado, para a segunda parte do questionário, que contemplava apenas as famílias cujos titulares eram trabalhadores rurais volantes, pelos dados da COHAPAR, na época da seleção, previa-se entrevistar 4 famílias em Corbélia.

⁴ A primeira parte do questionário poderia ser respondida tanto pelo titular como por outros membros das famílias (cônjuge e/ou filhos maiores). A segunda parte priorizou-se o titular para identificar sua trajetória de vida.

⁵ Em alguns casos, por motivo de dicção ou timidez do entrevistado, a entrevista foi anotada.

Entretanto quando da realização da pesquisa de campo, uma das 4 famílias já havia se mudado para a cidade e outra estava morando no interior do município, não sendo possível entrevistá-las. Restaram assim apenas duas famílias de T.R.V. Porém, quando da aplicação da primeira parte do questionário, identificou-se outras 3 famílias cujos titulares, embora não tenham sido cadastrados pela COHAPAR como T.R.V., enquadravam-se como tal.

Diante disso, em Corbélia foram entrevistadas 49 famílias respondendo a primeira parte do questionário e destas, 5 famílias que responderam a segunda parte. Por último, e no intuito de se identificar os motivos que os levaram a sair da Vila Rural em Corbélia, foi entrevistada a única família, cujo titular havia sido cadastrado pela COHAPAR como trabalhador rural volante e que se mudou para a cidade, totalizando, portanto, 6 entrevistas referentes a segunda parte do questionário.

Em Anahy foi possível aplicar a primeira parte do questionário para todas as famílias, num total de 12. Previam-se aplicar a segunda parte do questionário a 9 famílias, porém em função da mudança de uma delas, cujo titular era trabalhador volante, foram entrevistadas apenas 8 famílias⁶.

Além dos viliros, alguns agentes públicos (pessoal técnico da EMATER e Prefeitura Municipal) foram entrevistados no intuito de se perceber o conhecimento dos mesmos quanto à realidade do assentamento Vila Rural e os possíveis encaminhamentos de solução de alguns problemas existentes. Assim foi mantido contato com o técnico local da EMATER e com o Secretário Municipal da Indústria e Comércio, ambos integrantes do Conselho Municipal da Vila Rural de Corbélia. Em Anahy o contato foi com o Prefeito Municipal. Também os resumos

⁶ O novo titular da Vila Rural de Anahy não se enquadra na categoria de trabalhador rural volante.

dessas entrevistas estão contemplados no trabalho.

Esta dissertação, portanto, está estruturada em cinco capítulos. O primeiro refere-se a esta introdução, incluindo os objetivos do estudo e a metodologia.

No segundo capítulo, através de uma revisão bibliográfica, busca-se compreender, como, no contexto da questão agrária brasileira e das políticas públicas de desenvolvimento rural, insere-se o Programa Vila Rural do Estado do Paraná. Apresenta-se também alguns estudos sobre o trabalhador rural volante no quadro da questão agrária brasileira e paranaense.

No capítulo três apresentam-se as diretrizes básicas do Programa Vila Rural, bem como suas possibilidades e limites, a localização geográfica de todas as vilas no Estado do Paraná, no sentido de discutir, ainda que brevemente, a estratégia governamental utilizada na construção e implantação do programa. A ênfase recai sobre as Vilas Rurais da Região Oeste do Paraná – especificamente na área de abrangência do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, de Cascavel e nesse sentido, uma caracterização histórica e socioeconômica da região é apresentada, identificando-se os municípios que instalaram Vilas Rurais com algumas peculiaridades dessas.

O resultado da pesquisa de campo, com informações quantitativas e qualitativas envolvendo os vileiros em geral, e especialmente a trajetória de vida dos trabalhadores rurais volantes assentados nas Vilas Rurais Bela Vista, do município de Anahy e Nossa Senhora da Salete, do município de Corbélia – objetos de estudo de caso - será apresentado no capítulo quatro, que contempla a caracterização geral das vilas enquanto localização, infra-estrutura, programas de geração de renda e o perfil socioeconômico dos vileiros quanto à origem, ocupação,

renda, etc. Finaliza-se o capítulo com as entrevistas das famílias, cujos titulares eram na época da seleção, ou durante algum período de suas vidas, trabalhadores rurais volantes, incluindo as entrevistas com os agentes públicos locais.

Sumarizando este trabalho, apresenta-se, no capítulo cinco, as considerações finais e, posteriormente, compõem os elementos pós-textuais as referências, os apêndices e os anexos.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA, AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E O TRABALHADOR RURAL VOLANTE NO QUADRO DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E PARANAENSE

A discussão proposta neste trabalho está diretamente correlacionada com a questão agrária brasileira, que para alguns autores teve sua problemática agravada em função de determinadas políticas públicas executadas ao longo dos anos pelo governo.

Este capítulo apresenta a questão agrária brasileira, sob o ponto de vista de alguns de seus principais teóricos e discute as políticas públicas, especialmente a partir de 1960, com seus reflexos sobre tal questão em nível nacional. Apresentam-se também as políticas públicas executadas no Estado do Paraná, nas últimas décadas, em especial o Programa Vila Rural e sua relação com o trabalhador rural volante.

2.1 A Problemática Agrária Brasileira do Ponto de Vista de seus Teóricos

Tratar da questão agrária brasileira implica, necessariamente, referir-se a uma herança marcada pela concentração fundiária que ainda perdura, conjugada com diferentes momentos de explicitação do poder político e econômico de grupos representativos da classe patronal rural e segmentos adjacentes que, direta ou indiretamente, fincaram na terra parte da composição do seu patrimônio e riqueza (LEITE, 1997).

No intuito de melhor entendimento dessa problemática, considera-se importante a diferenciação entre a questão agrária e questão agrícola: “a questão agrícola diz respeito aos aspectos da produção em si mesma: o que produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às

transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz” (SILVA, 1990, p. 11).

Desta forma, considerando como e de que forma se produz, alguns aspectos passam a ser relevantes, como os indicadores referentes à maneira que se organiza o trabalho e a produção, o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc. Sob o ângulo jurídico a questão agrária vem a ser a situação da realidade agrária nacional carente de solução, ou ainda, a busca por uma equação jurídica justa. Porém, os poderes institucionais competentes desprezam a adequada satisfação da matéria, deixando de promover o bem estar social e a paz no meio rural (NETO, 2004).

Segundo Martins (*apud*, STADUTO e FREITAS, 2003), a questão agrária começou a ter contornos de uma temática para o país, já em 1850, com a Lei de Terras, que vetava o livre acesso à terra, a não ser por compra, e cujo intuito era garantir a formação de mercado de trabalho agrícola, impedindo que o iniciado fluxo de imigrantes europeus se diluísse na imensidão das terras brasileiras, esvaziando o mercado de trabalho. A referida lei foi importante também para que a massa de libertos, seja pela lei Áurea ou outras, tivesse dificuldades de acesso à terra e, por sua vez, novamente, esvaziasse o mercado de trabalho, o que poderia colocar em jogo a estabilidade socioeconômica e política do sistema vigente.

No intuito de se entender o debate sobre a questão agrária no final dos anos 50 e durante a década de 60 e suas repercussões no cenário teórico atual, quatro autores são considerados essenciais: Inácio Rangel, Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Jr. e Celso Furtado.

Guimarães (1981), defende a existência de um sistema colonial na agricultura brasileira, em que as velhas relações de produção que travam o

desenvolvimento de nossa agricultura são frutos dos traços da economia feudal e que o sistema latifundiário, ao invés de contribuir para o desenvolvimento da economia transforma-se num obstáculo ao progresso do País.

Já Prado Jr. (1966), discorda da natureza feudal da agricultura brasileira, tanto na origem como no presente, afirmando que faltou a base em que se assenta um sistema agrário feudal, ou seja, uma economia camponesa. Para Prado Jr., a grande propriedade rural brasileira tem origem histórica diferente e se constituiu na base de exploração comercial em larga escala, ou seja, não parcelária, realizada com o braço escravo introduzido conjuntamente com essa exploração. Prado Jr. (1981, p. 18) identifica assim a questão agrária como sendo “em primeiro e principal lugar, a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do País, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária”.

Rangel (1962), afirma que a agricultura brasileira não é um edifício homogeneamente arcaico, pois, por um lado, o latifúndio que surgiu da primitiva fazenda de escravos, embora caracterizado por relações do tipo feudal, tem, cada vez mais um lado moderno, que se relaciona com o resto da economia como uma empresa comercial, submetida às normas jurídicas correspondentes. Por outro lado, a industrialização permite incorporar à economia grandes quantidades de terra. Rangel sustentava ainda que, no referente às relações da agricultura com o resto do sistema, a crise agrária ou questão agrária revelava-se nas “anomalias concomitantes”, da superprodução agrícola e da superpopulação rural, desdobrando-se a primeira nos constantes problemas do comércio exterior e a segunda, em desemprego urbano. Conclui Rangel (1962), dizendo que a nossa estrutura agrária tem demonstrado ser objetivamente capaz de mudança, para se

acomodar às novas circunstâncias criadas pela industrialização interna, não havendo indícios de esgotamento dessa capacidade evolutiva.

Por outro lado, Furtado (*apud*, CASTRO, 1988), concentrou sua análise sobre a suposta incapacidade da agricultura brasileira de prover o sistema em expansão dos alimentos e matérias-primas de que necessitava. Furtado dizia que a incapacidade da agricultura para responder a uma procura crescente de alimentos nas zonas urbanas, constituía verdadeira mordalha ao desenvolvimento industrial.

Os autores Guimarães, Prado Jr. e Rangel, segundo Silva (2001), apontavam algumas saídas para o atual estágio de desenvolvimento da questão agrária brasileira. Para Guimarães a concentração das terras e a distribuição da renda daí resultantes eram vistas como o empecilho maior para um desenvolvimento capitalista mais democrático, pois isso impediria a criação de um amplo mercado interno de massas para a indústria nascente no país. Era para quebrar essa associação perversa entre a concentração das terras em poucas mãos e o poder político de seus proprietários que ele propunha uma ampla reforma agrária redistributivista.

Prado Jr. argumentava que, para democratizar as relações de produção no campo, era fundamental que o Estado atuasse em socorro dos trabalhadores rurais, até então inteiramente desorganizados, através de uma legislação que garantisse os mesmos direitos já conquistados pelos assalariados urbanos (SILVA, 2001).

Já para Rangel (*apud*, SILVA, 2001), o problema agrário brasileiro era outro: o excedente populacional decorrente da rapidez da modernização da nossa agricultura. Em sua opinião, o crescimento da produtividade do trabalho no

interior dos complexos rurais liberava força de trabalho muito rapidamente, gerando uma capacidade ociosa nos campos, de terras não mais necessárias à produção, e nas cidades, de mão-de-obra que não encontrava ocupação nos novos setores criados pela industrialização substitutiva de importações, exceto, em parte, na construção civil.

Segundo Silva (2001), a proposta óbvia que surgia desse raciocínio era juntar os dois recursos ociosos: terra e mão-de-obra. Para Rangel, o que impedia isso de acontecer era o alto preço da terra, pois em um país sem mercado financeiro, as terras (rurais e urbanas) se transformaram na forma tradicional de poupança das classes dominantes.

Mesmo havendo divergências em inúmeros pontos entre esses autores, na compreensão da problemática da questão agrária brasileira suas posturas se aproximam na direção colocada por Kageyama (*apud*, STADUTO e FREITAS, 2003), ou seja, no sentido de que afirmar que há uma população sobrando no meio rural, isto é, uma questão populacional no meio rural que não foi razoavelmente solucionada, e por sua vez, contribui para a distorção do mercado de trabalho. Surge assim, uma outra temática para a questão agrária, tal como a da população sobrando, isto é, a da população deslocada do desenvolvimento da agricultura.

Referindo-se à questão da população sobrando, Kageyama (1993, p. 14) dizia que: “a solução propugnada era tentar recompor a economia natural em pequena escala, com o objetivo de garantir ao menos subsistência dessa população sobrando, por meios de lotes familiares, denominados de hortas ou quintais, que não se restringiriam às zonas rurais, devendo beneficiar, sobretudo as periferias urbanas”.

Considerando as opiniões dos autores clássicos Silva (2001), ao tratar da problemática do excedente populacional, fruto da questão agrária, ressalta que, a reforma agrária, nesse início do século XXI, não precisa mais exibir um caráter estritamente agrícola, pois os problemas fundamentais da produção e dos preços podem ser resolvidos pelos complexos agroindustriais já existentes no país. O problema da fome, que afeta milhões de brasileiros, não se deve à insuficiência da produção agrícola, mas à falta de renda para adquirir alimento. Para o autor, a reforma agrária atualmente é necessária para ajudar a equacionar a questão do excedente populacional do país, até que seja completada a transição demográfica recém-iniciada.

Segundo este autor, uma reforma agrária que permitisse combinar atividades agrícolas e não-agrícolas teria a grande vantagem de precisar de menos terra, o que poderia baratear de modo significativo o custo por família assentada. Esse custo é uma forte limitação para a massividade requerida pelo processo distributivo, especialmente nos estados do Sul e do Sudeste. O autor sugere assentamentos que, além de arroz e feijão, produzam também casas populares, ou “pesque-pague” como opção de lazer barato às classes médias baixas, ou guardas ecológicos que protejam o entorno de parques e reservas florestais e que sirvam de guias turísticos, ou caseiros de “chácaras de recreio”, com acesso gratuito às terras garantido por regime de comodato.

Para Silva (2001), trata-se de encontrar novas formas de ocupação para a população de ex-parceiros, ex-meeiros, ex-bóias-frias, ex-pequenos produtores rurais, marginalizados pela modernização conservadora das décadas passadas. As novas formas de ocupações, segundo o autor, não devem exigir níveis de qualificação além daqueles que possam ser adquiridos em um

treinamento rápido, para atender ao conjunto de milhões de “sem-sem”, ou seja, aqueles que não têm nem acesso à terra, à habitação, os que estão fora de organizações como o MST, ou outro movimento social reivindicatório, entre outros.

Nesse sentido, Silva recupera as contribuições de Inácio Rangel:

a primeira - e mais importante no meu entender – foi a de mostrar que a realização ou não de uma reforma agrária no País era um problema da correlação de forças políticas que presidiam o nosso desenvolvimento (...), e não uma condição para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira (...). A segunda contribuição de Rangel que considero fundamental para a compreensão da questão agrária brasileira é a proposição de que o preço da terra no Brasil é um problema eminentemente financeiro. Com isso queria dizer que a elevação desse preço não decorria apenas do grande poder político que tinham (e ainda tem) os latifundiários em nosso País. (...). Daí a sua proposição de que derrubar o preço da terra era fazer a verdadeira revolução agrária no Brasil, pois estaríamos destruindo a base material desses grandes proprietários, a quem Rangel chamava de latifundiários feudais (ou semifeudais), para qualificar aqueles latifundiários retrógrados que ainda se opunham à industrialização da nossa economia em pleno século XX. (...) Finalmente a terceira contribuição decisiva de Rangel para elucidar a questão agrária no Brasil é a idéia de que a crise urbana, que se tornava cada vez mais aguda já no início dos anos 80, tinha suas raízes no campo ou, mais especificamente, na forma como se procedia a modernização da nossa agricultura e de suas relações de trabalho, empurrando para as cidades uma população sobrando que não tinha mais como ser absorvida (SILVA, 2004, p. 26, 30-31).

Para Silva (2004), o trabalhador rural volante ou “bóia-fria” era objeto de uma das grandes preocupações de Rangel, que o caracterizava como um dos problemas impropriamente agrários que deveria ter sido resolvido já no início dos anos 60, sob pena de se agravar ainda mais a questão agrária brasileira. O autor, apoiado em Rangel, assegura que o excedente de mão-de-obra é realmente crescente no desenvolvimento das economias capitalistas, o que coloca o problema de recriar outras formas de organização da produção que possam garantir pelo menos parte da subsistência dessa mão-de-obra sobrando. Neste aspecto, Rangel se opôs às formulações da ortodoxia vigente desde os anos 50, que propunham acelerar a modernização da agricultura para liberar mais mão-de-obra para o processo de industrialização do país. Rangel propunha uma reforma agrária que a correlação de forças sociais e políticas permitiriam, ou seja, “uma reforma agrária

não necessariamente rural”, com o objetivo de recompor a autarcia das famílias de bóias-frias, perdida quando migravam para as periferias das grandes cidades. Rangel não acreditava mais na reforma agrária camponesa, pois esta teria que esperar por uma mudança efetiva nas correlações de força no poder que viessem a alterar de fato o próprio caráter capitalista do Estado brasileiro. Silva chama a atenção para a semelhança das idéias de Rangel com o que ele chama de “reforma agrária não essencialmente agrícola” (SILVA, 2004, p. 33).

Assim, a reforma agrária não necessariamente rural, pode estar inserida nas novas formas de ocupação, unindo atividades agrícolas e não-agrícolas e que estão sendo denominadas por alguns autores como um novo rural, ou nova ruralidade. O que existe nessa virada de milênio é então uma nova ruralidade e não o desaparecimento do rural, como a maioria das análises sociais sobre o rural sugeria em momentos como o final dos anos 60, nos países de capitalismo avançado e o início da década de 80, no Brasil (FERREIRA, 2002). Segundo esta autora as teorias do desaparecimento do rural se desenvolveram quando os processos de modernização da agricultura e as mudanças do mundo rural haviam atingido o seu auge e, vários sentidos, vinculavam tais teorias à idéia de declínio:

- O sentido de esvaziamento demográfico evidente, com importantes conseqüências sociais e ambientais, tanto para os espaços rurais como para as cidades. O lugar dos rurais era visto num mundo em urbanização como secundário;
- O sentido de diminuição da participação do setor agrícola no PIB e da sua subordinação crescente ao processo de agroindustrialização;

- O sentido de proletarização de grupos rurais e de generalização do modelo empresa moderna.

Diante disso, a idéia de generalização da cultura urbana desqualificava a atribuição do espaço rural como portador de singularidades (FERREIRA, 2002).

Porém, segundo Ferreira (2002), a partir da década de 90, a literatura das ciências sociais especializadas passou a apontar reiteradamente as potencialidades do rural como espaço possível para reformas societárias de cunho integrativo e com possibilidade de se repensar a qualidade de vida na contemporaneidade. Dentre diversas iniciativas estava-se organizando, em vários países, associações e movimentos sociais de base rural que propunham críticas às políticas rurais e agrícolas gestadas, conforme o modelo de desenvolvimento modernizador. As ciências sociais passaram a considerar esse fenômeno falando de novas ruralidades, reconstrução da ruralidade, ou o novo rural, com a emergência de novos atores sociais rurais e espaços rurais vistos como territórios do futuro.

Para essa autora, também no espaço rural brasileiro, dinamizado por movimentos sociais que defendem a volta à terra, os agricultores vêm pondo em prática estratégias de diversificação de seus estabelecimentos, seja de pluriatividade⁷, de associativismo, agroindustrialização em pequena escala, enfim, “estratégias de valorização das oportunidades que o espaço local e a região oferecem para viabilizar sua reprodução tanto como agricultores quanto como rurais” (FERREIRA, 2002, p. 39).

Segundo Ferreira (2002, p. 40) “a literatura que analisa as diversas

⁷ Pluriatividade é a “combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, se observada pela ótica da família” (DEL GROSSI *et al.*, 2002, p. 99).

formas de reivindicação, luta e organização, bem como as novas propostas produtivas dos agricultores e sem-terra, tem realçado os esforços dos agricultores para viabilizar sua permanência no rural e na agricultura”, bem como a ampliação das funções e usos do meio rural em desenvolvimento no Brasil, com perspectivas de não prescindir de políticas públicas de apoio às iniciativas dos agricultores e outros grupos rurais.

Autores como Del Grossi, Souza e Silva (2002), ao tratarem do surgimento de uma nova conformação do meio rural brasileiro, a partir de meados da década de 1980, a exemplo do que já vinha ocorrendo em países desenvolvidos, dizem que o “Novo Rural” é composto por três grandes grupos de atividades: uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias; atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; “novas” atividades agropecuárias, a exemplo dos “pesque-pagues”, das agroindústrias processadoras e do turismo rural.

Por outro lado, pode-se dizer que a resolução de problemáticas pertinentes à questão agrária nunca deixou de constituir-se numa bandeira dos movimentos sociais, pautando em graus diferenciados as formas de intervenção do Estado no campo. Inúmeros conflitos pela posse da terra, envolvendo atores sociais, tais como, posseiros, trabalhadores sem terra, ribeirinhos, arrendatários, proprietários de terra, empresários agropecuários/agroindustriais, igreja, sindicatos patronais e de trabalhadores, marcaram o campo brasileiro em diferentes décadas.

Quando se supunha que estivesse ultrapassada, a questão agrária ressurgiu, sobretudo, na década de 90, pressionada por movimentos sociais que exigiam do governo medidas concretas, com políticas públicas de caráter estatal,

voltadas para o atendimento das suas reivindicações, seja da parte dos sem-terra ou de pequenos agricultores, forçando a efetiva reforma agrária ou mecanismos de permanência no meio rural, com condições de competitividade no cenário de um novo rural, com o surgimento de novas atividades agrícolas e não-agrícolas. No próximo item serão abordadas algumas políticas públicas direcionadas ao setor rural no Brasil, a partir de 1970.

2.2 As Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural

Na introdução deste trabalho foi colocado que a definição de políticas públicas, voltadas ao setor rural, devem remeter ao desenvolvimento com o fim social. Apresentou-se a opinião de alguns autores⁸ a respeito do assunto afirmando ser necessário que se avance na cidadania; que o desenvolvimento seja sustentável, com a definição de novos padrões de compromisso entre o Estado e a sociedade; e que o processo de desenvolvimento inclua a eliminação da privação das pessoas.

Schneider (2003, p. 7) define o desenvolvimento rural “como um processo que resulta das articulações, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais.”

Para Souza (2000) é necessário que ocorra paralelamente à elevação da produção agrícola, que se dá através de serviços de apoio à produção e à transformação agrícola, a melhoria dos serviços sociais diversos e básicos. Souza (2000, p. 164) afirma que o desenvolvimento rural “originou-se da

⁸ Sugere-se rever o texto introdutório com a opinião dos autores.

necessidade de equacionar um dos problemas mais graves gerados pelo desenvolvimento agrícola: o crescimento da pobreza rural”.

Várias são as políticas públicas que foram executadas ao longo dos anos no país voltadas ao setor rural, que contribuíram meramente para o desenvolvimento agrícola (entendido como o aumento da produção agropecuária) ou para o desenvolvimento rural. Este item concentrou a análise nas políticas de crédito rural e nos assentamentos rurais, em nível federal. Evidenciam-se também, em nível estadual, as principais políticas públicas implantadas no setor rural, a partir de 1980.

2.2.1 Política de Crédito Rural

Com a modernização agrícola, afirmam Staduto e Freitas (2003), a partir da década de 70, o processo produtivo, com a adoção de novas tecnologias, tornou-se mais intenso em capital de giro e capital fixo e as políticas setoriais alteraram os preços relativos dos insumos e produtos, norteados assim os sinais de mercado para os produtos mais rentáveis. Um enorme contingente de produtores, atendendo às sinalizações direcionadas pelo Estado, viabilizou economicamente as suas propriedades, porém, havia uma parcela de produtores que não estavam aptos a atender a esses sinais de mercado, inviabilizando-se economicamente. Para os autores, a disponibilidade de crédito tornou-se imprescindível para que também o pequeno e médio produtor se inserisse no processo de modernização agrícola, possibilitando que os mesmos produzissem de forma a garantir a atividade agrícola viável economicamente.

Porém, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento

Econômico e Social - IPARDES (1978), o sistema de crédito rural, embora se propusesse a possibilitar o fortalecimento econômico, especialmente dos pequenos e médios produtores rurais, acabou beneficiando aos grandes produtores. E isto ocorreu porque os pequenos não tinham o requisito básico para conseguir o empréstimo, ou seja, a garantia de retorno do capital emprestado.

Assim, para o IPARDES (1978), a inviabilidade econômica dos empreendimentos dos pequenos e médios produtores resulta de um processo contraditório, por um lado a impossibilidade de solvência impede a obtenção do financiamento, por outro lado a falta de financiamento impede-os de levar adiante o empreendimento, forçando tais produtores a vender suas terras.

Para Guimarães (1982), muito embora a política pública governamental de Crédito Rural, praticada no final da década de 60, até 1975, tenha se convertido na forma preferencial do Estado para subvencionar o setor agrícola e, possivelmente o principal instrumento de apoio governamental ao crescimento da produção agrícola, apresentou um caráter altamente especulativo da utilização dos créditos, que sofreram influências dos grupos de interesse politicamente organizados, com estímulo a uma maior concentração da propriedade e da renda. Para o autor, a parte mais vultosa do crédito subsidiado encaminhou-se para os produtos de exportação, em detrimento dos produtos de abastecimento interno; dirigiu-se para os produtores e intermediários do Centro-Sul, em detrimento dos do resto do país; concentrou-se nas mãos dos maiores empresários rurais, em detrimento dos pequenos agricultores. As facilidades dos financiamentos induziram às compras excessivas de insumos e favoreceram o superequipamento; do mesmo modo que os juros subsidiados, sem dúvida muito vantajosos, convidavam ao superendividamento.

Guimarães (1982, p. 340) afirma que:

tudo leva à convicção de que, para fortalecer ainda mais o seu já tradicionalmente poderoso monopólio da propriedade territorial, o sistema latifundiário tenha se utilizado das maiores parcelas dos empréstimos, financiamentos e demais subsídios concedidos pelos governos, não para a melhoria de sua estrutura produtiva, mas prioritariamente para adquirir e incorporar novas extensões de terras.

Segundo Furtado (*apud*, STADUTO e FREITAS, 2003), para um país em que a produção agrícola apresentava grande participação na composição da renda nacional até meados dos anos 60, a implantação de qualquer política que gerasse imperfeições no mercado de terra e trabalho, estaria concentrando renda e aprofundando a pobreza. Nesta direção Staduto e Freitas (2003), afirmam que as distorções nos mercados de fatores (trabalho e terra) contribuíram para gerar os principais mecanismos de concentração de renda no Brasil.

Segundo Goodman *et al.* (1985), os debates sobre a questão agrária brasileira, concentram-se nas formulações que consideram as políticas de modernização subsidiadas pelo Estado e o crescimento da agroindústria como determinantes básicos de mudança nas estruturas sociais agrárias nos anos 70. Para esses autores, o foco da estratégia nas políticas brasileiras de desenvolvimento agrícola no final dos anos 60 deslocou-se, gradual, mas incisivamente da ocupação de fronteiras para a capitalização do processo de produção rural, via políticas de investimentos subsidiadas pelo Estado, principalmente através de programas de crédito rural. Assim, para Goodman *et al.* (1985), o incentivo à inovação tecnológica e ao aumento da produtividade foi descrito como “modernização conservadora”, na medida em que o objetivo foi transformar o latifúndio, símbolo da agricultura “primitiva”, “feudal”, numa grande e moderna empresa agrícola.

Analisando a evolução histórica do crédito rural, institucionalizado

através da Lei nº. 4.829, de 05 de novembro de 1965, em publicação sobre política agrícola, o Banco do Brasil (2004), através da diretoria de agronegócios, assegura que desde a sua criação o crédito rural tem cumprido com os seguintes objetivos: estimular o incremento ordenado de investimentos rurais, incluindo armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, se efetuados por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural; favorecer o custeio e a comercialização dos produtos agropecuários; possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores, notadamente os pequenos e médios; incentivar a introdução de métodos racionais de produção com o objetivo de aumentar a produtividade e a melhoria do padrão de vida das populações rurais e a adequada defesa do solo.

No entanto, Goodman *et al.* (1985) afirmam que a grande disponibilidade de créditos institucionais subsidiados, com acesso privilegiado dos grandes proprietários das linhas de créditos voltadas ao investimento, resultou em aumento do valor da terra e encorajou a especulação imobiliária.

Ainda de acordo com o Banco do Brasil (2004), a história e evolução do crédito rural criado em 1935, e que até 1965 era executado somente pelo próprio banco através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, sofreram algumas medidas que foram considerados verdadeiros marcos, sendo elas: a resolução do Conselho Monetário Nacional, em 1967, que tornou obrigatório o direcionamento de 10% dos depósitos à vista no sistema bancário para a concessão de crédito ao setor agrícola; a criação da Poupança Rural em 1986; o aumento da participação do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - no crédito rural por meio do Finame Rural (Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame) do Programa de Operações Conjuntas e do

Programa de Operações Diretas do próprio Banco; criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1995 e em 1996 a criação do Programa de Securitização das dívidas dos agricultores, permitindo o reescalonamento do vencimento das operações com taxas de juros compatíveis com a atividade agropecuária, visto que existiam desencontros entre a correção das dívidas e dos preços mínimos muito desfavoráveis aos agropecuaristas.

Até 1994, assegura o Banco do Brasil (2004), o financiamento do agronegócio brasileiro caracterizou-se por uma forte dependência de recursos oficiais e pelo fato do governo exercer grande influência no mercado através da política de Preços Mínimos. Porém, devido ao descompasso entre o custo do financiamento e o preço dos produtos agropecuários, o sistema financeiro reduziu sua atuação no crédito rural devido ao elevado risco da atividade. A reversão do quadro foi possível em função de alguns fatos relevantes tais como a estabilização da economia, através da implantação do Plano Real; definição de taxas prefixadas para o crédito rural; o próprio Programa da Securitização (1996); Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias (Recoop) em 1998 e a definição de novas linhas de crédito voltadas principalmente a investimentos.

Um estudo realizado pelo Banco Mundial (2003) referente ao período compreendido entre 1969 e 1999 a respeito do crédito rural no Brasil, deixa evidências de que o aumento do crédito subsidiado apresenta pouca correlação com o aumento da produção e produtividade agrícola nacional. Segundo dados do estudo, a produção agrícola aumentou, mesmo com a redução do crédito agrícola. Para o Banco Mundial, o volume de crédito registrado (US\$/toneladas de grãos produzidas), apresentou maior pico no final dos anos 70, próximo de 700 US\$/ton, entrando em declínio até os primeiros anos de 80, registrando 200 US\$/ton em

1984, recuperando-se ligeiramente em 1986, com pouco mais de 400 US\$/ton, voltando a cair nos anos posteriores, chegando a menos de 100 US\$/ton em 1999.

No entanto, quanto à produção agrícola nacional, em termos de grãos, segundo dados do Governo do Paraná (2003), a sua evolução vem apresentando um crescimento marcante, pois em 1970 o país produzia em torno de 30 milhões de toneladas de grãos, passando para 50 milhões de toneladas em 1980, alcançando aproximadamente 60 milhões de toneladas em 1990.

Na série histórica de produção, compreendida entre 1990/1991 a 1999/2000, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (2005), a área cultivada para a produção de grãos, permaneceu praticamente inalterada, de 37.894 mil hectares para 37.824 mil hectares, respectivamente. No entanto, a produtividade em kg/ha aumentou em 43,7%, saindo de 1.528 kg/ha para 2.195 kg/ha no mesmo período e a produção aumentou de 57.899,6 mil toneladas, em 1990/91, para 83.029,9 mil toneladas em 1999/2000, correspondendo a 43,4% a mais na produção de grãos.

Assim a política pública setorial, implantada no País, no setor agrícola, ao longo dos anos foi excludente e seletiva, uma vez que o crédito rural, principal instrumento desta política, pois além de não apresentar correlação entre aumento de crédito rural e de produção, contribuiu para maior concentração da propriedade e renda, concentrando-se nas mãos dos maiores empresários rurais (GUIMARÃES. 1982).

Para Del Grossi *et al.* (2002), as políticas agrícolas ativas são condições necessárias, mas não suficientes, para o desenvolvimento rural, sendo necessário a ampliação dos objetivos procurando integrar as diferentes políticas do meio rural de modo a contemplar a grande variedade de dinâmicas de ocupações

hoje presentes nesse ambiente.

No âmbito do crédito rural provavelmente a mais significativa política pública no setor agrícola voltada a atender a uma parcela marginalizada do processo de modernização agrícola no país, o pequeno agricultor, tenha sido o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Com recursos destinados ao custeio e investimento, o Pronaf tem possibilitado ao pequeno agricultor melhorar o nível tecnológico de sua propriedade, sua condição de vida e da sua família, muito embora, segundo Leite e Medeiros (2004), em geral a distribuição dos recursos do Pronaf tenha se concentrado nos Estados da região Sul do país, estendendo-se a partir de 1997, para Minas Gerais e, em 1998 para a Bahia.

Cazella *et al.* (2004), ao traçarem uma síntese da trajetória do Pronaf, que foi institucionalizado em 1996 através do decreto n. 1946, de 28/7/96, descrevem que o programa se refere aos novos processos de gestão das políticas públicas que têm como alvo os agricultores familiares e o espaço rural brasileiro. Dentre os acontecimentos mais marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro, no período recente, está o surgimento desse programa, que representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social - os agricultores familiares - que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

Para esses autores, o programa tem se firmado como principal política pública do governo federal para apoiar os agricultores familiares, e que, em larga medida, pode-se afirmar que o Pronaf foi formulado como resposta do Estado às pressões do movimento sindical de trabalhadores rurais, realizadas desde o final

da década de 80, com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manterem no campo.

Leite e Medeiros (2004), definem como objetivos do Pronaf: ajustar as políticas públicas à realidade da agricultura familiar; viabilizar a infra-estrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural; fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar; elevar o nível de profissionalização de agricultores familiares, proporcionando-lhes novos padrões tecnológicos e de gestão; favorecer o acesso de agricultores familiares e suas organizações aos mercados de produtos e insumos. Desta forma, além dos valores alocados em créditos específicos (custeio e investimento), também têm sido patrocinados apoios institucionais às agências de assistência técnica e gastos com infra-estrutura direcionada às prefeituras selecionadas no âmbito do Conselho Estadual do Programa.

O Pronaf foi sofrendo alteração desde a sua criação. Em 1997, segundo Leite e Medeiros (2004), em decorrência de pressões do movimento social para que o programa atendesse a uma camada de agricultores em situação econômica mais frágil, foram criados o Pronaf Rotativo ou Rural Rápido (somente para custeio) e o Pronaf-Especial (Pronafinho). No Plano Safra 1998/99 foi introduzido uma nova linha de crédito, isto é, o Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural – Agregar, e a partir de 1999 o programa foi dividido em Pronaf A (voltado aos assentados da Reforma Agrária e beneficiários do Crédito Fundiário), B, C, e D (que inclui agricultores familiares com renda bruta anual variando até o limite de R\$ 40.000,00), além do grupo E cuja renda bruta anual varia de R\$ 40.000,00 a R\$ 60.000,00 (Proger Rural – Programa de Geração

de Emprego e Renda).

De acordo com a Cartilha de Crédito do Pronaf, safra 2003/04, para obter recursos do Pronaf, os agricultores familiares devem preencher todas as seguintes condições:

- Explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro;
- Residem na propriedade ou em local próximo;
- Tenham no trabalho familiar a base da exploração do estabelecimento, admitindo-se a contratação de empregados temporários ou eventuais (no caso do grupo D, podem ter até dois empregados permanentes);
- Explorem no máximo 4 módulos fiscais de área de terra (ou 6 módulos fiscais no caso de pecuaristas familiares);
- Tenham renda bruta anual de até 40 mil reais;
- Tenham, pelo menos, 80% da renda familiar gerada no estabelecimento.

Leite e Medeiros (2004) afirmam que é certo que essa política de crédito, complementada parcialmente pelo programa de infra-estrutura com a criação de arenas decisórias locais e regionais, significou um avanço quando comparada ao período anterior e ao perfil da política de financiamento rural no Brasil nos últimos 40 anos. Para a agricultura familiar foram observados avanços na capacidade organizativa local, através da formação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDRs e articulação de um conjunto de pequenos produtores via entidades de representação, embora o Pronaf tenha concentrado seus recursos na modalidade custeio em regiões onde predominavam agricultores familiares mais capitalizados ou integrados e nos projetos voltados aos cultivos de

produtos como soja, fumo, milho e trigo.

Outra linha de política pública voltada ao setor rural é o Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, que segundo Valle (1998), tem sua origem fundamentada no novo cenário nacional, ao longo da década de 1990, quando o país passa por um intenso processo de integração econômica no mundo globalizado. A Constituição Federal de 1988 instituiu fontes de recursos que vem permitindo ao Governo Federal criar novos programas e aperfeiçoar os já existentes para uma intervenção mais efetiva no mercado. O mecanismo propulsor dessa intervenção é, sem dúvida, o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, instituído pela Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com arrecadação do PIS e do PASEP.

O foco central é a promoção de novos postos de trabalho e financiamento de programas que visem o incremento do potencial de empregabilidade do trabalhador. Para tanto, segundo Valle (1998), o PROGER, tem como objetivo a concessão de financiamento aos pequenos e microemprendimentos, iniciativas produtivas do setor informal, cooperativas e associações de produção, segmentos que têm tido históricas dificuldades na obtenção de crédito junto ao sistema bancário para seus financiamentos produtivos. Inicialmente de caráter urbano, o Programa foi ampliado em agosto de 1995, sob o arcabouço da política de crédito rural do Governo, para os mini e pequenos produtores rurais, financiando o custeio e o investimento de suas atividades produtivas, a taxas de juros subsidiadas.

No Plano Agrícola e Pecuário de 2003/04, o PROGER RURAL foi considerado um importante programa de apoio para a evolução econômica e social dos micros e pequenos produtores, cuja renda bruta anual fosse superior ao limite estabelecido para o público beneficiário do Pronaf. Para a safra 2004/05, o

programa foi mantido a juros de 8% ao ano, tanto para custeio quanto para investimento (PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2004/05).

Evidentemente que as políticas públicas do setor agrícola não se restringiram ao crédito rural, ao longo das últimas décadas, e objetivaram estimular a adoção de tecnologia voltada ao aumento de produção. Os meios utilizados para se alcançar esse objetivo foram diversos, incluindo a assistência técnica e extensão rural, a pesquisa e diversos programas setoriais de investimentos.

Para a CONAB (1995), além do crédito rural, a Política de Preços Mínimos - PPM, e o PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária), juntos, conseguiram prover o capital de giro de baixo custo, sustentar os preços de comércio e segurar a produção contra ameaças ambientais e ainda desempenharam papel fundamental no crescimento da produção, regularidade de oferta e relativa estabilidade de preços nos anos 70 e 80. Porém, segundo a CONAB (1995), para que tais mecanismos tenham sucesso é necessário que se atenda a alguns pressupostos, dentre eles o de aporte de recursos oficiais para financiar o crédito aplicado na produção e comercialização agrícola, capital de giro necessário à formação de estoques públicos, a administração do PROAGRO e da política comercial externa restritiva e limitante da competição internacional, assegurando mercados cativos aos produtos nacionais.

No entanto, a própria CONAB (1995), reconhece que tais pressupostos já não existem mais, pois além da dificuldade de se estabelecer as fontes do crédito para o plantio e comercialização, a política de preços é incapaz de impedir que haja comercialização por preços abaixo dos níveis oficiais e existe ainda a dificuldade do PROAGRO em honrar seus compromissos financeiros no devido tempo.

Isso posto, e considerando que existem outras políticas agrícolas⁹, que não serão objetos de análise no presente estudo, o próximo item apresenta uma das políticas do governo federal, os Assentamentos Rurais. Estes estão voltados a amenizar a situação dos agricultores que foram expulsos do campo ou de outros trabalhadores que mesmo não tendo trabalhado na área rural, porém estão engajados em movimentos sociais como o MST, ou ainda, voltados aos filhos de pequenos produtores impossibilitados de adquirir terra para a permanência no campo.

2.2.2 Assentamentos Rurais¹⁰

Uma outra vertente de política pública voltada ao desenvolvimento rural, são os assentamentos rurais, oriundos das pressões de movimentos sociais rurais que têm a árdua tarefa de amenizar os impactos negativos internos e externos no setor agrícola, facilitando o acesso, bem como a permanência do homem no campo.

França (2004), afirma que os assentamentos rurais são um fato novo e importante na história recente da luta pela democratização do acesso à terra no Brasil, compreendendo um universo bastante diversificado e espalhado por todas as regiões do país. Os efeitos provocados pelos assentamentos repercutem sobre a vida dos assentados e sobre as regiões onde estão localizados, percorrendo as dimensões econômica, social e política.

⁹ Políticas Agrícolas como de Estoques Públicos; de Abastecimento; e de Tributação na Agricultura.

¹⁰ Embora existam vários tipos de assentamentos oriundos de iniciativas desencadeadas através de desapropriação de terras, projetos de reassentamentos em função de construção de barragens hidrelétricas, projetos de reservas extrativistas, de aproveitamento de terras públicas e ainda alguns projetos de colonização, nesse item está sendo considerado o Assentamento Rural com finalidade de Reforma Agrária.

Leite (1997), afirma que o impacto nas dimensões social, econômica e política dos assentamentos rurais é considerável, mas sua visibilidade ainda não foi exaustivamente apresentada e sistematizada, não só nessas três dimensões, mas também na própria dimensão demográfica, visto que em alguns municípios a população assentada hoje é maior do que a população rural existente chegando perto do número de habitantes urbanos.

Brenneisen (2002), ao discorrer sobre os assentamentos, diz que a existência desses deve-se ao processo de abertura política, ocorrida no início da década de 80, que permitiu o surgimento e manifestação de diversos movimentos populares no cenário político brasileiro, dentre eles o MST. Este movimento destacou-se pelo seu dinamismo e continuidade, em razão do atendimento insuficiente de suas demandas; do uso eficaz de determinadas estratégias organizacionais empreendidas nos últimos anos e; porque a luta pela terra não se esgota com o atendimento de sua reivindicação imediata, isto é, com a conquista da terra. A luta se desdobra na viabilização da manutenção da terra conquistada, quando então a organização da produção torna-se preocupação central por parte da direção do movimento, já que “não bastava garantir o acesso à terra, era preciso buscar alternativas de viabilização da produção no interior desses assentamentos. Assim, a busca da eficácia econômica nos assentamentos de reforma agrária tornou-se central para a direção do Movimento” (BRENNEISEN, 2002, p. 13).

De acordo com os estudos de Heredia *et al.* (2004), sobre os impactos dos assentamentos, o que tem pesado na implementação dos mesmos são os conflitos por terra e as iniciativas dos trabalhadores rurais e de seus movimentos. A maioria dos assentamentos resulta de ocupações de terra, ou seja, ocupações massivas e públicas de terras, que se tornaram freqüentes e

consolidaram sua denominação nos últimos 15 anos, estimulados pelo MST.

Fabrini (2002), assegura que os assentamentos se constituem como território de existência camponesa, apesar de serem uma realização do Estado. Segundo esse autor, os assentados são os sujeitos do processo social e político e o território do assentamento é uma construção realizada por sujeitos sociais ativos. Os assentamentos de sem-terra não são apenas lugares dedicados à produção agropecuária, mas também o lugar do debate político, onde se discutem questões como a conquista da terra e a continuidade articulada das lutas. Neles, os assentados, de forma organizada, lutam por infra-estrutura de produção, crédito financeiro, além de refletirem sobre a política agrária, agrícola e questão ambiental, entre outros.

Ao tratar dos camponeses que estiveram excluídos do debate político ao longo de muito tempo, Fabrini (2002) afirma que o desenvolvimento desigual exige a presença da instância política, a exemplo do Estado, para a reprodução social, colocando as lutas sociais no centro da análise.

Muito embora o tema agrário parecesse ter perdido lugar no debate político, de acordo com Leite e Medeiros (2004), alguns fatos marcantes alteraram esse quadro no início do governo Fernando Henrique Cardoso, a exemplo do massacre de Eldorado de Carajás, no Pará, em 1996 e a retomada das ocupações de terra, seja pelo MST como por outros movimentos. Esses acontecimentos deram novo destaque à questão agrária, levando o governo a criar, em 1996, o Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, mais tarde Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, sinalizando uma ofensiva governamental para retomar a iniciativa política em relação às demandas emergentes. Para os autores, as iniciativas governamentais foram uma tentativa de rever a concepção de reforma

agrária, buscando adequá-la à lógica de mercado, descentralizando-a e atribuindo novas competências aos estados e municípios. Essa estratégia desembocaria no redesenho da política de intervenção governamental no espaço agrário, ou seja, consolidaria uma opção de política pública voltada à reforma agrária de mercado em detrimento da desapropriação por interesse social, e uma política de fortalecimento da agricultura familiar.

Para esses autores, o redesenho da política governamental fez-se por meio da criação de uma série de aparatos institucionais (medidas provisórias, decretos ou leis complementares) que agilizaram as ações fundiárias governamentais e buscaram tirar dos movimentos de luta por terra suas iniciativas. A nova legislação criou instrumentos que visavam acelerar a obtenção de terras para a realização de assentamentos rurais com destaque para: agilização do rito sumário; vistoria das terras com acompanhamento pelas entidades sindicais patronais e de trabalhadores, excluindo-se o MST; impedimento da fragmentação dos imóveis depois de realizada a comunicação da vistoria. Com essas medidas pretendia-se coibir os altos valores pagos pelas desapropriações e contornar subterfúgios utilizados pelos proprietários para não terem suas terras desapropriadas.

Outras resoluções que visavam inibir a ação das organizações representativas dos trabalhadores rurais, em especial o MST, que se destacam, segundo Leite e Medeiros (2004) são as seguintes: proibição de realização de vistorias em áreas ocupadas; suspensão de negociação em casos de ocupação de órgãos públicos; impossibilidade de acesso a recursos públicos por entidades consideradas suspeitas de serem participantes ou incentivadoras de ocupação de imóveis rurais ou bens públicos. As novas medidas possibilitaram indicações de

áreas a serem desapropriadas, pelos proprietários de terra e entidades sindicais, e “estadualizaram a demanda”, procurando isolar a força de entidades representativas nacionais.

Como parte da nova compreensão da Reforma Agrária, foi iniciada no Ceará, em 1996, a primeira experiência, no Brasil, de reformas agrárias “conduzidas pelo mercado” nos moldes das reformas implementadas com o apoio do Banco Mundial nas Filipinas, África do Sul e Colômbia, durante a década de 90. A reforma agrária de mercado, inicialmente com o nome de Programa de Cédula da Terra – PCT, obteve recursos de empréstimo junto ao Banco Mundial, ficando conhecida mais tarde com o nome de Banco da Terra, sendo o Paraná um dos estados que foram contemplados com o programa, além do Nordeste, região Sul, Minas Gerais e Espírito Santo. Diante de uma suposta queda nos preços da terra, o governo optou pelo estímulo à obtenção de terras no mercado, com a hipótese de que, além de encontrar preços mais baixos, haveria um ganho político por se privilegiar a negociação e não o confronto (LEITE e MEDEIROS, 2004).

Conforme Leite e Medeiros (2004), inicialmente o programa de estímulo ao acesso à terra via mercado foi implementado sem provocar debates políticos, porém na medida em que foi consolidando-se as reações iniciaram. A Confederação Nacional da Agricultura (Contag), reiterava a defesa da desapropriação por interesse social, aceitando, no entanto, como mecanismo complementar à desapropriação, um programa de reordenamento fundiário, para o qual não poderiam ser utilizadas áreas passíveis de desapropriação. Já o MST, a partir do momento em que o programa ganhou visibilidade com a possibilidade de ser estendido a todo o país, passou a fazer críticas agudas e insistiu nas ocupações de terra, em áreas inclusive destinadas ao programa.

Por outro lado, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (criado em 1995) tinha como principais críticas o sistema de compra e venda de terra que levava o poder público a abrir mão de conduzir a reforma agrária, uma vez que esta estaria sob o controle direto dos proprietários de terra, que seriam premiados na medida em que receberiam o valor do imóvel em dinheiro e à vista, transformando as áreas improdutivas em verdadeiros ativos financeiros. Com base nas críticas realizadas, o Banco Mundial comprometeu-se junto ao Fórum em não incluir no novo empréstimo ao Brasil e, em outros que viessem a ser feitos no futuro, as áreas passíveis de desapropriações. Assim, com uma nova alternativa foi gerado o Programa de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza – CFCP, garantindo a exclusão de áreas que, do ponto de vista legal, poderiam ser desapropriadas.

Conforme Leite e Medeiros (2004), numa análise do período mais recente, não se pode qualificar rigorosamente esse processo de reforma agrária, pois se trata de uma “política de assentamentos” que tem forçado o governo a dar respostas às ações desencadeadas pelos movimentos sociais, num período de pelo menos 15 anos para cá.

No próximo item são apresentadas as políticas públicas adotadas pelos governos do Paraná, a partir de 1980, voltadas ao setor rural.

2.2.3 As Políticas Públicas Agrícolas no Estado do Paraná

Na esfera do governo federal pode-se dizer que, nos últimos anos,

a política agrícola voltada à agricultura familiar vem se firmando com programas a exemplos do Pronaf e PROGER, em termos de custeio e investimento e, em nível de estrutura fundiária a reforma agrária concretiza-se, via assentamentos, com aquisição de terras através de desapropriações ou compra direta dos beneficiários com os proprietários, nos moldes do Banco da Terra ou Crédito Fundiário.

Já na esfera estadual, o Governo do Paraná, a partir de 1980, tem implantado algumas experiências de políticas públicas na área rural, que possibilitaram o desenvolvimento agrícola ou rural. Dentre as políticas em nível estadual, de acordo com o documento “Desenvolvimento Rural – Experiências e Futuro”, do Centro de Coordenação de Projetos de Governo (CCPG, 2004), destacam-se:

1) no período de 1980 a 1984, o Programa Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor – Prorral, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com o objetivo de criar base de infra-estrutura e apoio institucional, nas áreas do Litoral, Alto Ribeira, Alto Médio Iguaçu, Alto e Médio Tibagi e Região Metropolitana de Curitiba;

2) ainda na década de 1980, os Programas de Eletrificação Rural e de Manejo Integrado do Uso de Solo e Água (PMISA), objetivando levar energia elétrica à área rural, e o manejo integrado do uso do solo e água;

3) no período de 1989 a 1997, o Projeto Paraná Rural que, executado com financiamento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, objetivou reverter a degradação dos recursos naturais e controlar a erosão hídrica em mesorregiões prioritárias como Sul, Centro e Noroeste do Estado;

4) a partir de 1998, o Projeto Paraná 12 Meses, ainda em execução,

também com recursos financiados pelo BIRD, tem como objetivos aliviar a pobreza rural, viabilizar a recuperação dos solos e modernizar a agricultura familiar, atendendo todo o Estado. A estratégia técnica do Projeto Paraná 12 Meses para o Combate à Pobreza, inclui o Programa Vila Rural e contempla infra-estrutura, desenvolvimento comunitário e a geração de renda; manejo de recursos naturais, com controle de erosão, melhoria da fertilidade e redução da poluição e modernização da agricultura familiar, atuando na gestão da unidade, mudança nos sistemas e verticalização (CCPG, 2004).

Souza (2000) destaca três políticas de desenvolvimento agrícola e rural marcantes no contexto paranaense, que tinham como ponto comum resolver a questão do aumento das disparidades sociais e regionais no campo, procurando diminuir ou estagnar o processo de diferenciação social, quais sejam: o PRORURAL, o PARANÁ-RURAL e o PARANÁ 12 Meses. Para o autor, o PRORURAL não atingiu a proposta social e se constituiu em instrumento de integração dos pequenos e médios agricultores de melhor situação econômica; já o PARANÁ-RURAL e o Paraná 12 Meses foram controlados por alguns poucos extensionistas e agricultores mais poderosos, não permitindo aos agricultores mais pobres nenhum protagonismo quando da elaboração de projetos e programas voltados ao seu próprio desenvolvimento.

Mas, se tais políticas não foram suficientes para se combater as desigualdades regionais o governo estadual tem elaborado políticas especiais, voltadas às necessidades regionais de desenvolvimento econômico sustentável, visando principalmente a agricultura familiar. Assim, o governo estadual, como agente gestor, tem procurado inserir mecanismos de políticas públicas, no setor da agropecuária, visto que o aprofundamento da desigualdade regional, demonstrado

através dos baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e Mapeamento da Pobreza Rural, vêm ocorrendo no Paraná¹¹, principalmente, em função da concentração de renda, do emprego e do crescimento econômico (GOVERNO DO PARANÁ, 2003).

Neste sentido, para promover o desenvolvimento sustentado em zonas rurais, incentivar a modernização e promover a diversificação dos diferentes setores agropecuários, considerando o interesse específico regional, foram instituídos, a partir de 2003, no Estado do Paraná:

- o Fundo de Aval, destina-se a fornecer garantias em operações de crédito rural, aos agricultores familiares marginalizados exatamente em função da falta de garantias, quando do momento de acessar os benefícios do crédito. São beneficiários do Fundo de Aval agricultores que detenham a terra a qualquer título, ou seja, pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, colonos, parceiros ou assemelhados (GOVERNO DO PARANÁ, 2003);

- a Casa da Família Rural, que tem por objetivo atender demandas habitacionais de reforma, ampliação e construção de novas moradias no meio rural. Pelo sistema de autogestão, as casas são de alvenaria, com área construída de 52 metros quadrados e o financiamento será pago em equivalência produto (COHAPAR, 2005);

- o Projeto Apoio a Inclusão Social e ao Desenvolvimento Sustentável no Meio Rural Paranaense, procurando atender entre outros objetivos, o desenvolvimento de capital humano e de capital social, a elevação dos padrões de qualidade de vida e cidadania e, a dotação de infra-estrutura na superação de restrições ao desenvolvimento. A área prioritária deste projeto são os municípios de

¹¹ Este assunto será retomado no capítulo 3.

menores IDHs (CCPG, 2004).

Todas as políticas mencionadas têm procurado atender aos agricultores ainda remanescentes no campo ou àqueles que integram os movimentos sociais, porém aquela parcela que foi expulsa e que continua trabalhando na área rural, temporariamente, o trabalhador rural volante, este só foi contemplado com o Projeto Paraná 12 Meses, através do Programa Vila Rural.

Será sobre o trabalhador rural volante e a agricultura paranaense o enfoque do próximo item.

2.3 O Trabalhador Rural Volante no Quadro da Questão Agrária Brasileira e Paranaense

2.3.1 Os Trabalhadores Rurais Volantes e a Pobreza Rural

Considera-se importante, antes de se discutir o sentido do Programa Vila Rural, apresentar alguns estudos que se reportam à questão do trabalhador rural temporário, ou volante, incluindo análises referentes à desigualdade de rendimentos por ocupação no setor agrícola, qualidade do emprego agrícola e não-agrícola e a determinação dos salários dos trabalhadores temporários. Embora os estudos que serão apresentados, à exceção do IPARDES, discutam a realidade do Estado de São Paulo, considera-se pertinente enfocá-los, na medida em que são referências importantes – e não existem estudos específicos para o Estado do Paraná - para a compreensão da realidade da desigualdade de rendimentos por ocupação, ou a qualidade do emprego agrícola e não-agrícola, também no Estado do Paraná.

Para D'incao (1981), o estudo das diferentes formas de exploração da força de trabalho numa dada realidade inicia-se a partir da compreensão do processo pelo qual a produção econômica se realiza, isto é, do modo de produção, entendido o mecanismo pelo qual os meios de produção são possuídos, e as relações entre os homens, resultantes de suas ligações com o processo de produção. Em se tratando de formações sociais capitalistas, estas relações se definem, tendo de um lado a classe dos detentores dos meios de produção, compradores da força de trabalho, e de outro a classe que, desprovida desses meios de produção, é obrigada a vender sua força de trabalho para sobreviver.

D'incao (1981) afirma que a possibilidade de contar com um tipo de trabalhador, que recebendo por tarefa ou por dia e trabalhando num ritmo irregular, favorece aos interesses do empregador, existe em decorrência da superabundância de mão-de-obra. Na situação de superabundância de mão-de-obra, o próprio salário mínimo tende a ser fixado cada vez mais baixo do mínimo necessário para a sobrevivência do trabalhador.

Para D'incao (1981) a precariedade das condições de vida de certos trabalhadores, conhecidos como “bóias-frias”, exige que eles se disponham a realizar o trabalho que encontram, numa tentativa de sobreviver. É nestes termos que se sujeitam ao trabalho diarista na lavoura. E o fazem sobretudo nas épocas de colheita, quando sabem contar com um período maior de trabalho do que nas outras ocupações que costumam desempenhar. Assim, o “bóia-fria” vê o seu trabalho sempre como um paliativo e nunca como uma solução definitiva.

Ainda, segundo a autora, o “bóia-fria” (ou trabalhador rural volante) pelo caráter intermitente do seu trabalho pode ser incluído no exército industrial de reserva, no processo global da economia rural. Resultando do processo de

liberação da mão-de-obra, por efeito do desenvolvimento do sistema capitalista de produção no campo, ele é absorvido como mão-de-obra mais barata e conseqüentemente mais vantajosa para a acumulação do capital. A sua participação no processo de produção se faz, portanto, através da depreciação dos salários ou do valor pago à força de trabalho. E este fato leva o "bóia-fria" a vivenciar uma situação de extrema miserabilidade.

O IPARDES (1978), em pesquisa que analisa a remuneração do trabalhador temporário, no Estado do Paraná, afirma que a distinção de outros trabalhadores é o fato de ser essa remuneração muito baixa. Fruto da entrada de capital no meio rural, o trabalhador rural volante encontra uma demanda de mão-de-obra altamente sazonal dada a crescente especialização da agricultura em produtos para a exportação. Por outro lado, na área urbana, a demanda de mão-de-obra também é reduzida, em função dos padrões de industrialização vigentes.

Nesse sentido, segundo o IPARDES (1978), as alternativas de ocupação para o trabalhador rural volante, são limitadas ou precárias e, na verdade é no próprio setor primário e nas flutuações de sua atividade produtiva que podem surgir as oportunidades de trabalho para esses trabalhadores que ficam à disposição do capital para serem absorvidos onde e quando lhe for conveniente, especialmente em ocupações de menor qualificação, menor remuneração e maior instabilidade.

O IPARDES (1978) conclui que a explicação da permanência de um contingente da população subempregada, e com alta descontinuidade em suas relações de trabalho, encontra-se no modelo de desenvolvimento econômico do país. Assim, como sugestão de intervenção sobre a situação do trabalhador rural volante, o IPARDES apresentou, entre outras, a Reforma Agrária, ou seja, uma

resposta definitiva frente ao agravamento da situação desses trabalhadores.

Quanto ao aspecto de ocupação de mão-de-obra, Corrêa e Hoffmann (1997), ao analisarem a evolução da desigualdade de rendimentos entre as pessoas ocupadas no setor agrícola do Estado de São Paulo, no período de 1981-1990, afirmam que a evolução histórica da economia brasileira é caracterizada por um processo de concentração de renda, que tem ocorrido em presença de alterações na política econômica e flutuações no desempenho macroeconômico. Foi possível analisar a evolução da desigualdade através de dados das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios – PNADs e também por dados fornecidos pelos censos demográficos.

Para esses autores, a desigualdade de rendimentos pessoais cresceu tanto nos anos 60 e 70 que foram, em média, períodos de forte crescimento da renda, quanto aos anos 80, caracterizados pela redução (ou mesmo estagnação) no ritmo do crescimento econômico. Já no setor agrícola brasileiro, com o crescimento contínuo da desigualdade de rendimentos pessoais entre os anos de 1981 a 1990, a desigualdade aumentou, o rendimento médio diminuiu e a pobreza absoluta se ampliou com aumento do grau de concentração de rendimentos do trabalho, tanto no Brasil como um todo, quanto nas diferentes regiões do país.

De acordo com os dados de Corrêa e Hoffmann (1997), no período analisado, 1981-1990, considerando a distribuição da renda entre pessoas economicamente ativas, com rendimento e domicílio na área rural, observa-se que o rendimento médio diminuiu cerca de 8% e os 50% mais pobres, que ficavam com 17,9% da renda total em 1981, tiveram essa participação reduzida para 15,9% em 1990.

A conclusão da análise dos condicionantes da desigualdade de

rendimentos entre as pessoas ocupadas na agricultura paulista, por Corrêa e Hoffmann (1997) mostra o papel principal desempenhado pela variável posição na ocupação (empregador, conta-própria, empregado e volante) para a explicação da desigualdade, seguidos, em ordem de importância, por educação, idade e sexo.

Para esses autores, a maior relevância do fator posição na ocupação destaca a importância do conceito de classes e da distribuição prévia da riqueza no setor agrícola paulista e reitera o papel vital da adoção de políticas que promovam modificações estruturais pode ter no processo de redistribuição da renda no país, especialmente na área rural. Tratam-se de políticas que equacionem a questão da posse da terra e a implementação de um sistema de tributação fundiária ou mesmo políticas que normatizem as relações de trabalho no meio rural.

Balsadi e Silva (2001), ao analisarem a qualidade do emprego agrícola e não-agrícola da PEA rural no estado de São Paulo, nos anos 90, dizem que a demanda de mão-de-obra na agropecuária paulista apresentou forte queda ao longo do período, devido à incorporação de modernas tecnologias – principalmente aquelas destinadas às operações de colheita e pós-colheita – e a redução da área cultivada com importantes culturas, como o café, os grãos e as oleaginosas (algodão, arroz, feijão e trigo, principalmente), o que resultou numa PEA agrícola do estado de 1.261 mil pessoas ocupadas em 1992 para 944 mil em 1998. E a saída para a população residente na área rural foi encontrar ocupações fora da agricultura, no próprio campo ou nas cidades. Isso resultou em mais de 50% da população economicamente ativa com residência rural ocupada em atividades não-agrícolas¹², no final dos anos 90.

¹² Os autores definiram três grupos de ocupações agrícolas (trabalhadores permanentes, trabalhadores temporários e operadores agrícolas) e sete não-agrícolas (serviços domésticos, serviços não-domésticos, indústria de transformação, comércio não-especializado, motoristas, professores e construção civil).

Para Klein (1992), explica-se a importância das ocupações não-agrícolas dos residentes rurais, na medida em que: criam-se empregos a um custo unitário menor; reduzem as migrações rurais-urbanas; remuneram-se mais que o setor da agricultura; utilizam-se de mão-de-obra familiar rural ociosa, principalmente da mulher; e, complementa-se a geração de emprego e renda quando a agricultura esgota a capacidade de absorção da população economicamente ativa do meio rural. Assim, as ocupações não-agrícolas cumprem o importante papel de aliviar a pobreza no meio rural.

Segundo Balsadi e Silva (2001), em função do quadro geral de mudanças estruturais na PEA rural paulista, marcada pelo contínuo crescimento das ocupações não-agrícolas, foi fundamental a avaliação para saber se o emprego não-agrícola dos residentes rurais oferece melhores condições de trabalho, em relação ao emprego nas tradicionais atividades agropecuárias. Entre outros resultados, verificou-se que para os homens empregados residentes no meio rural, as ocupações agrícolas tiveram pior qualidade de trabalho do que as não-agrícolas, à exceção dos operadores agrícolas.

Em outras palavras, para esses autores, no final dos anos 90, no meio rural não-metropolitano paulista, a inserção dos homens em empregos não-agrícolas significou a obtenção de melhores condições de trabalho em comparação com os empregos agrícolas de trabalhadores permanentes e temporários. Os grupos de ocupações com as condições de trabalho menos satisfatórias para os empregados residentes no meio rural foram os trabalhadores temporários. Já para as mulheres residentes no meio rural, a inserção no emprego não-agrícola, no final dos anos 90, só não significou melhores condições de trabalho quando o emprego era nos serviços domésticos, justamente o grupo de ocupações mais significativas

para elas (responsável por 50% dos empregos).

Assim, de acordo com Balsadi e Silva (2001), os resultados obtidos com a análise da qualidade do emprego agrícola e não-agrícola têm desdobramento interessante no que se refere à formulação de políticas de geração de emprego e renda para a população residente no meio rural. Se o fomento às atividades não-agrícolas tem efeito muito positivo em termos de melhoria da qualidade do emprego, o grande desafio é como definir políticas que gerem mais empregos na agricultura e, ao mesmo tempo, melhorem as condições de trabalho das pessoas nela empregadas. Finalizam os autores dizendo que, essa necessária integração das atividades agrícolas e não-agrícolas, gerando empregos de melhor qualidade, em projetos de desenvolvimento local/regional sustentáveis ainda está por ser enfrentada pelas políticas públicas.

Staduto (2003), no estudo sobre a determinação dos salários na agropecuária brasileira, ao analisar a oferta e demanda de mão-de-obra agrícola, distingue duas categorias de trabalhadores agrícolas: temporária e permanente, sendo que a oferta de mão-de-obra temporária tem dois componentes, ou seja, o pequeno proprietário não-tecnificado e o bóia-fria. Com relação à oferta de mão-de-obra do bóia-fria, para o autor, essa é composta por três tipos de trabalhadores: a mão-de-obra do bóia-fria permanente (indivíduo que se dedica somente às atividades agropecuárias, cuja oferta é influenciada pelo salário mínimo); a mão-de-obra do bóia-fria esporádico (neste caso a oferta é função somente do próprio salário vigente para essa ocupação) e, a oferta de trabalho do bóia-fria temporário, que dependerá da possibilidade desse trabalhador obter ocupação não-qualificada e não-agrícola fora ou dentro do meio rural, neste caso a oferta de trabalho do “bóia-fria” temporário será função do salário alternativo urbano (geralmente salário

do servente de pedreiro), além dos salários pagos aos trabalhadores temporários. Por outro lado, segundo o autor, a demanda de trabalho temporário além de ser função do salário real do trabalhador temporário é também influenciada, entre outros, pelo nível tecnológico.

Com relação à determinação dos salários na agropecuária brasileira, Staduto (2003) analisou, entre outros aspectos, os salários dos trabalhadores em regiões mais tecnificadas, a exemplo dos estados das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país. O autor constatou que a produtividade do trabalho não foi a variável mais importante na determinação dos salários agrícolas, pois nessas circunstâncias, os salários agrícolas têm como forte componente o aspecto institucional, ficando os fatores de mercado num papel secundário, sendo, portanto, o salário mínimo o principal determinante dos salários agrícolas no país.

Daí que, para Staduto (2003), embora a produtividade do trabalho tenha aumentado ao longo dos anos, principalmente na região mais tecnificada, o salário mínimo impediu que o aumento da produtividade do trabalho se refletisse em aumentos de salários, assim novas políticas econômicas e formas de atuação dos trabalhadores poderiam ser visualizadas para a agropecuária, sendo necessário também aprimorar a organização dos trabalhadores agrícolas para que possam reivindicar melhores salários.

Além disso, segundo o autor, as políticas de redução do salário mínimo ao exercerem efeito direto sobre os salários agrícolas no Brasil e, embora tendo sido institucionalizado no mercado de trabalho agrícola, em 1963, não garantiu que os salários, tanto de trabalhadores temporários quanto permanentes, em regiões menos tecnificadas, fossem igual ou superior ao do salário mínimo.

Silva (1997) ao analisar a modernização da agricultura brasileira,

afirma que os aspectos de desigualdade entre as várias regiões do país, e a parcialidade da modernização, atingindo algumas fases do ciclo produtivo dos principais produtos, acentuaram as diferenças de requerimento de mão-de-obra exigidas, impôs o uso de trabalhadores temporários e a concentração das terras e dos capitais necessários ao empreendimento agrícola eliminou do horizonte do trabalhador rural a ilusão do seu acesso à terra como produtor independente.

Referindo-se ao movimento de trabalhadores rurais volantes das regiões canavieiras paulistas, Silva (1997), criticou a ação do poder público em nível estadual por não ter conseguido formular políticas sociais compensatórias, a exemplo de geração de atividades não-agrícolas, voltadas à melhoria das condições de vida desses trabalhadores, principalmente nas situações de desemprego acentuado na entressafra. Para o autor, na verdade são as prefeituras, em suas maiorias pequenas e despreparadas, as que mais sofrem as pressões e conseqüências dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores rurais volantes.

Independentemente do cenário acima estar concentrado no estado de São Paulo, enfocando a situação dos trabalhadores temporários, principalmente os cortadores de cana, a situação não é diferente dos demais trabalhadores rurais temporários de outros estados, a exemplo do Paraná, que também sofrem nos períodos de entressafra.

Em função disso e no intuito de se minimizar a situação de pobreza e/ou exclusão social dos trabalhadores rurais volantes, faz-se necessário inserir mecanismos de políticas públicas alternativas, que impulsionem o desenvolvimento rural sim, mas que atendam a essa massa de trabalhadores, com a geração de ocupações e de renda.

Del Grossi *et al.* (2002) propuseram, no contexto do novo rural,

como saída para o desenvolvimento rural, especialmente para o Estado do Paraná, cinco grupos de políticas fundamentais:

Políticas de “desprivatização” do espaço rural, tais como, a criação de programas de moradia rural, recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas para lazer no entorno de reservas ecológicas, parques e represas; e a implantação de uma reforma agrária não exclusivamente agrícola nas regiões Centro-Sul do País; políticas de urbanização do meio rural visando à criação de infra-estrutura de transportes e comunicações, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação; políticas de geração de renda e ocupações não-agrícolas, que visem estimular a pluriatividade das famílias rurais e outros usos para os espaços rurais (como o turismo, a moradia e a preservação ambiental), promovendo também a requalificação profissional necessária dessa população para a sua reinserção nesses novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo; políticas sociais compensatórias ativas, tais como aposentadoria precoce em áreas desfavorecidas, estímulo a jovens agricultores, renda mínima vinculada à educação de crianças (como no caso dos cortadores de cana mirins, trabalhadores das carvoarias), etc.; re-ordenamento político-institucional que reconheça as novas formas de regulação que vêm surgindo no novo rural e que permitam tanto superar o tratamento individualizado dado até aqui aos beneficiários das políticas públicas, como fortalecer novas estruturas do poder local para que seja possível a efetiva descentralização das atuais políticas públicas do país. Enfim é preciso remover o viés urbano e agrícola das atuais políticas públicas, sem que o desenvolvimento do novo rural paranaense possa ficar comprometido (DEL GROSSI *et al.*, 2002, p.122 e 123).

Silva (2004), ao analisar a modernização da agricultura brasileira, ancorado na idéia de Rangel de que o desenvolvimento capitalista repõe contradições, afirma que o êxodo rural, na medida em que esvazia o campo e incha as cidades, transforma a crise agrária numa crise urbana, ou seja, a questão agrária dos anos 60, traduzida na figura do “bóia-fria”, com emprego temporário, transforma-se atualmente numa crise urbana, com a presença de milhares de desempregados permanentes.

Neste sentido Silva (2004, p. 35) complementa: “as alternativas destinadas a reter parte da população que emigra todos os anos dos campos para as cidades no Brasil, são reduzidas e de difícil viabilidade”, em função da estrutura econômica, social e política do País e, em função de que serão sempre medidas paliativas do ponto de vista da acumulação capitalista. A recriação da pequena

produção camponesa, por exemplo, de programas localizados de reassentamento fundiário, são hoje cada vez mais restritas e dependem da ação deliberada do Estado, isto é, de políticas específicas com objetivos eminentemente sociais, tais como, geração de ocupação, distribuição de terras marginais, etc.

2.3.2 Agricultura Paranaense: O Agronegócio x Pobreza Rural no Paraná

No Estado do Paraná o agronegócio tem contribuição expressiva para a balança comercial com recordes de superávits em razão da produção de grãos e também da pecuária. Tal cenário pode ser atribuído à busca, nos últimos anos, de uma mudança no padrão tecnológico, que resultou em aumento de produtividade e qualidade sanitária, tanto vegetal quanto animal. O agronegócio, como a principal atividade econômica do Estado, gera aproximadamente 1/3 do PIB, irradiando seus efeitos sobre toda a economia paranaense. É o setor da economia com maior capacidade de geração de empregos a baixo custo e o maior irradiador de estímulos para outras atividades. Tem efeito positivo que reflete na indústria e no comércio, aumentando a oferta de produtos e conseqüentemente de empregos, gerando inúmeros outros benefícios ao longo da cadeia produtiva (GOVERNO DO PARANÁ, 2003).

O agronegócio tem determinado a dinâmica socioeconômica não só da economia paranaense, mas também do Brasil, sendo responsável por aproximadamente 42% na pauta das exportações brasileiras dos últimos anos (INDICADORES DA AGROPECUÁRIA, 2004).

O desempenho do agronegócio paranaense é importante para o país como um todo, pois, com uma agricultura diversificada, é o principal estado

agrícola do Brasil, sendo responsável pela produção de aproximadamente 24% da safra de grãos com apenas 2,3% do território nacional. Destaca-se ainda a pecuária, com elevado grau de desenvolvimento da bovinocultura, suinocultura e avicultura (GOVERNO DO PARANÁ, 2003).

Na Tabela 1 pode-se observar o *ranking* do Paraná, na produção dos principais produtos agropecuários, em relação ao país, liderando a produção de trigo, aveia, milho, feijão, mandioca, sericicultura e avicultura de corte.

Tabela 1: *Ranking* do Paraná em relação ao Brasil – Safra (2002/03)

1º LUGAR	2º LUGAR	3º LUGAR	6º LUGAR	7º LUGAR
TRIGO AVEIA	CANA-DE- AÇÚCAR	FUMO SUINOCULTURA	CAFÉ	BOVINOCULTU RA DE LEITE
MILHO FEIJÃO MANDIOCA	SOJA PISCICULTURA	BOVINOCULTURA DE LEITE		
SERICICULTURA				
AVICULTURA DE CORTE				

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados Governo do Paraná, 2003.

A respeito da estrutura agrária do Paraná ela é formada predominantemente de pequenos e médios estabelecimentos, sendo 86% desses com área de até 50 hectares. Esta estrutura cumpre “importante papel social, de geração de emprego e renda, no campo”, embora os 86% dos estabelecimentos detêm apenas 28% da área total do estado, o que configura uma estrutura com concentração de terra, conforme Tabela 2 (GOVERNO DO PARANÁ, 2003).

Tabela 2: Tamanho das propriedades do Paraná - 1996

PROPRIEDADES	DO TOTAL (%)	DA ÁREA (%)
Até 10 ha	42	5
10 A 50 ha	44	23
50 A 100 ha	7	11
Mais de 100 ha	7	61

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário, 1995/96 – IBGE.

Muito embora o Paraná ocupe a posição de principal estado agrícola do país, tal posição não significa necessariamente melhores condições de vida e trabalho para o conjunto da população envolvida com as atividades agropecuárias.

Como visto no capítulo anterior, a modernização agrícola trouxe como consequência o esvaziamento do campo, expulsando contingente populacional, fixando-se parte nas cidades do próprio estado e parte indo em busca de novas fronteiras agrícolas em outros estados (Centro-Oeste e Norte do país), dado que, quando do processo de tecnificação na agricultura paranaense, o Estado já não mais dispunha de áreas não exploradas.

Percebe-se, pelos dados da Tabela 3, a excessiva evolução quanto ao número de tratores, saindo de 18.6919 unidades em 1970, para 130.828 unidades em 1995/96, registrando um aumento de 622%. Quanto ao número de máquinas, no mesmo período ocorreu evolução, porém não tão expressiva crescendo em 39% e 21%, respectivamente, em termos de máquinas para plantio e colheita. Em relação aos arados, os de tração animal reduziram em 30% de 1970 para 1995/96, em compensação os de tração mecânica aumentaram em 42%, no mesmo período.

Tabela 3: Evolução do número de máquinas e equipamentos agrícolas - Paraná

ANO	TRATORES	MÁQUINAS		ARADOS	
		PLANTIO	COLHEITA	TRAÇÃO ANIMAL	TRAÇÃO MECÂNICA
1970	18.619	-	19.719	283.215	18.883
1975	52.498	-	20.699	230.316	59.785
1980	81.727	59.795	28.043	289.122	90.526
1985	101.346	75.584	21.023	306.617	95.570
1995/96	130.828	82.514	23.968	200.195	99.032

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados dos Censos Agropecuários – IBGE, 2004 (1970/1975/1980/1985/1995-1996).

O reflexo na distribuição populacional, em termos de área urbana e rural, decorrentes do processo de modernização da agricultura com a introdução de máquinas e insumos modernos está demonstrado na Tabela 4, abaixo.

Num período de 30 anos, de 1970 a 2000, o contingente populacional na área rural reduziu de 74,78% para 18,59%, com efeito direto sobre as estruturas urbanas, na medida em que aumentou a demanda por serviços públicos (saúde, educação, habitação, entre outros) e, principalmente, emprego para a população expulsa do campo.

Tabela 4: Distribuição demográfica do Paraná: 1970/2000

ANO	TOTAL	URBANA	%	RURAL	%
1970	6.929.868	2.504.378	25,22	4.425.490	74,78
1980	7.749.752	4.566.755	58,93	3.182.997	41,07
1991	8.448.713	6.197.953	73,36	2.250.760	26,64
2000	9.563.458	7.786.084	81,41	1.777.374	18,59

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados dos Censos Demográficos – IBGE, 2004 (1970/1980/1991/2000).

Se a modernização da agricultura e o desenvolvimento do agronegócio transformaram o Paraná em principal produtor no contexto da agropecuária nacional, o efeito desse desenvolvimento não foi igualitário para toda a população, principalmente a população excluída do sistema produtivo agrícola.

Para ilustrar essa realidade, considera-se importante registrar o resultado de um trabalho sobre a quantificação e distribuição espacial das pessoas

que estão abaixo da linha de pobreza no Paraná. Os dados apurados apontam cerca de um milhão de pessoas classificadas como pobres, ou seja, 10,83% do total de habitantes do Estado, em 2000. Esse trabalho considerou a população total dos municípios, urbana e rural, extraindo-se as pessoas de famílias com renda inferior a um quarto de salário mínimo per capita (0,25 S.M.) mensal. Os resultados são preocupantes na medida em que se identificou a existência de 1.029.012 pessoas abaixo da linha de pobreza (próximo da indigência e mais vulneráveis à fome de forma crônica), de um total de 9.501.559 habitantes no Estado, segundo o estudo (IAPAR, 2003).

Considerando os T.R.Vs uma parcela da população excluída, Goodman *et al.* (1985) ao analisarem o processo de modernização em grandes propriedades, afirmam que:

os subsídios governamentais para insumos mecânicos e químicos transformaram progressivamente o sistema de produção de emprego intensivo e mão-de-obra, baseado inicialmente em trabalhadores residentes permanentes e arrendatários interno, complementado por trabalhadores assalariados ocasionais recrutados nos minilatifúndios próximos e por migrantes sazonais. (...) a mão-de-obra permanente foi substituída pela temporária e, dentro da força de trabalho permanente, os trabalhadores não especializados foram substituídos por trabalhadores semi-especializados na operação da maquinaria. (...) O caráter da força de trabalho rural temporário mudou, portanto, radicalmente, tornando-se cada vez mais ligado ao urbano, no sentido dos custos de sua reprodução passarem a derivar agora inteiramente da mão-de-obra assalariada. (...) O traço mais característico da modernização dessas grandes propriedades não reside nessa grande e empobrecida massa de proletariado rural volante, senão antes no número relativamente pequeno de operadores de maquinaria semi-especializados, permanentes. O proletariado volante, embora fruto da modernização existe apenas na medida que esta é ainda incompleta (GOODMAN *et al.*, 1985, p. 41).

Se a estrutura agrária do Estado, conforme a Tabela 2, aponta que 61% da área agrícola está concentrada em propriedades de mais de 100 ha, responsáveis por apenas 7% do total dessas, pode-se imaginar o efeito da modernização no Paraná, ou seja, forte concentração de terras em pequeno percentual de propriedades.

Assim, as colocações de Goodman *et al.* (1985) ao comentarem sobre a modernização das grandes propriedades, retratam a situação do trabalhador rural volante, ou “bóia-fria”, considerando que essa parcela da população num primeiro momento do estágio da modernização conseguiu manter-se, na medida em que a demanda de trabalho rural persistia, mesmo que temporariamente.

No entanto, com o decorrer do processo e a introdução de novas tecnologias e/ou a substituição de culturas que absorvem mão-de-obra, essa massa de trabalhadores, os “bóias-frias”, passa a demandar apoio de órgãos governamentais, muitas vezes concretizado através da abertura de frentes de trabalho, principalmente em nível municipal, ou mesmo de doações de cestas básicas para sua sobrevivência.

Nesse sentido as políticas públicas, de caráter governamental e bem planejadas, tornam-se fundamentais para se solucionar ou amenizar efeitos negativos, por exemplo, do processo de modernização da agricultura sobre o conjunto da sociedade, ou parte dela. Tais efeitos muitas vezes originários das próprias políticas governamentais que culminam em beneficiar certos segmentos, em detrimentos de outros, como foi o caso das políticas agrícolas, especialmente o crédito rural, ao longo dos anos, no país.

Peris (2003), ao discorrer sobre as políticas de desenvolvimento regional, afirma que:

as proposições elaboradas acerca de políticas de desenvolvimento regional esbarram, muitas vezes, na ausência de estratégias consensuais que indiquem as prioridades e fundamentam decisões políticas duradouras, muito embora se tenha gerado grande acervo de conhecimento sobre os problemas regionais e suas diferentes alternativas de ação. “O que fazer”, em relação às questões regionais, é relativamente mais fácil do que o “Como Fazer”. Infelizmente, esta constatação não tem sido levada em conta, na maioria das vezes, na elaboração e na implementação das políticas regionais (PERIS, 2003, p. 23).

Possivelmente procurando “O que fazer” e “Como fazer” políticas públicas que atendam demandas regionais, no contexto de políticas específicas, com o foco voltado ao social constituiu-se o Programa Vila Rural. O Programa foi criado pelo governo do Estado do Paraná, em meados da década de 90, como uma política alternativa e que programaticamente objetivava atender a uma parcela de trabalhadores rurais – os chamados trabalhadores rurais volantes, ou bóias-frias -, marginalizados do processo produtivo e mesmo de consumo, dada a precariedade de condições de vida, imposta pelo modelo de desenvolvimento agrário nacional. O próximo capítulo abordará o Programa Vila Rural, enquanto política pública.

3 O PROGRAMA VILA RURAL

Este capítulo discorrerá sobre o processo de implantação das Vilas Rurais no Estado do Paraná, desde a elaboração do Programa, com seus critérios definidos e a efetivação das mesmas, com enfoque especial para a Região Oeste do Estado.

3.1 O Programa Vila Rural no âmbito das Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural

O Programa Vila Rural foi concebido em 1994, segundo Reis (2004), compondo a plataforma política do candidato, posteriormente eleito governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner. Surgiu segundo documento referente a esta plataforma política como parte de um projeto político de descentralização do Estado, em busca de alternativas para a grave questão social de expulsão dos trabalhadores rurais das fazendas. Conforme Reis (2004), trabalhadores esses que passaram a viver nas periferias das cidades, pagando aluguel, em habitações precárias, enquanto continuavam a trabalhar como bóias-frias nas zonas rurais, principalmente em época de colheita, ou vivendo de biscates ou empregando-se na indústria da construção civil nas cidades.

Souza e Del Grossi (2000), afirmam constituírem-se as Vilas Rurais em uma estratégia de desenvolvimento rural, como uma alternativa ao agravamento das questões sociais e econômicas, especialmente a profunda crise agrícola que impôs transformações profundas no modo de produzir e de viver no espaço rural,

sobretudo com o aumento das articulações entre o rural e o urbano.

Fernandes e Ponte (2002), afirmam que o Programa Vila Rural apresenta semelhanças com a proposta de Reforma Agrária de Inácio Rangel, pois pensando em uma tentativa de diminuir o excedente da população inativa das cidades, principalmente os trabalhadores temporários (bóias-frias), este propõe uma reforma baseada na criação de minifúndios, com extensões de 1 a 2 hectares, variando segundo a região, para que esses trabalhadores consigam extrair seu autoconsumo e, também, servir de mão-de-obra tanto para o latifúndio quanto para as indústrias nas cidades. Segundo Rangel :

(...) o resultado social seria a criação de um numeroso semi-proletariado agrícola que asseguraria uma oferta regular de mão-de-obra à grande agricultura capitalista, a qual, livre dos óbices presentes, poderia expandir e melhorar sua técnica; o trabalhador obteria um complemento de salário, sob a forma da casa própria e da pequena produção para autoconsumo; membros “inativos” da família encontrariam emprego para o seu trabalho, tornando-se menos onerosos para o chefe da família, e esta, nestas condições, tenderia a reconstituir-se (RANGEL, 1962, p. 24).

O Programa Vila Rural traz no seu escopo a busca pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais volantes e suas famílias (GOVERNO do PARANÁ, 1995). Como uma política pública, específica do Governo Estadual do Paraná, mesmo com suas limitações, o Programa pode ser considerado como possibilidade de amenizar a situação de pobreza dos vileiros, na medida em que o simples “assentar-se” na Vila Rural, elimina a exclusão no tocante a um espaço para morar e terra para plantar.

Segundo Souza e Del Grossi (2000), a primeira versão do projeto de Vilas Rurais remonta à experiência da implantação da chamada comunidade “rurbana”, construída na região Sul de Curitiba, em 1979, na localidade chamada de Campo de Santana – localidade de Tatuquara, quando foram assentadas 60 famílias em lotes de 5.000 m², dedicando-se ao cultivo de hortigranjeiro, tendo sido

chamada pelo então prefeito Jaime Lerner de “Reforma Agrária Viável”.

A idéia básica exposta no projeto previa que os moradores poderiam trabalhar em fazendas vizinhas, mas desenvolveriam culturas de subsistência em seus lotes, comercializando o excedente. A renda obtida do empreendimento forneceria condições de, em curto prazo, ressarcir os investimentos realizados. O empreendimento se tornaria auto-financeável. O governo compraria as terras pagando os preços reais, repassando-as às famílias (FREYRE *apud*, SOUZA e DEL GROSSI, 2000).

Os autores relatam também a segunda experiência documentada que foi no município de Terra Boa, próximo de Maringá:

Denominada de “Agrovila de Terra Boa”, (...) O projeto foi uma iniciativa da Prefeitura Municipal com o apoio do governo estadual. Já existe há dez anos e tem 15 famílias. Segundo documento de avaliação do Governo do Estado (1996) “a situação econômica dos parceiros é estável e ainda que não se possa dizer que é confortável, sua condição de vida é muito superior à dos bóias-frias ou pequenos produtores de subsistência”. Porém, o relatório não faz uma apreciação mais profunda no que diz respeito à questões importantes como, por exemplo, as formas de ocupação da mão-de-obra e a permanência dos beneficiários no projeto (SOUZA e DEL GROSSI, 2000).

Em 1995 quando o governador eleito Jaime Lerner assumiu o Governo do Paraná, novas diretrizes para o desenvolvimento rural foram propostas, entre elas o “Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural - Subprograma Vilas Rurais” (IPARDES, 1995).

O trabalhador rural volante – “bóia-fria”, foi considerado o público alvo do Programa Vila Rural.

O Projeto Paraná 12 meses, para efeito de definição quanto ao Trabalhador Rural Volante – T.R.V., considera que a categoria caracteriza-se “pela prestação de serviços temporários na atividade agrícola e nos fluxos migratórios nos períodos de entressafra” (GOVERNO DO PARANÁ, 1998, p. 9)¹³.

O então governador Lerner (1996) afirmou que o programa

¹³ Já para o IBGE (2003), no Manual de Entrevista, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD classifica o empregado quanto à sua ocupação agrícola como temporário quando a duração do contrato ou acordo (verbal ou escrito) de trabalho tem um término estabelecido, que poderia ser, ou não, renovado. O trabalhador temporário pode, de acordo com a região, receber denominações como bóia-fria, volante, turmeiro, etc. É similar, portanto a definição de T.R.V. tanto a do Programa quanto a do IBGE.

destinava-se especialmente aos trabalhadores rurais volantes e às suas famílias, assegurando uma vida com maior dignidade, cidadania e qualidade. Lerner concluiu que, se a Vila Rural fosse bem sucedida, poderia servir de exemplo da associação de assentamentos humanos associados às atividades econômicas, assegurando terra, trabalho e moradia à comunidade.

3.2 O Processo de Implantação das Vilas Rurais no Estado do Paraná

O Governo do Estado do Paraná criou o Programa Vila Rural numa parceria entre o Estado e os Municípios, procurando atender à parcela da população tida como público alvo, o trabalhador rural volante – “bóia-fria”, o Programa Vila Rural configura-se como um projeto inédito no país. O objetivo, segundo o modelo de convênio assinado entre os municípios que se habilitavam a participar do Programa e o Governo do Estado, era dar subsistência e fixar à terra trabalhadores rurais volantes – “bóias-frias”, bem como construir unidades habitacionais pelo sistema autoconstrução (COHAPAR, 2000).

As primeiras vilas instaladas foram em meados de 1995, inicialmente com recursos do Tesouro Estadual, através do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU. Posteriormente, o programa foi estendido a todo o Estado, quando da aprovação do Projeto Paraná 12 Meses, a partir de 1998, com recursos do BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO – BIRD. O então governo pretendia alcançar a meta de 400 Vilas Rurais, correspondendo ao assentamento de 60.000 famílias (COHAPAR, 2002). O Projeto Paraná 12 Meses tinha como objetivo geral aliviar a situação de Pobreza Rural no Estado, de forma sustentável, tendo como apoio a modernização

tecnológica, geração de novos empregos, proteção ao meio ambiente e a melhoria das condições de habitação e saneamento da família rural. Entre os objetivos específicos do Projeto foi definida a implantação de Vilas Rurais visando “especificamente” a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais volantes (GOVERNO DO PARANÁ, 1998.).

A Vila Rural foi contemplada no Componente Desenvolvimento da Área Social - Subcomponente Combate à Pobreza no Meio Rural, do Projeto Paraná 12 Meses que preconizava, segundo o Manual de Campo, atendimento às necessidades básicas dos agricultores e de seus familiares, priorizando a melhoria da infra-estrutura social familiar como reforma ou construção de moradias, abastecimento de água e o saneamento básico, além do desenvolvimento comunitário e a geração de renda (GOVERNO DO PARANÁ, 1998).

Especificamente no Subcomponente Combate à Pobreza no Meio Rural - no qual se inseriram as Vilas Rurais que tinham como público meta os Trabalhadores Rurais Volantes - o Projeto Paraná 12 Meses previa como estratégia técnica três grandes linhas de ação¹⁴: a infra-estrutura social familiar, com a construção de residências rurais e terraplanagem, abastecimento de água e o saneamento básico; o desenvolvimento comunitário através da construção de galpões comunitários e a organização dos grupos de beneficiários para o acesso aos serviços de saúde, educação, creche, entre outros; e geração de renda como alternativa concreta do seu aumento, na unidade produtiva, através de empreendimentos comunitários que se constituíam em atividades desenvolvidas coletivamente pelos agricultores e/ou por seus familiares possibilitando a agregação de renda, podendo ocorrer na propriedade ou fora dela, com caráter agrícola ou não

¹⁴ As 3 grandes linhas de ação do Subcomponente Combate à Pobreza Rural, atendem beneficiários do Projeto Paraná 12 Meses, vide Manual de Campo (GOVERNO DO PARANÁ, 1998, p. 11).

(GOVERNO DO PARANÁ, 1998).

Quanto ao aspecto de organização institucional, foram definidas atribuições das estruturas operacionais para a implantação do Projeto Paraná 12 Meses, por instância de atuação, tendo sido criadas: a Comissão Deliberativa do Projeto Paraná 12 Meses; o Centro de Coordenação de Programas do Governo – CODEPRO; a Comissão Regional do Projeto Paraná 12 Meses; e, o Conselho Municipal do Projeto Paraná 12 Meses. Este conselho, de instância municipal, deveria ser composto por 1 representante dos seguintes órgãos ou instituições: Prefeitura Municipal, Assistência Técnica Oficial Estadual, Empresa de Assistência Técnica privada/ONGs, Sindicato dos Produtores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e 4 representantes dos Beneficiários (GOVERNO DO PARANÁ, 1998).

É importante salientar as funções do Conselho Municipal do Projeto Paraná 12 Meses, pois esse passou a ter papel relevante na condução das Vilas Rurais, ficando sob sua responsabilidade as seguintes atribuições, entre outras:

aprovar e acompanhar o andamento do Plano de Ação da Comunidade/Microbacia/Grupo; Aprovar um plano de divulgação do Projeto no Município; aprovar as comunidades, microbacias e/ou grupos a serem atendidos, em consonância com os critérios do Manual Operativo do Projeto; (...) zelar pela manutenção da filosofia norteadora do Projeto e pelo correto cumprimento das normas operativas do mesmo; (...) mediar situações de conflito (GOVERNO DO PARANÁ, 1998, p. 17).

Ressalta-se ainda que, em relação à atribuição de mediar situações de conflitos, no caso das Vilas Rurais, o Conselho Municipal, além de cadastrar e selecionar os trabalhadores rurais volantes, pode ainda sugerir a substituição do beneficiário, caso não se enquadre nas normas do programa.

Assim o Programa Vila Rural, numa parceria entre o Governo do Estado e os Municípios, foi concebido e executado com o objetivo de melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais volantes e seus familiares, fixando-os no

meio rural, na medida em que, de acordo com os critérios do programa, a Vila Rural deveria propiciar ao trabalhador rural volante o acesso a um lote mínimo de 5.000 m² e uma casa de alvenaria com 44,56 m², com infra-estrutura. Esse espaço, de acordo com a COHAPAR (2002), deveria permitir a construção de uma casa com o apoio do governo do Estado e ainda manter uma plantação para subsistência, sendo possível ainda os trabalhadores rurais volantes comercializarem o excedente da produção, aumentando a renda da família.

Cada Vila Rural, segundo o projeto, deveria possuir em média 40 lotes, sendo que o número de unidades familiares (lotes) nas Vilas Rurais dependeria fundamentalmente do tamanho da área adquirida e da demanda de número de famílias em cada município.

Segundo critérios do Programa, no período de carência (30 meses), os moradores pagariam mensalmente taxas simbólicas e após esse período as prestações corresponderiam mais ou menos a 20% do salário mínimo mensal, num prazo de até 25 anos para pagamento.

Ainda de acordo com as diretrizes do Programa, as Vilas Rurais deveriam, preferencialmente, ser localizadas próximas aos distritos ou estradas vicinais, buscando facilitar o acesso à escola, à saúde e ao consumo de bens e serviços. Com isso, as Prefeituras Municipais necessitariam realizar apenas pequenos investimentos em infra-estrutura para atender a essas novas comunidades. Assim, com as Vilas Rurais, o trabalhador volante teria menos motivos para mudar para os centros urbanos, diminuindo os cinturões de miséria que cercam os grandes centros.

Para se instalar na Vila Rural, o trabalhador deveria atender os seguintes requisitos: ser trabalhador rural volante (bóia-fria); ter experiência

agropecuária; idade máxima de 55 anos; ser morador do município há 2 anos; não possuir imóvel; exercer atividade remunerada em caráter temporário em áreas rurais; possuir renda familiar de até 3 salários mínimos por mês; estar morando em sub-habitação; e ter família constituída com filhos (COHAPAR, 2002).

Participaram da implantação do Programa Vila Rural doze instituições governamentais, cada qual atuando de acordo com suas especificidades e atribuições, interagindo na execução das diferentes etapas/ações de implantação das Vilas Rurais e de assessoria às famílias vileiras, como pode ser verificado, segundo as atribuições definidas para cada uma delas, conforme segue (COHAPAR, 2002):

a) Prefeituras Municipais: adquirir ou doar as áreas onde as Vilas Rurais seriam implantadas; prestar serviços de apoio à implantação e manutenção da Vila; dar assessoria às Vilas Rurais implantadas;

b) Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB: gerenciar os recursos aplicados nas Vilas; fazer vistoria e aprovar a área ofertada pelo município;

c) Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER: fazer vistoria e aprovar a área ofertada; elaborar o quadro natural; participar da seleção dos beneficiários; elaborar os projetos técnicos de produção agrícola; prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural;

d) Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR: fazer a vistoria e aprovação da área ofertada; divulgar o projeto; promover e coordenar as reuniões para apresentação e discussão dos projetos; cadastrar e selecionar os beneficiários; elaborar os projetos com subdivisão dos lotes e projeto arquitetônico

das casas; repassar os recursos para construção das habitações; orientar na construção das casas; organizar a forma e o processo de ocupação dos lotes;

e) Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR: executar serviços de terraplanagem, arruamentos e trabalhos de mecanização;

f) Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR: implantar o sistema de abastecimento de água;

g) Companhia Paranaense de Energia – COPEL: dar infra-estrutura de energia elétrica;

h) Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família – SECR: participar na seleção dos beneficiários; implantar a infra-estrutura social, conforme necessidades da população; assessorar a organização comunitária e programas oficiais de assistência social;

i) Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho – SERT: geração de empregos, renda e formação profissional; intermediação da mão-de-obra; estudo e levantamento sobre mercado de trabalho; educação formal para todos os membros da família;

j) Secretaria de Estado da Saúde – SESA: atendimento à saúde; programas oficiais de saúde;

k) Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA: liberar áreas e prevenção ambiental;

l) Instituto Ambiental do Paraná – IAP: liberar áreas de preservação ambiental.

Quanto aos critérios de priorização definidos para a implantação das Vilas Rurais, o Governo do Paraná (1998) ressaltava que deveriam ser

considerados os municípios cujas prefeituras oferecessem maior garantia de implantação de infra-estrutura como escola, posto de saúde, creche, posto telefônico; onde houvesse maior número de beneficiários cadastrados ou selecionados, cuja renda viesse, predominantemente da venda da força de trabalho; que possuísse área para implantação mais próxima da demanda de mão-de-obra, ou seja, áreas de cultivo de algodão, cana-de-açúcar, laranja e exploração de madeira; e municípios onde a prefeitura contasse com maior apoio técnico/social e se dispunha a colaborar com o Projeto.

Relevante mencionar que independente do Município demonstrar interesse no Programa Vila Rural e atendendo aos critérios quanto à demanda de bóias-frias, localização da área a ser adquirida e a garantia de apoio após a instalação da Vila Rural, fazia-se necessário avaliar a capacidade de endividamento do Município, quando esse tinha que adquirir o terreno, para doação às Vilas Rurais, através de financiamento junto ao Governo do Estado. O município poderia financiar até 70% do valor (quota parte do município) em até 60 meses, incluindo 12 meses de carência e 48 meses de amortização, com uma taxa de juros de 10,15% ao ano, desde que tivesse capacidade de endividamento. Os 30% restantes do valor do terreno era a contrapartida do Estado (Documento da COHAPAR – Aquisição de Áreas).

Quanto ao aspecto habitacional, as unidades seriam construídas em modelo padrão, no sistema de autoconstrução¹⁵, sob orientação da COHAPAR, conforme o Manual de Campo. Os moradores poderiam ampliar e dividir as unidades habitacionais de acordo com a necessidade, desde que obedecidas as

¹⁵ De acordo com informações do pessoal técnico da COHAPAR, posteriormente, dada as dificuldades em função da localização das vilas e a necessidade de construção de infra-estrutura para o canteiro de obra, e mesmo a locomoção do pessoal para trabalhar, a COHAPAR assumiu a responsabilidade da execução das casas, em conjunto com as associações dos futuros moradores.

seguintes cláusulas firmadas em contrato:

a moradia e o lote serão repassados ao parceleiro mediante contrato de concessão de uso, com duração de 30 meses, incluindo um período de experiência de 6 meses; o parceleiro será substituído caso não se adapte às condições do Projeto e; os contratos conterão cláusulas impedindo a revenda, parcelamento e agregação de novas moradias e de outras famílias no lote (GOVERNO DO PARANÁ, 1998, p. 66).

Para a escolha da área onde seria implantada a Vila Rural, esta só era definida após vistoria envolvendo o Conselho Municipal, IAP, COPEL, SANEPAR, COHAPAR, EMATER e SEAB, observando a adequação sob o ponto de vista do meio ambiente, das edificações, atividades agropecuárias, localização em relação ao acesso à água, energia elétrica, serviços sociais e trabalho.

Definida a área de implantação da Vila Rural fazia-se necessário efetuar estudos para elaborar projetos enfocando, entre outros itens, uma proposta de desenvolvimento sócio-econômico elaborado pela Assistência Técnica Oficial em conjunto com os beneficiários e Conselho Municipal, envolvendo aspectos relativos à organização social, produção agrícola, geração de renda/emprego, saúde, educação, profissionalização, lazer e cidadania, visando uma alternativa de desenvolvimento integral da Vila Rural.

Se as Vilas Rurais foram denominadas como Unidades de Trabalho no Subcomponente de Combate à Pobreza no Meio Rural e entendidas como “pólos de trabalho e de produção agrícola e não-agrícola” para os trabalhadores rurais volantes e seus familiares, conforme o Manual de Campo, em Governo do Paraná (1998), alguns instrumentos operacionais de apoio foram definidos, a fim de possibilitar a efetiva implantação do Projeto e a adoção das tecnologias preconizadas aos produtores, incluindo a Assistência Técnica e Extensão Rural, a Pesquisa, a Capacitação, as Redes de Propriedades de Referência, o Sistema de Informação de Preços e Mercado e uma linha de Apoio Financeiro, o FUNPARANÁ

– Fundo de Apoio Financeiro de Alívio à Pobreza no Meio Rural.

É importante salientar a função e o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural, ou seja, era de sua responsabilidade a implementação do Projeto Paraná 12 Meses, incluindo as Vilas Rurais, junto aos beneficiários e público estratégico, além da manutenção da qualidade do nível técnico e abrangência das ações do Projeto, atuando nos papéis de articulação, animação, assessoramento e orientação técnica. As principais instituições envolvidas nesse processo foram: a EMATER-PR e as Prefeituras Municipais, como Instituições Públicas; Organizações Não-Governamentais - ONGs e Instituições Privadas como as Cooperativas, Empresas de Planejamento Agrícola e Profissionais autônomos. A EMATER-PR foi considerada a instituição base para implantação do Projeto, com responsabilidades em todas as etapas (GOVERNO DO PARANÁ, 1998).

Já na linha de apoio financeiro, através do FUNPARANÁ, era previsto a destinação de R\$ 5.000,00 por beneficiário, desde que as propostas contribuíssem para, por exemplo, incrementar a qualidade de vida dos mesmos e/ou elevar a renda familiar. Neste sentido era possível a construção de galpões comunitários que seriam utilizados para: construção da cozinha comunitária (destinada à produção de bolos, doces, pães, bolachas, etc.); oficina para mecânica agrícola; espaço para empreendimentos comunitários (sala de corte e costura fábrica de vassouras, confecção de acolchoados, tapetes, marcenaria, etc.). Na linha de geração de renda o apoio era destinado à criação de alternativas concretas de aumento de renda dentro da propriedade, na produção de lavouras, pecuária, entre outros. Também possibilitava empreendimentos coletivos extrapropriedade que buscassem o aproveitamento do ambiente físico e de mão-de-obra capacitada, podendo ser agrícolas ou não. Para esses empreendimentos, quando não fosse

possível a utilização de galpões comunitários poderiam, se houvesse necessidade, envolver pequenas construções para as unidades artesanais. Para os empreendimentos extrapropriedade deveriam preferencialmente estar associados com as explorações existentes nas propriedades dos beneficiários, como por exemplo, beneficiamento de feijão, mandioca, milho, arroz ou produtos de origem vegetal e/ou animal transformados tais como doces, sucos, compotas, açúcar mascavo, mel, embutidos e defumados, entre outros e as atividades não-agrícolas como panificação, unidade de confecções, unidade de produção artesanal, como cerâmica, madeira, couro, palha de trigo e milho, bordados, etc.(GOVERNO DO PARANÁ, 1998).

Ainda quanto à geração de renda, o Projeto previa o apoio financeiro voltado ao fomento agrícola na unidade produtiva, com o objetivo de propiciar o desenvolvimento inicial do agricultor no que diz respeito a sua subsistência e de sua família, seja através de análise de solo, calcário, adubo, sementes, mudas frutíferas, fungicidas, inseticidas e herbicidas, práticas conservacionistas, animais de serviço e produção, construções para pequenos animais (aves, suínos), pequenas construções rurais como paiol, depósitos, estábulos entre outros (GOVERNO DO PARANÁ, 1998).

Ressalta-se que o Programa conseguiu implantar 405 Vilas Rurais, com 15.590 unidades residenciais construídas. A última a ser concluída foi a do município de Cascavel, em 06 de novembro de 2003 (COHAPAR, 2004). Na região Oeste do Paraná, que compreende 48 municípios, foram instaladas 50 Vilas Rurais, atendendo 37 municípios, portanto, alguns deles com mais de uma vila instalada, outros com até três vilas, como é o caso de Toledo e Itaipulândia, demonstradas no mapa de localização das Vilas Rurais (Anexo A).

Embora tenha ficado muito aquém da meta inicial que era de assentar 60 mil famílias, representando próximo de 25% do previsto, o número de famílias assentadas nas Vilas Rurais corresponde a 85% do número total das famílias assentadas através de projetos tanto do governo estadual ou federal, no Paraná, ao longo dos anos. Desde 1981 até dezembro de 2004, foram assentadas 18.175 famílias nos diferentes municípios e regiões do Estado (conforme mapa dos assentamentos rurais – Anexo B), sendo 226 famílias correspondentes aos projetos de assentamentos do Governo do Estado do Paraná, 225 famílias de reassentamentos da ELETROSUL, 765 famílias assentadas através de projetos de colonização do INCRA, e 16.959 famílias assentadas via assentamentos do governo federal (INCRA, 2005).

Diante desses números não se deve desprezar o significado do Programa Vila Rural enquanto número de famílias assentadas, mesmo que esse tenha atingido apenas 25% da meta inicial. Foram 15.590 famílias assentadas nas diversas regiões do Paraná, muito embora os assentamentos não tenham obedecido a alguns critérios básicos definidos pelo Programa, especialmente na Região Oeste do Paraná, no tocante às regiões prioritárias e o principal público meta – o T.R.V., o que será tratado nos próximos itens.

A execução do Programa Vila Rural tem dado origem a diferentes análises e opiniões, manifestadas principalmente através de artigos jornalísticos ou de divulgação científica, a maioria divulgada através de sites da internet, sobre o seu significado como política de desenvolvimento rural e tem suscitado também temas de pesquisas, além de relatórios de avaliações técnicas na esfera governamental.

No artigo Silenciosa e Eficiente (2004), por exemplo, o programa

Vila Rural é tido como a experiência que mostrou ao Brasil a solução para um dos mais graves problemas sociais no meio rural: a falta de moradia e condições de vida digna dos trabalhadores volantes. Naquela época, dizia o artigo, o Paraná contava com 440.147 trabalhadores rurais, sendo que 73% deles eram bóias-frias. Pela primeira vez se oferecia moradia para a população de baixa renda do campo, sem afastá-la do seu meio e da profissão de trabalhar a terra. Foi o marco histórico de apoio ao pequeno agricultor sem-terra, o bóia-fria, lembrava o governador Jaime Lerner. O então Secretário de Agricultura e do Abastecimento do Paraná, Antonio Leonel Poloni, dizia que uma família tinha mais chance de sobrevivência num lote de 5 mil metros quadrados com toda a assistência técnica garantida do que outra que ia para uma área de 20 alqueires sem acompanhamento nenhum.

No mesmo artigo foram mencionados alguns exemplos de exploração dos lotes nas vilas: dois moradores cultivam uva de mesa na Vila Rural Verdes Campos, em Jesuítas, com recursos de R\$1.100,00 destinados pelo Governo do Estado para cada família; produção de açúcar mascavo e rapadura, na Vila Feliz em Ivaí, com nove famílias envolvidas, treinadas pelo Estado, através de curso de transformação da cana-de-açúcar; acordo entre a prefeitura municipal e uma cerâmica garante emprego para dezoito vileiros da Vila Rural Costa Oeste em Santa Helena; o Frango da Vila produzido pelos moradores da Vila Rural Canarinho, em Dois Vizinhos, já conquistou a preferência de muitos consumidores da cidade (produção sem antibióticos e com pouquíssimo estimulante de crescimento); Café adensado, uva de mesa, estêvia e sorgo-vassoura são algumas variedades produzidas na Vila rural Monte Alto, em Paranacity. Na área de saúde, o reflexo da melhoria da qualidade de vida é o índice zero de mortalidade infantil entre os que viviam nas vilas à época do artigo.

Oliveira (2002), contrapõe-se a essa avaliação superpositiva do programa, afirmando que o então Governador do Paraná, Jaime Lerner, acabava de inserir a farsa das Vilas Rurais no Plano de Governo do então presidenciável José Serra. Para o autor, o único adjetivo possível para essas vilas seria “redutos de mão-de-obra”. Neste sentido, o autor apontou alguns problemas do programa: tamanho do lote insuficiente para garantir o sustento de uma família; o Estado mantinha o trabalhador rural atrelado ao latifúndio, na medida em que o objetivo do programa era propiciar mão-de-obra qualificada à disposição da produção agrícola; muitas das Vilas Rurais eram distantes das sedes dos municípios e desprovidas de atendimento de transporte; precariedade dos serviços públicos como iluminação e saneamento básico; terrenos impróprios para a agricultura; a transformação das Vilas Rurais em Vilas Urbanas, com seus prejuízos (IPTU, nota do produtor rural, aposentadoria, água, luz); preços dos terrenos acima do valor de mercado. O autor concluiu seu artigo questionando por que o governo insistia na ampliação dessa farsa quando poderia redirecionar os recursos disponíveis, para áreas como moradia no campo, reforma agrária e apoio à agricultura familiar, com maiores potenciais de retorno social e econômico e de enfrentamento eficaz de uma das causas estruturais mais graves da pobreza no Brasil, que é o latifúndio.

Em 1997, a Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento do Agronegócio - FAPEAGRO, através do documento Avaliação Participativa do Programa Vilas Rurais, apresentou um relatório referente ao julgamento dos próprios beneficiários das vilas. Para a realização do trabalho foram avaliadas oito Vilas Rurais, amostralmente, incluindo os municípios de Toledo e Itaipulândia, no Oeste do Paraná.

O resultado do trabalho da FAPEAGRO (1997), apontou como

avaliação positiva da Vila Rural, de acordo com os beneficiários, a oportunidade de se ter casa própria com boas condições de moradia; área para plantio; maior segurança; melhor condição de saúde, em função de melhor alimentação, higiene e saneamento básico e; melhor condição para educar e criar os filhos, o que refletia no aumento da auto-estima dos beneficiários.

Quanto aos problemas mais comuns apontados pelos beneficiários, segundo o relatório da FAPEAGRO (1997), estavam a falta de água para produção; desemprego; dificuldades de viver em comunidade e o associativismo; forte demanda por recursos destinados à produção nos lotes, visando potencializar a geração de renda. Os autores do relatório observaram ainda, através do trabalho de avaliação participativa, a prática de assistencialismo e paternalismo pelos órgãos públicos; falta de padronização quanto à criação de animais nas Vilas Rurais; frustração dos beneficiários por não terem sido devidamente esclarecidos sobre os objetivos do programa Vila Rural, além das promessas das autoridades públicas não cumpridas; falta de uso eficiente da área comunitária; demanda por centro comunitário ou social, onde não foi construído; além de problemas pontuais, em algumas vilas, referentes à construção das casas e benfeitorias e venda de lotes, desvirtuando o caráter social do programa.

Diante dos pontos positivos e dos problemas levantados pelos beneficiários, a FAPEAGRO (1997), ainda na fase inicial de implantação, apresentava algumas sugestões para a implantação das próximas vilas, tais como, avaliar diferentes alternativas, tendo em vista o fornecimento de água para cultivar os lotes; no intuito de absorver a mão-de-obra, estimular a implantação de oportunidades de empregos agrícolas e não-agrícolas próximas às vilas; implantar alternativas para o desenvolvimento de atividades de geração de renda,

comunitariamente; preparar os futuros vileiros para adaptação na vila; avaliar condições de infra-estrutura e emprego para locar as vilas; na seleção, identificar famílias que necessitem de programas como educação, formação, higiene/saúde; evitar desvirtuamento dos objetivos das Vilas Rurais, através de mecanismos que impeçam ou dificultem as vendas dos lotes e; por último, treinar técnicos e assistentes sociais e/ou formar monitores regionais da extensão rural, capacitando-os a trabalharem com os vileiros¹⁶.

O IPARDES elaborou um relatório de pesquisa sobre a Avaliação Socioeconômica das Vilas Rurais, em 2000, referente à etapa inicial, com informações de 120 vilas¹⁷. O relatório cumpria parte da exigência contratual, entre o Governo do Paraná e o BIRD, sobre o processo de avaliação do Projeto Paraná 12 Meses, onde se previa que a avaliação seria de responsabilidade do IPARDES.

Segundo o IPARDES (2000), a implantação das Vilas Rurais pretendia melhorar as condições de moradia dos T.R.V., propiciando condições imediatas de elevação dos níveis de renda e contribuindo para a permanência desses trabalhadores no meio rural, com melhoria de acesso aos serviços públicos e para organização e acesso aos mercados de trabalho regionais.

A avaliação socioeconômica do IPARDES (2000) mostrou que o enfoque inicial das Vilas Rurais previa que a exploração dos lotes se destinava a complementar a alimentação e renda das famílias, sendo a renda principal advinda de trabalho fora da Vila. Porém, entre 1997 e 1998, uma nova concepção foi dada ao lote e o mesmo passou a ser visto como um empreendimento, tendo na redução

¹⁶ Ressalta-se que a partir de 1997 as Vilas Rurais passaram a integrar o Projeto Paraná 12 Meses.

¹⁷ Como o Projeto Paraná 12 Meses tem apoio financeiro do Tesouro do Estado e do BIRD, através de Acordo de Empréstimo firmado em dezembro de 1997 entre o Governo do Paraná e o BIRD, a avaliação da amostra de 120 Vilas Rurais não contempla as primeiras Vilas, implantadas a partir de 1995, por não terem sido apropriadas ao Projeto Paraná 12 Meses e, portanto, não fizeram parte da avaliação de Impacto Socioeconômico das Vilas Rurais (IPARDES, 2000).

do emprego agrícola a principal causa dessa reorientação. Segundo o relatório, nasceu, neste momento, o programa “Seja Sócio da Vila”, que tinha como estratégia firmar cooperação técnica entre a iniciativa privada ou instituição pública e as famílias vileiras, proporcionando ações de organização para produção agrícola e não-agrícola e geração de renda (IPARDES, 2000).

O IPARDES ressalta que nesta pesquisa a única variável para definir o tamanho da amostra foi a proporção de trabalhadores rurais temporários, considerando serem esses a maioria nas Vilas Rurais amostradas¹⁸. A conclusão da avaliação socioeconômica foi a seguinte:

- a infra-estrutura habitacional foi considerada adequada pela maioria dos moradores, sendo significativamente melhor em relação aos padrões anteriores;
- a infra-estrutura produtiva apresentava problema, a reivindicação era por água para irrigação e instalação de armazenagem e transformação da produção;
- em 37% das vilas não tinha nenhum equipamento comunitário;
- 39% das vilas possuíam centro de convivência familiar;
- 56% das famílias foram consideradas agrícolas, isto é, tinha na atividade agropecuária a ocupação principal¹⁹.
- a renda familiar predominante era de até três salários mínimos;

¹⁸ Observa-se que essa não é a realidade das Vilas Rurais na Região Oeste, conforme apresentado nos itens seguintes.

¹⁹ A classificação das famílias pela sua atividade, considera famílias agrícolas quando todos os membros exercem atividades agropecuárias como ocupação principal; famílias pluriativas quando pelo menos um membro exerce uma ocupação agrícola e outro, uma ocupação não-agrícola, ou quando pelo menos um dos membros exerce dupla atividade agrícola, na ocupação principal e secundária e, famílias não-agrícolas quando um ou mais membros exercem somente atividades não-agrícolas, tanto na atividade principal como na secundária (DEL GROSSI *et al.*, 2002).

- 83,7% da população moradora encontrava-se na condição de pobreza e que parcela significativa era extremamente pobre;

- verificou-se maior crescimento na renda do que na despesa, especialmente quanto aos itens relacionados à despesa com alimentação, remédio, água, luz e principalmente aluguel, que passou de um nível de comprometimento médio de renda de 22,4% para 9,3%;

- grau relativamente elevado de inadimplência, um em cada três moradores; devido principalmente aos pagamentos fixos mensais e rendas dos trabalhadores sazonais;

- 94% dos beneficiários declararam como motivo em aderir ao programa, a possibilidade de adquirir um lote com moradia;

- 40% das vilas insatisfeitas com o transporte coletivo e a coleta de lixo;

- 93% dos beneficiários demandaram equipamentos comunitários, principalmente centro de convivência familiar e creche;

- em função da baixa escolaridade, 37% da população adulta tinham no máximo quatro anos de estudo, faz-se necessário a oferta de classes especiais de alfabetização e de ensino supletivo;

- imprescindível o trabalho social junto aos beneficiários, visando melhoria de condições de vida, em termos de organização e convivência.

Com base no relatório de avaliação socioeconômica do IPARDES, Souza (2000), diz ser possível afirmar que o Programa Vila Rural não se apresentou capaz de superar as condições de pobreza e exclusão social das famílias, possivelmente por não estimular atividades não-agrícolas.

Para Souza e Del Grossi (2000), predomina nas Vilas Rurais um viés agrícola que impede as famílias de ultrapassarem suas atuais condições econômicas e sociais, o que determina seu estado de pobreza e exclusão social. Os autores apresentam a distinção de caráter conceitual entre pobreza e exclusão social, utilizando-se da abordagem de Schucksmith & Chapman (1998), e esclarecem que “pobreza e privação denotam o resultado e empobrecimento, e a exclusão social refere-se a processos dinâmicos”. Estes autores sugerem que a exclusão social deveria ser definida em termos de falha de um ou mais dos quatro seguintes sistemas: o sistema democrático e legal, o qual promove integração cívica (cidadania); o mercado de trabalho, o qual promove a integração econômica; o sistema de bem-estar, promovendo a integração social (acesso aos serviços sociais); e o sistema família e comunidade, o qual promove integração interpessoal.

No entanto, para Souza e Del Grossi (2000), a distinção conceitual com a pobreza não é clara. Enquanto a noção de pobreza baseia-se em temas de distribuição, a noção de exclusão social centraliza-se no tema relacional (inadequada participação social, falta de integração social, “impotência”). Exclusão é um conceito muito mais amplo do que pobreza, e o conceito de exclusão social pode não estar baseado em pobreza.

Para esses autores, famílias pobres podem estar enfrentando muitas formas de exclusão e o conhecimento da pobreza rural é um ponto de partida. “Tudo isso conduz-nos a empreender uma articulação das noções de pobreza e de exclusão social com as políticas de desenvolvimento rural” (SOUZA e DEL GROSSI, 2000, p. 3).

Para Souza (2000), especificamente em relação às Vilas Rurais é necessário requalificar profissionalmente os beneficiários para que o Programa

possa tornar-se uma política pública que atenda às necessidades da população envolvida, para que não seja simplesmente um programa intitulado de “Reforma Agrária Viável”, mas que na sua essência é apenas um amortecedor dos efeitos das crises econômicas e dos eventuais e futuros conflitos sociais no campo.

Reconhecendo a importância do programa que cria áreas de moradia para uma parcela importante de trabalhadores rurais evitando o esvaziamento do campo, Souza (2000), afirma que, embora não atingindo a meta inicialmente proposta, a Vila Rural conseguiu melhorar a qualidade, principalmente da moradia, da alimentação e da segurança das famílias, com reflexo direto sobre o seu nível de auto-estima. No entanto, para o autor, a Vila Rural não tem conseguido transformar a relação de forças existentes nos mercados de trabalho locais através da integração das famílias e que a principal razão para isso é que o programa possui um “viés agrícola”.

Reconhecido como um programa de habitação, Souza (2000), diz ser necessário acoplar às Vilas Rurais outras políticas rurais não-agrícolas, no intuito de se criar novas formas de geração de renda e emprego para os beneficiários. Porém, para o autor, existe certa “incapacidade” e “ineficiência” dos serviços de extensão rural e dos extensionistas em desenvolver um trabalho efetivo com os moradores, criando condições para inovação nos estilos de vida e nos sistemas de produção, isso devido ao processo de formação profissional dos extensionistas e da impossibilidade das agências de extensão de se reprogramarem para atender categorias especiais de usuários.

Souza (2000), conclui sua análise sobre as Vilas Rurais assegurando que o programa não obtém o sucesso desejado, seja do ponto de vista qualitativo como quantitativo, para que possa superar as circunstâncias que

colocam as famílias em situações de pobreza e exclusão social, pois além de possuir um viés nitidamente agrícola, não possibilita reduzir as desigualdades sociais e a mobilização de recursos em função, principalmente, da necessidade de mudanças de caráter institucional. Além do que, não possui diretriz que impulse a geração de emprego e renda não-agrícola, restringindo-se o programa à questão da habitação, muito embora, segundo o autor, deva-se elogiar o Paraná, pelo fato de ser o primeiro estado a ter uma política não-agrícola visando solucionar a questão da pobreza rural.

Um outro relatório foi elaborado em 2001 com o objetivo de avaliar o Projeto Paraná 12 Meses quanto ao seu estágio de execução física e financeira e mensurar a eficiência do Projeto em atingir os objetivos inicialmente propostos, incluindo a avaliação das Vilas Rurais. Porém, desta feita, o relatório foi elaborado não mais pelo IPARDES e sim pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA (2001), por encomenda do Governo do Paraná.

O relatório, de caráter qualitativo do CEPEA (2001), especificamente sobre as Vilas Rurais, afirmou que as mesmas têm muitos méritos: público a que se destina; concepção inovadora; e, o resultado social que apresenta, com impacto positivo sobre os beneficiários quanto à obtenção da casa própria, como nas oportunidades de renda, além do sentido inédito de liberdade e incremento da auto-estima dos moradores das Vilas Rurais. Destacou a importância da ação dos técnicos sociais junto aos beneficiários do programa – os vileiros, seja no aspecto de apoio aos problemas individuais, seja no difícil processo de aprendizado do coletivo, embora com algumas vilas enfrentando dificuldades quanto à capacidade dos moradores em conviverem e de construírem juntos o bem comum. O fato principal apontado é que as Vilas Rurais iniciam o processo de

formação de capital humano e social para uma população que, de outra forma, não teria oportunidade.

Outros aspectos levantados pelo referido relatório dizem respeito às questões como, por exemplo, a falha do sistema de seleção dos beneficiários. Foram identificados diversos moradores das vilas que não eram trabalhadores rurais volantes à época da seleção, além de existir certa ingerência do poder público local na indicação dos mesmos. Em relação à seleção dos beneficiários, que deveriam ser T.R.V., o relatório ressaltou que “consta realmente no Manual Operativo do Projeto, à página 198, mas que não é critério de exclusão o fato do morador não atender essa condição que deve apenas ser levada em conta” (CEPEA, 2001, p. 71). Porém, o relatório recomendou o aperfeiçoamento dos critérios para a seleção dos beneficiários das novas vilas que seriam construídas, privilegiando o trabalhador das áreas rurais dos municípios.

Quanto à assistência técnica, o relatório do CEPEA (2001), apontou ainda uma satisfatória presença de técnicos de produção agropecuária nas vilas e uma carência de técnicos sociais. Quanto ao treinamento e apoio dos técnicos para atender a execução de atividades econômicas associativas não foram suficientes, evidenciando planejamento inadequado para iniciativas de atividades grupais e mesmo individual.

A respeito da localização das vilas o relatório ressaltou que deveriam ser determinadas de forma a permitir o acesso dos moradores ao mercado de trabalho agrícola e não-agrícola. Algumas vilas implantadas distam 25 km da cidade sede e, em algumas delas foram identificadas deficiências de estrutura de transporte. Embora não dimensionando, o relatório indicou haver moradores, que provavelmente constituem exceções e não a regra, que não

exploram suas áreas de forma produtiva.

Em função da falha na divulgação ou na comunicação do Projeto, a princípio, o referido relatório reconhece que, por existir desemprego nas proximidades das vilas, isso leva alguns moradores a terem uma visão imprecisa da atividade, considerando ser um substituto da reforma agrária.

Finalizando, o relatório do CEPEA (2001), afirmou não perceber pressão na sociedade pela ampliação da atividade de Vilas Rurais, considerando que nas regiões prioritárias, isto é, de maior concentração de trabalhadores rurais volantes, em quase todos os municípios do Estado já existiam uma vila, alguns com mais de uma. Considerando que os dados utilizados para dimensionar o público alvo das vilas foram em 1991 de 321,6 mil pessoas, porém com os dados do censo demográfico do IBGE em 2000, percebeu-se uma redução do público alvo, em 68 mil pessoas, estimada agora em 253 mil pessoas, o que explica a baixa demanda por mais Vilas Rurais nos municípios paranaenses, além da própria dificuldade financeira das prefeituras em disponibilizar áreas adequadas para construção das vilas. Esses elementos levaram à recomendação de se manter as metas físicas da atividade de vilas e não em ampliá-las.

Ainda como forma de avaliar o programa Vilas Rurais, o governo do Paraná promoveu três seminários com moradores das Vilas Rurais em 1999, objetivando discutir os resultados e necessidades identificadas nas Vilas Rurais, as colocações foram as seguintes: discutir alternativas para solução das necessidades identificadas; discutir formas de encaminhamento para operacionalização das alternativas, e identificar as instituições públicas e privadas que poderiam constituir parcerias para a operacionalização das alternativas selecionadas (BRAGA *et al.*, 1999).

Para a realização dos seminários, as regiões do Estado foram agrupadas em três macrorregiões, considerando-se as características socioeconômicas dos moradores das Vilas Rurais. Os seminários foram realizados nos seguintes locais: em Francisco Beltrão (nos dias 30 e 31/03/99), em Campo Mourão (nos dias 6 e 7/04/99) e em Rolândia (nos dias 8 e 9/04/99).

Em Francisco Beltrão, o seminário reuniu 107 moradores de 51 Vilas Rurais distribuídas em 45 municípios das regiões de Francisco Beltrão, Pato Branco, Cascavel, Toledo, Guarapuava, Ponta Grossa, Irati e União da Vitória, onde foram apresentadas experiências selecionadas previamente como: teatro comunitário e produção de olerícolas para comercialização, ambas de Guairá; criação de frangos, de Dois Vizinhos; produção de hortaliças e cozinha comunitária, de Turvo; produção de pepinos para conserva, de Nova Prata e; produção de açúcar mascavo e rapadura, de Ivaí.

No Seminário realizado em Campo Mourão, onde se reuniram 123 moradores de 62 Vilas Rurais pertencentes a 57 municípios das regiões de Campo Mourão, Paranaíba, Maringá e Umuarama, as experiências selecionadas e relatadas em plenária foram: uva e café adensado do município de Engenheiro Beltrão; fruticultura para comercialização e produção de maracujá, de Marilena; cozinha comunitária, de Mandaguaçu; produção de pepino para indústria, de Xambrê e de Terra Boa, e diversificação de culturas, de Paranacity.

O último seminário foi realizado em Rolândia, com a participação de 82 moradores de 38 Vilas Rurais distribuídas em 33 municípios das regiões de Apucarana, Ivaiporã, Londrina, Cornélio Procopio e Santo Antonio da Platina, onde foram apresentadas as seguintes experiências previamente selecionadas: café adensado, de Pitangueiras; pimentão e tomate para comercialização, de

Lidianópolis; organização das mulheres de Itambaracá; e plasticultura e produção de pamonhas, de Siqueira Campos.

A Tabela 5 apresenta a síntese das decisões tomadas em plenária, dos três seminários, quanto às principais prioridades.

Tabela 5: Principais prioridades dos moradores das Vilas Rurais – 1999

PRIORIDADES	FRANCISCO BELTRÃO	CAMPO MOURÃO	ROLÂNDIA
Falta de oportunidade de emprego/trabalho/renda	1 ^a	1 ^a	2 ^a
Falta de água para irrigação	2 ^a	2 ^a	3 ^a
Falta de atendimento médico e odontológico	3 ^a	-	4 ^a
Falta de telefone público	4 ^a	-	5 ^a
Falta de recursos p/ insumos	-	3 ^a	-
Necessidade de centro comunitário	-	4 ^a	-
Falta de recursos financeiros e linhas de crédito específicas	-	-	1 ^a

Fonte: Documento Seminário com Moradores das Vilas Rurais, 1999.

Percebe-se a semelhança entre as prioridades dos moradores, principalmente entre as macrorregiões de Campo Mourão e Francisco Beltrão, que tem na oportunidade de emprego, trabalho e renda e, na água para irrigação, as duas principais prioridades. Na macrorregião de Rolândia a prioridade número um foram os recursos financeiros e linhas de crédito específicas, seguida da oportunidade de emprego, trabalho e renda.

A EMATER (2000), também fez uma análise do levantamento de dados realizados nas Vilas Rurais do Estado do Paraná, em 2000, com base na tabulação dos questionários (realizado em fevereiro de 1999), preenchidos pelas 162 Vilas Rurais envolvidas, distribuídas nas 19 regiões administrativas da empresa, onde tinham Vilas Rurais.

Considerando que o objetivo proposto pelo trabalho da EMATER

(2000), era subsidiar o debate, a busca de estratégias e a execução de ações afirmativas, de forma criativa sobre as Vilas Rurais, foram relacionadas várias atividades, dentre as quais destacam-se:

- Estabelecer processos mais rigorosos na seleção da área e das famílias;

- Realizar um diagnóstico rural/vila utilizando-se de uma metodologia participativa, envolvendo todas as famílias selecionadas com seu histórico de vida antes de morar na Vila e outro enquanto morador. (...) no qual os sujeitos sociais se apropriam de sua realidade e a transformam;

- Discutir exaustivamente, de forma participativa, a questão da exploração do lote, abordando toda a cadeia produtiva numa visão sistêmica. Agregar a essa discussão as questões problemáticas identificadas no levantamento como: recursos financeiros, água para a produção, mão-de-obra disponível, assistência técnica, tecnologia necessárias, custos de produção, organização dos moradores para a produção, comercialização e pesquisa de mercado, capacitação e profissionalização, entre outros;

- Organizar a comunidade/Vila através de formas alternativas grupais, associativas e cooperativas (de produção, de trabalho/serviços) (...) criando, assim, espaços sociais de novas relações de gênero, geração e poder, bem como a ampliação de vínculos familiares, profissionais e sociais. (...) Dependendo do poder de mobilização e força da organização das Vilas/comunidades rurais, algumas questões como: (...) atividades coletivas pluridisciplinares (centro de convivência), creche, telefone, iluminação da Vila e transporte coletivo terão mais chances de se concretizar;

- Criar grupos de adultos para alfabetização e programas de educação continuada para jovens e adultos (em períodos de baixa oferta de trabalho e nas férias escolares);

- Promover de forma permanente seminários, cursos, encontros, reuniões, debates, palestras, excursões para ampliação e aprofundamento de assuntos relacionados à cidadania, a questão da ética e da moral, relações humanas, entre outros (EMATER, 2000).

Quanto às sugestões citadas, com relação às atividades que deveriam ser implementadas, não é possível afirmar se as mesmas foram colocadas em prática, até porque no próprio âmbito da EMATER, atividades a ela pertinentes parecem ser difíceis de serem executadas, dado o quadro de extensionistas disponível nos municípios. No entanto, é importante mencionar que recai sobre o extensionista da EMATER, em algumas Vilas Rurais, a exemplo da assistência técnica em nível municipal, a orientação e assessoria, às vezes única, para a efetiva consolidação das vilas como meio de superação da pobreza e o alcance da cidadania.

Se no Estado não foi possível avaliar o resultado das atividades propostas, na região Oeste do Paraná registra-se a iniciativa do pessoal técnico da EMATER, regional de Cascavel, que num trabalho conjunto com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/CAMPUS CASCAVEL, através do curso de Administração, oportunizaram alguns moradores de Vilas Rurais e comunidades rurais, da região, a participarem de um treinamento ministrado por professores da universidade, contemplando: motivação; relacionamento interpessoal; cálculo e custo, com conteúdo programático voltado às necessidades do público alvo.

A escolha dos participantes para tal treinamento, tanto das

comunidades rurais quanto das Vilas Rurais, levou em consideração os que receberam projetos de geração de renda, com o intuito de se trabalhar os “gargalos” desses projetos. Esse treinamento teve início no mês de agosto de 2004, portanto sem possibilidade de se avaliar os resultados práticos. De qualquer modo, iniciativas dessa natureza permitem transformar o que antes limitava a atuação nas Vilas Rurais em novas possibilidades, as quais se tornam sempre viáveis dependendo da atuação dos atores envolvidos com as vilas, isto é, técnicos dos diferentes órgãos estaduais, municipais, conselhos e os próprios vileiro(a)s.

3.3 Estratégias de Implantação e Especialização do Programa Vila Rural

Antes de se apresentar as estratégias de implantação e especialização das Vilas Rurais, considera-se necessário tecer alguns comentários sobre a definição de região, principalmente num processo de efetivação de política pública como o Projeto Paraná 12 Meses, que procurou atender às diversas regiões do Estado do Paraná.

Embora aparentemente simples a definição de uma região torna-se extremamente complexa, dependendo do enfoque que se pretende dar à mesma.

O Projeto Paraná 12 Meses, no aspecto de estratégia operacional e visando organizar as demandas e a definição de prioridades regionais, dividiu o Estado em 8 mesorregiões, consideradas homogêneas (GOVERNO DO PARANÁ, 1998). A divisão das mesorregiões baseou-se no trabalho realizado pelo IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná, em 1993, que contemplou aspectos socioeconômicos e de recursos naturais, conforme Figura 1²⁰.

²⁰ Os números constantes na Figura 1, referem-se às mesorregiões homogêneas consideradas no Projeto Paraná 12 Meses, cujos municípios integrantes estão identificados no anexo C deste trabalho.

a outras regiões geográficas do Estado, como Norte e Centro-Oeste é obscuro o entendimento dos critérios socioeconômicos e recursos naturais que justifiquem separar, por exemplo, o município de Toledo do município de Marechal Cândido Rondon ou unir esse último com Capitão Leônidas Marques e Ramilândia uma vez que, além de diferenças quanto ao relevo, as questões socioeconômicas não são tão homogêneas em função, inclusive, do próprio processo de colonização.

Diante disso, com relação à homogeneidade de região, entende-se que seria mais adequado em termos regionais trabalhar com uma espacialização senão igual, semelhante ao que o IPARDES desenvolveu no documento denominado Leituras Regionais, um trabalho que divide o Estado em 10 mesorregiões, de acordo com a Figura 2.

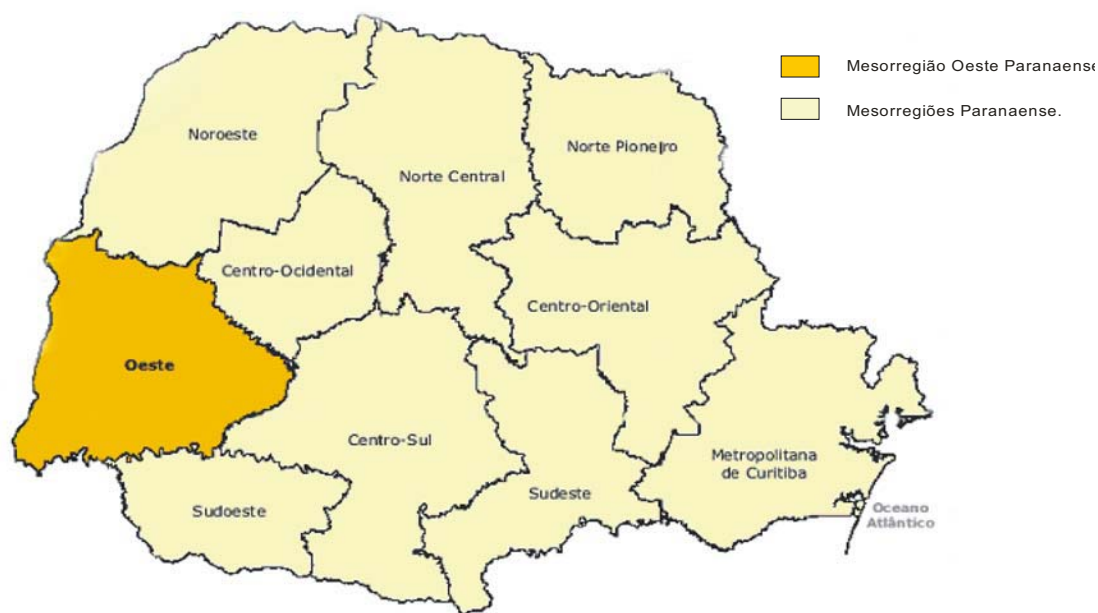


Figura 2: Mesorregiões Geográficas do Paraná - IPARDES
Fonte: Leituras Regionais – IPARDES (2003).

No documento Leituras Regionais – Mesorregião Oeste Paranaense, IPARDES (2003, p. 3), é dito que “a focalização regional confere realce às particularidades municipais, permitindo maior aproximação dos problemas

e potencialidades e, sobretudo, abre espaço para ampliar debates mais compartilhados quanto a rumos, opções e possibilidades de governança ou ação política”.

Não se pretende comparar a divisão regional do IAPAR (Figura 1) com a do IPARDES (Figura 2), esta última, idêntica à divisão do IBGE utilizada, por exemplo, no Censo Agropecuário 1995/1996, tanto em termos de espacialização quanto na denominação das regiões. O questionamento está no sentido de homogeneidade de regiões que em princípio, conforme a espacialização do IPARDES permite melhor análise das demandas e definições de prioridades, como por exemplo, das Vilas Rurais, definidas tanto em termos geográficos, socioeconômicos e exploração agropecuária, em regiões mais homogêneas que a do IAPAR.

Colocadas tais considerações quanto à espacialização das regiões homogêneas e retomando a questão da implementação dos trabalhos do Projeto Paraná 12 Meses como um todo, em sua fase inicial, definiu-se como estratégia operacional, em termos de área de ação, a concentração nas mesorregiões 2, 3 e 6, identificadas na Figura 1 do IAPAR, de forma que se pudesse verificar a coerência técnica/administrativa do Projeto e possíveis ajustes operacionais quando da difusão do mesmo (GOVERNO DO PARANÁ, 1998).

No tocante às Vilas Rurais, de acordo com o Manual de Campo, as mesorregiões definidas como prioritárias foram as de número 3, 4 e 6 (podendo ser estendidas ainda para 2, 5 e 8), conforme Figura 1, consideradas áreas com maior contingente de trabalhadores rurais volantes por explorarem culturas como algodão, mandioca, cana-de-açúcar, citrus e reflorestamento, que apresentariam maior demanda por mão-de-obra temporária (GOVERNO DO PARANÁ, 1998).

No entanto, entre os critérios de seleção dos Municípios, para implantação das Vilas Rurais foram considerados, além da delimitação das mesorregiões, outros aspectos como o interesse do Município em participar da atividade Vilas Rurais, através de protocolo de intenção e disponibilidade dos mesmos em ceder área à COHAPAR, com aprovação da Câmara Municipal (GOVERNO DO PARANÁ, 1998).

Muito embora especificando as mesorregiões prioritárias para as Vilas Rurais, no item referente aos critérios básicos para a definição das Unidades de Trabalho, o Manual de Campo aponta que “As Vilas Rurais não possuem critérios específicos de priorização, pois todas serão atendidas no subcomponente” (GOVERNO DO PARANÁ, 1998, p.24).

Diante disso, com a inclusão da Vila Rural no Projeto Paraná 12 Meses, a questão de áreas prioritárias para implantação das mesmas ficou sem efeito. Importante ressaltar que no início do Programa Vila Rural, nas Normas Operacionais, Governo do Paraná (1995), recomendava-se “o privilegiamento das seguintes regiões, por ordem de importância: Norte Pioneiro, Norte Velho, Noroeste, Oeste/Sudoeste”, regiões essas desconsideradas nas mesorregiões do IAPAR (2003).

O que se verificou em relação à implantação das Vilas Rurais e como era previsto, em função dos critérios anteriormente descritos, foi uma pulverização em todas as regiões do Paraná, conforme pode ser visualizado no Mapa (Anexo A). Independente da região ser prioritária ou não, conforme o Programa original, foram construídas Vilas Rurais em municípios com ou sem demanda de mão-de-obra de trabalho rural temporário, desconsiderando a exploração de culturas já mencionadas.

A distribuição regional das culturas que demandam mão-de-obra temporária conforme o Projeto Paraná 12 Meses, e segundo dados do DERAL/SEAB nas safras de 1989/90 e 1994/95, pode ser visualizada nas Tabelas 6 e 7.

Tabela 6: Área cultivada com culturas prioritárias à implantação das Vilas Rurais - em hectare (safra 1989/90)

Safra/Região 1989/90	Algodão (ha)	Café (ha)	Mandioca (ha)	Cana (ha)	Laranja (ha)	Milho (ha)	Soja (ha)
Norte	215.441	194.474	10.345	110.903	1.248	505.798	593.919
Centro-Oeste	106.198	37.770	6.860	13.788	86	78.310	377.050
Noroeste	72.691	182.881	32.136	31.206	14	45.784	36.622
Oeste	89.221	10.591	28.288	1.256	265	239.070	677.240
Sudoeste	0	159	14.090	1.342	1.547	447.475	280.930
Sul	6.290	675	10.135	922	1.239	763.347	301.877
Total	489.841	426.550	101.854	159.417	4.399	2.079.784	2.267.638

Fonte: DERAL/SEAB – CURITIBA, 2004.

Verifica-se, por meio da Tabela 6, a concentração de área de exploração das culturas consideradas prioritárias ao Programa Vila Rural na safra 1989/90 nas regiões Norte, Centro-Oeste e Noroeste. Foram acrescentadas as culturas de milho e soja para ilustrar suas predominâncias enquanto áreas cultivadas, no Estado como um todo, à exceção do Noroeste. Nesta região predominavam as culturas de café, algodão, seguido da mandioca e cana-de-açúcar, representando 80% do total de área das culturas existentes na Região Noroeste. O algodão concentrou-se nas regiões Norte, Centro-Oeste e Noroeste, com 80% da área total do Estado. Já a cultura do café, nestas regiões, respondia por 97% do total da área estadual, o mesmo percentual para a cultura da cana-de-açúcar. A mandioca tinha uma menor representatividade, ou seja, 48% da área do Paraná, enquanto que a laranja nessas regiões representava 30% de toda a área cultivada no Estado.

A região Oeste, na safra 1989/90, respondia, em termos de área

cultivada no Estado, por 18% do algodão; 2,5% do café; 28% da mandioca; 0,8% da cana-de-açúcar e 6% da cultura da laranja.

Considerando que as primeiras Vilas Rurais foram construídas no Paraná em meados de 1995 (a primeira localizada em Apucarana e a segunda em Toledo), neste período, de acordo com os dados da safra agrícola 1994/95, as culturas anteriormente analisadas apresentaram a seguinte realidade, conforme Tabela 7.

Tabela 7: Área cultivada com culturas prioritárias à implantação das Vilas Rurais - em hectare (safra 1994/95)

Safra/Região 1994/95	Algodão (ha)	Café (ha)	Mandioca (ha)	Cana (ha)	Laranja (ha)	Milho (ha)	Soja (ha)
Norte	93.124	78.959	11.561	158.198	806	699.995	601.417
Centro-Oeste	57.230	13.646	18.280	19.425	96	141.000	353.145
Noroeste	78.726	42.642	51.080	74.434	4.292	55.673	30.525
Oeste	51.770	5.809	36.650	1.829	110	504.285	648.702
Sudoeste	660	0	15.920	907	368	477.270	222.160
Sul	1.250	83	10.875	970	2.207	821.050	350.300
Total	282.760	141.139	144.366	255.763	7.879	2.669.273	2.206.249

Fonte: DERAL/SEAB – CURITIBA, 2004.

No período analisado, entre 1989/90 e 1994/95, houve uma mudança significativa em praticamente todas as culturas, com exceção à área explorada com soja, que na última safra não sofreu alteração expressiva. O algodão teve sua área diminuída em 42% e o café em 67%. No entanto, a área cultivada com mandioca aumentou em 41%, a cana-de-açúcar em 60% e a cultura da laranja em 79%.

Em termos de representatividade regional, não houve alteração em relação às culturas do algodão, café, e cana-de-açúcar, permanecendo praticamente os mesmos percentuais. Já na cultura de mandioca houve um aumento proporcional de área cultivada nas regiões Norte, Centro-Oeste e

Noroeste, passando de 48% para 56% da área total do Estado, o mesmo acontecendo com a laranja que saiu de 30% para 65%.

A participação da Região Oeste também não apresentou alteração no tocante à cultura do algodão, permanecendo com 18% da área cultivada no Estado, a cultura da mandioca caiu de 28% para 25% na representatividade estadual, embora tenha crescido em termos de área cultivada na região em 30%, ficou abaixo da média do Estado que foi de 41% de aumento. A cultura do café, insignificante em termos de área, perdeu 45% em relação à safra 1989/90, no entanto, em termos de representatividade em relação ao Estado, aumentou de 2,5% para 4%.

Vale mencionar que, embora a Região Oeste explore culturas que poderiam demandar mão-de-obra temporária, pelo perfil agropecuário da região onde a maioria das propriedades tem até 50 hectares e uso de mão-de-obra familiar, poucas são as demandas por mão-de-obra temporária. Aliado ao tamanho das propriedades, considera-se também que as atividades agrícolas ao longo dos anos têm utilizado técnicas poupadoras de mão-de-obra. É possível que em função disso o público assentado nas Vilas Rurais do Oeste do Paraná, em sua maioria, não tenham sido trabalhadores rurais volantes, conforme será analisado posteriormente.

Observa-se que as regiões das Tabelas 6 e 7 foram construídas considerando a divisão da área de abrangência dos Núcleos Regionais da SEAB, conforme a Figura 3, a seguir. As regiões identificadas na referida figura estão assim constituídas: Região Sul (1), formada pelos núcleos de Paranaguá, Curitiba, Irati, Ponta Grossa, União da Vitória, Guarapuava e Laranjeiras do Sul; Região Sudoeste (2), formada pelos núcleos de Francisco Beltrão e Pato Branco. A Região

Oeste (3) abrange os núcleos de Cascavel e Toledo – região onde estão localizadas as Vilas Rurais objetos de estudo; a Região Noroeste (4), formada pelos núcleos de Umuarama e Paranaíba; Região Centro-Oeste (5) abrange o núcleo de Campo Mourão; e Região Norte (6) compreendendo os núcleos de Maringá, Londrina, Apucarana, Ivaiporã, Cornélio Procópio e Jacarezinho.

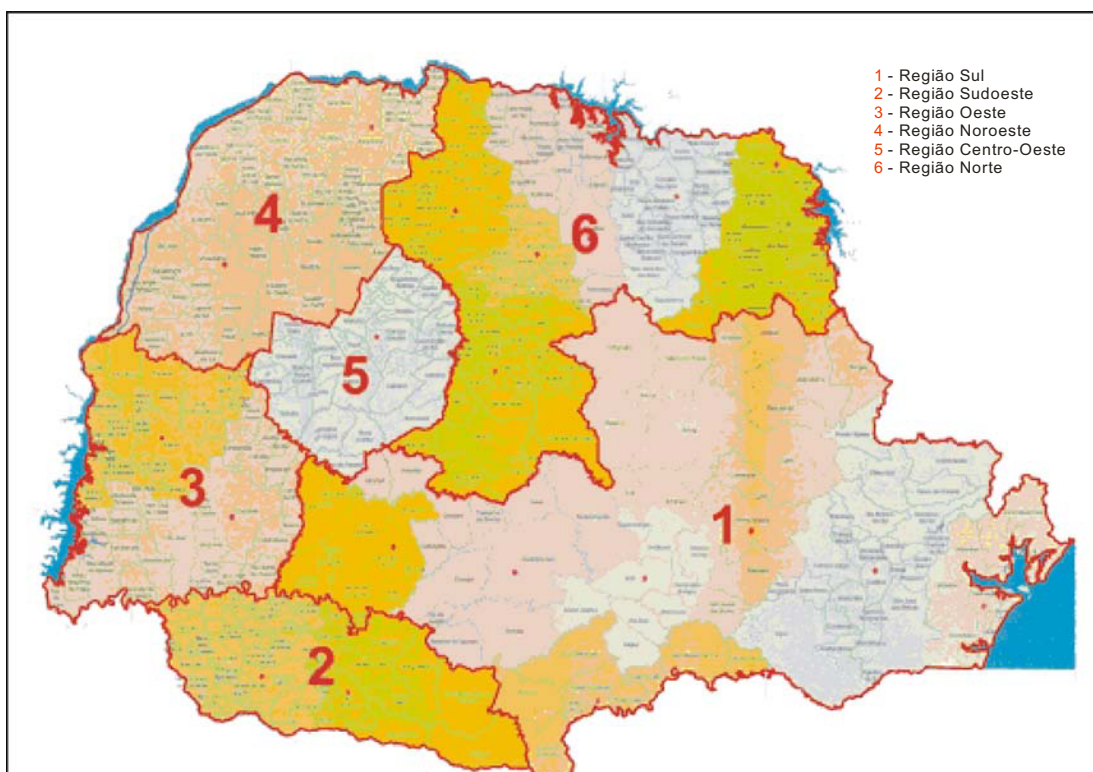


Figura 3: Divisão geográfica dos Núcleos Regionais da SEAB/PR
 Fonte: Elaborado pela autora, adaptado da Gráfica Editora Posigraf S.A. Curitiba, 2003.

Examinando-se a Figura 3 pode-se identificar melhor quais seriam as áreas onde haveria demanda por trabalho rural temporário, concentrando-se nas regiões 4, 5 e 6, considerando os dados das tabelas anteriores, onde são representativas as culturas de algodão, café e cana-de-açúcar em termos de áreas cultivadas no Estado. Também ao norte da região Oeste, existem municípios com áreas mais significativas de exploração dessas culturas, formando assim, nessa região, manchas de alguns municípios com maior expressão de cultivo de tais

produtos, incluindo a mandioca.

Nesse sentido, Parré *et al.* (2004), num estudo sobre a regionalização da agricultura paranaense na década de 90, afirmam que o desenvolvimento da agricultura não ocorre uniformemente em todas as regiões do Paraná, mas que é possível regionalizar a dinâmica da agricultura, através da análise fatorial e de cluster, permitindo obter possíveis agrupamentos de características homogêneas. Segundo Parré *et al.* (2004), a cultura do café é expressiva no Norte Paranaense, especificamente em Londrina, Jacarezinho, Umuarama, Cornélio Procopio, Paranavaí, respondendo esses municípios com mais de 60 % da produção estadual.

Diante disso, pode-se concluir que é possível mapear as demandas de mão-de-obra por manchas de municípios e não por regiões onde predominam as culturas que utilizam trabalho temporário, de forma mais intensiva, e isso inclui as áreas com exploração da madeira (reflorestamento), outro produto considerado prioritário para definição das Vilas Rurais, onde também é possível um zoneamento por manchas de municípios onde predomina essa exploração. Muito embora as grandes empresas reflorestadoras no Paraná (Manasa, Araupel e Klabin, entre outras) encontrem-se tecnificadas atuando com mão-de-obra qualificada - a exemplo de operadores de máquinas - as pequenas áreas reflorestadas ainda demandam mão-de-obra desqualificada e temporária.

A título de ilustração, no cálculo do Valor Bruto de Produção - VBP, em 2003, nos municípios de Telêmaco Borba, Tunas do Paraná, Inácio Martins e General Carneiro, mais de 90% do VBP vêm dos produtos florestais. Já em Doutor Ulysses, Quatro Barras, Bituruna, Sengés, Curiúva, Rio Branco do Sul, Antonio Olinto e Cruz Machado esse percentual é maior que de 50%, todos na Região Sul

(1), definida pela Figura 3 - Divisão Geográfica da SEAB. Assim, esses municípios poderiam configurar uma nova “mancha” de prioridades para as Vilas Rurais (DERAL/SEAB, 2004).

As argumentações quanto ao critério de prioridade por mesorregião levaram em consideração a dificuldade de se trabalhar com macrorregiões, conforme proposto pelo IAPAR, para fins de definição de municípios com demanda de trabalhador rural volante. Talvez o melhor critério tivesse sido o de mapear municípios com exploração significativa das culturas priorizadas, demandantes de mão-de-obra temporária, podendo atender com isso um público maior de T.R.V., porém, em geral, isso não aconteceu com as Vilas Rurais implantadas no Oeste do Paraná, o que será objeto de discussão no próximo item, incluindo o histórico e perfil socioeconômico regional.

Uma última observação importante é de que embora não se tenha registro, é possível que a pulverização das vilas tenha acontecido em função das exigências quanto aos critérios de seleção dos municípios, pois esses tinham que se comprometer com a infra-estrutura, 70% do valor da área, apoio técnico, entre outros. Assim a questão financeira pode ter sido um limitador para alguns municípios, que até poderiam ter o público alvo, mas não tinham capacidade de endividamento para contrair empréstimo destinado à aquisição de área. Um outro aspecto a ser considerado quanto à pulverização das Vilas Rurais em todo o Paraná, refere-se à questão política, ou seja, o interesse tanto do poder público municipal quanto do estadual em se construir as vilas, independente de regiões prioritárias, principalmente as definidas no início do Programa, em 1995, onde se recomendava o privilegiamento, por ordem de importância, às regiões do Norte Pioneiro, Norte Velho, Noroeste, Oeste/Sudoeste.

3.4 A Região Oeste do Paraná

Neste item apresenta-se a Região Oeste do Paraná, onde as Vilas Rurais, objeto de estudo deste trabalho estão inseridas, com enfoque de alguns autores sobre o seu histórico, o perfil socioeconômico, envolvendo a questão demográfica, produtiva e indicadores de desenvolvimento humano, entre outros. Conclui-se a apresentação do Oeste Paranaense com as Vilas Rurais instaladas na região e algumas de suas peculiaridades.

3.4.1 Histórico da Região Oeste

Historicamente a Região Oeste é considerada a última fronteira de ocupação do Estado, integrando-se à dinâmica estadual a partir dos anos 1970. Destacaram-se como fatores que a mantiveram por tanto tempo isolada e com baixas densidades populacionais, a distância da porção leste do Estado e a quase total falta de infra-estrutura de comunicação interligando-a ao restante do Paraná (IPARDES, 2003).

A Região Oeste do Paraná, neste trabalho, compreende os municípios que formavam a mesorregião Oeste Paranaense, segundo o Censo Agropecuário de 1995/1996, e que incluíam as microrregiões de Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu, a exceção dos municípios de Guaraniaçu e Diamante do Sul²¹.

Optou-se por essa delimitação uma vez que os municípios que a compõe tiveram o processo de colonização em épocas semelhantes, além do que coincide com a área de abrangência dos Núcleos Regionais da Secretaria de

²¹ Guaraniaçu e Diamante do Sul pertenciam ao N. R. da SEAB de Cascavel. Atualmente pertencem ao N. R. de Laranjeiras do Sul, para fins de ações da SEAB, assim não fazem parte dessa delimitação.

Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB/PR, Cascavel e Toledo, também denominada Oeste, pois facilita a análise dos dados referentes à produção agropecuária²².

Vários são os autores que tratam do processo de colonização do Oeste Paranaense, dentre eles Brenneisen (2002), que pontua quatro frentes de conquista e ocupação da Região Oeste do Paraná: a primeira, no século XVII, com os bandeirantes portugueses que buscavam pedras preciosas e aprisionamento de índios para o trabalho nas lavouras do litoral e os padres jesuítas que organizaram a redução jesuítica do Guayrá. Segundo a autora, já nesse período iniciou-se uma forma de êxodo constante dos sobreviventes (nativos) aos ataques dos bandeirantes à redução do Guayrá. A segunda frente de colonização aconteceu com o tropeirismo no século XIX, imperando os ataques aos índios, desta feita, pelos colonos que tomavam seus territórios e os expulsavam.

No final do século XIX surgiram as obrages – 3ª frente de colonização – que eram companhias estrangeiras, inglesas e argentinas, que receberam do governo imperial grandes extensões de terra para exploração e em contrapartida deveriam desenvolver a infra-estrutura nos locais onde se instalassem, com o objetivo de colonizar a região. Como isso não aconteceu, durante a vigência da primeira república (até 1930), as obrages foram extintas. Ainda no final do século XIX, fundou-se a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, em 23 de novembro de 1889, outro fator de colonização.

A quarta e principal frente de colonização na Região Oeste, considerada pela autora (2002), foi através das companhias colonizadoras que aqui chegaram no início do século XX. Numa demonstração de interesse pela região

²² Os municípios da Região Oeste estão relacionados no Anexo D e delimitados na Figura 3.

começaram a atrair migrantes, em sua maioria, descendentes de alemães e italianos, vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A colonização foi intensificada entre 1950/1960, assentando colonos em áreas de aproximadamente 25 hectares, portanto, pequenas propriedades que trabalhavam com mão-de-obra familiar e policulturas. Ribeiro (2002), assim descreve esse período:

a partir de 1950 intensificou-se o povoamento da região, incentivado pela ação das companhias colonizadoras que vendiam pequenas colônias de terra (10 alqueires, ou seja, 24 hectares), fazendo prevalecer uma estrutura fundiária com a predominância de pequenas propriedades e médias propriedades...devido à fertilidade expressiva das terras, quem tinha acima de 30 alqueires era considerado rico (...) (RIBEIRO, 2002, p. 32).

Mellos (1998), descreve três correntes migratórias que ocuparam a Região Oeste do Paraná: a dos caboclos paranaenses, que não obtiveram sucesso devido à forma de produção extensiva, por causa do avanço das propriedades privadas, por isso não se fixaram na região e migraram para o Sudoeste e outras regiões; a segunda, de agricultores vindos do Norte do Estado, os chamados "nortistas", pessoas que já haviam migrado de São Paulo, Minas Gerais e do Nordeste e que chegaram no Oeste inicialmente para explorar a cultura do café, mas em função do clima tiveram que adaptar sua forma de trabalhar a terra; e a corrente sulista que chegou na região a partir de 1946.

Peris (2002), afirma que a colonização com a finalidade de assentar agricultores na Região Oeste do Paraná iniciou-se em Toledo em 1946, através da empresa Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A. - MARIPÁ, dando as condições iniciais de povoamento para a região. A colonizadora MARIPÁ, por ser oriunda do Rio Grande do Sul e conhecer os agricultores desta região, planejou a colonização atraindo para a região de Toledo agricultores gaúchos e catarinenses de origem alemã e italiana, "colonos que já dominavam técnicas

agrícolas e agropecuárias mais adiantadas e possuíam, também, um montante de recursos capaz de acelerar o crescimento da Região" (PERIS, 2002, p. 77).

Em função disso, segundo Peris (2002), a colonização na microrregião de Toledo possibilitou um desenvolvimento rápido da agricultura, marcado por poucos conflitos de terras, diferente do que aconteceu na microrregião de Cascavel, que sofreu uma colonização menos planejada, marcada por sérios conflitos de terras, especialmente na década de 1960.

Outros autores identificam a diferença, não só quanto à questão agrária, mas também quanto às etnias no processo de colonização da região, em especial de Cascavel e Toledo. Sperança (1992), ao escrever sobre a história de Cascavel, relata que no ano de 1920 inicia-se uma nova etapa de colonização na região com a chegada dos primeiros colonos atraídos pela propaganda das terras do oeste instalando-se na região. Esses eram predominantemente de origem italiana e alemã. Porém, segundo o autor, os poloneses, a partir de 1920, sem qualquer auxílio ou conhecimento do governo, a exemplo de outros eslavos (ucranianos), impõem seus trabalhos e seus costumes no interior da região Oeste. Ainda segundo Sperança (1992), o ano de 1932 é marcado com entrada da segunda leva de migrantes poloneses vindos de Santa Catarina, em direção ao Oeste do Paraná.

Ressalta-se assim a diferenciação da colonização em termos de etnias na região Oeste, no período colonizador, em áreas próximas à Cascavel que apresentou maior diversificação, incluindo além de italianos e alemães também poloneses e ucranianos, entre outros.

Piaia (2004), ao referir-se ao município de Cascavel, diz que esse teve uma colonização diferenciada da maioria da Região Oeste nas duas primeiras

décadas do pós-guerra, período que contempla experiências reveladoras da colonização oestina, entre as quais:

(...) a transformação da base econômica, de extrativa para agricultura intensiva; a fundação de uma malha viária e de comunicações; a expansão urbana e a transformação de muitas cidades em municípios, do que resultou numa forte mudança política; o sucesso da colonização da empresa MARIPÁ; e o acirramento da violência e da luta pela posse da terra; e a transformação de Cascavel na principal cidade do Oeste Paranaense (PIAIA, 2004, p. 24).

A escassez de estudos sobre os primórdios de Cascavel, para Piaia (2004), é justificada pelo comodismo e por uma imposição de ordem social, em função de que com a desordem legal estabelecida na região, principalmente nos anos 1950 e 1960, muitas pessoas, colonos sem capital, aproveitaram-se da situação, apropriando-se de terras, vindo a adquirir grandes fortunas pela própria valorização da terra e da renda agrícola. Para o autor, a apropriação ilegal de terras, embora não exercida pela maioria dos colonos, foi encoberta pelo mito fundador. Nos anos 1950-1960, Cascavel ficou marcada como uma das cidades mais violentas do Brasil em função dos conflitos de terras, mas também foi apontada como um dos maiores índices de crescimento nacional, no mesmo período.

Porém, para Piaia (2004) em muitas áreas, senão a maioria, através das colonizadoras particulares, a expansão da fronteira agrícola rumo ao Oeste foi peculiar, não havendo maiores problemas, nem mesmo na estrutura social, indicando que a violência relacionada aos conflitos de terras ficou restrita aos locais de terras devolutas. Em Cascavel, diferentemente de cidades como Toledo, Marechal Cândido Rondon, Missal, Céu Azul, entre outras, não predominou o monopólio de uma ou outra colonizadora, de forma que a confluência de pessoas de diferentes regiões, com aspectos culturais diferenciados, constituiu uma singularidade que resistiu à homogeneização.

Ainda segundo Piaia (2004), os contingentes de imigrantes de diferentes regiões do país permitiram que Cascavel não fosse influenciada de forma absoluta por um grupo étnico, como os imigrantes sulistas, assim:

(...) a possibilidade de comparar a dinâmica de colonização do oeste através do estudo de dois casos comparativos: Toledo – cuja colonização deve-se à MARIPÁ – e Cascavel, (...) na primeira, o processo de ocupação deveu-se primordialmente aos parâmetros estabelecidos pela colonizadora. Em Cascavel, o processo foi mais anárquico, nenhuma colonizadora teve supremacia no processo de formação do seu núcleo, tampouco nenhuma demonstrou influências consideráveis (PIAIA, 2004, p. 211).

Pode-se considerar que Corbélia e Anahy, municípios sedes das Vilas Rurais objetos de estudo, tiveram o processo de colonização semelhante ao de Cascavel, uma vez que ambos foram desmembrados desse. Corbélia desmembrou-se de Cascavel em 10 de junho de 1961 e mais tarde também passou por desmembramentos que deram origem aos municípios de Braganey (03/05/1982), Iguatu (28/05/1990) e Anahy (11/06/1990).

3.4.2 Perfil Socioeconômico do Oeste do Paraná

Peris (2002), destaca três fatores que caracterizaram a colonização do Oeste do Paraná, principalmente a região de Toledo que são: o tamanho das propriedades, com predomínio de áreas entre 10 e 50 hectares; a propriedade da terra, ou seja, 78% das propriedades agrícolas eram habitadas por seus proprietários, segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 1970; e 91% das propriedades, segundo o mesmo censo, tinham culturas temporárias, sendo o milho a principal cultura.

O autor mencionado anteriormente afirma que a característica principal das atividades agropecuárias do Oeste Paranaense, no início da colonização, foi o predomínio da pequena propriedade, trabalhada com a mão-de-

obra familiar e com a produção dirigida para o mercado (alimentos e matérias-primas). Daí que "a atividade agropecuária da Região não teve nem tem até hoje, característica de subsistência" (PERIS, 2002, p. 78). Afirmo o autor que a produção teve um caráter mercantil, produzindo não só para o mercado interno, mas também nacional e internacional, sendo a carne suína o principal e primeiro produto destinado ao mercado.

Para Padis (1980), a conotação mercantil da produção fez com que o produtor regional se unisse em associações ou cooperativas, visando obter vantagens na compra de insumos e comercialização dos produtos, fugindo da subordinação do comerciante de cereais e de suínos. Assim, Padis (1980) afirma que a atividade agropecuária da Região Oeste, desde o seu início, esteve vinculada às cooperativas, responsáveis pela origem da maior parte das agroindústrias da Região.

O processo de colonização da região Oeste do Paraná coincidiu com o início da modernização da agricultura no país e o perfil dos colonos que migraram para a região colaborou na efetiva implantação das inovações técnicas, de modo particular os italianos e alemães.

Muller (*apud*, GREGORY, 2002), diz que no período de 1968 e 1969 em Toledo, decorridas duas décadas do início da colonização, haviam colonos que tinham estruturado suas propriedades e a agricultura começava a passar por transformações rumo à modernização. As transformações ocorriam nas propriedades dos descendentes europeus (alemães e italianos) vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas também em algumas de migrantes de origem japonesa oriundos do Norte do Paraná. Assim, o autor destaca que a agricultura colonial começava a se firmar com máquinas agrícolas modernas e com a aplicação

pesada em custeio e descreve quatro propriedades de japoneses com iniciativas de mecanização, já por volta de 1970, sendo que numa delas, de 96 hectares, 24 já estavam mecanizados e preparavam mais 60 hectares. Era o processo de colonização misturando-se com a modernização agrícola.

Quanto ao sistema produtivo e a própria colonização do Oeste do Paraná, Gregory (2002), centraliza sua análise na colonização de Toledo e áreas próximas. O autor afirma que Toledo já no início da colonização dava sinais de utilização da rotação de culturas, tendo como fator positivo a seleção de colonos mais progressistas do sul do Brasil feita pela colonizadora MARIPÁ, resultando em técnicas de plantio mais aprimoradas como a rotação de culturas e o uso de fertilizantes.

Nesse aspecto, continua o autor, as inovações técnicas tiveram significado importante no processo de modernização, com destaque para as inovações biológicas do trigo, do arroz e do milho, que ficaram famosas pela Revolução Verde e que consistiam na aplicação de insumos modernos produzidos pela indústria com o objetivo de romper com os limites da fertilidade e da produtividade. Também as inovações mecânicas, com a substituição e a redução do uso de mão-de-obra e o aumento do uso de terra e de capital, exigiram adaptações e mudanças profundas do homem colonial. Isso tudo contribuiu para modificar a estrutura fundiária, a distribuição populacional (rural e urbana) e o próprio mercado agrícola, na medida em que, ao reduzir a mão-de-obra familiar aumentou o número de assalariados permanentes, temporários e de parceiros.

Para Gregory (2002, p. 249), "a colonização do Oeste do Paraná se reveste da peculiaridade de estar sendo concluída no momento em que começaram a ocorrer intensas e profundas transformações no meio rural brasileiro, afetando o

espaço colonial e o estilo de viver e de ser dos eurobrasileiros".

Ainda segundo esse autor, se durante as décadas de 1950/60 o Paraná apresentou elevadas taxas de crescimento demográfico, em função dos fluxos migratórios rumo às áreas de fronteira agrícola, a década de 1970 registrou queda acentuada, passando o Estado de receptor para expulsor de população. Nesta década a população rural apresentou variação anual negativa de 3,4% e, em função do esvaziamento no campo, uma acelerada urbanização ocorreu, passando a população urbana de 25% em 1950, para 36,1% em 1970 e 58,93% em 1980.

Os dados da Tabela 8 mostram esse processo a partir da década de 1980, tanto em níveis estadual e regional bem como municipal, destacando-se os municípios de Toledo e Cascavel, e os municípios sede das Vilas Rurais, objetos de estudos deste trabalho, que são Corbélia e Anahy.

Tabela 8: Dados demográficos 1980/1991/2000

POPULAÇÃO	REGIÃO					
	PARANÁ	OESTE	TOLEDO	CASCADEL	CORBÉLIA	ANAHY
1980						
TOTAL	7.749.752	977.539	69.764	125.129	17.882	5.026
URBANA	4.566.755	495.172	39.513	104.508	9.978	1.347
RURAL	3.182.997	482.367	30.251	20.621	7.904	3.679
%POP. URBANA	58,93	50,65	56,64	83,52	55,80	26,80
1991						
TOTAL	8.448.713	1.016.481	90.679	192.990	16.291	3.508
URBANA	6.197.953	728.448	70.037	177.766	11.282	1.506
RURAL	2.250.760	288.033	20.642	15.224	5.009	2.002
% POP. URBANA	73,36	71,66	77,24	92,11	69,25	42,93
2000						
TOTAL	9.563.458	1.138.582	98.200	245.369	15.803	3.011
URBANA	7.786.084	929.092	85.920	228.673	12.542	1.640
RURAL	1.777.374	209.490	12.280	16.696	3.261	1.371
%POP.URBANA	81,41	81,60	87,49	93,20	79,36	54,47

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos do IBGE (1980/1991/2000).

Por meio da Tabela 8, pode-se observar que a urbanização da região, nas duas últimas décadas, tem acompanhado a média do Estado, porém

Toledo e Cascavel têm apresentado taxas maiores que as médias regional e estadual. Já o município de Corbélia fica próximo da média regional e estadual enquanto que o município de Anahy apresenta um percentual de urbanização menor que essas.

A incorporação rápida das inovações tecnológicas pelos agricultores proprietários do Oeste, além do aumento nas taxas de urbanização, provocou o aparecimento da mão-de-obra temporária volante. Segundo Goodman, *et al.* (1985), em situações como esta os trabalhadores residentes (colonos, agregados, moradores) são expulsos em favor de mão-de-obra assalariada temporária (volantes), contratada ocasionalmente, de modo a ludibriar a legislação trabalhista rural.

Pode-se dizer que, inicialmente o processo de modernização agrícola colaborou para um aumento crescente na contratação de mão-de-obra temporária. Porém com a predominância de exploração de áreas com culturas como soja, milho, trigo, feijão e aveia, essa contratação diminui na medida em que as tecnologias vão se aprimorando e, cada vez mais, substituindo o uso de mão-de-obra por máquinas, especialmente nos serviços de colheita. Constata-se isso com os dados apresentados na Tabela 9. Isto sem considerar que culturas de maior absorção de mão-de-obra, como algodão, têm diminuído suas áreas de cultivo nos últimos anos.

Observa-se que os dados referentes ao pessoal ocupado como trabalhador temporário, tanto em nível estadual quanto regional, teve uma redução significativa no período entre 1985 e 1995/96, data do último Censo Agropecuário e que coincide com o início do Programa Vila Rural.

Tabela 9: Evolução do pessoal ocupado por categoria - trabalho temporário

ANO	PARANÁ	OESTE	CASCADEL	TOLEDO	CORBÉLIA	ANAHY
1970	119.126	8.254	695	510	424	-
1975	161.851	21.412	3.380	3.918	228	-
1980	190.483	32.831	2.667	6.045	463	-
1985	254.404	40.274	3.881	1.295	1.662	-
1995/96	118.699	12.998	280	42	222	18

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Agropecuários – IBGE (1970/1975/1980/1985/1995-96).

OBS. Os municípios de Cascavel, Toledo e Corbélia sofreram desmembramentos com a criação de outros municípios, ao longo da série.

A redução de pessoal ocupado como T.R.V. deveria ter sido avaliada quando da elaboração do Programa Vila Rural para efeito da definição de metas de assentamentos de famílias com base em estimativa de mão-de-obra volante no Estado. A estimativa do governo não considerou os dados oficiais do IBGE, tanto do Censo de 1985 quanto o de 1995/96, sobre o número de trabalhadores rurais volantes²³, que já se apresentavam abaixo da estimativa do governo.

No período da colonização o predomínio das propriedades era de 10 a 50 ha. Ainda hoje é essa a realidade, porém com um grau de concentração de terra, em termos de área, fruto possivelmente do próprio processo de modernização agrícola com a aquisição de áreas por parte dos grandes produtores, em detrimento dos pequenos, conforme os dados das Tabelas seguintes.

A área de abrangência do Núcleo Regional de Toledo²⁴, conforme Tabela 10, apresenta uma estrutura fundiária um pouco diferenciada do Núcleo de Cascavel, com 94,81% do total das propriedades agrícolas com até 50 ha, respondendo, no entanto, por 66,01% da área total. Por outro lado, propriedades maiores de 100 ha, na região de Toledo, correspondem a apenas 1,74%, porém

²³ A estimativa inicial do governo era de 321,6 mil trabalhadores rurais volantes em 1991 e de 253 mil trabalhadores rurais volantes em 2000 (CEPEA, 2001).

²⁴ Ver no Anexo D, relação de municípios que compõem os Núcleos Regionais de Cascavel e Toledo.

absorvem 22,27% da área.

Tabela 10: Tamanho das propriedades – Núcleo Regional Toledo (em 1998)

N.R. TOLEDO	DO TOTAL DE IMÓVEIS %	DA ÁREA %
até 10 ha	39,45	10,9
de 10 até 50 ha	55,36	55,11
de 50 até 100 ha	3,45	11,72
mais de 100 ha	1,74	22,27

Fonte: Elaborada pela autora a partir da Secretaria Nacional de Crédito Rural – 1998.

Já no Núcleo Regional de Cascavel, 88,03% do total das propriedades agrícolas têm até 50 ha, representando 40,19% da área total, conforme Tabela 11. Por outro lado, propriedades maiores de 100 ha correspondem a 5,66%, no entanto absorvem 47,05% da área, evidenciando uma concentração de terras maior na região de Cascavel que Toledo.

Tabela 11: Tamanho das propriedades – Núcleo Regional de Cascavel (em 1998)

N.R. CASCAVEL	DO TOTAL DE IMÓVEIS %	DA ÁREA %
até 10 ha	32,56	5,50
de 10 até 50 ha	55,47	34,69
de 50 até 100 ha	6,31	12,76
mais de 100 ha	5,66	47,05

Fonte: Elaborada pela autora a partir da Secretaria Nacional de Crédito Rural – 1998.

O município de Corbélia tem a estrutura fundiária semelhante à média do Núcleo de Cascavel, conforme Tabela 12. Do total de propriedades, 84,99% têm até 50 ha, com 41,73% da área total. Já as propriedades maiores de 100 ha correspondem a 7,476%, absorvendo 42,99% da área.

Os dados anteriores mostram que, se na época da colonização o tamanho das propriedades variava entre 10 a 50 ha, com a modernização da Região Oeste, o maior percentual dos imóveis se mantém neste limite. Porém, em termos de área, os imóveis acima de 100 ha detêm um percentual significativo, o

que configura forte concentração de terras, em poucos imóveis²⁵.

Tabela 12: Tamanho das propriedades - Corbélia (em 1998)

CORBÉLIA	DO TOTAL DE IMÓVEIS %	DA ÁREA %
até 10 ha	25,16	4,15
de 10 até 50 ha	59,83	37,58
de 50 até 100 ha	7,54	15,28
mais de 100 ha	7,47	42,99

FONTE: Elaborada pela autora a partir da Secretaria Nacional de Crédito Rural – 1998.

As informações sobre a evolução de áreas exploradas com as principais culturas permitem inferir sobre a demanda de trabalho por mão-de-obra temporária volante, no período de implantação das Vilas Rurais, na região Oeste/PR, conforme Tabela 13.

TABELA 13: Evolução da área das principais culturas – Oeste/PR (em ha)

CULTURAS	ANO AGRÍCOLA					
	1974/75	1979/80	1984/85	1989/90	1994/95	1999/00
Soja	683.700	871.200	743.250	685.280	583.616	750.020
Milho N.	324.020	335.100	322.250	262.100	353.685	119.640
Trigo	462.041	651.900	418.661	624.435	142.573	203.700
Mandioca	SINF	SINF	21.980	21.888	37.870	42.309
Café	SINF	SINF	4.973	10.719	5.509	7.541
Algodão	8.300	18.710	79.180	87.524	1.970	14.110
Feijão águas	SINF	SINF	38.119	18.964	26.463	20.851

Fonte: DERAL/SEAB, 2004.

SINF: Sem informação de dados.

Analisando-se os dados percebe-se a predominância absoluta das culturas de soja e milho, que em função dos níveis tecnológicos, são culturas poupadoras de mão-de-obra. O algodão, uma das culturas de maior absorção de mão-de-obra temporária, teve seu auge em termos de área cultivada na safra 1989/90, porém, ao longo da década de 1990, em função da abertura econômica e novas fronteiras, no caso Mato Grosso do Sul, apresentou uma redução significativa quase desaparecendo sua exploração na safra de 1994/95, com uma ligeira

²⁵ Não existem dados disponíveis para o município de Anahy.

recuperação na safra 1999/00. O trigo, embora sendo uma cultura que apresenta um nível de tecnologia poupadora de mão-de-obra, também sofreu redução sensível na área cultivada em função de medidas governamentais, conjuntura internacional e condições climáticas que desestimularam o seu cultivo. O café, cultura que demanda mão-de-obra, embora tenha apresentado recuperação de área, sua representatividade é pequena em relação às demais culturas. O mesmo acontecendo com a mandioca, que tem parte da sua exploração voltada à alimentação animal, e, normalmente a mão-de-obra utilizada é familiar, assim apenas parte da área explorada absorve mão-de-obra temporária. O feijão das águas também apresenta oscilação enquanto área cultivada.

Diante disso, além do predomínio de culturas poupadoras de mão-de-obra, há que se considerar que a cada safra agrícola a tecnologia evolui, possibilitando aumento de produtividade e redução do nível de absorção de mão-de-obra, ao longo de todas as fases da produção, ou seja, plantio, capina, colheita, não só das culturas de soja, milho, trigo, como também da mandioca e algodão. O perfil da nova ruralidade tem permitido também ao pequeno agricultor, que não dispõe de recursos financeiros para aquisição de máquinas e equipamentos, utilizar-se da terceirização dos serviços de produção (plantio, colheita), oportunizando maior tecnificação também nas pequenas propriedades e por consequência poupando mão-de-obra.

Pode-se dizer que as inovações tecnológicas possibilitaram à Região Oeste, mesmo considerada como última fronteira de ocupação do Estado, integrar-se rapidamente ao movimento mais amplo de expansão da agricultura moderna paranaense que se instaurou a partir dos anos 1970. Esse processo foi marcado pela introdução de avançadas tecnologias de cultivo, com a substituição

de culturas alimentares pela produção de *commodities* e de alterações radicais nas relações de trabalho, em função desses elementos poupadores de mão-de-obra. Muito embora tenha sido a última fronteira agrícola a ser explorada, a Região Oeste, alavancada pela atividade agrícola, com solos de boa qualidade e razoável capacidade técnica dos produtores, desenvolveu-se rapidamente, tornando-se uma das principais regiões produtoras do Estado (IPARDES, 2003).

De acordo com dados do DERAL/SEAB os Núcleos Regionais de Cascavel e Toledo representam aproximadamente 10% da área agrícola total do Estado que é de 19.972.926 ha. A área agrícola mecanizada na Região é de 1.267.589 ha, o que corresponde a 13% do total do Estado que é de 9.542.769 ha, ficando o núcleo de Cascavel com a mesma proporção da área total, ou seja, 6%, conforme documento Preço de Terra (DERAL/SEAB, 2003).

Ainda segundo dados do DERAL/SEAB em termos de produção de grãos, na safra agrícola 2002/03 a Região Oeste produziu 6.621.393 t, correspondendo a 21,8% do total do Paraná e a 5,3% do total do Brasil (124.897.200 t). A Tabela 14 mostra a participação percentual da produção dos principais produtos agropecuários do Oeste, em relação ao Estado, na safra 2002/03.

Destacam-se participações expressivas nas culturas de soja, milho e mandioca correspondendo com produção próxima dos 25%, cada uma, em relação ao Estado. A maior representatividade está na pecuária, especialmente a produção de suínos, correspondendo a 54% do Estado, frango de corte com 38%, além da produção de leite com 26,2% e a piscicultura com 51%.

Tabela 14: Principais Produtos do Oeste em Relação ao Estado (Safr 2002/03)

PRODUTOS	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
SOJA	24,5
MILHO	22,8
TRIGO	17,4
MANDIOCA	27,3
ALGODÃO	14,0
FUMO	10,0
SUÍNOS	54,0
LEITE	26,2
FRANGO DE CORTE	38,0
PISCICULTURA	51,0

Fonte: DERAL/SEAB (Safr 2002/03), 2004.

Quanto ao Valor Bruto da Produção – VBP, base de cálculo para a composição dos índices do Fundo de Participação dos Municípios no ICMS arrecadado, os dados apurados em 2004, com base na safr 2002/2003 e ano base 2003, apresentam as seguintes posições do Oeste Paranaense: os municípios que compõem o Núcleo Regional (N.R.) de Cascavel representam 10,3% do total do VBP, ocupando o 1º lugar no Estado, seguido do N.R. de Toledo, com 9,96%, ambos representando 20,26% do Estado.

Em termos de participação em nível municipal, também o Oeste lidera, porém invertendo a posição: em primeiro lugar está Toledo, com 2,47% de todo o VBP (em função principalmente da produção de aves e suínos) e em segundo lugar vem Cascavel, com 1,74%. Importante destacar que a área agrícola de Cascavel é de 209.408 ha, contra 119.534 ha de Toledo, o que corresponde em termos de VBP/ha a R\$ 2.328,83 e R\$ 5.810,04, respectivamente.

Os cinco principais produtos no total do VBP de cada Núcleo Regional e do Estado na safr 2002/03 estão representados na Tabela 15. Evidentemente que a posição entre os cinco principais produtos, com base no VBP, deve-se muito em função do ano agrícola, dependendo das condições climáticas e/ou preço de mercado. Porém, o que se conclui da Tabela 15 é que tanto na

Região Oeste como no Estado a soja e o frango foram os produtos de maior peso na composição do VBP, respectivamente 1º e 2º lugar.

Tabela 15: Principais produtos que compõem o VBP – Oeste/Paraná, Safra 2002/03

REGIÃO	1º	2º	3º	4º	5º
N.R.CVEL	SOJA	FRANGO	MILHO SAF.	MILHO N.	LEITE
N.R. TOLEDO	SOJA	FRANGO	MILHO SAF.	SUÍNO	LEITE
PARANÁ	SOJA	FRANGO	MILHO N.	MILHO SAF.	TRIGO

Fonte: DERAL/SEAB – 2004.

É, pois, nesse cenário que está inserido o Núcleo Regional de Cascavel, composto por 28 municípios, entre eles Corbélia e Anahy que em conjunto com a regional de Toledo formam uma das mais importantes regiões agrícolas do Estado.

O perfil produtivo do Núcleo de Cascavel, ao longo dos anos, pode ser percebido analisando os dados dos Anexos E, F, G, H, e I que apresentam a evolução de área das principais culturas do Núcleo de Cascavel ao longo das safras 1969/70 a 1999/00. A série de safras informadas foi selecionada em função de que o Programa Vila Rural, que iniciou em 1995, definiu entre os critérios de prioridades as regiões onde existia exploração de culturas que demandassem mão-de-obra temporária, porém não é esta a realidade das culturas de maior expressão na área de abrangência da regional de Cascavel.

Analisando os Anexos de E até I, referentes às principais culturas do Núcleo de Cascavel, pode-se afirmar que a cultura da soja ocupa a maioria absoluta da área cultivada, seguida do milho normal (safra verão). A cultura do algodão, na safra 1994/95, perdeu espaço em área plantada em relação ao período 89/90, reduzindo sensivelmente em 1999/00. Do total de 19.010 ha cultivados com algodão em 1994/95, os municípios com maior representatividade foram: Anahy (com 2000 ha), Diamante do Oeste, Nova Aurora, Céu Azul e Vera Cruz do Oeste.

A cultura de feijão das águas (1ª safra), também apresentou variação no período analisado, 1985/86 a 1999/00 (dados disponíveis), sendo que Anahy e Corbélia apresentaram respectivamente, na safra 1994/95, 500 ha e 550 ha. Na última série analisada, pode-se observar que em Anahy a área foi reduzida pela metade (250 ha), permanecendo a área cultivada em Corbélia.

Por outro lado, a cultura da mandioca apresentou uma evolução positiva no início da série dos dados (1985/86 a 1994/95), estabilizando-se nas duas últimas safras analisadas. Destaca-se mais uma vez o município de Anahy com a maior área cultivada em 1999/00 (2.700 ha)²⁶.

Os dados anteriores evidenciam que em Anahy, município objeto do estudo, são exploradas culturas, com significativas áreas, que demandam mão-de-obra temporária volante (especialmente algodão e mandioca). Possivelmente isso justifique a representação dos vileiros assentados na Vila Rural, enquanto “bóia-fria”, como será visto no próximo item.

Cascavel, sede administrativa do Núcleo da SEAB, é também o principal produtor agropecuário entre os 28 municípios que compõem o núcleo. Destaca-se também como a principal cidade do Oeste Paranaense, tendo na localização geográfica a explicação maior para o seu crescimento, uma vez que está situada no mais importante entroncamento rodoviário regional, ligando o município a Foz do Iguaçu e por extensão à Argentina e Paraguai e aos demais estados do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; ao centro Oeste do Brasil (Mato Grosso do Sul e Mato Grosso); ao Norte e ao Centro Sul do Estado, além de contar com o terminal ferroviário da Ferrovia Oeste do Paraná – FERROESTE.

Corbélia e Anahy, assim como os demais municípios do Núcleo

²⁶ Importante lembrar que o município de Anahy só foi criado em 1992, por isso a falta de informações nas safras anteriores.

Regional de Cascavel, também têm no agronegócio o suporte de suas atividades econômicas. Na safra 2002/03, esses municípios, a exemplo de Cascavel, tiveram em cinco produtos agropecuários o maior percentual de VBP, conforme a Tabela 16.

Tabela 16: Principais produtos que compõem o VBP – Cascavel/Corbélia e Anahy (safra 2002/03)

MUNICÍPIO	1º	2º	3º	4º	5º	% DO VBP
CASCADEL	SOJA	FRANGO	MILHO N.	SUÍNOS	MILHO SAF.	63,20
CORBÉLIA	SOJA	FRANGO	TRIGO	MILHO N.	LEITE	78,28
ANAHY	SOJA	MANDIOCA	FRANGO	TRIGO	MILHO N.	72,35

Fonte: DERAL/SEAB – 2004.

Os dados chamam a atenção para o município de Anahy que se diferencia dos demais pela peculiaridade no cultivo de mandioca (com destino à indústria). Porém, o produto de maior importância nos três municípios, a exemplo da Região Oeste e do Paraná é a soja e, à exceção de Anahy, a avicultura de corte, no sistema integração, desponta como 2º colocado, em termos de VBP.

Conforme já dito anteriormente, trata-se de uma safra específica, que no caso da mandioca, enquanto VBP, registrou um dos maiores preços de comercialização, senão o maior ao longo dos tempos e em função disso a posição do 2º lugar em Anahy.

Muito embora ambos os municípios integrem uma região que é destaque na produção agropecuária, alguns indicadores mostram que o desenvolvimento foi desigual em termos de benefícios para o conjunto da sociedade.

No trabalho realizado pelo IAPAR (2003), que objetivou quantificar e

apresentar a distribuição espacial das pessoas que estão abaixo da linha de pobreza no Paraná, considerando pessoas de famílias com renda inferior a um quarto de salário mínimo per capita (0,25 SM) mensal, em 2000, chegou-se à conclusão de que do total dos 48 municípios que compõem a AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, 10 deles tinham mais de 20% da população constituída de pessoas pobres, dentre esses está Anahy. O percentual de pessoas que estão abaixo da linha de pobreza, em relação à população total, no estado do Paraná é de 10,83%, na região da AMOP é de 10,22%, em Corbélia 10,28% (próxima da média regional e estadual), enquanto que em Anahy esse percentual atinge 22,45% (IAPAR, 2003).

Um outro indicador que permite avaliar o nível de desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, o IDH-M, que é elaborado com base nos indicadores de educação, longevidade e renda da população, variando de 0 a 1, sendo 1 a posição que corresponde aos melhores valores. Elaborado e divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro, entidades que consideram países com IDH até 0,499, de baixo desenvolvimento humano; países com IDH entre 0,500 e 0,799, de médio desenvolvimento humano; e os que têm IDH igual ou maior que 0,800, de alto desenvolvimento humano. Na edição do Atlas para o Desenvolvimento Humano no Brasil para o ano de 2000, o Paraná apresentou um IDH-M de 0,786 e a Região Oeste variou entre 0,675 a 0,851. Anahy ficou com 0,725 e Corbélia com 0,767. Todos os índices sinalizam para uma situação de médio desenvolvimento humano tanto para os municípios como para a região, ficando o Estado muito próximo do IDH considerado alto (IPARDES, 2003).

Comparando os índices de 2000 com os mesmos em 1991, a situação do Estado era de 0,760, enquanto que Anahy era de 0,613 e Corbélia de 0,697. Portanto, em termos de índice, a situação pouco mudou ao longo da década para o Estado, com melhor evolução para Anahy e Corbélia, conforme Anuário Estatístico (IPARDES, 2003).

As análises anteriores reforçam o cenário de uma região que, embora seja uma das mais importantes do Estado, apresenta índices de desenvolvimento não uniformes, com municípios onde o percentual de população abaixo da linha de pobreza é significativo, a exemplo de Anahy. Uma região na qual embora exista uma parcela de mão-de-obra constituída por trabalhadores rurais temporários, em função das culturas exploradas, tem pouca demanda para esse tipo de mão-de-obra.

Se em função desse cenário ou por outras questões, inclusive políticas, o fato é que o principal público da Vila Rural, o trabalhador rural volante, não representa a maioria do público assentado nas Vilas Rurais do Oeste, salvo algumas exceções, como se pode perceber no próximo item, que trata da localização das vilas no Oeste do Paraná e especificamente das vilas objetos de estudo, a Bela Vista, em Anahy e a Nossa Senhora da Salete, em Corbélia.

3.5 Vilas Rurais na Região Oeste do Paraná

A Região Oeste do Paraná concentra 50 Vilas Rurais totalizando 1.497 unidades residenciais distribuídas em 37 municípios dos 48 que compõem a região²⁷, conforme Tabela 17.

²⁷ Municípios não contemplados com Vilas Rurais no Oeste:: Entre Rios do Oeste; Iracema do Oeste; Maripá; Mercedes; Nova Santa Rosa; Pato Bragado; Quatro Pontes, do Núcleo de Toledo e, Nova Aurora; Ramilândia; Santa Lúcia e Santa Terezinha de Itaipu, do Núcleo de Cascavel.

Observa-se que entre os municípios que não construíram Vilas Rurais estão Ramilândia e Nova Aurora, ambos do Núcleo de Cascavel, e que tem exploração de culturas como algodão e mandioca. Ramilândia, de acordo com informações obtidas com o técnico da EMATER local, não optou pelo programa por várias razões. Dentre elas, num primeiro momento, o então prefeito não acreditava na viabilidade do projeto em função do tamanho da área, além do que o município não oferecia trabalho alternativo e o lote não serviria como complementação de renda. Um outro motivo alegado é o fato de que no município havia uma área com possibilidade de reassentar trabalhadores no sistema dos assentamentos rurais o que efetivamente aconteceu, conforme se pode visualizar no Mapa 2 (Anexo B).

Já no caso do município de Nova Aurora, o motivo alegado para não construção da Vila Rural foi o impasse criado entre a Prefeitura e a Comissão Regional quanto à localização da mesma, uma vez que a comissão não aceitava a área indicada para a instalação.

Tabela 17: As Vilas Rurais instaladas no Oeste do Paraná

MUNICÍPIO/REGIÃO	VILA RURAL	UNIDADES RESIDENCIAIS	CONCLUSÃO
N.R. CASCAVEL			
Anahy	Bela Vista	12	dez/99
Boa Vista da Aparecida	São Cristóvão	21	dez/99
Boa Vista da Aparecida	Unidos em Cristo	34	out/97
Braganey	Luz da Terra	27	jun/2000
Cafelândia	Nova Conquista	36	ag/99
Campo Bonito	N.S. Aparecida	31	jul/99
C.L. Marques	Salto Caxias	34	out/2001
Cascavel	Sol Nascente	30	nov/2003
Catanduvás	Novo Caminho	28	fev/98
Céu Azul	Nova União	22	jun/99
Corbélia	N.S. Saleté	52	set/2000
Diamante do Oeste	Beira Rio	18	nov/99
Foz Iguaçu	Foz do Iguaçu	36	mar/2002
Foz Iguaçu	Vila Rural das Cataratas	74	jul/98
Ibema	Vila Rural Causa de Todos	23	fev/2000
Iguatu	Santa Ana	12	mar/98
Itaipulândia	São Miguel	21	abr/2001
Itaipulândia	Nova Itacorá	20	out/99
Itaipulândia	Esperança	15	mai/96
Lindóeste	Colina da Esperança	30	mai/98
Matelândia	Vila Rural Sagrada Família	17	nov/2000
Matelândia	Santa Maria	35	dez/97
Medianeira	Frutos da Terra	29	set/2000
Missal	Amigos da Terra	36	nov/97
Santa Tereza do Oeste	Ademir Renosto	33	jan/2000
São Miguel Iguaçu	Verdes Campos	80	dez/97
Serranópolis do Iguaçu	Verde Vida	22	nov/2000
Três Barras do Paraná	Araucária	24	fev/98
Vera Cruz do Oeste	Primavera	23	dez/2000
Vera Cruz do Oeste	Amanhã Feliz	25	nov/99
N.R. TOLEDO			
Assis Chateaubriand	Raio de Luz	22	dez/2000
Formosa do Oeste	Santo Antônio	26	set/2000
Guaira	Basileu B. Lima	30	abr/2001
Guaira	Dr. Fernando L. Quinta	30	dez/96
Jesuítas	Verdes Campos	35	nov/97
M.C. Rondon	Santa Clara	57	dez/2000
Ouro Verde do Oeste	Ouroeste	37	jan/98
Palotina	Quinto Abraão De Lazari	46	set/2000
Palotina	Terra da Gente	26	dez/98
Santa Helena	Companheiros da Terra	22	dez/99
Santa Helena	Costa Oeste	23	mai/97
S. José das Palmeiras	V.R. Palmeiras	14	ago/97
S. Pedro do Iguaçu	V.R. Da Paz	45	dez/97
Terra Roxa	Guarani	38	mai/98
Terra Roxa	Antonio Da Cunha	33	jun/97
Toledo	Alto Espigão	31	mai/98
Toledo	Salto S. Fco	28	jun/97
Toledo	Félix Lerner	18	jul/95
Tupãssi	Caminho do Futuro	17	set/2000
Tupãssi	Terra da Mãe De Deus	19	mai/98
37 Municípios		1.497	

Fonte: Elaborado pela autora a partir das Fichas Cadastro Socioeconômico da Família Inscrita (COHAPAR/CASCAVEL/2004).

Diante disso, a Tabela 18, a seguir, apresenta um resumo das

principais ocupações dos titulares, no universo das famílias selecionadas, nas 25 vilas analisadas na Região Oeste.

O resultado final é que, em média, 21,03% dos titulares das famílias assentadas, na época da inscrição, responderam no quesito profissão, ser trabalhador rural volante ou bóia-fria. As ocupações cadastradas como Diarista, Trabalhador Rural, Agricultor e Lavrador, corresponderam, em média, a 43,78% das profissões, num universo bastante variado, incluindo arrendatário, autônomo, doméstica, aposentado, auxiliar de serviços gerais, servidor público, entre outras. Especificamente no tocante ao Trabalhador Rural Temporário, existe muita variação em termos de representação de uma vila para outra, indo de 0% a até 75%, como é o caso dos municípios de Santa Helena e Anahy, respectivamente.

Tabela 18: Principais ocupações - beneficiário titular

Município	Unid.	T.R.V.	Diaris.	T. R.	Tratoris.	Agric.	Lavrador	Diversos	% T.R.V.
SANTA HELENA - A	22	0	4	2	0	0	0	16	0,00
SANTA HELENA- B	23	2	8	3	0	0	0	10	8,70
S.T.OESTE	33	12	2	6	0	0	0	13	36,36
O.V.OESTE	37	25	2	3	0	0	0	7	67,57
MEDIANEIRA	29	4	1	3	4	0	0	17	13,79
MATELÂNDIA A	16	2	4	0	0	7	1	2	12,50
MATELÂNDIA B	33	2	3	1	0	12	7	8	6,06
LINDOESTE	30	9	0	0	0	5	4	12	30,00
JESUÍTAS	35	10	0	0	0	1	21	3	28,57
IBEMA	23	1	6	0	0	1	1	14	4,35
ANAHY	12	9	0	0	0	0	0	3	75,00
ASSIS CHAT.	21	3	2	1	0	4	1	10	14,29
B.V. AP. A	21	1	2	0	0	2	0	16	4,76
B.V.AP. B	33	5	0	1	0	10	4	13	15,15
BRAGANEY	27	3	2	4	0	1	2	15	11,11
CAMPO BONITO	31	5	3	1	0	5	6	11	16,13
CASCADEL	30	7	8	9	0	2	1	3	23,33
CATANDUVAS	28	2	9	1	0	4	4	8	7,14
CÉU AZUL	22	6	0	6	0	3	1	6	27,27
DIAMANTE OESTE	18	2	3	1	0	2	3	7	11,11
FORMOSA OESTE	26	6	12	0	0	2	4	2	23,08
FOZ IGUAÇU	37	5	3	0	0	6	1	22	13,51
GUÁIRA - A	31	13	0	3	0	2	11	2	41,94
GUÁIRA - B	30	9	0	0	0	1	20	0	30,00
CORBÉLIA	51	4	17	0	0	8	0	22	7,84
TOTAL	699	147	91	45	4	78	92	242	21,03
% SOBRE TOTAL	100	21,03	13,02	6,44	0,57	11,16	13,16	34,62	21,03

Fonte: Elaborado pela autora partir das Fichas Cadastro Socioeconômico da Família Insrita (COHAPAR/CASCADEL/2004).

As Vilas Rurais que foram selecionadas para objeto de estudo estão

construídas em municípios limítrofes, o que facilitou o trabalho de campo. A Vila Rural em Anahy tinha, na época da seleção, 75% dos titulares como trabalhadores rurais volantes, maior percentual da amostra analisada, enquanto que na vila de Corbélia esse percentual era de 7,8%, um dos menores.

As Vilas Rurais objetos de estudo têm diferenciação na implantação das mesmas, o que será percebido no próximo capítulo, porém isso não é próprio aos dois municípios estudados, pois de acordo com informações obtidas junto aos técnicos da EMATER, regional de Cascavel, as peculiaridades acontecem entre os municípios e mesmo intramunicípio, quando existe mais que uma vila implantada.

Anteriormente já se mencionou várias Vilas Rurais indicando suas peculiaridades, e isso está presente também no Núcleo de Cascavel. Segundo os técnicos da EMATER, que acompanham as Vilas Rurais em projetos de geração de renda, várias são as experiências em atividades pluriativas e também quanto ao perfil dos vileiros assentados. Em Matelândia, município com duas vilas, a denominada Marquesita destaca-se pela fábrica de vassouras e confecções, enquanto na Vila Rural Santa Maria, localizada próxima ao frigorífico de abate de frangos da Cooperativa LAR, os vileiros preferem ser empregados, alguns no frigorífico, outros em propriedades rurais próximas. Na Vila Rural de Braganey, existem vileiros trabalhando com horticultura (trabalhadores que já tinham experiência, uma vez que o município tem tradição no cultivo de tomate principalmente), sendo eles, em sua maioria, trabalhadores rurais, o mesmo acontece com a Vila Rural de Vera Cruz do Oeste. Em Catanduvas existe vileiro trabalhando com forrageiras para gado, 3 famílias trabalhando com engenho de cana-de-açúcar e uma terceira experiência com corte e costura, a vila fica distante da sede municipal (aproximadamente 30 km) e os vileiros assentados são de

diferentes pontos do município.

As peculiaridades não param por aí. Em Cafelândia existe uma padaria que funciona num paiol reformado e uma unidade de costura dentro do salão comunitário da vila. Os vileiros de Três Barras do Paraná diferenciam-se por trabalharem em outros estados (colheita da maçã em SC). O mesmo acontece em São Miguel do Iguaçu, onde os vileiros trabalham com maquinários na colheita agrícola, em Mato Grosso. Em Campo Bonito existem vileiros com vínculos nas fazendas, moram na vila, mas trabalham para os fazendeiros. Por último é importante registrar a Vila Foz do Iguaçu, no município do mesmo nome, onde os vileiros que foram assentados em 2002, a maioria “brasiguaios”, estão revoltados pela falta de recursos destinados ao fomento, incluindo a construção de paiol.

Estas são algumas situações visualizadas em diferentes vilas instaladas no Núcleo Regional de Cascavel, que em razão do local, da assistência técnica, da organização dos moradores, entre outros, configuram realidades diferentes. Dependendo do que se deseja analisar pode-se voltar o olhar, conforme o caso, para uma ou outra das diferentes experiências. É no contexto dessa ruralidade, peculiar de cada vila, que se apresenta a Figura 4.

4 AS VILAS RURAIS NOSSA SENHORA DA SALETE E BELA VISTA

Conforme visto nos capítulos anteriores, a questão agrária, em todo o território Nacional e também no Estado do Paraná, foi agravada em função de políticas públicas adotadas em determinados períodos, de modo especial o crédito rural. Buscando amenizar os reflexos das políticas públicas, que conjugadas com a exploração agrícola de culturas com uso crescente de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, principalmente a soja, o governo procurou alternativas, muitas vezes pressionado por movimentos sociais como o MST – Movimento Sem Terra.

Como visto, as políticas públicas voltadas ao setor rural e os processos de modernização agrícola culminaram com o aumento da pobreza da mão-de-obra do setor, especialmente o trabalhador temporário. Dentre as alternativas para aliviar a situação de pobreza da mão-de-obra volante que, mesmo temporariamente, exerce sua força de trabalho na área rural, o governo do Paraná implantou o Programa Vila Rural. Assim este capítulo procura avaliar o impacto da Vila Rural nas condições de vida dos assentados, especialmente os trabalhadores rurais volantes, através do resultado da pesquisa de campo realizada nas Vilas Rurais, Bela Vista em Anahy e Nossa Senhora da Salette em Corbélia. Antes porém, será enfocada a caracterização geral desses assentamentos.

4.1 Caracterização Geral do Assentamento

A Vila Rural de Anahy, denominada de Bela Vista, foi concluída em dezembro de 1999. Única no município, a vila está localizada na estrada Boa Vista, a 2,5 km da sede municipal, acessada por uma estrada de calçamento com pedras

irregulares. A Vila Rural conta com iluminação pública, posto telefônico, calçamento com pedras irregulares também no arruamento interno e o serviço de saúde é prestado na própria sede do município, em função da distância. Foram assentadas 12 famílias num terreno cuja topografia é levemente acentuada. Porém, duas unidades habitacionais estão construídas abaixo da área de reserva legal da vila, cujo terreno é rochoso, o que, em dias de chuva intensa, alaga as áreas residenciais e de produção, provocando transtorno aos moradores.

Além das unidades residenciais, construídas em alvenaria, no lote de aproximadamente 5.000 m², existe também um paiol e um galpão de uso coletivo, destinado à geração de renda. Dentre as atividades exploradas na Vila Rural com destino comercial, destacam-se um vileiro que, com recursos do PRONAF, construiu uma estufa para o cultivo de hortaliças (tomate, alface e repolho); um vileiro produz café adensado; três vileiros produzem mandioca; um outro explora o terreno com a produção de vassoura; e outro ainda, produz pepino, para abastecer a fábrica de conserva que existe no município; os demais terrenos são explorados para fins de subsistência, eventualmente sendo comercializado o excedente.

Conforme levantamento realizado na Vila Rural de Anahy, o galpão da mesma é aberto à participação para todos os interessados e está dividido em partes iguais entre uma oficina de confecção (corte/costura e estopa) e uma fábrica de vassouras instalada há aproximadamente três anos.

Já a Vila Rural Nossa Senhora da Salete, também única no município de Corbélia, foi concluída em setembro de 2000 e conta com 53 unidades. Destas, 52 são unidades residenciais, em lotes de aproximadamente 5.000 m², também com casa de alvenaria no padrão do programa, paiol (ver Figura

5) e uma unidade com destinação comunitária – o Galpão da Vila (conforme a Figura 6). Está localizada próximo à comunidade de Campininha, a 5 km da sede Corbélia, acessada através da rodovia asfáltica que liga o município a Braganey. Não tem iluminação pública e posto telefônico, nem mesmo posto de saúde, este último não existente também na comunidade próxima, que é a Vila Campininha. O atendimento médico é feito uma vez por semana, no próprio espaço do Galpão da Vila. A Vila Rural está construída em terreno que contempla área de reserva legal, de topografia razoavelmente plana (15% dos lotes em áreas ligeiramente acidentadas).



Figura 5: Residência e Paiol da Vila Rural Nossa Senhora da Salete – Corbélia/PR
Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

Quanto à geração de renda, existe uma padaria instalada provisoriamente dentro do Galpão da Vila, que está sendo utilizada para treinamento de pessoal, através de cursos ministrados pela EMATER (ver Figura 6). Deve ser construída em breve uma cozinha em anexo ao Galpão da Vila para sua

instalação definitiva. Conforme pesquisa *in loco*, a intenção dos envolvidos no projeto de geração de renda é oferecer produto diferenciado, como pão integral de fubá. Existe ainda uma vileira que produz pães, bolachas, cucas, entre outros, na própria residência, cujos produtos são comercializados na própria Vila Rural.



Figura 6: Vista do Galpão da Vila Rural em Corbélia/PR
Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

Quatro lotes são explorados comercialmente, um deles produz pepino para conserva, comercializado pelo próprio vileiro, e outros três estão produzindo fumo, em parceria com a empresa Universal Leaf. Os demais terrenos são explorados visando o consumo de subsistência, sendo esporadicamente comercializado o excedente (ver Figura 7).



Figura 7: Exploração de lote para subsistência - Vila Rural de Corbélia/PR
Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

Diferente da Vila Rural de Anahy, onde ocorreu a desistência de apenas uma família, que se mudou para Curitiba, a situação na Vila de Corbélia apresenta um percentual de aproximadamente 30% dos vileiros que “negociaram” o terreno, sendo que parte deles adquiriu lote num conjunto residencial – mutirão - na sede do município. Um dos motivos desta desistência, segundo o que foi apurado com o técnico da EMATER, Sr. Diócles da Silva, é que além do retorno à cidade, os vileiros conseguem comercializar o terreno por aproximadamente R\$ 8.000,00, e comprar uma casa já quitada, no conjunto mutirão por, R\$ 5.500,00 em média.

Ambas as Vilas Rurais são próximas do município de Cafelândia, onde está localizada a COPACOL (Cooperativa Agrícola Consolata Ltda), que emprega alguns vileiros, tanto de Corbélia quanto de Anahy.

Em função do tamanho dos terrenos das Vilas Rurais, aproximadamente 5.000 m², não foi possível escriturá-los como imóvel agrícola (ver Figura 8), uma vez que no Estado do Paraná, o tamanho mínimo para desmembramento de imóveis rurais varia entre 2 ou 3 hectares (20.000 m² ou 30.000 m²), dependendo da região. Diante disso, e por orientação da coordenação do programa para todo o Estado, tanto a Prefeitura de Corbélia, quanto a de Anahy, através de Leis Municipais, declararam a área das Vilas Rurais como áreas de Urbanização Específica. Conforme a Lei nº. 513/2001, de 13/12/2001 do município de Corbélia e a Lei nº. 276/2002 de 25/09/2002 do município de Anahy, as Vilas Rurais ficam sujeitas aos seguintes critérios, entre outros:

- Lote com área mínima de 5.000 m²;
- Vedada a construção de mais de uma unidade destinada a moradia em cada lote, cuja área construída não poderá exceder o equivalente a 2% da área total do terreno;
- Cada lote deverá reservar área não inferior a 2% e não superior a 5% do total, para implantação de equipamentos inerentes à atividade desenvolvida de plantio ou criação, como paiol, galinheiro, etc;
- Os imóveis ficam sujeitos a critérios especiais de cobrança de IPTU, a serem definidos em lei complementar;
- A manutenção da infra-estrutura dos empreendimentos como ruas, acessos, iluminação pública, coleta de lixo, e sistema de abastecimento de água, são de responsabilidade exclusiva do Município.



Figura 8: Vista Panorâmica Vila Rural N. Srª. da Salete – Corbélia/PR
Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

4.2 Informações Gerais sobre os Vileiros antes do Assentamento

Algumas informações importantes para a elucidação da problemática desta pesquisa, como a origem dos vileiros, o perfil familiar, a renda, a ocupação na época da seleção, entre outros, serão apresentados a partir dos dados obtidos nas fichas do Cadastro Socioeconômico arquivadas no escritório regional da COHAPAR em Cascavel (Anexo J).

O perfil socioeconômico dos vileiros varia no requisito básico do programa, que era o de assentar prioritariamente o trabalhador rural volante, conhecido na região como “bóia-fria”. Conforme dados apurados, na Vila Bela Vista em Anahy, 75% dos titulares selecionados declararam no item profissão serem trabalhadores rurais volantes, o que corresponde a 9 dos 12 selecionados. Os demais declararam ser: 1 arrendatário; 1 autônomo e 1 meeiro. Na Vila Nossa

Senhora da Salete, em Corbélia, o percentual de trabalhadores rurais volantes era de 7,8%, ou seja, apenas 4 dos 51 cadastrados, sendo que os demais titulares estavam distribuídos entre diaristas (17), agricultores (8), e diversas outras ocupações (marceneiro, serviços gerais, servente, pedreiro, metalúrgico, pintor, saqueiro, arrendatário, doméstica, servidor público temporário da Prefeitura Municipal de Corbélia, entre outros). A maioria dos titulares dos lotes era do sexo masculino, 9 em Anahy e 49 em Corbélia.

Quanto ao grau de instrução, 67% dos vileiros de Anahy declararam ter freqüentado os estudos de 1ª a 4ª série, sendo que apenas um dos titulares declarou-se analfabeto (8%). Em Corbélia existe uma variação maior, sendo aproximadamente 70% com estudos até a 8ª série (destes 44% de 1ª a 4ª série e 56% até a 8ª série), e aproximadamente 24% declararam ser analfabetos.

No tocante ao estado civil, em ambas as vilas, aproximadamente 90% dos titulares declararam ser casados, ou seja, 47 em Corbélia e 11 em Anahy.

A Tabela 19 apresenta dados referentes à renda média mensal, do titular e da família.

Tabela 19: Renda média mensal dos vileiros

EM SALÁRIOS MÍNIMOS (S.M.)	TITULAR		FAMÍLIA	
	ANAHY	CORBÉLIA	ANAHY	CORBÉLIA
DE 0 A 0,5	0	2	0	1
DE 0,51 A 1,0	10	15	5	8
DE 1,1 A 1,5	2	20	1	14
DE 1,51 A 2,0	0	11	1	15
DE 2,1 A 2,5	0	1	2	6
DE 2,51 A 3,0	0	1	3	4
MAIS DE 3,0	0	1	0	3
TOTAL	12	51	12	51

Fonte: Cadastro Socioeconômico das Famílias Inscritas, COHAPAR/CASCAVEL, 2004.

A média da renda mensal do titular, convertida em Salário Mínimo (S.M.) vigente na data da ficha do cadastro, em Anahy, estava assim distribuída: 10 pessoas ganhavam entre 0,5 a 1 S.M, (83%) e, 2 pessoas entre 1,1 a 1,5 S.M, (17%). Já em Corbélia a situação era mais variada: 1 titular declarou estar desempregado (2%); 1 ganhando até 0,5 S.M. (2%), 15 entre 0,51 a 1,0 S.M. (29%), 20 ganhando de 1,1 a 1,5 S.M. (39%), 11 dos titulares ganhando entre 1,51 a 2,0 S.M. (22%), os 6% restantes assim distribuídos: 1 titular ganhando entre 2,1 e 2,5 S.M., 1 entre 2,51 e 3,0 S.M, e 1 ganhando mais de 3,0 S.M.

Ao se acrescentar à renda do titular a dos demais membros da família, 42% das famílias em Anahy estavam ganhando entre 0,51 a 1,0 S.M.; 17,0% aproximadamente entre 1,1 a 1,5 S.M.; o mesmo percentual entre 2,1 a 2,5 S.M.; e 25% das famílias com renda maior que 3,0 S.M. A realidade de Corbélia no tocante à renda média mensal familiar, a exemplo do titular também era variada, sendo 1 família sem rendimento (2%), 16% das famílias ganhando de 0,5 a 1,0 S.M.; 27% de 1,1 a 1,5 S.M.; 29% de 1,51 a 2,0 S.M.; 12% entre 2,1 a 2,5 S.M.; 8% entre 2,51 a 3,0 S.M.; e 6% das famílias com renda maior que 3,0 S.M. mensal.

No quesito tempo de serviço referente ao último emprego, conforme dados obtidos na ficha cadastral da COHAPAR, do total dos titulares em Anahy, 67% não responderam, possivelmente em função de que a maioria era trabalhador temporário e, 33% deles disseram estar trabalhando há mais de 10 anos no mesmo serviço. Também neste item, em Corbélia, existe maior variação, ou seja, 20% não responderam; 24% tinham entre 1 a 6 meses de serviço; 15% de 6 meses a 1 ano; o mesmo percentual variando entre 1,1 a 5 anos; 14% de 5,1 a 10 anos; e 10% aproximadamente, com mais de 10 anos de serviço.

No item composição familiar, a Tabela 20 mostra o número de

peessoas que morava com o titular (pai, mãe, filhos, cônjuge, parentes, e agregados).

Tabela 20: Número de pessoas por família na Vila Rural

NÚMERO DE PESSOAS	ANAHY	CORBÉLIA
NÃO RESPONDEU	0	1
COM 2 PESSOAS	0	2
COM 3 PESSOAS	0	6
COM 4 PESSOAS	3	17
COM 5 PESSOAS	4	11
COM 6 PESSOAS	3	7
COM 7 PESSOAS	1	6
COM 8 PESSOAS	1	1
TOTAL	12	51

Fonte: Cadastro Socioeconômico das famílias inscritas, COHAPAR/CASCAVEL, 2004.

De acordo com os dados coletados, em Anahy 3 famílias eram compostas por 4 pessoas, outras 3 com 6 pessoas, totalizando 50% das famílias, 4 das famílias eram constituídas de 5 pessoas, (33%), outras duas com 7 e 8 pessoas cada uma (17%). Em Corbélia o percentual de maior representatividade recaiu em famílias constituídas por 4 pessoas, o que corresponde a um total de 17 famílias, ou 33%, as demais oscilando entre 2 a 8 pessoas, considerando ainda que uma das fichas não apresentou tal informação.

Com relação às condições da última moradia, antes de ingressarem nas referidas vilas, em Anahy, 10 famílias moravam em residências cedidas, em sua maioria por familiares (83%), e o restante pagava aluguel, cujo valor variava de R\$ 45,00 a R\$ 75,00, sendo que 100% das casas eram de madeira.

Já em Corbélia, 29 famílias moravam em residências cedidas por familiares, patrões, ex-patrões e terceiros (57%), 18 famílias moravam em casas alugadas (35%), com valores oscilando entre R\$ 50,00 a R\$ 150,00 de aluguel, 4

famílias restantes não responderam (8%). Do total dos vileiros de Corbélia, 29% moravam em casas de alvenaria; 43% em casas de madeira; os demais em construções mistas (28%).

Quanto ao número de cômodos na residência, 33% dos vileiros de Anahy residiam em casas que tinham 2 cômodos e o mesmo percentual com 5 cômodos (o restante distribuídos entre 1, 3 e 4 cômodos), sendo que 33% das residências tinham 1 quarto, 33% com 2 quartos, e as demais variando de zero a 3 e 4 quartos.

Em Corbélia a maioria dos vileiros residia em casas com 5 cômodos (27%), as demais variando entre 1 a mais de 6 cômodos. Já em termos de números de quartos, 37% das residências tinham 3 unidades, e o restante, variando entre zero a mais de 3.

Finalizando o perfil socioeconômico dos vileiros, antes de ingressarem nas Vilas Rurais, das 12 famílias de Anahy, 7 eram procedentes da área urbana (58%). Em Corbélia, do total de 51 famílias analisadas, 25 tinham sua procedência da área urbana (49%).

Diante disso pode-se afirmar que as condições de vida das famílias antes do assentamento eram precárias. A maioria constituída de 4,5 pessoas, com renda média mensal familiar concentrando-se na faixa de 0,5 a 2,0 S.M. Também a maioria das famílias residia em casas de madeira, cedidas por familiares, amigos ou ex-patrões. O valor dos aluguéis pagos pelas famílias que residiam em casas alugadas, em média eram maiores que os valores das prestações que os vileiros pagam na Vila Rural.

Com esse cenário anterior o próximo item apresenta o resultado da pesquisa de campo, aplicada junto aos vileiros assentados nas Vilas Rurais de Bela

Vista (Anahy) e Nossa Senhora da Salete (Corbélia), avaliando dados sobre emprego, renda familiar, despesa familiar, atividade pluriativa, produção do lote, assistência técnica, nível de escolaridade, entre outros.

4.3 A Situação Socioeconômica dos Vileiros Assentados nas Vilas Rurais Bela Vista - Anahy e Nossa Senhora da Salete - Corbélia: Um Novo Perfil?

Decorridos mais de 4 anos em que as vilas objetos de estudos foram instaladas (Corbélia com 4 anos e 4 meses e Anahy com 5 anos e 1 mês), foi possível avaliar, através da pesquisa de campo, contemplando dados quantitativos e qualitativos, se o assentamento na vila significou mudança no perfil socioeconômico dos vileiros.

Torna-se importante ressaltar que do universo das famílias assentadas em Corbélia, num total de 52, apenas 49 responderam ao questionário aplicado ²⁸, tal situação, porém não comprometeu a entrevista com os vileiros cujos titulares na época da seleção eram T.R.Vs. visto que todos os que se encontravam nesta situação foram entrevistados. Em Anahy porém, esta situação não ocorreu, sendo possível entrevistar as 12 famílias.

Das famílias assentadas à época da pesquisa de campo, em janeiro de 2005, inicialmente realizou-se uma análise da situação imediatamente anterior ao ingresso na Vila Rural e a efetiva situação quando da aplicação do questionário, conforme Tabela 21, a seguir (ver tabulação completa no Anexo K).

²⁸Uma das residências encontrava-se ocupada por inquilino, visto que a família titular está trabalhando em outro município, em emprego fixo e, pelas informações obtidas tal situação foi devidamente informada à COHAPAR e EMATER. Uma segunda família adquiriu recentemente o lote, porém ainda não mudaram para a vila, permanecendo ainda o antigo morador, por este motivo não foi entrevistado. O titular e a esposa da terceira família recusaram-se a responder o questionário.

Tabela 21: Situação socioeconômica anterior e atual dos assentados

VILA RURAL	NOSSA SENHORA SALETE (CORBÉLIA)		BELA VISTA (ANAHY)	
	SITUAÇÃO		SITUAÇÃO	
	ANTERIOR	ATUAL	ANTERIOR	ATUAL
SITUAÇÃO DO TITULAR				
IDADE MÉDIA	-	42,4	-	53,7
SEXO	-	43 homens	-	8 homens
NATURALIDADE	40 do PR.	-	5 do PR	-
Nº MÉDIO DE FILHOS	-	4	-	7
ATIVIDADE TITULAR	3 T.R.V.	3 T.R.V.	8 T.R.V.	1 T.R.V.
SITUAÇÃO DA FAMÍLIA				
Nº PESSOAS/ RESIDÊNCIA	4	4,7	6	3,8
Nº TOTAL TRABALHADOR	96	102	31	21
T.R.V. OUTROS	10	10	15	3
SITUAÇÃO MORADOR 1º	-	35	-	11
INFRA-ESTRUTURA PRODUTIVA	-	34 ORIGINAL	-	9 ORIGINAL

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

Com relação ao perfil dos titulares, percebe-se uma variação entre as duas Vilas. A média de idade dos titulares em Corbélia é de 42,4 anos, sendo 88% do sexo masculino, enquanto que em Anahy a média de idade sobe para 53,7 anos, no entanto, o percentual do sexo masculino cai para 67%. Esta realidade é explicada em parte pelo fato de que em Anahy alguns titulares homens faleceram, assumindo a titularidade do lote a mulher.

Também no aspecto de naturalidade dos vileiros existe diferenciação entre as vilas, embora ambas encontram-se localizadas em municípios limítrofes. Na Vila Rural de Corbélia 82% dos vileiros titulares são naturais do Estado do Paraná, 6% do Rio Grande do Sul, e o restante distribuído entre os Estados de Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Espírito Santo e Alagoas.

A realidade de Anahy se inverte, apenas 42% sendo naturais do Paraná, 17% são de Minas Gerais; e os 41% restantes distribuídos entre São Paulo, Mato Grosso, Ceará, Bahia e Pernambuco. Assim, em Anahy predomina moradores naturais das regiões Sudeste e Nordeste do país.

No aspecto de principal ocupação do titular antes de ingressar no assentamento, para os vileiros de Corbélia apenas 6% eram T.R.V, permanecendo este percentual atualmente. Tal situação não se repete em Anahy, ao contrário, dos 67% inicialmente dos titulares sendo T.R.V., este percentual caiu para 8% na data da pesquisa, em função da morte do titular. O atual titular passando a ser pensionista, outros aposentaram-se ou mudaram de profissão.

No tocante à constituição familiar em Corbélia o número médio de filhos/casal é de 4, e o número máximo é de 7. Já em Anahy, o número médio de filhos por casal sobe para 7, e o número máximo é de 16.

Analisando o número de pessoas que residiam com o casal antes de se assentarem na Vila, em Corbélia, a média era de 4 pessoas/família, sendo que atualmente é de 4,7. Esta situação em Corbélia é explicada em função de que, em algumas famílias atualmente residem não só os filhos como também netos que estão sendo criados pelos avós (mesmo que com ajuda financeira dos pais), ou ainda filhos que se casaram e continuam morando com os pais, na vila. Em Anahy ocorre o inverso de Corbélia, inicialmente moravam com o casal, em média 6 pessoas, sendo que atualmente este número foi reduzido para 3,8 pessoas/família, por diferentes motivos (casamento, morte, trabalho em outras regiões).

Em relação ao número de pessoas que estavam trabalhando antes de ingressarem na Vila e na época da pesquisa, a situação de Corbélia pouco sofreu alteração, saindo de um total de 96 trabalhadores para 102, enquanto que o

número de T.R.V. permaneceu estável, ou seja, 10 no total.

Anahy sofreu alteração expressiva, pois eram 31 trabalhadores no total e, atualmente, são 21. Por outro lado, de um total de 15 pessoas que trabalhavam como T.R.V., hoje são apenas 3, sendo que 2 delas são de uma única família. Importante registrar que as 2 pessoas da mesma família que são T.R.V., pertencem à família que têm o maior número de filhos (16 no total). Esta é também a que tem o maior número de pessoas atualmente morando na residência, sendo a família que durante a entrevista demonstrou ter maior dificuldade de sobrevivência na Vila Rural de Anahy.

Com relação à situação da família no lote, se é o primeiro morador ou não, Corbélia apresenta o maior percentual de mudança, com 67% do total que reside na Vila sendo ainda o primeiro morador no lote, 25% são segundos moradores e os restantes, 8% são terceiros moradores. Em Anahy o percentual de mudança é pequeno, com 92% dos vileiros sendo ainda os primeiros moradores no lote. Apenas uma família se mudou da Vila, indo morar em Curitiba, acompanhando uma das filhas do casal.

Considerando os novos moradores da Vila Rural de Corbélia²⁹, num total de 17 famílias, 9 adquiriram o lote diretamente com os vileiros, não passando a negociação pela COHAPAR, e foram comercializados a um preço médio de R\$ 8.000,00/lote. Nenhum dos novos moradores é T.R.V., e segundo a opinião de alguns entrevistados, moradores antigos da vila, o nível da Vila Rural melhorou, tanto no aspecto visual quanto produtivo, na medida em que os novos vileiros têm apresentado um perfil que melhor se adapta às necessidades de plantio e cuidado

²⁹ Dos 17 lotes ocupados com novos moradores, 13 são segundos moradores e em 4, terceiros. Ainda se encontravam em situação irregular junto à COHAPAR 13 famílias, (as fichas cadastrais estavam de posse do Conselho Municipal), segundo o técnico da EMATER Local, Senhor Diócles da Silva.

em geral dos lotes. Afirmam inclusive de que os primeiros moradores não foram bem selecionados, e que possivelmente em função disso o percentual de desistência tenha chegado a 33%.

Em Anahy o único lote que tem como vileiro um segundo morador (adquiriu o lote diretamente do ex-titular, ao preço de R\$11.000,00), está em situação irregular junto a COHAPAR. Trata-se de um morador já aposentado com mais de 70 anos, proprietário de um sítio no interior de Anahy. Pelas informações obtidas, o atual proprietário do lote é pai de um suplente, tendo havido um acordo, segundo o qual este moraria na Vila Rural e, o filho com sua família, continuariam trabalhando no sítio dos pais, onde trabalham atualmente, assumindo a titularidade do lote. O técnico da EMATER local disse não ter certeza de que a COHAPAR concordará com essa situação.

No tocante à infra-estrutura produtiva, a Vila Rural de Corbélia apresenta 65% dos lotes na forma original, sem ampliação ou adaptação. Vale registrar que em dois lotes a construção do galinheiro/chiqueiro foi transformada em residência. Já em Anahy 75% dos lotes estão com a infra-estrutura original, sendo que um dos vileiros transformou o paiol em cozinha.

Sobre a exploração dos terrenos, as tabelas seguintes apresentam um resumo dos produtos cultivados, destino e quais os membros das famílias que trabalham nos lotes. A Tabela 22 apresenta a produção dos lotes e o seu destino, na Vila Rural de Corbélia.

Tabela 22: Produtos cultivados e destino – Vila Rural de Corbélia

PRODUTO	SUBSISTÊNCIA		Nº FA-MÍLIAS (*)	COMERCIALIZAÇÃO			Nº FA-MÍLIAS (*)
	TOTAL	PARCIAL		VOLUME MÉDIO	UNIDADE	PREÇO/ UN. (R\$)	
FEIJÃO	24	21	45	5	Saca	73,00	7
ARROZ	5	16	21	5	Saca	13,00	1
MANDIOCA	49	-	49	700	Quilo	0,80	3
MILHO	42	5	47	16	Saca	12,00	8
FRANGO	17	18	35	10	Cabeça	10,00	1
OVOS	11	17	28	25	Dúzia	2,25	2
SUÍNOS	16	16	32	3	Cabeça	70,00	1
LEITE	-	9	9	-	-	-	-
VERDURA	32	14	46	-	-	-	-
FRUTAS	7	26	33	-	-	-	-
OUTROS	39	4	43	55	Quilo	1,00	1
PEPINO	-	-	-	1500	Quilo	1,00	1
SOJA	-	-	-	15	Saca	26,66	3
TRIGO	-	-	-	7	Saca	22,00	1
FUMO	-	-	-	650	Quilo	4,50	3
M.PIPOCA	-	-	-	50	Quilo	1,50	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

(*) Número absoluto de famílias.

Dos produtos cultivados para subsistência das famílias, na Vila Rural Nossa Senhora da Salete (Corbélia), destaca-se a mandioca, com 100% das famílias entrevistadas respondendo que produzem para o consumo próprio.

Em termos de representatividade vem a seguir o milho, verduras em geral e o feijão que são produzidos para a subsistência das famílias. A produção do milho também é destinada à alimentação animal. O item outros inclui abóbora, batata doce, amendoim, melancia, voltados também para o consumo próprio das famílias. Em 70% das famílias existe a criação de suínos e frango, sendo que em 50% delas a produção é suficiente para o consumo familiar, e os outros 50% das famílias têm a necessidade de comprar tais produtos em determinadas épocas do ano.

Quanto à fruticultura, apenas 7 famílias responderam produzir o suficiente para o consumo da família, ou seja, não compram frutas. A produção

concentra-se principalmente em banana, manga, melancia e melão, sem considerar que 16 famílias disseram não produzir nenhum tipo de frutas no lote.

Um total de 22 das 49 famílias comercializa produtos cultivados nos lotes. Dos produtos comercializados, a maioria é excedente de produção, destacando-se o milho comercializado por 8 famílias. Destas famílias, 3 conseguiram comercializar em média 700 kg, na última safra, a um preço médio de R\$ 0,80/kg (para consumo humano).

O feijão vem em segundo lugar em termos de número de famílias que comercializam seu excedente, ou seja, 7 das 45 famílias venderam o produto, em média 5 sc/família. O excedente de mandioca também foi comercializado por 3 famílias. Ressalta-se uma produção com destino 100% comercial, concentrada em poucas famílias, ou seja, 3 famílias produziram e/ou produzem soja e outras 3 fumo, com volume médio de comercialização de 15 sc e 650 kg, respectivamente.

Existe ainda uma outra família que produz pepino para conserva, tendo comercializado aproximadamente 1.500 kg, na última safra³⁰. Os produtos normalmente são comercializados nas residências vizinhas ou na cidade, à exceção da soja e trigo cuja venda acontece através das cerealistas ou moinho.

O fumo é produzido no sistema integração com a empresa Universal Leaf, que se responsabiliza pela aquisição do produto. Todas as etapas de produção são realizadas pelos membros da própria família, a exceção de um lote cujo vileiro arrendou parte da terra para os outros dois produtores da cultura, porém, o titular cultiva outros produtos para subsistência, além do fumo.

³⁰ Nem todos os produtos estavam colhidos/comercializados, como o fumo, a mandioca e o milho. O volume e o preço médio informado para os produtos não colhidos ou a comercializar basearam-se em previsão de colheita e expectativa de preço de mercado, para ambas as Vilas Rurais.

A composição dos membros que trabalham no lote, em Corbélia, pode ser percebida por meio da Tabela 23.

Tabela 23: Membros da família que cultivam o lote em Corbélia

MEMBROS DA FAMÍLIA	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL
SÓ O TITULAR	7	14
SÓ O ESPOSO(A)	6	12
SÓS OS FILHOS	2	4
CASAL	11	23
PAIS E FILHO(S)	14	29
PAIS E FILHA(S)	1	2
TODA A FAMÍLIA	8	16
TOTAL FAMÍLIAS	49	100

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

Na vila de Corbélia, os pais (casal) e seus filhos (homens), representam o maior percentual na composição dos membros familiares que cultivam os lotes, ou seja, 29% . O lote cultivado pelo casal aparece com 23% ; por toda a família com 16%; só pelo titular com 14%; e só o esposo(a), não titular, 12%. Os restantes distribuídos entre só os filhos, (4%) ou só os pais e filhas (2%), este último representado por uma família que não tem filhos do sexo masculino.

Na Vila Rural Bela Vista, em Anahy, 92% das famílias (11 do total de 12) declararam ter comercializado ou ainda a comercializar a produção referente à última safra. Também na vila de Anahy, a exemplo da vila de Corbélia, todas as famílias produzem mandioca o suficiente para o consumo de subsistência, conforme demonstrado na Tabela 24.

Tabela 24: Produtos cultivados e destino – Vila Rural de Anahy

PRODUTO	SUBSISTÊNCIA		Nº FA-MÍLIAS (*)	COMERCIALIZAÇÃO			Nº FA-MÍLIAS (*)
	TOTAL	PARCIAL		VOLUME MÉDIO	UNIDADE	PREÇO/ UN. (R\$)	
FEIJÃO	5	2	7	0	0	0	0
ARROZ	0	1	1	0	0	0	0
MANDIOCA	12	0	12	9	Tonelada	200,00	3
MILHO	11	1	12	12	Saca	15,00	8
FRANGO	1	4	5	0	0	0	0
SUÍNOS	3	3	6	0	0	0	0
VERDURA	5	4	9	0	0	0	0
FRUTAS	0	11	11	0	0	0	0
OUTROS	12	0	0	0	0	0	0
PEPINO	0	0	0	270	Quilo	0,60	1
CAFÉ	0	0	0	15	Saca	60,00	1
VASSOURA	0	0	0	300	Unidade	2,50	1
ALFACE	0	0	0	1200	Unidade	0,50	1
VINHO	0	0	0	200	Litros	2,00	1

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

(*) Número absoluto de famílias.

Em termos de grãos, o milho é produzido por 11 famílias em quantidade suficiente para o consumo total. Apenas 1 família disse produzir parte do seu consumo. Já o feijão é cultivado apenas para subsistência, com 5 famílias produzindo o total do consumo e 2 apenas parte do consumo familiar.

As verduras de modo geral, em Anahy, são produzidas pela maioria das famílias, apenas para subsistência, total ou parcial. Aproximadamente 50% das famílias produzem suínos e frangos também para consumo próprio. As frutas, concentradas em poucas variedades (banana, melancia e manga principalmente), estão presentes em 11 lotes, porém não suficientes para o consumo total das famílias, a exemplo da vila de Corbélia. Muito embora os vileiros não tenham dito que comprem frutas para complementar o consumo.

Com maior diversificação de produtos voltados ao comércio, na vila de Anahy, um lote está produzindo café adensado, com previsão de comercializar 15 sc a R\$ 60,00 cada. O mesmo produtor de café também cultiva uva voltada à produção de vinho caseiro, pretendendo vender 200 litros a R\$2,00/lt.

O Vileiro que produz hortaliças em estufa disse comercializar em média 1200 pés de alface a R\$ 0,50/un. Um outro vileiro disse ter produzido 270 kg de pepino (conserva) e, existe ainda um vileiro que produz vassoura, pretendendo vender aproximadamente 300 unidades a R\$ 2,50/un.

Assim, 67% das famílias assentadas em Anahy, comercializaram ou ainda iriam comercializar o excedente de produção do milho, em média 12 sc a R\$ 15,00/sc. Em 3 lotes a mandioca estava sendo produzida com destino comercial, estimando uma produção média de 9 ton/lote e expectativa de venda a R\$ 200,00/ton. O milho é comercializado em cerealistas; a mandioca é voltada à indústria (fecularia); o pepino é vendido na fábrica de conserva existente no município e a alface nos supermercados da cidade. Os demais produtos são comercializados na vizinhança e residências urbanas.

A composição dos membros da família que trabalham nos lotes da Vila Rural em Anahy está apresentada na Tabela 25.

Tabela 25: Membros da família que cultivam o lote em Anahy

MEMBROS DA FAMÍLIA	QUANTIDADE DE FAMÍLIA	PERCENTUAL
SÓ O TITULAR	2	17
PAIS E FILHO(S)	10	83
TOTAL FAMÍLIAS	12	100

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

Por se tratar de uma Vila Rural com poucas unidades habitacionais percebe-se maior cooperação entre os vileiros, quanto à exploração do lote. Os lotes cujas titulares são viúvas, ou seja, duas famílias que não tem filhos com tempo disponível para a exploração do lote pagam diárias para o plantio e colheita dos produtos. Do total 83% dos lotes são explorados por pais e filhos, e o restante só pelo titular.

Quanto ao aspecto de capacitação e treinamento oferecidos para os vileiros em projetos coordenados pela EMATER, as tabelas 26 e 27 mostram a quantidade de famílias participantes e a opinião sobre os mesmos. Por se tratar de questão de múltipla escolha, uma única família pode ter participado de mais de um curso e/ou treinamento, assim como ter opinião variada sobre os mesmos.

Tabela 26: Cursos e treinamentos realizados nas Vilas Rurais

VILA RURAL N. S ^a . da SALETE CORBÉLIA		VILA RURAL BELA VISTA ANAHY	
CURSOS E/OU TREINAMENTOS	Nº FAMÍLIAS PARTICIPANTES	CURSOS E/OU TREINAMENTOS	Nº FAMÍLIAS PARTICIPANTES
Aproveitamento de mandioca	9	Produtos Limpeza	3
pintura	13	Corte/Costura	3
Flor (de meia-fina)	7	Palha de Milho (artesanato)	1
Artesanato	5	Conservas/Compotas	4
Frutas de cera	10	Gestão Unid. Artesanais (*)	2
Crochê	12	Sabonete	4
Panificação	6	Plantio Café Adensado	1
Massas/Salgados	12	Contabilidade Básica (**)	1
Embalagens (caixinha)	18	Embalagens (caixinha)	1
Bordados	13	Cestinha	0
Pinheirinho de Natal	11	Vela	0
Chinelo	13		
Sabonete	7		
Gestão Unid. Artesanais (*)	5		
Sabão	6		
Adubo Orgânico	4		

Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

(*) Este curso foi ministrado pela Unioeste/Cascavel em parceria com a EMATER, e a participação de representantes de várias Vilas Rurais do Oeste.

(**) O curso de Contabilidade Básica foi realizado pelo SEBRAE.

Dos 16 cursos oferecidos aos vileiros de Corbélia os de maior participação foram os de embalagens com 18 famílias participando; seguido de pintura, bordados e chinelo, com 13 famílias; massas/salgados e crochê com 12; e pinheirinho de Natal e frutas de cera, com respectivamente 11 e 10 famílias. Os demais com participações de menos de 10 famílias. Destaca-se o curso de Gestão de Unidades Artesanais, com a participação de 5 famílias. As vagas para este curso eram limitadas, uma vez que outras vilas também participaram do mesmo curso. O curso de panificação teve a participação de 6 famílias que deverão atuar na

panificadora ainda a ser instalada.

Para a Vila de Anahy foram oferecidos 11 cursos/treinamentos, dos quais os de maior participação foram conservas/compotas e sabonete, com 4 famílias participando em cada um deles, seguidos pelos cursos sobre produtos de limpeza e corte/costura, com 3 famílias. A exemplo da Vila de Corbélia, também em Anahy, 2 famílias participaram do curso sobre Gestão de Unidades Artesanais (Unioeste).

Os entrevistados foram questionados a respeito de tais cursos e treinamentos, cujas opiniões estão resumidas na Tabela 27.

Tabela 27: Opinião sobre os cursos e treinamentos

OPINIÃO	Nº VEZES MENCIONADOS	
	Vila Rural. N. S ^a . SALETE CORBÉLIA	Vila Rural BELA VISTA ANAHY
MELHORAR RENDA FAMILIAR	7	4
MELHORAR FORMAÇÃO GERAL	29	9
APRENDER TRABALHOS MANUAIS	25	6
APRENDER NOVAS TÉCNICAS AGRÍCOLAS	1	1
APRENDER TÉCNICAS DOMÉSTICAS	4	1
NÃO OPINARAM	-	3

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

A opinião dos vileiros quanto aos cursos ou treinamentos oferecidos é variada seja entre os moradores da mesma Vila Rural e entre as duas vilas. Trata-se de uma questão que permitia múltipla escolha, embora os itens tenham sido pré-definidos. A maior representatividade de opinião recaiu sobre o item “melhorar a formação em geral”, sendo 29 vezes mencionada em Corbélia (59%) e 9 em Anahy (75%). Também coincidem com 2º e 3º itens mais mencionados, “aprender trabalhos manuais”, atingindo 25 menções em Corbélia (51%) e 6 em Anahy (50%),

e “melhorar a renda da família”, com respectivamente 7 vezes ou 14%, e 4 vezes ou 33% mencionados.

O que chama a atenção quanto à opinião dos vileiros é o item melhorar a renda da família, que deveria ser o de maior número de vezes mencionado, visto que os cursos e treinamentos teriam, em princípio, que alcançar tal objetivo, conforme normas operacionais do Programa Vila Rural (GOVERNO DO PARANÁ, 1995).

Durante as entrevistas pode-se perceber que poucos têm a noção de melhoria de renda não somente através da venda do produto, mas de forma indireta, na medida em que aprendendo a fazer, pode-se economizar, muito embora alguns cursos não possibilitam isso, a exemplo dos artesanatos (que não são produtos de consumo do dia a dia). Apenas um entrevistado em Anahy disse que ao aprender fazer não precisa mais adquirir o produto no mercado, e isso indiretamente melhora a renda da família, pois mesmo que não comercialize, se economiza no próprio consumo doméstico.

Muito embora os cursos e treinamentos, na opinião dos vileiros, não serviram para melhorar a renda familiar, outros mecanismos voltados à melhoria do sistema produtivo e à renda da família estavam previstos no Programa Vila Rural, como a assistência técnica e projetos de geração de renda, conforme tabelas 28, 29 e 30.

Tabela 28: Assistência técnica para exploração do lote

VILA RURAL	RECEBE ASSISTÊNCIA TÉCNICA			ÓRGÃO	PERÍODO
	SIM	NÃO	NÃO OPINOU		
CORBÉLIA	5	43	1	EMATER/ UNIVERSAL LEAF	QUANDO SOLICITADO
ANAHY	2	10	—	EMATER	QUANDO SOLICITADO

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

A assistência técnica na vila de Corbélia só é dada, segundo os entrevistados, para 5 famílias, através da EMATER e Universal Leaf (a empresa que atende os 2 vileiros que produzem fumo), quando solicitados, 43 disseram não receber e 1 não opinou. Em Anahy, 2 famílias disseram receber a assistência técnica da EMATER, também quando solicitado, e as demais responderam não receber nenhum tipo de assistência. Percebe-se assim que, em geral, não existe assistência técnica programada, por parte dos órgãos públicos.

Quanto à geração de renda, em Corbélia, há um único projeto, ainda a ser efetivamente implantado, uma panificadora, pois a instalação definitiva depende da construção de uma cozinha, a ser executada pela Prefeitura Municipal, em anexo ao Galpão da Vila. A tabela 29 apresenta a expectativa e a opinião dos vileiros sobre o projeto.

Tabela 29: Opinião sobre o projeto geração de renda – Corbélia (*)

Opinião das Famílias Participantes (expectativa)	Nº vezes mencionado	Famílias não Participantes (Porque não participam)	Nº vezes mencionado
Dificuldade para transportar	1	Só para selecionados	6
Competição (muitos no mercado)	1	Briga entre pessoas envolvidas	7
Definir local p/ comercializar	2	Necessita mudar diretoria	4
Gera renda se tiver união	1	Não funciona, só promessa	3
A P.M. construir a cozinha	4	Falta de tempo	11
Que dê certo e que funcione	4	Falta de interesse	7
Trabalhar na panificadora	1	Falta de convite	2
		Morador recente	2
		Outros motivos	5

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

(*) Projeto Panificadora.

Os vileiros que deverão participar do projeto já passaram por treinamento. Do total das famílias entrevistadas 11 disseram estar participando do projeto (22%), aguardando o início efetivo das atividades e, mesmo não estando em funcionamento ainda, a expectativa é a de que é possível obter resultados, dependendo de algumas condicionantes, dentre elas a construção da cozinha, em conjunto com o anseio de que funcione e dê certo o projeto, itens 4 vezes mencionados pelos entrevistados.

Embora acreditando no sucesso do projeto, existe a preocupação por parte dos vileiros com questões pertinentes à venda do produto, especialmente um local para ser comercializado, a dificuldade em transportar o produto até este local, devido à distância da Vila Rural até a cidade, além da própria competição no mercado. Percebe-se assim, a consciência dos vileiros no sentido de que não basta apenas instalar a panificadora e produzir, se não tiver onde

comercializar, como e em que condições de competitividade.

Quanto aos aspectos da comercialização, e conforme mencionado anteriormente, existe a intenção de se produzir produtos diferenciados (pão integral e pão de fubá). Os produtos poderiam ser comercializados, por exemplo, na Varanda Colonial, ponto de comercialização de produtos coloniais, já existente no município, localizado às margens da rodovia que liga Corbélia a Cascavel/Campo Mourão e Maringá.

Por outro lado, quanto às famílias que estão fora do projeto, dentre elas uma vileira que disse ser responsável pelo encaminhamento do pedido para a instalação da panificadora, vários são os motivos da não participação. Destaca-se entre os motivos apresentados na tabela 29, “a falta de tempo”, por trabalhar fora ou cuidar dos filhos e do lote (11 vezes mencionado); seguido “falta de interesse dos vileiros e, briga entre as pessoas envolvidas no projeto” (7 vezes). Outros motivos apontados pelos entrevistados estão relacionados à “escolha do pessoal”, já que por 6 vezes foi mencionada a questão de participar “só os selecionados”; necessidade de mudar a diretoria da vila, considerada por alguns como atuando só para os “chegados”, tendo sido apontado 4 vezes. Outras 3 menções referem-se ao fato de que o projeto não está funcionando, que estaria só na promessa. Também foi apontada a “falta de convite” para a participação por moradores recentes (2 menções cada).

Incluso em “outros motivos” por que as famílias não participam do projeto de geração de renda, estão opiniões como escolha do pessoal, falta de união, necessidade de uma cooperativa entre os vileiros, e a própria diretoria da vila, que tiveram uma menção cada. Uma vileira, que disse ser autora do projeto, afirmou ter desistido do mesmo, devido à interferência da EMATER e a escolha de

peçoal sem perfil para atuar no projeto. Outra vleiira, única de família de T.R.V., ao referir-se sobre a escolha do peçoal, disse que na Vila Rural todos deveriam ser iguais, mas na prática isso não acontece.

Conclui-se diante disso que, a demora na instalação do equipamento, doado pelo governo estadual, em função da falta da construção da cozinha, tem levado algumas pessoas a desistirem ou não mais acreditarem no projeto. As menções sobre o peçoal selecionado para atuar no projeto e problemas com a diretoria sinalizam a necessidade de se discutir com os moradores essa situação, esclarecendo inclusive que, na prática, projetos de geração de renda, cujo objetivo deveria ser o atendimento ao maior número de famílias, não conseguem cumprir com seu objetivo por motivos diversos, como um número muito grande de pessoas a serem envolvidas.

Na Vila Rural de Anahy existem 3 opções de geração de renda comunitária, ou seja, fábrica de vassoura, de corte/costura e confecção de estopa (retalhos de tecidos para limpeza, vendidos a postos de gasolina e fazendeiros). Por se tratar de projetos já em andamento, foi possível levantar a opinião sobre os resultados obtidos pelas famílias envolvidas, conforme apresenta a Tabela 30.

Tabela 30: Opinião sobre projeto geração de renda – Anahy

PROJETOS	FAMÍLIAS PARTICIPANTES			FAMÍLIAS NÃO PARTICIPANTES	
	Nº FAMÍLIAS	O QUE MUDOU EM TERMOS DE RENDA	Nº VEZES	PORQUE NÃO PARTICIPAM	Nº VEZES
FÁBRICA VASSOURA	1	PELO TAMANHO DO LOTE A VASSOURA É A MELHOR OPÇÃO	1	FALTA DE TEMPO (TRABALHA FORA OU CUIDA DOS FILHOS)	3
CORTE COSTURA	3	MELHOROU A RENDA	1	FALTA DE ESTUDO (P/ CORTE E COSTURA)	1
ESTOPA	3	MAL DÁ P/ PAGAR AS DESPESAS	2	PREFERE PLANTAR ALIMENTO À VASSOURA	1
		DIFÍCIL COMERCIALIZAR OS PRODUTOS	1	FALTA ESPAÇO P/ USO DAS MÁQUINAS	1
				DIFICULDADE EM ASSIMILAR	2

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

No caso da fábrica de vassoura, apenas uma família está participando, por acreditar ser a melhor opção de renda, em função do tamanho dos lotes, porém não disse ter melhorado a renda. Outras 3 famílias participam dos projetos de corte/costura e estopa, porém 2 delas apontam dificuldades quanto à comercialização dos produtos, dizendo que mal conseguem pagar as despesas. Apenas 1 família, que participa do projeto corte/costura disse que melhorou a renda.

As demais famílias, que não participam dos projetos, argumentam para tanto “falta de tempo” (3 vezes mencionados), “dificuldades na comercialização” e na “assimilação” (não conseguem aprender para executar os serviços), itens 2 vezes mencionados cada um. Além disso, foram mencionadas uma vez cada um, como motivos por não participarem dos projetos: “a falta de estudo” (para atuar no corte e costura); a “preferência pelo plantio de alimentos à vassoura”, e a “falta de espaço para uso das máquinas”.

Diferente da situação em Corbélia, não se percebe em Anahy os

problemas quanto ao pessoal que está inserido no projeto (seleção, diretoria, entre outros), embora um dos entrevistados tenha apontado a falta de espaço no galpão da vila, para uso das máquinas.

Percebeu-se que para atingir o objetivo de geração de renda é necessário reavaliar a estratégia de comercialização dos produtos. Além disso, a fábrica de vassoura apresenta problemas, visto que apenas um vileiro está fazendo uso da mesma, correndo o risco de ser desativada. Alguns vileiros disseram que a proposta inicial não era a fábrica de vassoura, porém esta teria sido imposta pela EMATER.

Os dados levantados na pesquisa de campo apontam que os vileiros, em sua maioria, exploram o lote apenas com produção de subsistência, comercializando eventualmente o excedente; que os projetos de geração de renda, além de não abrangerem todas as famílias, não têm conseguido gerar renda suficiente para a manutenção das famílias envolvidas. Porém, aquelas famílias que se dedicam a produzir visando a comercialização dos produtos, tais como, pepino para conserva, mandioca, fumo, vassoura e horticultura, têm conseguido obter receita para cobrir as principais despesas fixas, entre elas a prestação do lote, água e luz. Neste aspecto, no entanto, entre os vileiros que conseguem obter receita, o problema é que, normalmente estas entram somente em determinados períodos do ano (safra), e as despesas são mensais, o que dificulta o controle entre receita e despesa.

A Tabela 31 apresenta as principais despesas e as condições das residências das famílias vileiras.

Tabela 31: Principais despesas fixas, situação das prestações e condições das residências

DESPESA MÉDIA/RESIDÊNCIA (*)	VILA RURAL DE CORBÉLIA (Em R\$)	VILA RURAL DE ANAHY (Em R\$)
ÁGUA	8,00	10,92
LUZ	23,37	14,20
PRESTAÇÃO	32,86	32,83
MÉDIA TOTAL DESPESA	64,23	57,94
SITUAÇÃO PRESTAÇÃO	33% ATRASADA	16% QUITADA
CONDIÇÕES RESIDÊNCIAS	33% ORIGINAL	100% COM DIVISÓRIA

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

(*) Os valores são referentes à última prestação ou tarifa, na data da pesquisa.

As despesas médias com água diferem de uma vila para outra. Em Corbélia o valor médio pago pelas famílias, no último mês (dezembro de 2004) era de R\$ 8,00, contra R\$ 10,92 em Anahy. Esta diferença de aproximadamente 25% a mais no custo de água em Anahy pode ser explicada em função de que o abastecimento em Corbélia é feito através de um poço artesiano, instalado numa propriedade vizinha à vila, e em Anahy o abastecimento é direto da Sanepar. A despesa média com luz (energia elétrica), excluindo as famílias que tem tarifa zerada, em função da tarifa social do governo, (em Corbélia representam 37% das famílias e em Anahy 58%), o último valor médio pago, na data da pesquisa, foi de R\$ 23,37 em Corbélia e de R\$ 14,20 em Anahy, portanto, uma diferença de aproximadamente 40% menor para os vileiros de Anahy. Esta diferença pode ser explicada em parte, pelo número médio de pessoas/residência, que em Corbélia é maior, conforme dados mostrados anteriormente, e também em função do uso de eletrodomésticos, talvez mais disponíveis nas residências de Corbélia.

Se existe diferença entre o valor médio pago para despesas com água e luz, isso não ocorre com a prestação do lote, cujos valores são praticamente

iguais, R\$ 32,86 e R\$ 32,83, respectivamente em Corbélia e Anahy. Embora os valores médios se assemelhem, a realidade do pagamento difere. Em Corbélia 33% das famílias estão com as prestações atrasadas, 6% quitadas (3 famílias em função da morte do titular) e o restante, 61%, em dia com o pagamento. Anahy tem uma situação mais tranqüila na medida em que não existe famílias com prestação atrasada, e das 12 famílias moradoras, 2 delas quitaram totalmente as prestações (16%), também em razão da morte dos titulares³¹.

Assim sendo, a média total de despesas com água, luz e prestação do lote³² foi de R\$ 64,23 em Corbélia e de R\$ 57,94 em Anahy. Antes de se assentarem na Vila Rural, as famílias de Corbélia que pagavam aluguel, gastavam entre R\$ 50,00 a R\$ 150, 00, ao passo que para as famílias de Anahy os valores oscilavam entre R\$ 45,00 a R\$ 75,00. Atualmente, após mais de 4 anos da instalação das vilas, os gastos com a prestação do lote, estão na média de R\$ 32,80, uma despesa que deve ser considerada como investimento, na medida em que se está pagando por um terreno, com casa, algo que será da família, diferente do aluguel, cuja despesa não tem retorno. Pode-se concluir com isso que, considerando apenas as despesas com aluguel pago pelas famílias antes de se mudarem para as Vilas Rurais, houve uma redução nas despesas, o que permite um ganho de renda indireto. Importante observar a situação de um dos lotes, cuja residência está alugada por R\$ 100,00/mês (embora não fazendo parte do levantamento da pesquisa). Em contato com o inquilino, que fixou residência na vila por estar trabalhando num local próximo, o mesmo disse que, em Corbélia, a família pagava R\$ 200,00 de aluguel, R\$ 20,00 de água e R\$ 30,00 de luz, portanto valores superiores aos preços médios praticados na Vila Rural.

³¹ Com a morte do titular o lote é quitado automaticamente.

³² As médias consideram os que apresentaram tais despesas, excluindo os lotes quitados e as famílias que tem tarifa social zerada.

Se em média a despesa total com água, luz e prestação, difere em 10% de Corbélia para Anahy, as condições das residências diferem em maior percentual, pois na Vila de Corbélia 33% das casas ainda estão na condição original (sem divisória interna), 47% estão com divisória, e o restante já sofreu algum tipo de ampliação. Já as residências da vila de Anahy estão 100% com divisórias internas³³, com 1 das 12 casas já ampliada.

Importante lembrar que, na vila de Corbélia, 2 moradores transformaram o galinheiro/chiqueiro em residência. Em uma delas mora um filho do titular que se casou, e na outra mora a mãe do titular, juntamente com um neto³⁴.

Quanto aos principais utensílios domésticos, existem algumas diferenças entre as duas Vilas Rurais, quanto à posse, conforme Tabela 32.

Tabela 32: Utensílios domésticos por Vila Rural

UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	Nº. Residências com Utensílios Domésticos	
	V. R. N. S ^a . SALETE (CORBÉLIA)	V. R. BELA VISTA (ANAHY)
FOGÃO LENHA	45	8
FOGÃO GÁS	49	12
GELADEIRA	49	12
TELEVISÃO	46	10
RÁDIO	42	8
FREEZER	17	2
ANTENA PARABÓLICA	5	9
MÁQ. LAVAR ROUPA	46	8
TELEFONE CELULAR	41	0
CHUVEIRO ELÉTRICO	49	12
CARRO	11	0
MOTOCICLETA	7	0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

Os utensílios básicos como fogão a gás, geladeira e chuveiro elétrico, estão presentes em todas as famílias pesquisadas. Quanto à televisão, algumas das residências não as têm por questão de religião e/ou pelo fato de

³³ As residências das Vilas Rurais foram entregues aos vileiros sem divisórias internas.

³⁴ Segundo o técnico da EMATER, Sr. Diócles da Silva houve a permissão apenas na situação em que a mãe do titular está residindo. A outra situação não foi autorizada.

naquele momento estar com problema técnico (queimou e não foi consertada). Outros itens como carro, motocicleta, telefone celular e antena parabólica, estão presentes, em algumas residências, em função da localização da Vila Rural.

Na vila de Corbélia, 45 das 49 famílias têm telefone celular, provavelmente em função de não existir telefone convencional, seja público ou particular. A presença de carros em 22% das residências (e motocicleta em 14%) também pode ser explicada em função da localização, mesmo que sejam veículos velhos, pois, pelo que foi possível observar, dos carros que se encontravam nos lotes, a maioria têm mais de 10 anos de uso. A antena parabólica está presente em apenas 5 lotes (10% das residências). Além destes, o fogão a lenha é um item importante, presente em 92% das residências, o rádio em 85%, máquina de lavar roupa em 94% e freezer em 35%.

Se nas residências da vila de Corbélia aparecem carros, motocicletas e telefones celulares, tais itens não estão presentes entre nenhuma das famílias da vila de Anahy. A ausência de telefones pode ser explicada possivelmente em função da localização (1 Km da sede do município) e, também, por já existir um telefone público na vila. Por outro lado, a antena parabólica existe em 9 das 12 famílias. Os eletrodomésticos existentes na vila estão assim distribuídos: televisão em 10 famílias (83%), fogão a lenha, máquina de lavar roupa, e rádio, em 8 das 12 famílias (67%), e freezer em apenas 2 famílias (17%).

Na questão referente à existência dos utensílios domésticos, pergunta objetiva, visto que os itens foram pré-selecionados, estava incluso o computador, no entanto, nenhuma das famílias disse possuir esse equipamento.

Os serviços básicos, como saúde, educação, lazer, além da habitação, trabalho e vida comunitária foram questionados objetivando verificar se a

qualidade de vida das famílias depois de assentadas na Vila Rural de Corbélia melhorou, piorou, ou se ficou igual, conforme Tabela 33.

Tabela 33: Qualidade de vida das famílias depois de instalados na Vila Rural – Corbélia

Setor	Melhorou muito	Melhorou	Ficou igual	Piorou	Piorou muito	Não opinou	Total família
Saúde	16	15	13	3	-	2	49
Educação	18	15	13	1	-	2	49
Alimentação	21	15	11	-	-	2	49
Renda	6	18	12	11	-	2	49
Habitação	31	15	-	1	-	2	49
Trabalho	7	9	13	18	-	2	49
Vida Comunitária	6	25	16	-	-	2	49
Lazer	3	20	15	9	-	2	49
Outros	3						

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

Do total das famílias entrevistadas em Corbélia, 2 delas não opinaram sobre tais itens por terem mudado recentemente para a Vila Rural. O item com maior índice de avaliação positiva foi o da habitação, onde 94% dos entrevistados responderam que “melhorou” ou “melhorou muito”. Seguiu-se o item “alimentação”, destacando que “melhorou” ou “melhorou muito”. Essa avaliação foi confirmada mais adiante quando da análise dos pontos positivos e negativos de se morar na Vila Rural.

Em termos de saúde e educação, aproximadamente 65% dos entrevistados responderam que “melhorou” ou “melhorou muito”; 25% disseram ter “permanecido igual”. Em relação à saúde 6% opinaram que “piorou”, principalmente no aspecto de atendimento, visto que para ir ao posto de saúde, é difícil a locomoção, muitas vezes tendo que ir de madrugada e a pé para conseguir ser atendido.

No tocante à renda e ao trabalho, estes setores foram os que

tiveram os piores índices de avaliação em termos de qualidade. Aproximadamente 50% dos entrevistados responderam que em termos de renda “melhorou” ou “melhorou muito”; 24% disseram ter “ficado igual”, e 22% ter “piorado”.

Sobre a questão de trabalho a avaliação foi mais negativa, na medida em que apenas 33% responderam ter “melhorado” ou “melhorado muito”; 27% alegaram ter “permanecido igual”, e 37% disseram que para trabalhar a situação “piorou” por estarem morando na vila. Embora sendo uma questão objetiva, quando das respostas, os vileiros comentaram que em termos de trabalho, a situação ficou mais desfavorável devido à localização e a não disponibilidade de transporte em horário acessível ao trabalhador para chegar ao local de serviço.

Sobre a vida comunitária 33% dos entrevistados afirmam que esta permaneceu “igual”, e 51% que “melhorou” em relação ao que era anteriormente, e o restante disse ter “melhorado muito”. Já em termos de lazer houve um índice de 18% considerando ter “piorado” (também devido à localização e falta de espaço de lazer na vila), 71% responderam que permaneceu “igual” ou “melhorou”, e 6% disseram ter “melhorado muito”.

Especificamente no quesito ter “melhorado muito”, tanto para o lazer, assim como outros itens (que inclui transporte em geral, transporte escolar e a tranquilidade do local), explica-se pelo fato de que alguns moradores vieram do interior do município e não tinham tais serviços.

A avaliação em relação à qualidade de vida dos vileiros de Anahy, é mais homogênea que em Corbélia. Os serviços de saúde e educação, além da questão da renda, trabalho e vida comunitária para 25% dos entrevistados permaneceram “iguais” à situação anterior à Vila Rural e 75% disse que “melhorou” ou “melhorou muito”. O item alimentação após estarem morando na vila

permaneceu “igual” para 33% das famílias e 67% disse ter “melhorado” ou “melhorado muito”, conforme Tabela 34.

Tabela 34: Qualidade de vida das famílias depois de instalados na Vila Rural – Anahy

Setor	Melhorou muito	Melhorou	Ficou igual	Piorou	Total famílias
Saúde	4	5	3	-	12
Educação	2	7	3	-	12
Alimentação	6	2	4	-	12
Renda	3	6	3	-	12
Habitação	11	1	-	-	12
Trabalho	1	8	3	-	12
Vida Comunitária	2	7	3	-	12
Lazer	3	7	1	1	12

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

A maior avaliação positiva está no setor de habitação, no qual 11 famílias responderam ter “melhorado muito” (92%), e apenas 1 família respondeu ter “melhorado”. Esta avaliação é justificada pelo perfil de residência dos vileiros de Anahy, antes de ingressarem na vila, pois, conforme informações anteriores, 10 famílias residiam em casas cedidas e o restante pagando aluguel.

Em relação ao acesso/disponibilidade de lazer apenas 1 família apontou ter “piorado” a qualidade em relação à situação anterior, 1 disse ter “permanecido igual”, e o restante, 10 famílias, disseram ter “melhorado” ou “melhorado muito” (84%).

As avaliações até então apresentadas, referentes às opiniões dos vileiros entrevistados, que estão residindo nas Vilas Rurais objetos de estudos, induzem ao questionamento de como está a situação socioeconômica atual, seja em termos de ocupação, formação escolar ou renda familiar (titular, familiar, per capita), tanto dos titulares quanto dos demais membros das famílias vileiras, residentes nos lotes.

As Tabelas a seguir mostram esta situação, primeiramente analisando todos os vileiros e em seguida os que eram T.R.V., procurando com isso perceber se, em média, estes estão no mesmo nível das famílias em geral, assentadas. A Tabela 35 apresenta o perfil socioeconômico de todos os titulares.

Tabela 35: Perfil socioeconômico atual dos titulares de Corbélia e Anahy

INDICADORES	V. R. N.S ^a . SALETE CORBÉLIA	V. R. BELA VISTA ANAHY
Formação escolar	53% de 1 ^a a 4 ^a série	67% de 1 ^a a 4 ^a série
Ocupação principal	6% T.R.V	8% T.R.V.
Renda principal	R\$ 285,00	R\$ 281,70
Situação renda principal	47% variável	42% aposent./pensão
Com carteira de trabalho	26% com carteira	33% com carteira
Ocupação secundária	8% trabalham no lote	58% trabalham no lote
Renda secundária	R\$ 196,00	R\$ 138,00

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

Em termos de formação escolar o nível não mudou expressivamente, visto que no momento da pesquisa observou-se que apenas 2 pessoas adultas haviam voltado a estudar recentemente, porém freqüentando ainda o ensino fundamental (1^a a 8^a série). Muito embora no início deste capítulo tenham sido apresentados os dados sobre o grau de instrução, com base na ficha cadastral da COHAPAR, o que difere do levantamento de campo, a realidade é que os membros titulares não evoluíram na formação escolar³⁵. Corbélia tem 53% dos moradores titulares com formação de 1^a a 4^a série; 18,5% dos titulares continuam analfabetos; 18,5% estudaram da 5^a a 8^a série incompleta; e os 10% restantes até o ensino médio completo. Em Anahy 67% dos moradores titulares responderam ter freqüentado os estudos até a 4^a série, o restante distribuído em partes iguais entre

³⁵ Entre os motivos pode-se considerar o comodismo dos vileiros (a idade média dos mesmos está próxima dos 50 anos), ou a falta de expectativa de melhoria das condições de vida em função do nível escolar, ou ainda a falta de incentivo pelo poder público ao ensino fundamental para adultos.

analfabetos e tendo cursado entre a 5ª e 8ª séries incompleta.

Quanto à ocupação principal, a posição da vila de Corbélia permanece praticamente inalterada, 6% dos titulares são T.R.V. (percentual sobre o número de famílias entrevistadas). Os titulares não entrevistados não são T.R.V., de acordo com informações obtidas. Isso significa que o percentual sobre todos os titulares cai de 7,8% na situação inicial da vila para 5,8% hoje. Porém, isso não significa que os então titulares T.R.V. continuam, atualmente, na mesma ocupação, ao contrário os inicialmente “bóias-frias” não o são hoje (3 vileiros que não eram T.R.V. passaram a ser).

Se considerada a situação da renda média mensal, a vila de Corbélia tem um percentual de 47% dos titulares com renda variável, isto é, exercem funções como, pedreiro, serviço geral, autônomo, diarista urbano, T.R.V., servente, entre outros.

Por outro lado, em Anahy, a situação atualmente é mais cômoda em termos de renda, pois apenas 1 titular que antes de ir para a vila era arrendatário, tem na ocupação principal atual a atividade de T.R.V. o que representa (8%); aposentados ou pensionistas representam 42%, os demais estão distribuídos entre trabalhador rural (17%); e 33% divididos igualmente entre titulares que trabalham no lote, em serviço geral, arrendatário e em diversos (abate de aves em Cafelândia). Os 42% de aposentados ou pensionistas têm renda média mensal estável; 25% dos demais têm renda fixa (salário definido), e 33% têm renda variável, sendo que 1 dos titulares declarou não ter renda (uma senhora viúva, sem aposentadoria ou pensão), que trabalha no lote produzindo para subsistência.

Com relação à questão trabalhista 26% dos titulares de Corbélia trabalham com carteira assinada, enquanto que este percentual em Anahy é de

33%. Embora aparentemente a situação seja mais ou menos semelhante, não se deve esquecer que Corbélia tem apenas 4% de pensionistas, contra 42% em Anahy (aposentados/pensão) o que dá uma situação melhor para os vileiros de Anahy. Ao serem questionados sobre a ocupação secundária, em Corbélia 8% responderam ser a exploração do lote da vila, 4% disseram atuar como T.R.V., 6% trabalham em situações diversas (trabalhador rural, diarista urbano e em serviço geral), e os demais não declararam atividade secundária (82%). Na vila de Anahy 58% disseram ter na exploração do lote a atividade secundária; 8% disseram ter ocupações diversas, e os demais indicaram não ter outras ocupações (34%).

Concluindo a análise da Tabela 35, a renda média mensal declarada pelos titulares em Corbélia foi de R\$ 285,00 e R\$ 196,00, respectivamente, renda principal e secundária. Anahy se assemelha com Corbélia em termos de renda média mensal da atividade principal, com R\$ 281,70, porém cai para R\$ 138,00 na renda secundária. A renda média secundária corresponde aos que efetivamente têm segunda ocupação, não sobre o total dos titulares. A análise anterior apresentou o perfil de todos os titulares, as informações socioeconômicas sobre os demais membros das famílias está representada na Tabela 36.

Tabela 36: Perfil socioeconômico atual dos demais membros Vileiros

INDICADORES	V. R. N.S ^a . SALETE CORBÉLIA	V. R. BELA VISTA ANAHY
Nº trabalhador/pensão	59	15
Com carteira	22% com carteira	6% com carteira
Renda média total	R\$ 284,00	R\$ 255,60
Situação renda	33% variável	70% variável
Renda média familiar	R\$ 588,00	R\$ 529,00
Renda média familiar em S.M.	2,3	2,03
Renda per capita em S.M.	0,49	0,54

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

Obs. O Salário Mínimo na data da Pesquisa era de R\$ 260,00.

Se em termos de renda os titulares de Anahy estão numa situação mais cômoda, em função principalmente do percentual de aposentados ou pensionistas, a análise da renda dos demais membros da família mostra equilíbrio em alguns aspectos nas duas Vilas Rurais. O número de trabalhadores ou pensionistas estão próximos de 1,2/família em ambas as vilas. Diferencia-se em termos de garantia trabalhista, pois, em média 22% dos trabalhadores de Corbélia têm carteira assinada, enquanto que em Anahy apenas 6%.

A renda total média dos demais membros trabalhadores ou pensionistas em Corbélia foi de R\$ 284,00, enquanto que em Anahy de R\$ 255,60. Essa diferença se explica em parte em função de que em Corbélia, do total de trabalhadores, apenas 33% têm renda variável, enquanto que em Anahy 70% dos trabalhadores (como T.R.V., diaristas urbano/rural, autônomos, e trabalhadoras domésticas) têm renda variável.

Analisando a renda familiar, em Corbélia, a média foi de R\$ 588,00/família, representando 2,3 S.M. por família ou 0,49 S.M. per capita. Em Anahy a renda média familiar foi de R\$ 529,00/família, o que corresponde a 2,0 S.M. por família, ou 0,54 S.M. per capita. O que explica a renda per capita ser maior em Anahy, embora com renda média familiar menor, é o número médio de residentes/família, que em Corbélia é superior a Anahy.

Muito embora a renda média familiar fique próxima de 2 S.M., portanto, abaixo do limite dos 3 S.M. exigidos quando da seleção das famílias para a Vila Rural, em termos de renda per capita estão em melhor situação que uma parcela da população de ambos os municípios que se encontram abaixo da linha de pobreza. Trata-se da população cuja renda per capita é menor que 0,25 S.M., portanto, consideradas próximas da indigência e mais vulneráveis à fome de forma

crônica, segundo o IAPAR (2003).

Assim sendo, a renda per capita de ambas as Vilas Rurais, próxima de 0,5 S.M. indica uma situação de pobreza sim, porém em melhor condição que os 10,28% e 22,45% da população total de Corbélia e Anahy, respectivamente, cuja renda per capita é inferior a 0,25 do S. M., conforme dados já apresentados no capítulo 3.

Quando da avaliação do IPARDES (2000) a respeito do impacto socioeconômico das Vilas Rurais, sobre as famílias assentadas, considerou-se que uma das estratégias para superação da pobreza está relacionada à diversificação das atividades ocupacionais e produtivas ³⁶.

A classificação das famílias vileiras quanto à ocupação de seus membros está representada na Tabela 36-A.

Tabela 36-A: Classificação das famílias por atividade na ocupação principal de seus membros

TIPOS DE ATIVIDADES	V. R. N.S ^a . SALETE CORBÉLIA	% FAMÍLIAS	V. R. BELA VISTA ANAHY	% FAMÍLIAS
AGRÍCOLA	8	16	4	33
PLURIATIVA	25	51	7	58
NÃO-AGRÍCOLA	15	31	0	0
INATIVOS	1	2	1	8
TOTAL	49	100	12	12

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

Prevalecem as famílias pluriativas, representando 51% na Vila Rural de Corbélia e 58% em Anahy. Possivelmente esta realidade deva-se pela razão de que muitos vileiros já trabalhavam na cidade antes de se assentarem na Vila Rural,

³⁶ Famílias Inativas, quando todos os membros são aposentados ou pensionistas e Famílias Desempregadas quando estão nesta situação, ou seja, desempregados, todos os membros ativos (IPARDES, 2000).

ou também em função do tamanho dos lotes que não permitem geração de renda suficiente para sobreviver exclusivamente da exploração dos mesmos.

Observa-se ainda que em ambas as vilas existe o registro de uma família inativa, ou seja, todos os membros adultos são aposentados e/ou pensionistas. Por último não foi registrada nenhuma família onde todos os membros ativos estivessem desempregados.

As Tabelas seguintes apresentam um paralelo com todas as famílias entrevistadas, e as famílias dos titulares que eram T.R.V. na época do assentamento, visto que é a família deste trabalhador, o público meta das Vilas Rurais. Para melhor compreensão dos dados tabulados, sugere-se ver as Tabelas no Anexo K.

A Tabela 37 apresenta o paralelo entre todos os titulares e os titulares então T.R.V., da vila de Corbélia.

Tabela 37: Perfil socioeconômico atual – titulares – Corbélia

INDICADORES	Vila Rural Nossa Senhora da Salete	
	Todos os Titulares	Titulares então T.R.V.
Formação escolar	53% de 1ª a 4ª série	60% de 1ª a 4ª série
Ocupação principal	6% T.R.V.	40% T.R.V.
Renda principal	R\$ 285,00	R\$ 192,00
Situação renda principal	47% variável	100,00 variável
Carteira de trabalho	26% com carteira	100% sem carteira
Ocupação secundária	8% trabalham no lote	Nenhuma
Renda secundária	R\$ 196,00	R\$ 0,00

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

Em termos de nível educacional, os titulares de Corbélia, em média, têm pouco estudo, 53% estudaram da 1ª a 4ª série, contra 60% dos titulares T.R.V. De todos os titulares 12% são analfabetos, sendo que este índice sobe para 20% para os titulares T.R.V. Considerando a ocupação principal, no geral 6% são T.R.V.,

porém no universo dos que eram até o assentamento T.R.V., 5 famílias ao todo, 40% ainda tem na “bóia-fria” a única ocupação (2 famílias), visto que todos eles disseram não exercer função secundária. Possivelmente em função da ocupação, a renda média principal para todos os titulares foi de R\$ 285,00, e de R\$ 192,00 para os titulares T.R.V. que têm como situação de renda 100% variável, contra 47% de todos os vileiros. Se a renda é 100% variável para os T.R.V. atualmente, o reflexo recai sobre a questão funcional onde também 100% dos mesmos não têm carteira assinada, contra 26% no geral.

De todas as famílias cujo titular têm renda secundária em Corbélia (9 dos 49 titulares, ou 18% do total), a média foi de R\$ 196,00, enquanto que os T.R.V. não apresentaram tal rendimento, reforçando assim a desigualdade, entre todos os titulares e os titulares cuja principal ocupação era a “bóia-fria”, seja em termos de rendimento, situação de renda, carteira assinada e ocupação atual.

Destaca-se que os rendimentos secundários são provenientes de ocupações diversas, como no próprio lote, serviço geral, diarista, trabalhador rural e mesmo T.R.V.

Já a situação dos titulares de Anahy é menos desigual que a de Corbélia, conforme apresenta a Tabela 38.

Tabela 38: Perfil socioeconômico atual - titulares - Anahy

INDICADORES	Vila Rural Bela Vista	
	Todos os Titulares	Titulares então T.R.V.
Formação escolar	67% de 1ª a 4ª série	50% de 1ª a 4ª série
Ocupação principal	8% T.R.V	50% aposent./pensão
Renda principal	R\$ 281,70	R\$ 264,59
Situação renda principal	42% aposent./pensão	50% aposent./pensão
Com carteira de trabalho	33% com carteira	25% com carteira
Ocupação secundária	58% trabalham no lote	37,5% trabalham no lote
Renda secundária	R\$ 138,00	R\$ 103,30

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

Os dados mostram uma situação socioeconômica mais homogênea em Anahy, em função do perfil inicial dos vileiros, onde 67% tinham na “bóia-fria” a principal fonte de renda, contra 8% na data da pesquisa (janeiro/2005). O nível de escolaridade é mais favorável no conjunto de todos os vileiros onde 67% estudaram da 1ª a 4ª série, contra 50% dos então T.R.V. Porém, existem 2 titulares analfabetos que eram T.R.V., isso representa 17%, contra 25% para o conjunto de titulares volantes.

Se os titulares T.R.V. estão em desvantagem na formação escolar, em ocupação principal a situação é melhor, isto porque nenhum destes continua como trabalhador volante. No entanto um dos titulares que na época do assentamento era arrendatário tem na ocupação principal atualmente a de “bóia-fria”.

A situação da renda principal em Anahy, como foi colocado anteriormente, deixa os vileiros mais tranqüilos, pois é expressivo o percentual de aposentado/pensionista, com 42% e 50% respectivamente para o total dos vileiros e os vileiros T.R.V. Em geral a questão trabalhista em termos de carteira assinada está melhor em Anahy, onde, de todos os titulares, 33% têm carteira assinada, contra 25% dos titulares T.R.V.

A proporção de titulares que estavam trabalhando no lote também foi maior em Anahy, possibilitando com isso renda secundária, embora em média menor que Corbélia. No geral, 42% de todos os titulares têm renda secundária média de R\$ 138,00, no entanto para 37,5% dos T.R.V. a renda média foi de R\$ 103,30.

As Tabelas 39 e 40 trazem o comparativo dos demais membros das famílias no geral e especificamente os membros das famílias dos então titulares

T.R.V.

O comparativo entre a renda média total recebida pelos trabalhadores das famílias dos titulares T.R.V. é mais favorável em relação a todos os demais, conforme demonstrado na Tabela 39, diferente do comparativo entre os titulares, o que permite praticamente nivelar a renda média familiar e a renda per capita, na vila de Corbélia.

Tabela 39: Perfil socioeconômico atual - demais membros – Corbélia

INDICADORES	Vila Rural Nossa Senhora da Salete	
	Todos os Membros Familiares	Membros Familiares então T.R.V.
Nº trabalhador total/pensionista	59	10
Com carteira assinada	22% com carteira	40% com carteira
Renda média demais membros	R\$ 284,00	R\$ 416,00
Situação renda	33% variável	40% variável
Renda média familiar	R\$ 588,00	R\$ 608,00
Renda média familiar em S.M.	2,3	2,3
Renda per capita em S.M.	0,49	0,45

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

Obs. O Salário Mínimo na data da Pesquisa era de R\$ 260,00.

Se em geral a renda média dos demais membros, em Corbélia, foi de R\$ 284,00, este valor sobe para R\$ 416,00 para os membros das famílias dos então titulares T.R.V., o que ameniza a desvantagem destes titulares. Assim a renda média familiar (incluindo a renda dos titulares), em Corbélia, se aproxima tanto para as famílias em geral (R\$ 588,00), quanto para as famílias dos então titulares T.R.V. (R\$ 608,00). No entanto, mesmo sendo maior esta, ainda assim os membros familiares dos T.R.V. têm pequena desvantagem enquanto renda per capita, em função do número médio de moradores por residência.

A situação socioeconômica, em termos de renda média familiar e

renda per capita, dos demais membros em Anahy, também está muito próxima, embora com valores menores que os da vila de Corbélia, conforme pode-se verificar na Tabela 40.

Tabela 40: Perfil socioeconômico atual - demais membros - Anahy

INDICADORES	Vila Rural Bela Vista	
	Todos os Membros Familiares	Membros Familiares então T.R.V.
Nº trabalhador total/pensionista	15	9
Com carteira assinada	6% com carteira	11% com carteira
Renda média demais membros	R\$ 255,60	R\$ 283,30
Situação renda	70% variável	50% variável
Renda média familiar	R\$ 529,00	R\$ 516,00
Renda média familiar em S.M.	2,03	2,0
Renda per capita em S.M.	0,54	0,5

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

Obs. O Salário Mínimo na data da Pesquisa era de R\$ 260,00.

Na vila de Anahy a renda média familiar e renda média per capita são praticamente iguais, nos dois grupos, respectivamente 2,0 S.M e, 0,5 S.M., aproximadamente. Porém, em relação à situação da renda, é menos estável no conjunto de todos os membros que trabalham, pois, 70% têm renda variável, contra 50% para os membros dos trabalhadores das famílias volantes na época do assentamento. No aspecto trabalhista, o percentual de trabalhador com carteira assinada é pequeno, 6% e 11% respectivamente, para o total dos trabalhadores e os trabalhadores das famílias cujos titulares eram T.R.V.

Se em geral a renda média familiar não passa de 2,3 S.M. em Corbélia e de 2,0 S.M. em Anahy, é importante verificar o nível de escolaridade de todos os vileiros, distribuídos por faixa etária, o que pode contribuir em parte para que os salários recebidos pelos mesmos não sejam superiores aos praticados.

A Tabela 41 apresenta os dados referentes ao nível educacional dos demais membros vileiros (excluídos os titulares) da vila de Corbélia.

Tabela 41: Nível escolar demais membros vileiros - Corbélia

FAIXA ETÁRIA	TOTAL	ANALF	PRÉ-ESC.	1ª à 4ª SÉRIE	5ª à 8ª SÉRIE INC.	8ª SÉRIE COMPL.	2º GRAU INCOM.	2º GRAU COMP.	SUP. INCO M.	% SOBRE TOTAL
0 a 17 ANOS										
0 A 5 ANOS	22	20	2							12,36
6 ANOS	11		10	1						6,18
7 A 10	27			23	4					15,17
11 a 14	26			3	22	1				14,61
15 a 17	18				6	3	8		1	10,11
SUB-TOTAL	104	20	12	27	32	4	8	0	1	58,43
% SUB - TOTAL	100,00	19,23	11,54	25,96	30,77	3,85	7,69	0,00	0,96	
ADULTOS										
18 A 25	25			5	8	3	3	5	1	14,04
26 A 30	7	1		2	4					3,93
31 A 35	5			3				2		2,81
MAIS DE 35	37	8		20	6	1	1	1		20,79
SUB-TOTAL	74	9		30	18	4	4	8	1	41,57
% SUB - TOTAL	100,0	12,2	0,0	40,5	24,3	5,4	5,4	10,8	1,35	
TOTAL	178	29	12	57	50	8	12	8	2	178
% TOTAL	100,00	16,29	6,74	32,02	28,09	4,49	6,74	4,49	1,12	100,00

FONTE: Dados da Pesquisa, 2005.

As informações sobre o nível educacional dos demais membros em Corbélia, demonstram que para os adultos, acima de 18 anos, o nível de escolaridade concentra-se na faixa entre a 1ª à 4ª série, com 40,5%; outros 24,3% da 5ª a 8ª série incompleta, com 12% de analfabetos. Com 8ª série completa são 5,4%; 16,2% no ensino médio (10,8% completo e 5,4% incompleto), e aproximadamente 1% nível superior incompleto.

Na faixa etária pré-escolar (6 anos), todas as crianças, em Corbélia, já estão na escola, e acima disso até os 17 anos percebe-se certa regularidade no nível escolar. Porém, entre os 15 e 17 anos, quando normalmente todos deveriam ter concluído a 8ª série, em função da faixa etária, ainda existem 30,7% que não o fizeram.

Pode-se dizer que o problema de nível escolar em Corbélia concentra-se na faixa etária acima de 18 anos, na qual existem adultos que não completaram sequer o ensino fundamental que vai até a 8ª série, representado 82,4%. Incluem-se aí 12% que são analfabetos.

Durante as entrevistas constatou-se que apenas 2 pessoas adultas voltaram a estudar e, um dos entrevistados, disse ser necessário o município disponibilizar ensino para adultos na Vila Rural, pois haveriam interessados em concluir ou mesmo iniciar os estudos, o que, por consequência, poderia melhorar o nível escolar dos adultos.

A Tabela 42 apresenta o nível escolar dos demais membros da vila de Anahy.

Tabela 42: Nível escolar demais membros vileiros – Anahy

FAIXA ETÁRIA	TOTAL	ANALF.	1ª à 4ª SÉRIE	5ª à 8ª SÉRIE INC.	2º GRAU INCOM.	2º GRAU COMP.	% SOBRE TOTAL
0 a 17 ANOS							
0 A 5 ANOS	2	2					6,06
7 A 10	4		4				12,12
11 a 14	6		1	5			18,19
15 a 17	5		1	2	1	1	15,15
SUB-TOTAL	17	2	6	7	1	1	51,52
% SUB - TOTAL ADULTOS	100,00	11,76	35,30	41,18	5,88	5,88	
18 A 25	5	1		2	1	1	15,15
26 A 30	2		2				6,06
31 A 35	2		1	1			6,06
MAIS DE 35	7	1	6				21,21
SUB-TOTAL	16	2	9	3	1	1	48,48
% SUB - TOTAL TOTAL	100,00	12,5	56,25	18,75	6,25	6,25	
TOTAL	33	4	15	10	2	2	33
% TOTAL	100,00	12,12	45,45	30,30	6,06	6,06	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

O nível escolar em Anahy é menor em termos de população adulta, pois, na faixa etária acima de 18 anos, 56,25% tem da 1ª até a 4ª série; e 18,75%

da 5ª a 8ª série incompleta. Havendo ainda um percentual de 12,5% de analfabetos. Existem 12,5% no ensino médio (incompleto e completo). Ressalta-se que na faixa de 18 a 25 anos, o único analfabeto é um jovem portador de necessidades especiais.

Em Anahy não existe muita diferença entre a idade e o nível de formação educacional, a exceção dos adultos, pois analisando as faixas etárias e a distribuição em séries percebe-se equilíbrio (entre a faixa etária e o nível escolar), na idade entre 7 a 17 anos. No entanto, a exemplo da faixa etária adulta, em que aparece um jovem de 18 anos analfabeto, também na idade entre 15 a 17 anos existe uma pessoa que ainda está cursando o ensino fundamental, trata-se de uma jovem, também portadora de necessidades especiais.

Em ambas as Vilas Rurais o percentual de analfabetos na idade adulta é praticamente igual, aproximadamente 12%, que poderia ser diminuído e até mesmo erradicado, com incentivo por parte da administração municipal à educação para adultos.

A opinião dos vileiros sobre o lugar onde moram, quais as principais necessidades atualmente e as principais mudanças que ocorreram na vida da família depois de instalados na Vila Rural, foram questões colocadas às famílias vileiras, e que estão apresentadas na Tabela 43.

Tabela 43: Opinião sobre o lugar e principais necessidades da Vila Rural de Corbélia

Opinião sobre o lugar onde mora	Número de vezes mencionado	Principais necessidades da V.R. hoje	Número de vezes mencionado
Terra p/ plantar	8	Coleta do lixo	1
Tem transporte	3	Telefone público	28
Lugar alegre sossegado/tranquilo/seguro/calmo	33	Assist. Técnica p/ produção (treinamento)	10
Boa vizinhança	5	Campo de futebol	7
Distante do trabalho	4	Água p/ produção/ poço artesiano (horta)	5
Falta transporte p/ trabalhar	4	Transporte p/ trabalhar (a preço acessível)	14
Casa própria	10	Adm. Do salão comunitário/diretoria (necessidade de catequese/missa/médico/ escola para adulto)	9
Melhorou a renda	4	Mudança de Presidente da vila	1
Os novos moradores c/melhor perfil	1	Posto de trabalho na V.R. (ind./aviário)	10
Fácil acesso à cidade (médico)	5	Adubo/calçário (análise de solo)	8
Transporte escolar	2	Lazer p/ as crianças	2
Bom p/ criar os filhos	9	Iluminação pública	3
Renda diminuiu (por dificultar o trabalho de ½ período)	1	Módulo policial	1
		Calçamento das ruas	1
		Ciclovía (a rodovia de acesso a cidade não tem acostamento)	1
		Mais união dos moradores	1
		Equipamento comunitário (trilhadeira)	1

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

Por tratar-se de questões abertas, sendo possível o entrevistado mencionar mais que um item, a maioria das famílias da Vila Rural de Corbélia, 67% do total, descreveu o lugar como alegre, tranquilo, seguro e calmo para se morar. A menção sobre a casa própria; lugar bom para criar os filhos e terra para plantar apareceram, respectivamente, com 20%, 18% e 16%. Opiniões sobre vizinhança boa e fácil acesso à cidade para efeito de tratamento médico foram mencionadas por 10% das famílias e, com 8% foram mencionados o problema da falta de transporte para trabalhar e que o lugar propiciou melhora na renda.

Quando do questionamento sobre o lugar, algumas pessoas faziam comentários que se considera importante transcrever, a exemplo da opinião do

Senhor João³⁷. Este, ao falar sobre o que achava do lugar onde mora, afirmou que se o governo tivesse criado a Vila Rural há 40 anos, não teria gente em baixo de lona, “quem não está contente tem que ir pra lona, porque tem muita gente hoje que está debaixo da lona e quer moradia. E esses que ganharam a casa e não se contentam... pro serviço tá mió, aqui trabalho menos e vivo bem, igual”³⁸.

Por outro lado, dona Sônia, referindo-se aos novos moradores disse: “os que estão chegando agora são pessoas que já soube cuidá de alguma coisa, economizar, tem que comprar o terreno. A maioria que veio no início a impressão que dá é que vieram pra ficá um pouco, vendê mais tarde e voltá pra cidade”³⁹.

Também neste sentido o Sr. João se posicionou dizendo que “muitos estão saindo porque não eram da roça, vieram só pra fugir do aluguel, achando que iam ter tudo de graça da Prefeitura. Os que entraram no lugar são mió, pelo menos a água pagam em dia. Quando entramo aqui as leis/ordens da COHAPAR era boa, agora precisa exigir mais, tem gente que se prevalece...”⁴⁰.

Sobre as principais necessidades ou carências destacadas pelos entrevistados estão alguns itens já mencionados anteriormente, salientando-se entre eles o telefone público, com 57% das menções das 49 famílias entrevistadas, seguido do transporte para trabalhar a preço acessível, apontado por 29% das famílias, além da necessidade de assistência técnica para produção e um posto de trabalho na Vila Rural, a exemplo de uma indústria ou aviário, com 20% cada um. Têm-se ainda com menção expressiva (18%) o problema da administração do salão

³⁷ Todos os nomes citados são fictícios, no intuito de se preservar a identidade dos entrevistados.

³⁸ Depoimento anotado, prestado pelo Sr João Ortis à Jovir V.Esser, em 14/01/2005 – Corbélia.

³⁹ Depoimento anotado, prestado pela Srª Sônia Tavares à Jovir V. Esser em 15/01/2005.

⁴⁰ O Sr. João é responsável pela cobrança da água das famílias da Vila Rural de Corbélia e de Campininha, (vilarejo) totalizando 77 famílias. O abastecimento de água é feito por um poço artesiano, localizado numa propriedade particular vizinha, cujo proprietário recebe um salário. Os vileiros pagam a energia elétrica para a bomba, cloro, e reparos se houver, por isso alguns moradores solicitam poço artesiano na própria Vila Rural.

comunitário (Galpão da Vila) por parte da diretoria, que não tem possibilitado o ensino da catequese, cultos, e mesmo escola para adultos. Ainda foram mencionados a necessidade de adubo/calcário e análise de solo; um campo de futebol, e água para produção do lote, entre outros.

As opiniões citadas na Tabela 43 já foram identificadas em alguns itens anteriores, o que vêm confirmar as sugestões e/ou necessidades registradas, aliás, algumas delas coincidem também com as principais mudanças mencionadas pelos vileiros de Corbélia, conforme Tabela 44.

Tabela 44: Principais mudanças após instalação na Vila Rural de Corbélia

Boas	Frequência	Ruins	Frequência
Fácil acesso (à cidade, saúde)	4	Nada de ruim	6
Habitação (própria ou de melhor condição)	25	Falta posto médico	1
Estabilidade (não precisa mudar de residência)	2	Trabalho (transporte)	3
Terra p/ produzir (economia em alimento)	17	Morte do marido em acidente retornando do trabalho	1
Melhor poder aquisitivo (melhor renda)	7	Falta de Igreja (celebração)	1
Melhor condição p/ trabalhar	2	Presidente da associação omisso	1
Serviço de luz/água	1	Falta de emprego fixo	1
Melhor transporte (escolar e ônibus de linha)	5	Morte de cônjuge/parentes	2
Melhor saúde (stress)	5		
Largar da bebida	1		
Melhor lugar para criar os filhos	4		
Nascimento dos filhos	2		
Casamento dos filhos	2		
Amizade com vizinhança	2		

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

Quanto às principais mudanças boas que ocorreram na vida das famílias, depois de assentadas na Vila Rural em Corbélia, as mais destacadas foram a habitação, seja em termos de casa própria ou de melhor condição de

moradia e terra para produzir, o que indiretamente propicia economia na aquisição de alimento, com 51% e 35%, respectivamente mencionados pelos entrevistados. A melhoria do poder aquisitivo foi mencionada por 14% das famílias, além de melhoria no transporte (escolar e ônibus de linha), e melhor saúde (reduzindo o stress), ambos com 10% de participação. Também vale ressaltar como mudanças boas apontadas pelos moradores o fácil acesso à cidade e melhor lugar para criar os filhos, com 8% respectivamente.

Dos entrevistados que mencionaram mudanças que aconteceram na família depois de instalados na vila, a principal delas está relacionada ao problema de trabalho, em função do transporte inadequado, ou seja, não se tem horário de ônibus compatível para trabalhar na cidade, tendo sido mencionado por 6% das famílias. O problema da Associação da Vila, relacionado à presidência, continuou sendo mencionado, o que, segundo os depoentes, indiretamente leva à outras situações problemáticas, tais como a falta de uma Igreja. Neste sentido um entrevistado disse que poderia ser usado o espaço do Galpão da Vila como Igreja, mas, por problemas com o presidente da Associação não está sendo disponibilizada nem mesmo a catequese para as crianças. Além destes, outros problemas mencionados dizem respeito à falta de Posto Médico (as pessoas têm que se dirigir à cidade para tratamento) e, ainda situações particulares como morte de familiares, incluindo uma vileira que identificou como um problema relacionado à distância da vila, a falta de estradas adequadas, à morte do marido, em acidente no trajeto da cidade à vila, quando retornava do trabalho.

Considera-se importante transcrever algumas opiniões individuais sobre as principais mudanças na vida familiar, dentre elas a da Senhora Luana, que disse ter que sair do trabalho no final do ano, em função do transporte. Este

normalmente é realizado pelo ônibus escolar, porém nas férias escolares o ônibus não faz o percurso. Para Luana “na hora da inscrição da casa tinha que ser só para aposentado, que não precisa se deslocar para o serviço. Tem gente que se acidentou vindo de bicicleta, vendeu imediatamente. Os pobres tiraram das favelas, mas vai voltar, não vai viver só de abóbora, milho. Tem gente passando necessidade por causa do lugar” ⁴¹.

Opinando sobre as mudanças na vida da família o Sr. Aldo, disse que “pra nós mudou muito, a gente tá morando no que é nosso, o que planta é nosso, no sítio o que plantava era do patrão. Estamos contentes porque a gente não paga aluguel, se a gente não pode pagar, os filhos vão ajudar porque vai ser deles depois, é só cuidar do que tem”. ⁴²

A declaração a respeito dos aspectos bons depois de se mudar para a vila, dada por Rosa, está relacionada à moradia, ao terreno e saneamento, ao dizer “lugar para plantar, casa para morar, não entra vento nas frestas, onde morava tinha que puxar água, aqui tem tudo, água tratada... Agradeço a Deus todo dia”. ⁴³

Já, segundo dona Joana, “mudô tudo prá miór, lá só vivia doente, de coração, depois que vim pra cá sarei, aqui não tem tempo de ver briga, fui criada no mato, não costumo na cidade, aqui ninguém incomoda” ⁴⁴.

Dentre os depoimentos um dos que emocionou foi o da dona Graça, quando ao referir-se sobre as mudanças boas e ruins, mencionou a morte do marido, num acidente quando voltava do trabalho, dizendo: “ai meu Deus, como eu falo...”, ao procurar dizer que com a morte do marido quitou a casa, emocionada

⁴¹ Depoimento anotado, prestado pela Sr^a Luana Mesquita à Jovir V. Esser em 13/01/05 - Corbélia.

⁴² Depoimento anotado, prestado pelo Sr. Aldo Batista à Jovir V. Esser em 14/01/05-Corbélia.

⁴³ Depoimento anotado, prestado pela Sr^a Rosa Albuquerque à Jovir V. Esser em 14/01/05 – Corbélia.

⁴⁴ Depoimento anotado, prestado pela Sr^a Joana Santos à Jovir V. Esser em 15/01/05 – Corbélia.

continuou “... talvez, se eu não tivesse vindo aqui ele não tinha morrido, mas ganhei uma casa, que eu nunca tive uma casa para morar...”.⁴⁵

Cada família tem sua peculiaridade, uma outra senhora, dona Mara, foi uma das poucas pessoas adultas que disse ter voltado a estudar, (com 37 anos está cursando a 7ª série, vai estudar em companhia do filho). Durante toda a entrevista com o esposo (T.R.V), dona Mara manteve-se quieta, às vezes gesticulava, dando a impressão de querer ajudar o esposo nas respostas, no entanto, disse não poder ficar sem falar quando questionados sobre as mudanças que ocorreram na vida familiar, depois de se mudarem para a vila. Observou a entrevistada: “a transformação do meu marido, que bebia, aqui não tem os amigos pra ir pro bar, lá não carecia nem dinheiro, saia na rua e tava embriagado, aqui não esquentava a cabeça, até miorei da minha saúde”⁴⁶.

A questão de preconceito foi mencionada na entrevista com a família do Senhor Joaquim Pereira, quando diversos membros da família afirmaram que no tocante ao trabalho melhorou em função de estarem morando na vila, pois antes, por residirem no “mutirão”, um conjunto residencial na cidade de Corbélia, as pessoas os rejeitavam, evitando contratá-los. Também afirmaram que o pessoal da Vila Campininha, uma comunidade que dista mais ou menos 1,5 km da Vila Rural, inicialmente, tratava os vileiros com indiferença. Aliás, não só eles como os vizinhos proprietários, chegando a ponto de um dos moradores próximos da vila vender a terra “achando que o povo que vinha para a vila rural era baderneiro, que ia roubar tudo”⁴⁷.

⁴⁵ Depoimento anotado, prestado pela Srª Graça Spanhol à Jovir V. Esser em 15/01/05 – Corbélia.

⁴⁶ Depoimento anotado, prestado pela Srª. Mara Silva à Jovir V. Esser em 17/01/05 – Corbélia.

⁴⁷ Depoimento anotado, prestado pelo Sr. Joaquim Pereira à Jovir V. Esser em 13/01/05 - Corbélia.

Evidente que a indicação das principais mudanças, opinião sobre o lugar e as principais necessidades são influenciadas, muitas vezes, pela localização e infra-estrutura, a assistência técnica e mesmo o perfil do pessoal selecionado. Isso pode ser confirmado quando se analisam as opiniões apontadas pelos vileiros de Anahy, identificadas nas Tabelas 45 e 46.

Tabela 45: Opinião sobre o lugar e principais necessidades da Vila Rural de Anahy

Opinião sobre o lugar onde mora	Número de vezes mencionado	Principais necessidades da V.R. hoje	Número de vezes mencionado
Bom por ter telefone público	1	Adubo/calcário (análise de solo)	3
Lugar sossegado/tranquilo	8	Melhoria no campo de futebol	2
Fácil acesso	1	Assist. Técnica	1
Perto da cidade	1	Pomar comunitário	1
Tem calçamento	2	Água p/ produção/ poço artesiano (horta)	5
Tem transporte escolar	1	Plantio de eucalipto na reserva ambiental p/ lenha	1
Tem casa e terra p/ plantar	3	Apoio da P.M. p/ comercializar a confecção e estopa	2
Se melhorar estraga	1	Solucionar o problema da água que alaga os terrenos	2
Gosta do lugar	3	Coleta de lixo regular	1
Boa vizinhança	4		
Tem iluminação pública	1		

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

A exemplo da Vila de Corbélia, também em Anahy se confirmou o maior percentual de opinião relacionando o lugar como sossegado e tranquilo de se morar, com 67% das famílias mencionando este item. O segundo item mais lembrado em Anahy foi a relação de boa vizinhança entre os vileiros, apontado por 33% dos vileiros. Outros itens que coincidem com Corbélia, entre os mais mencionados, foram a casa e terra para plantar, além de simplesmente se gostar do lugar, respectivamente com 25% das menções. A questão da localização e infra-estrutura se evidencia de forma inversa da vila de Corbélia, pois se nesta não existe telefone, calçamento, iluminação pública, em Anahy estes itens foram lembrados e

mencionados pelos vileiros como pontos positivos sobre o lugar, incluindo o local de fácil acesso e proximidade da cidade.

Quanto às principais necessidades da Vila Rural atualmente, mais uma vez localização e infra-estrutura tomam importância na indicação dos vileiros. A maior necessidade apontada pelos vileiros em Anahy foi, conforme já mencionado anteriormente, a reivindicação por água destinada ao cultivo do lote, através de poço artesiano, com 42%. Na opinião dos vileiros, o abastecimento pela rede da SANEPAR inviabiliza a produção, em função do custo da água. Em segundo lugar em termos de percentual de reivindicação está o apoio à adubação/calcário, com análise do solo, tendo sido mencionado por 25% dos vileiros. Melhoria no campo de futebol da vila; apoio da Prefeitura Municipal para a comercialização das confecções e estopas (projetos de geração de renda da Vila) e a solução do problema de água que provoca alagamento em dois terrenos também tiveram, respectivamente, 17% de menções.

Outras indicações com menor percentual, referem-se à necessidade de assistência técnica; um pomar comunitário (segundo os vileiros existe espaço disponível na vila); plantio de eucalipto na área de reserva ambiental para extração de lenha (neste aspecto se é área de reserva não se deve permitir exploração) e; coleta de lixo regular, que conforme foi informado por uma vileira, às vezes a coleta acontece em período que excede 30 dias.

Também em Anahy os entrevistados faziam comentários à medida que os mesmos iam respondendo as questões acima, e que são pertinentes registrá-los, isso porque possibilita uma percepção diferente do que simplesmente apontar os principais itens.

Destaca-se entre os depoimentos, o da senhora Lúcia, que ao ser

questionada sobre as principais necessidades da Vila Rural, disse que a Prefeitura Municipal deveria apoiar a fábrica de confecção trazendo facção. À medida em que “as facções passassem as roupas pra costurar na Vila Rural, não precisava trabalhar de doméstica”. Ainda segundo dona Lúcia, “deveria ter mais Vila Rural pra outras pessoas que vive como eu vivia, arrendatária, mudando...tem que ir embora, o que planta fica pros outros, gente fica sem nada...”. Quanto à fábrica de vassoura o esposo de dona Lúcia, Senhor Adalberto, disse que foi imposta pela EMATER, “a comunidade queria uma reforma de sofá, ou rodo de espuma/borracha”.⁴⁸

Outro entrevistado, seu Adarcino, cuja família morava em casa cedida por terceiros, ao comentar sobre o que acha do lugar onde mora disse que “é um prédio em vista de lá, molhava tudo... barbaridade, só se outro mais mió, igual esse é difícil, sossegadinho, vizinho bom... Viche é um sossego aqui...”⁴⁹.

As opiniões anteriores dizem respeito ao lugar onde moram e às principais necessidades da vila hoje. Quanto às principais mudanças que ocorreram na vida da família depois de assentados na vila, estas estão apresentadas na Tabela 46.

⁴⁸ Depoimento anotado, prestado pelo casal Sr. Adalberto Yank e Sr^a Lúcia Yank à Jovir V. Esser em 21/01/05 - Anahy.

⁴⁹ Depoimento anotado, prestado pelo Sr. Adarcino Amaro à Jovir V. Esser em 22/01/05 - Anahy.

Tabela 46: Principais mudanças após instalação na Vila Rural de Anahy

Boas	Frequência	Ruins	Frequência
Fácil acesso (à cidade, trabalho, educação)	3	nenhuma	8
Habitação (própria ou de melhor condição)	6	Acidente do filho ao retornar da cidade	1
Melhor relacionamento conjugal	1	Saída dos filhos de casa	1
Terra p/ produzir (economia em alimento)	1	Morte de cônjuge/parentes	1
Melhor poder aquisitivo (melhor renda)	1	Crianças que falam palavrões	1
Melhor condição p/ trabalhar	1		
Relacionamento com vizinhos	1		
Transporte Escolar (que transporta os vileiros de graça)	1		
Melhorou a saúde	1		
Água/luz/banheiro	1		
Melhor para educar os filhos	1		

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

O que se percebe é que a habitação foi o principal fator considerado pelos vileiros, sejam eles de Corbélia ou de Anahy. Este foi um dos principais itens mencionados ao referirem-se sobre o lugar, assim como sobre as principais mudanças que ocorreram na vida da família, depois de instalados na Vila Rural.

Assim, em Anahy, o primeiro lugar no quesito das principais mudanças boas, com 50% de menção das famílias entrevistadas, refere-se à habitação (própria ou de melhor condição). O segundo lugar na indicação foi o fácil acesso (à cidade, trabalho e educação), mencionado por 25% das famílias, não esquecendo que a Vila de Anahy está, a mais ou menos, 2 km de distância da cidade. Tais indicações justificam-se em função de que parte dos vileiros morava no interior do município, sem infra-estrutura mínima - como luz, água tratada, sanitários, entre outros.

Outros vileiros mencionaram itens como: melhor relacionamento conjugal; terra para produzir; melhor condição para trabalhar; melhor poder aquisitivo; melhor para educar os filhos, entre outros.

No aspecto de benefícios/melhorias, muitos foram os itens mencionados, dando uma dimensão da satisfação dos vileiros de Anahy em estar residindo na Vila Rural. Isso se confirma quando se analisa os problemas apontados pelos mesmos. Para 8 das 12 famílias, nada de ruim aconteceu depois que se mudaram para a vila. As outras 4 famílias, mencionaram mudanças de caráter íntimo da família, sem que necessariamente tenha a ver com a vila em si, como morte de cônjuge; os filhos que saíram de casa (em função de casamento, ou oportunidade de trabalho); além da questão de crianças que falam palavrões, apontados por um senhor que veio do sítio, já com 74 anos de idade.

Ainda sobre as mudanças boas e ruins que aconteceram na vida familiar é oportuno registrar depoimentos como o do Senhor Adarcino que afirmou: “tudo boa graças a Deus. Onde estava, passava a vida precária, aqui pra nós tá em primeiro lugar de bom. Tá bom demais prá viver aqui viu!”.⁵⁰

A jovem Elisa Campos, 17 anos, é da opinião de que “melhorou porque não tinha casa, morava em casa de aluguel, e também na roça que pode plantar então gasta menos com mantimento pra comprar...”⁵¹.

Uma das entrevistas que marcou, em função da emoção visível durante toda a conversa, foi a de Ester, no momento em que relatou a situação da casa em que vivia, de um único cômodo, menor que o paiol da vila (mais ou menos 16 m²). Segundo Ester, “coisa boa que eu acho é que em Anahy, a gente discutia muito por causa da casa. A gente dormia em 5 numa cama só, passava sufoco em tempo de calor pra dormir. Depois que veio pra cá discussão feia mesmo nunca mais. Agora as crianças têm sua cama pra dormir”⁵².

As realidades dos que vivem desprovidos de serviços básicos como

⁵⁰ Depoimento anotado, prestado pelo Sr. Adarcino Amaro à Jovir V. Esser em 22/01/05 – Anahy.

⁵¹ Depoimento anotado, prestado pela Jovem Elisa Campos à Jovir V. Esser em 21/01/05 – Anahy.

⁵² Depoimento anotado, prestado pela Srª Ester Rezende à Jovir V. Esser em 22/01/05 – Anahy.

água e luz foram manifestadas por dona Madalena, ao comentar sobre as mudanças boas disse: “de bom pra começar é como eu diz, onde eu morava não tinha luz, água, nem banheiro, nunca tive água encanada, não tem nada de ruim que pra mim assim tá bom, perto do que eu vivi...”⁵³.

As informações e opiniões anteriores referem-se a todas as famílias assentadas, especificamente as famílias cujos titulares eram trabalhadores rurais volantes, aplicou-se um questionário específico, através de entrevista gravada, com intuito de se traçar a trajetória de vida destes trabalhadores, cujo resultado será apresentado no próximo item.

4.4 A Vila Rural: Uma Mudança na Trajetória de Vida do Trabalhador Rural Volante

Em termos gerais a Vila Rural não conseguiu mudar o perfil socioeconômico dos vileiros, principalmente no que diz respeito à renda familiar e emprego⁵⁴. Ressalta-se, porém que enquanto aspecto patrimonial, todas as famílias assentadas, ao adquirirem o direito de venda do lote, conseguem comercializá-lo, a um valor médio, próximo de R\$ 10.000,00, o que representa um bem patrimonial que, não fosse o assentamento na Vila Rural, dificilmente as famílias teriam conseguido obter.

No tocante ao aspecto de cidadania, para muitos deles, e especialmente para as famílias cujos titulares eram, na época do assentamento ou durante a maior parte de suas vidas, trabalhadores rurais volantes, a Vila Rural deu

⁵³ Depoimento anotado, prestado pela Sr^a Madalena Ferraz Souza à Jovir V. Esser em 21/01/05 – Anahy.

⁵⁴ No aspecto de renda familiar considerou-se apenas a renda monetária. A renda autoconsumo das famílias, que tem influência na economia doméstica, como os produtos de subsistência extraídos dos lotes (como hortaliças, aves, suínos), não foi objeto de análise, enquanto renda familiar.

um novo sentido às suas vidas e de seus familiares.

As famílias cujos titulares eram (e/ou continuam a ser) T.R.V continuam em média, com renda não superior aos três salários mínimos. Algumas não conseguem comercializar excedentes de produção, o assentamento numa área que deveria, conforme o projeto original da Vila Rural, proporcionar-lhes melhor condição de acesso ao trabalho, por exemplo - em áreas vizinhas à vila – também não parece ter garantido que a vida dos T.R.V.s tenha tido uma nova trajetória.

Pode-se dizer que a nova trajetória de vida não se expressa na superação do nível de pobreza, enquanto indicadores econômicos, e sim enquanto acesso a elementos essenciais para uma vida com dignidade, como a casa para morar, com saneamento básico, o que ficou registrado nas análises anteriores e nas 13 entrevistas com as famílias de titulares que foram (ou ainda continuam sendo) T.R.V., incluindo um depoimento de uma ex-vileira. Conhecer um pouco da trajetória de vida destas famílias e o significado da Vila Rural neste percurso é o que se pretende com a apresentação das histórias a seguir, oriundas das entrevistas.

Como se comentou anteriormente, inicialmente estava previsto entrevistar 4 famílias em Corbélia e 9 em Anahy, cujos titulares foram cadastrados pela COHAPAR como T.R.Vs. No entanto, quando da realização da pesquisa de campo, em Corbélia, uma das famílias já havia se mudado para a cidade e outra estava morando no interior do município, não sendo possível entrevistá-los. Restaram assim apenas duas famílias de T.R.V. Porém, identificaram-se ao longo das entrevistas outras três famílias, cujos titulares embora não tenham sido cadastrados pela COHAPAR como T.R.V. se enquadram como tal.

Em função disso foram entrevistados cinco famílias de T.R.V. em

Corbélia, além daquela que se mudou para a cidade, com intuito de se identificar os motivos que levaram a família a sair da Vila Rural, totalizando, portanto, 6 entrevistas. Em Anahy, também em função da mudança de uma família cujo titular era T.R.V, o número de entrevistas chegou a 8, visto que o novo titular não era T.R.V.

É importante ressaltar que na ocasião da entrevista, ao aplicar o questionário específico às famílias dos então titulares T.R.Vs, explicou-se que o questionário era diferenciado das demais famílias, em razão do projeto original das Vilas Rurais considerá-los como os principais beneficiários do programa, ou seja, era uma política voltada a atender carências deste grupo de trabalhadores em específico. Percebeu-se o desconhecimento dos vileiros a respeito deste detalhe, e a impressão que se teve é que isso era novidade para os mesmos, o que leva a suposição de que na época da seleção e do efetivo assentamento a problemática do trabalhador volante não foi devidamente discutida com os mesmos.

Isto posto e objetivando-se traçar a trajetória dos T.R.Vs., o roteiro de entrevista aplicado (Apêndice B) continha perguntas a respeito da família, com informações sobre a vida em geral. Foram questionados a respeito de como tomaram conhecimento do programa Vila Rural, como vê a vida na vila, tanto no presente quanto no futuro, num comparativo com a vida anterior, e se gostariam de morar em outro lugar. Perguntou-se também como os mesmos se sentiam na Vila Rural, ou como se identificavam: como pequeno agricultor vileiro ou T.R.V. Estas questões foram levantadas apenas com os titulares. Foram feitas também, perguntas sobre os principais benefícios e os principais problemas que consideram existir na Vila Rural, item no qual foram registradas opiniões do titular, do cônjuge, e de um jovem, filho (a) acima de 15 anos, com intuito de se perceber se as opiniões

diferem, seja em termos de casal (homem e mulher) e dos jovens residentes na vila.

A primeira entrevista, na Vila Nossa Senhora da Salete, em Corbélia, foi com a família do Senhor Sérgio Alves, cadastrado como diarista pela COHAPAR ⁵⁵, que, no entanto, parte de sua vida trabalhou como “bóia-fria” ⁵⁶.

Sérgio é filho de Onório Alves e Branca Alves, o pai um agricultor proprietário e mais tarde também T.R.V., e a mãe do lar. Nasceu em Céu Azul, numa família de 6 irmãos, se criou trabalhando na chácara de 4,5 alqueires do pai. Nos dias de folga, trabalhava para os vizinhos por dia, sendo que o que ganhava “ia pro pai”, disse Sérgio. Estudou no distrito de Boa Vista (Céu Azul), até a 3ª série. Não deu continuidade aos estudos, porque achava que não resolvia, “tinha mesmo era que trabalhar”. Queria ser mecânico, mas o pai não deixava, já que tinha que “cuidar da lavoura, pois o irmão mais velho já não estava mais com a família”, disse Sérgio.

Em 1972 o pai vendeu a propriedade, adquiriu uma pequena área (0,2 alqueires) em Vera Cruz do Oeste, onde a família foi morar e o Sr. Sérgio, então com 18 anos, foi trabalhar de “bóia-fria”, morando nas fazendas da região. Já era casado (amasiado, como disse ele) com dona Mércia, então com 17 anos, que também passou a trabalhar de volante. Desde que se casou trabalhou em diferentes serviços, dentre eles saqueiro, oleiro e “bóia-fria”, muitas vezes acompanhado pela esposa. Em 1979 mudou-se para o interior de Corbélia, trabalhando sempre em olaria, serviços gerais (serraria), carvoaria, às vezes com carteira assinada, e a

⁵⁵ A COHAPAR utiliza uma tabela de profissões para cadastro que contém diarista e T.R.V., portanto são consideradas profissões distintas.

⁵⁶ **Não foi possível gravar a entrevista com o Sr. Sérgio Alves, pois se percebeu dificuldade de dicção do mesmo. Assim, para evitar constrangimento e comprometimento do conteúdo com a gravação a entrevista foi anotada.**

esposa cuidando dos filhos. Permaneceram na região de Corbélia, tendo morado inclusive no interior de Iguatu, município desmembrado de Corbélia.

Em 1989 a família mudou-se para o Paraguai. A esta altura o casal tinha 3 filhas, quando então o entrevistado, Sr. Sérgio, foi trabalhar de arrendatário. Em 1995, já com 6 filhos, retornaram a Corbélia, morando de aluguel na cidade. A partir de então foi a esposa quem assumiu o sustento da família, trabalhando de doméstica, uma vez que o Sr. Sérgio não mais conseguia trabalhar por falta de emprego, nem mesmo de “bóia-fria”. Segundo ele, ao longo de 1 ano conseguiu trabalhar de “bóia-fria” apenas 4 dias. Em 1998 iniciou a atividade de servente pedreiro, posteriormente de pedreiro e, estando folgado, quando aparecia oportunidade trabalhava na “bóia-fria”. A esposa continuou trabalhando de doméstica, sem casa própria para a família, sempre pagando aluguel.

Na época da construção das casas na Vila Rural o Sr. Sérgio foi contratado como pedreiro. No término da construção, e não mais conseguindo arrumar emprego, ele foi conversar com o então prefeito, seu amigo, para que o mesmo arrumasse uma lona ou uma casa para morar, porque não mais conseguia pagar aluguel. O prefeito o encaminhou ao pessoal da COHAPAR que estava realizando o cadastro, segundo Sérgio: “(...) foi sem esperança, mas com fé em Deus, daí fiz o cadastro e foi embora. Chegando em casa um vizinho me convidou para fazer a reforma da casa. Enquanto trabalhava o pessoal da EMATER e COHAPAR chegaram para entrevistar... Na semana seguinte o Ito, presidente municipal da COHAPAR mostrou os papel, me chamou para ir lá em casa assinar uns papel. Depois de assinado ele disse que a casa era nossa... Daí nós ganhemo a casa com as graça de Deus”.

A família nunca havia sido inscrita, nem mesmo morado, em casas tipo Mutirão ou BNH. Questionados sobre como o casal vê a vida na Vila Rural. A Senhora Mércia disse: “(...) eu vejo assim como um sonho que realizei, consegui acabar de criar meus filhos, embaixo dessa casa... agradeço muito os amigos que deram força pra nós”. E o Sr. Sérgio acrescentou: “eu também té não acredito de tá morando aqui, foi Deus quem colocou a gente aqui”.

Referindo-se à vida, no local onde morava antes, a Senhora Mércia disse: “Deus o livre, não dá nem prá lembrá! Tinha dias que não tinha o que dá pras minha criança, não por falta de vontade de trabaiá”.

Quando perguntado como via o futuro na Vila Rural, e se gostaria de morar em outro lugar, o Sr. Sérgio disse: “eu vejo futuro aqui porque vórte meia eu tenho serviço, até quando pude trabaiá, depois fiquei doente⁵⁷, por isso até que a prestação tá atrasada... Aqui tá 1.500 de bom, pra mim vender aqui e morar em outro lugar só se for 3, 4 tanto desse”.

Finalizando, ao ser questionado como se sente na vila, como gostaria de ser identificado, Sérgio afirmou: “um trabalhador rural volante, porque a gente não tem como produzir, se movimentá, se conseguisse não precisava ser volante”⁵⁸.

A segunda entrevista na Vila Rural de Corbélia também foi com uma família que, quando da inscrição na COHAPAR, o titular foi cadastrado como diarista. Porém, segundo o entrevistado ele e a esposa trabalhavam de “bóia-fria”. Em função disso entrevistou-se o Senhor José Antonio Pena, pois ainda trabalha de volante na região de Corbélia.

⁵⁷ O Senhor Sérgio teve hanseníase, e segundo ele, ainda sofre com as seqüelas, não sendo mais possível trabalhar no pesado como antes.

⁵⁸ Depoimento anotado, prestado por Sérgio Alves e Mércia Alves, à Jovir V. Esser em 16/01/05 – Corbélia.

O Senhor José Antonio Pena, 59 anos, é filho de Pedro Pena, agricultor (posseiro) e de Valência Maria Assunta, do lar. Nasceu em Guaraniaçú/PR., pertencente a uma família de 10 irmãos, sendo que 3 deles morreram ainda pequenos.

Antes de iniciar a entrevista o Sr. José Antonio achou melhor chamar um irmão dele, o mais velho da família, Sr. Nilo, que foi quem ajudou a criar os irmãos depois que o pai faleceu. Nilo estava na casa do irmão, uma manhã de domingo, vindo de Vera Lúcia (interior de Corbélia), pois na segunda-feira iriam juntos trabalhar numa empreita – roçada de pasto.

O pai do Sr. José Antonio era posseiro no interior de Guaraniaçú, porém a terra nunca foi escriturada no nome da família. Órfão de pai aos 7 anos, permaneceu na “propriedade da família”, segundo ele, até os 15 anos de idade. Foi o Senhor José Antonio e o irmão Nilo que ajudaram a mãe a criar os irmãos.

Depois que o irmão mais velho, o Sr. Nilo, se casou, José Antonio, juntamente com a mãe e 2 irmãos, mudaram-se para Corbélia, “porque lá tava fraco de serviço”, disse ele. Morava na cidade, pagando aluguel e trabalhando de bóia-fria, cuidando dos dois irmãos mais novos, até os mesmos se casarem.

Mudou-se para Cascavel, sempre acompanhado pela mãe, indo trabalhar numa serraria, quando então conheceu dona Maura, com quem se casou aos 26 anos e têm 5 filhos. Depois de casado retornou a Corbélia, trabalhando em serrarias na região, chegando a morar em Jotaesse, próximo de Tupãssi, e por último Braganey, onde conseguiu adquirir uma casa.

Voltando novamente a residir em Corbélia, e continuando a trabalhar em serraria, sofreu um acidente, machucando o braço, quando então deixou o serviço e, não mais conseguindo emprego, foi trabalhar de “bóia-fria”.

Porém, a família continuou morando na serraria, em uma casa cedida pelo ex-patrão. A casa própria, adquirida em Braganey, foi vendida para ajudar no tratamento do braço (fisioterapia em Cascavel, entre outros).

A família ficou sabendo da Vila Rural pelo ex-patrão e dono da casa onde ainda estavam morando. Perguntado como vê a vida na Vila Rural, o Sr. José Antonio respondeu: “pra quem não queria vim morá aqui, tá bom!” E a dona Maura complementa: “pra mim tá boa, tem lugar de plantá, tamo pagando, vai chegá um tempo que é nosso daí...”. A respeito da vida nos diversos lugares onde moravam antes, foi dona Maura quem respondeu: “não era boa porque não era da gente a terra”.

Sobre o futuro na Vila Rural, o Sr. José Antonio respondeu: “(...) futuro prá frente, daqui a 21 anos vai ser nosso. Farta 21 anos pra nós pagá isso”. Quanto à possibilidade de morar em outro lugar, ele afirmou “(...) na cidade não... eu vou terminar de pagá, e vai ficá pros filhos”.

Em relação aos principais benefícios de se morar na Vila Rural dona Maura destacou: “(...) a água mais barata, a casa melhor, menos que um aluguel, mais conforto”. E o filho Aldo de 22 anos complementou, “(...) aqui é nosso não depende de mais ninguém, só manter a prestação da casa”.

A respeito dos principais problemas considerados na Vila Rural, tanto o casal quanto o filho mencionaram a falta de serviço, e Aldo concluiu: “(...) a maioria aqui tem que trabaiá na cidade, tinha que montar algum negócio aqui na Vila Rural pra dá serviço pras pessoas”.

Quanto à identificação o Sr. José Antonio disse que gostaria de ser identificado como um T.R.V.⁵⁹.

⁵⁹ Entrevista gravada, nº 02, com José Antonio Pena, Maura Pena e Aldo Pena, fita 1, lado A e B, cedida à Jovir V. Esser, em 16/01/05 – Corbélia.

O terceiro entrevistado também não havia sido cadastrado como T.R.V. à época da seleção, e sim como trabalhador em serviço geral. Segundo o Senhor Osório Valêncio Bastos, o mesmo trabalhou nesta profissão apenas por 1 ano, tendo sido o restante da vida um trabalhador volante.

Osório Valêncio Bastos de 62 anos de idade, é natural de Machadinho (RS), filho de Antônio Valêncio Bastos e Élide dos Santos, ambos agricultores, pais de 9 filhos. Aos 11 anos de idade Osório ficou órfão de mãe, na época o pai tinha aproximadamente 50 alqueires de terra. Depois da morte da mãe os seus irmãos mais velhos saíram de casa e o pai vendeu a propriedade, abandonando os filhos mais novos. Conforme disse Osório: “(...) abandonou com nós, se obriguemo saí pro mundo, trabalhando de diarista, morando nos sítios”.

Osório se casou aos 23 anos de idade, com dona Ilda, com quem tem 5 filhos, ainda em Machadinho, onde trabalhava de diarista rural e morava em uma casa cedida pelo patrão.

O casal mudou-se para Campo Bonito/PR, ele com 30 anos de idade, ela 23. Na época tinham 2 filhos. Permaneceram lá durante 25 anos, trabalhando numa fazenda de mais ou menos 500 alqueires, sempre como diarista rural – ou “bóia-fria”, para um único patrão, que veio, junto com sua família, do Rio Grande do Sul. Sem carteira assinada, Osório fazia todo tipo de serviço na fazenda, juntamente com mais 7 ou 8 companheiros.

Mesmo tendo trabalhado por 25 anos, e sem garantia trabalhista, Osório disse que considerava o ex-patrão um “quase irmão”, complementando que saiu da fazenda: “(...) quando ele vendeu a terra, se quebrou daí vendeu a terra pra ir pro Pará”.

Osório e a família chegaram em Corbélia há mais ou menos 10 anos. Morando em casa alugada, os filhos colaborando nos gastos, uns pagando aluguel, outros ajudando no “rancho” na casa, porém todos trabalhando de volante. A respeito dos estudos Osório disse: “Os filhos estudaram, eu não estudava porque naquela época, era antigamente, os pais não se esforçavam por causa que homem tinha que trabalhá, hoje faz farta pra gente”.

Num determinado período o Senhor Osório foi trabalhar numa serraria, sem registro. Depois de um ano foi demitido, porém permaneceu morando na mesma serraria em casa cedida pelo ex-patrão, pagando apenas água e luz, durante 3 anos. Durante este tempo ele e os filhos ficaram trabalhando de volante. Porém, segundo o Senhor Osório, “na medida em que os filhos foram se formando depois começaram saí, foram embora lá pra cima...”. O “lá pra cima”, para o Senhor Osório é o Mato Grosso, onde os filhos estão residindo.

Perguntado sobre como ficou sabendo da Vila Rural, ele respondeu que “(...) a mulher escutou no rádio, ela foi fazê inscrição, porque eu tava trabalhando fora”.

Ao ser questionado sobre como vê a vida na Vila Rural, a vida no lugar em que morava antes e como vê o futuro ele respondeu: “(...) bem mais melhor né, mais espaço pra gente trabaiá, planta uma coisa, planta outra, quando não trabaia fora cuida de uma lavorinha... vai passando o tempo”.

Osório disse que continua trabalhando de “bóia-fria”, eventualmente:

“(...) as veis dá um dia, dois e pronto... quando aparece serviço que vem aqui, tô indo... A vida antes... Ih! Era uma dificuldade brava, tudo corrido. Sobre o futuro não é dize grande coisa que melhora muito né mais... custo de vida, que nós parecia as veis, hoje temo as coisas mais folgado né, não temo dinheiro né... mas pra comê sempre nós fazemo”.

Sobre a possibilidade de morar em outro lugar, se ele gostaria, Osório respondeu: “óia, por enquanto não, pra gente saí daqui só se fosse num lugar

mais melhor né, igual aqui não tem, só se saí longe”. Perguntado se ele teria dinheiro pra isso disse: “o diacho é que não tem né, o cara não pode comprar...”.

A emoção transpareceu no semblante da Senhora Ilda, ao comentar sobre os principais benefícios de se morar na Vila Rural, mencionando ser a primeira casa própria:

“(...) é bom morar aqui porque tem pedaço de terra pra plantar... a gente luta com as galinha, os porquinho, vai se virando... quando fiz a inscrição fiz sem acreditar que ia ganhar, porque era de meio idade, mais avançada...quando eles foram fazê a visita onde morava, falaram se tinha feito a inscrição, aí eu sim, falei que tinha, aí eles falaram que nós tinha sorteado e tinha ganhado a casa... quase desmaiei na felicidade... aí depois que eles saíram chorei muito, de felicidade de ter uma casa... essa é a primeira... me senti feliz, parece que foi uma benção de Deus....”.

Indagados sobre como gostariam de ser identificados, foi o filho de 20 anos, João, - um dos poucos jovens com 2º grau completo -, quem respondeu: “(...) pelo que mexe, que colhe, um pequeno agricultor né”⁶⁰.

A quarta entrevista foi a primeira cedida por um titular que na época do cadastro foi considerado T.R.V. Trata-se do Senhor João Silva, 50 anos, casado com dona Mara, pai de 2 filhos, nascido em Palmital/Pr. Filho de Abílio Souza, lavrador e de Leonilda Ribas, do lar, ficou órfão de pai aos 4 anos de idade, nesta época a família de 4 irmãos morava no interior de Guarapuava.

Após a morte do pai a família retornou para a região próxima a Palmital, no atual município de Laranjal, onde foram trabalhar em uma terra do cunhado da mãe. “Como (...) volante, igual ao pai”, disse João.

O Senhor João Silva, filho mais velho da família, disse que assumiu a responsabilidade da casa aos 14 anos de idade; “(...) fiquei cabeça de casa... comecei tomá conta do rancho, cuidá da mãe e dos irmãos”.

⁶⁰ Entrevista gravada nº 3, com Osório Valêncio Bastos, Élide dos Anjos e João V. Bastos, fita nº. 2, lado A, cedida à Jovir V. Esser, em 17/01/05 – Corbélia.

Quando tinha 17 anos, sua família se mudou para Laranjeiras do Sul, trabalhando sempre de volante. Conheceu a esposa, ou como afirmou João “roubou ela”, e depois de 5 anos de casados, e com 1 filho, mudaram-se para São João do Oeste, interior de Cascavel, onde trabalhou “fichado” numa serraria, durante 12 anos. Nesse período, os demais irmãos casaram-se e a mãe, que ainda morava com o Senhor João, faleceu em consequência de “um raio”.

Após 12 anos trabalhando na serraria fez um acerto com o patrão e passou a trabalhar de diarista na mesma empresa, aí permaneceu até a serraria encerrar as atividades. Mudou-se para Corbélia, morando em casa alugada, e o casal trabalhando de bóia-fria, durante 2 anos. Ficou sabendo do programa Vila Rural, através de um compadre, quando então, a esposa fez a ficha de inscrição na Prefeitura Municipal. Ao recordar sobre o momento em que souberam que haviam sido selecionados, o Senhor João disse: “(...) fiquei arriado, com o coração batendo bastante, porque agora eu vou pegá uma casa pra morá”.

A respeito de como o Senhor João vê a vida na Vila Rural, ele respondeu: “(...) eu vejo que se a pessoa tivé uma idéia pra fazê alguma coisa a gente faiz... a pessoa tem que ser trabaiaador né..., se tivé um incentivamento pra pessoa fazê alguma coisa, se não ele não faiz, que o pedaço de terra é pouca..”. O Senhor João estava referindo-se à necessidade de incentivo ou parceria, a exemplo do programa “Sócio da Vila”, isto porque ele é um dos três produtores na Vila Rural, que cultiva fumo no lote, com orientação e financiamento através da empresa Universal Leaf.

Comentando sobre a vida onde morava antes e o futuro na Vila Rural Senhor João falou: “(...) a minha vida era assim, sempre trabaiaava no sítio, sempre sonhava uma rocinha pro feijão, pro gasto, arroz... porquinho... a gente vê que se a

gente tivé recurso tem futuro, tem que tê um recursinho pra começá... ter um financiamento, que nem o fumo... ter um recurso pra começa né... veneno, semente, é pouca terra, mas já dá pra começá”.

A família do Senhor João manifestou melhor conscientização sobre a situação dos vileiros de modo geral, tanto em termos de educação, como perspectiva dos mesmos na Vila Rural. No aspecto de principais benefícios foi destacada a questão da casa pra morar, pelo casal. O filho Adalto, de 15 anos, cursando o 2º grau, complementou, dizendo: “(...) aqui melhorou bastante, hoje por R\$ 50,00 vai pagá uma casa de madeira, goteira... pagando aqui sabe que pelo menos um dia vai ser dele né... por enquanto não é, mas o cara pode considerá... também a coisinha que o cara planta... onde é que a gente ia plantá $\frac{3}{4}$ de fumo dentro da cidade... onde é que se pode deixar alguma coisa fora, bicicleta, roupa no varal, aí tá a diferença, prá roubá memo só se vim lá de Corbélia”.

Continuando, Adalto expôs a maneira como a vizinhança vê o pessoal da Vila Rural, pois segundo ele: “(...) teve um roubo no aviário aqui perto, a turma vieram e pegaram... até falaram que é nós, porque as pessoas aqui da Vila é o alvo... principalmente a piazada”.

A dona Mara, esposa do Senhor João, disse que aos 37 anos voltou a estudar (5ª série), em companhia do filho, Adalto de 15 anos. Neste sentido também o marido, ao citar os principais problemas, ou pontos negativos que consideram na Vila Rural, disse: “ter um telefone na vila... uma escola aqui... tem um barracão em cima ali, ter um padre pra rezá missa... escola no barracão pros adulto... até eu ia estudá também... aqui tem o barracão é pra isso né”. Neste aspecto João estava referindo-se ao não aproveitamento adequado do Galpão da Vila, pois, como alguns moradores colocaram durante as entrevistas, em função de

problemas com a família do presidente da vila, não está mais acontecendo a catequese e mesmo as missas eventuais, que eram celebradas no Galpão.

Complementando os pontos negativos, o filho Adalto opinou, dizendo que: “tem gente que vê outro vendê por R\$ 8.000,00, acha que é dinheiro, o cara que nunca viu dinheiro né... acha que é bastante... mas acho que o lugar aqui se o cara for caprichoso, cuidá bem do lugar, quanto mais tempo ficá se tiver intenção de vender, é melhor pra ele... porque vai pegando valor a coisa né”.

Finalizando a entrevista, o Senhor João, ao ser indagado sobre como se sente na vila, como gostaria de ser identificado, disse: “queria ser até um pequeno agricultor, a gente se sente até um trabalhador volante... eu sou um pequeno agricultor porque tô mexendo com a lavoura pequena”⁶¹.

A quinta entrevista aconteceu com a família do Senhor Célio, que na época da seleção foi cadastrado como T.R.V. Célio Dias é natural de Ibiporã/Pr., 49 anos, filho de Bento Dias, um barbeiro que mais tarde tornou-se trabalhador rural volante, e de Joana Costa Bonn, do lar. Advindo de uma família de sete irmãos, Célio chegou em Corbélia quando tinha 8 anos, estudou até a 5ª série, e depois fez Educação Integrada em Campina da Lagoa.

O Senhor Célio, antes de se casar, aos 27 anos, trabalhava como diarista rural nas fazendas, sem carteira assinada, exercendo a função de tratorista e outros serviços. Tudo o que ganhava era dado ao pai. Conheceu a esposa na região de Cafelândia, onde eram vizinhos de fazenda e, com três meses de namoro, segundo ele, “roubou a dona Diná”. Casados, foram morar no interior de Corbélia, numa casa cedida pelo fazendeiro, onde “plantava um pouco de terra e trabalhava por dia”, disse Célio.

⁶¹Entrevista gravada nº 4, com João Silva, Maura Santos Silva e Adalto Silva, fita 2, lado A e B, cedida à Jovir V. Esser, em 17/01/05 – Corbélia.

Após um ano e oito meses mudou-se para Campina da Lagoa, trabalhando de arrendatário e bóia-fria, auxiliado pela esposa eventualmente, pois a esta altura já tinham o primeiro, de um total de 6 filhos. Retornaram a Corbélia, ele trabalhando de bóia-fria. Após algum tempo mudou-se para Cascavel, onde trabalhou em diversas empresas, entre elas a COOPAVEL (com carteira assinada), a Cargill, durante “as safras” e a Globoaves até 1987.

Ao retornar a Corbélia, pagando aluguel, trabalhou durante 7 anos de vigia. Segundo o Senhor Célio, por “questão pessoal” mudou-se para Palmital e em seguida para Curitiba.

De Curitiba a família mais uma vez retornou a Corbélia, onde a esposa foi trabalhar de doméstica, arcando normalmente com as despesas da casa, ao longo de um ano, uma vez que serviço de bóia-fria já não se encontrava mais. Sem nunca ter conseguido uma casa própria, a família pagava R\$ 80,00/mês de aluguel numa casa do conjunto mutirão. Ficaram sabendo da Vila Rural através de um irmão que trabalhava na Prefeitura Municipal. Entraram como suplente, pois o primeiro titular desistiu, antes mesmo de ter morado na Vila Rural.

Depois de se mudar para a vila continuou trabalhando de bóia-fria, até mais ou menos um ano atrás, quando começou a trabalhar numa empresa de reciclagem de lixo, próxima à Vila Rural. Embora ainda recebendo em diária (R\$ 15,00/dia), Senhor Célio disse: “(...) é serviço fixo, com sol ou chuva recebe”.

Ao ser perguntado como vê a vida na Vila Rural e a vida onde morava antes, ele respondeu: “(...) pra mim foi bom, tem onde morar... tem lugar pra plantar alguma coisa que dá pra tirá da despesa da casa... vizinho não incomoda... antes tinha época que passava difícil, na cidade pagava aluguel, água, luz, tudo

mais caro né e aqui não, a prestação da casa é... e a luz e água também são poucas”.

Quando questionados se gostariam de morar em outro lugar, quem respondeu foi a dona Diná, dizendo: “(...) não, não tem a mínima idéia de sair daqui, passar o que a gente passou, cheguei morar um mês numa casa podre, depois que lavava a parede, fazia horta, plantava, o dono pedia a casa...”.

Quanto aos pontos positivos de se morar na Vila Rural, o casal foi unânime em dizer que o lugar é sossegado e bom para criar os filhos. Já o filho José, de 13 anos, disse que “dá prá jogar bola”, isso na Vila Campininha, pois não tem campo de futebol na Vila Rural.

No tocante aos principais problemas, apenas o Senhor Célio se manifestou dizendo: “(...) o orelhão é o principal prá nós, o único ponto negativo, horário de ônibus também prá quem trabalha, principalmente pros homens que entram às sete e meia”.

Sobre como se sente na vila, como gostaria de ser identificado, a opinião de dona Diná, é semelhante à do Senhor Célio: “vileiro é quem fica aqui, colhe tudo aqui, não sai trabaia né... vileiro é pra quem colhe aqui, lida só aqui, vende né, tira pa comê e pa vende né, ele não, porque daí, aqui não dá só pra comê e só vende né, aqui só pru gasto né, então acho que ele é um trabalhador ambulante né, por dia”. Dona Diná se referia ao esposo, considerado por ela um trabalhador volante, mesmo trabalhando como diarista na indústria de reciclagem de lixo⁶².

Encerraram-se assim as entrevistas em Corbélia, com as famílias cujos titulares à época do assentamento, ou durante maior parte de sua vida economicamente ativa foram T.R.Vs. No entanto como foi dito anteriormente, de

⁶² Entrevista gravada nº. 5, com Célio Dias, Diná Dias e José Dias, fita 3, lado A, cedida à Jovir V. Esser, em 17/01/05 – Corbélia.

todas as famílias que já se mudaram da Vila Rural em Corbélia, apenas uma delas tinha no titular, conforme cadastro da COHAPAR, um T.R.V. Assim, procurando saber a opinião deste ex-vileiro sobre a vila, já que se trata do beneficiário alvo, e identificar quais os motivos que os levaram a se mudar, o titular na época, uma senhora Dona Rosa Portes, foi procurada e concordou em conceder seu depoimento, transcrito a seguir.

Dona Rosa Portes, 41 anos, mãe de quatro filhos, casada com Sr. Paulo, disse que entrou como suplente na Vila Rural, através da COHAPAR e não por ter adquirido o lote de terceiros, tendo morado naquela vila durante 2 anos e 8 meses. Titular do lote, dona Rosa foi cadastrada pela COHAPAR como bóia-fria/diarista, o que segundo ela não condiz com a verdade, pois à época da seleção, era na verdade só do lar, ou seja, não trabalhava fora. Segundo dona Rosa, o lote saiu em seu nome, pois na época o esposo estava com o título eleitoral cancelado.

Independente da classificação quanto a T.R.V. ou diarista, as colocações de dona Rosa confirmam as muitas reclamações quanto à questão da falta de transporte para as pessoas que trabalham em Corbélia. Segundo ela, este foi o principal motivo da mudança da vila, pois o esposo sofreu dois acidentes em seis meses, no trajeto entre Corbélia e a Vila Rural. A rodovia asfáltica, que liga Corbélia a Braganey, e que dá acesso à Vila Rural não tem acostamento, com curvas acentuadas que, de acordo com dona Rosa, facilitam cair na canaleta de água (ao lado do asfalto), principalmente se estiver trafegando de bicicleta.

Dona Rosa mudou-se da Vila Rural em dezembro de 2004, indo morar numa casa cedida pelo patrão do esposo, na cidade, ao lado da serraria onde o mesmo trabalha, pagando apenas água (R\$ 5,00 – baixa renda) e luz (R\$ 50,00). Antes de se mudar da vila, a despesa com água era de R\$ 7,00, e com luz R\$ 17,00,

além da prestação do lote de R\$ 33,62. O lote foi vendido por R\$ 10.000,00, tendo recebido metade de entrada e o restante parcelado em 10 vezes.

A família de dona Rosa, até mais ou menos dois anos antes de se mudar para a Vila Rural, morava no Paraguai. Lá seu esposo e dois filhos trabalhavam numa serraria. Mudando para Corbélia, continuaram trabalhando em serraria e morando numa casa juntamente com uma irmã dela, sem pagar aluguel. Ao ser questionada como era a qualidade de vida em relação à saúde, habitação, renda, entre outros, depois de instalados na Vila Rural, dona Rosa disse que em termos de saúde ficou pior, pois em função da falta de transporte, chegava ao Posto de Saúde (em Corbélia), por volta das 8:00 horas, não sendo possível pegar ficha com o médico que tinha conhecimento (Dona Rosa se refere ao profissional de confiança, que já estava acostumada a se tratar). Sobre a habitação e renda na Vila Rural, ela afirmou: “casa era só minha não tinha que tá esbarrando com ninguém, renda miorou um pouco mais, sobra mais porque plantava, se cói 10/20 kg de feijão não vai comprá”.

A opinião de dona Rosa sobre o lugar onde morava – a Vila Rural -, não foi diferente das muitas opiniões já mencionadas anteriormente, porém em função dos acidentes que o esposo sofreu, ela disse:

“(...) lugar tranqüilo, ar puro já digo, lugar muito sossegado, muito bom, não se vê criança na rua, silêncio, maioria das casas animais presos. Só que depois comecei comentar com minha família e a dele sobre os acidentes. Meu marido ainda só sofreu arranhão, outros quebraram perna, outro sem movimento de braço, tudo no trajeto ali. A gente sempre pedia – manda lotação do trabalhador, nem que paga, não mandam então o negócio é saí, quem quer ficar enterrando marido e filho? (...) mudei da vila... mais pelo transporte e o problema de acostamento, se não sai o acostamento vai morrer muita gente ali. Prá dizê bem a verdade quase me arrependi de ter vendido, a gente pedi, mas parece que pobre não tem vez... a vila rural ficou muito longe, pro horário que a lotação entra e sai pra trabalha é... é a única vila, pelo que nós pesquisémo é, que não tem telefone público”.

Possivelmente pelo fato de não mais estar morando na vila, a dona Rosa foi clara ao comentar sobre a Vila Rural:

“a vila até é boa, se tivesse gente pá ponhá as coisa em dia que farta seria ótimo lugar pá morá. É uma pena saí de lá com crianças prá criá na cidade. Farta prefeito, vereador, Cohapar... aquilo lá tem solução, farta um pouco de vontade. Se pedi po Estado, o Estado ponha, a Prefeitura Municipal entra em ação com o Estado...acostamento tem que pedi, sem pedi ninguém ganha nada...o povo ali tá muito abandonado ali na Vila Rural. Farta vontade de pessoas de cargo mais arto pedi...por causa dum telefone, gente coisa mínima, po Estado coisa nenhuma.”

A ex-vileira tem uma visão um pouco diferenciada dos moradores sobre o futuro na Vila Rural, para ela “(...) futuro pá te mais, a gente via, tinha um pedaço de terra, mais tarde podia quitá e negociá com a Prefeitura Municipal pa construir casas pros filhos, esse era o único futuro que eu via. Memo que fosse três casinhas, mais sobrava muita terra pra plantar”.

Segundo dona Rosa, o Eliezer, atual prefeito, prometeu ajuda, “por causa de tão pouco dinheiro a gente sofre tanto, porque eu senti na pele”.

Se para muitos, se não a totalidade dos entrevistados, a Vila Rural representa uma mudança na trajetória de vida, principalmente no sentido de se ter uma casa própria, no caso de dona Rosa, a própria vila se tornou uma frustração no rumo dessa trajetória, pois ao ser questionada se voltaria para a Vila Rural, se a vila tivesse um telefone público e transporte, ela respondeu:

“eu voltaria, porque eu não tenho nada contra a vila... no meu pensamento farta tão pouco pra aquilo lá chegar no sonho das pessoas. Tem muita gente sem o sonho realizado. Sonhô ficar até o fim na Vila Rural, só que depois de tanta coisa ruim acontecê, a gente tem valor da vida... já imaginou ter um filho quebrado, aleijado como eu vi aquele rapaz, pensei, digo meu Deus um carro pega um filho da gente, a gente vai se sentir culpado. Por farta de vontade dos outros a gente acaba desanimado e perdendo todo o sonho que a gente sonhou a vida inteira, uma casinha, um pedacinho de terra... espero que eles se espertem em tempo, antes que morra gente lá...”. Dona Rosa concluiu dizendo que vai continuar cobrando dos vereadores e prefeito “tem muita gente com filho lá, o que eu não quero pro filho da gente, não quero pros outro”⁶³.

⁶³ Depoimento anotado, prestado pela dona Rosa Portes, ex-vileira, à Jovir V. Esser, em 19/01/05 - Corbélia.

Diante disso, é possível afirmar que, no caso de dona Rosa, o sonho foi frustrado com a Vila Rural, pois, a distância fez com que a vileira vendesse o lote, uma trajetória interrompida pela localização da vila. Às vezes questões como transporte e telefone público, como disse dona Rosa é “coisa mínima”, que poderia ser resolvida com um pouco de esforço, por parte do poder público.

Os entrevistados de Anahy apresentam outra realidade, problemas diferentes, embora suas trajetórias de vida sejam semelhantes à dos vileiros de Corbélia, como se pode observar a seguir.

Assim como em Corbélia, onde ocorreram situações em que não foi possível gravar entrevista, em Anahy também aconteceu caso semelhante.

Antes de entrevistar dona Maria, uma de suas vizinhas disse que acompanharia a visita, visto que a mesma tem problema de saúde, e dificuldade de se comunicar com pessoas estranhas. Em função disso, optou-se por não realizar a entrevista gravada, no intuito de deixá-la mais à vontade, e sim anotação escrita.

Dona Maria foi casada com Sr. Amaro Fernandes Cintra, então titular, falecido há mais ou menos dois anos. Em função disso seu lote já está quitado. Há cinco anos, quando a família se mudou para a Vila Rural, o Senhor Amaro trabalhava de volante na região de Anahy.

Dona Maria, hoje com 39 anos, teve 3 filhos com o Senhor Amaro, sendo 2 deles portadores de necessidades especiais. Filha de José da Silva e Natália Soares da Silva, ambos agricultores, Maria nasceu em Lupionópolis/PR. A família de 4 irmãos mudou-se para Anahy, onde os pais adquiriram uma propriedade rural. Assim como o esposo, dona Maria nunca freqüentou a escola, pois, segundo ela, os irmãos não deixaram.

O casal, Maria e Amaro se conheceram em Anahy mesmo. Após casarem-se, sempre residiram em casa de aluguel na cidade, e ele toda a vida trabalhou como “bóia-fria”.

Ao comentar sobre as dificuldades pelas quais a família passava, antes de se mudarem para a Vila Rural, dona Maria disse: “(...) agora tá muito mais mió né, agora a casa tá boa, onde a gente mora... a gente vivia em casa ruim, pagava aluguel, em casinha fraca. Tinha vez que a gente não podia pagá aluguel e mandava a gente embora”.

Em relação às principais mudanças que ocorreram na vida da família, depois de instalados na Vila Rural, Maria disse que: “(...) a gente não podia ter um móvel, tinha um guarda-louça tinha que vendê, por causa das mudanças, aqui não precisa ficá mudando, graças a Deus”.

Atualmente na família de dona Maria ninguém trabalha fora, cuidam do lote, ela e um dos filhos, plantando basicamente para o consumo, sendo auxiliados pelos vizinhos, no plantio e aplicação de veneno. Recebem uma aposentadoria e uma pensão, no valor de R\$ 260,00 cada, a primeira pela morte do esposo e a segunda em função do filho deficiente.

Quanto aos principais benefícios de estar morando na vila, dona Maria, em função de sua viuvez e preocupada com a situação dos filhos disse: “(...) aqui os meninos trabaia, é mais quietinho... agora eu viúva, onde é que eu ia arrumá uma casa pros meninos?” A filha Sandra, de 16 anos, portadora de necessidades especiais, estudando a 1ª série do ensino fundamental I, complementa: “(...) é bom de morá, tem terrinha pra plantar as coisas que quisé”!

Questionadas sobre alguns problemas ou pontos negativos, tanto dona Maria quanto a filha Sandra disseram que não tem nada de ruim na vila.

Conclui-se a entrevista, perguntando como dona Maria se sente na vila, como gostaria de ser identificada e ela respondeu: “agora a gente tem um pedacinho de terra né, então a gente se sente uma pequena agricultora” ⁶⁴.

As demais entrevistas em Anahy foram todas gravadas. A primeira delas foi com a família do Senhor Adão Castro, de 48 anos, natural de Atalaia/PR, filho de Moacir Castro e Iraci Castro ⁶⁵.

De família de 11 irmãos, os pais se mudaram para Ubiratã quando Adão tinha 7 anos de idade, para trabalharem como arrendatários. Aos poucos os pais de Adão foram adquirindo terra, primeiramente 2,5 alqueires, e com a ajuda dos filhos, que também trabalhavam de volante, conseguiram comprar outra parte igual, totalizando 5 alqueires.

O Senhor Adão conheceu a esposa dona Lurdes, que era vizinha da família, em Ubiratã, e cujos pais eram arrendatários, casando-se aos 25 anos de idade. Continuou morando com seus pais, durante um ano. Mudou-se então para Campina da Lagoa e depois Pitanga (ambas no Paraná), trabalhando como volante, morando em casas cedidas pelos patrões.

Em 1986, o casal na época com 2 filhos, voltou novamente a morar com os pais do Sr. Adão, em 10 alqueires de terra que os mesmos haviam comprado em Anahy. Lá tiveram o terceiro filho. O Senhor Adão trabalhava de arrendatário na terra do pai, e nos dias de folga de “bóia-fria”. A esposa começou a trabalhar de doméstica na cidade, indo do interior com o ônibus escolar e, uma filha começou a trabalhar de volante, juntamente com o pai.

⁶⁴ Entrevista anotada nº. 6, prestada por Maria da Silva Cintra e Sandra Cintra à Jovir V. Esser, em 21/01/05 - Anahy.

⁶⁵ Os pais do Senhor Adão atualmente também estão residindo na Vila Rural, trata-se dos moradores que adquiriram o lote da única família que saiu da vila de Anahy, porém, em função de serem proprietários de terra, aposentados e idade avançada, a documentação deverá ficar no nome de outro filho, que está na lista de suplentes, pelo que foi possível apurar junto ao técnico da EMATER local.

Assim permaneceram até 1999, quando a família se mudou para a Vila Rural. O casal ficou sabendo da Vila Rural através de um cunhado, marido de uma irmã do Senhor Adão, que já havia feito a inscrição, e que também mora na vila. A respeito disto, dona Lurdes falou:

“então nós resolveu também se inscreve... a gente encontrava muita dificuldade, a gente sofria demais lá no sítio, pouca terra pra trabaia, hoje as coisas fica tudo em despesa, semente é caro, veneno é caro... então o pequeno agricultor hoje compensa mais trabaia por dia, volante, do que tocá a lavoura que vira tudo em despesa... então a gente se inscreveu, daí tudo mudou, eu tava até um dia 7 no meu trabalho lá em Anahy, aí chego o Marcão da Emater, ele disse que o primeiro inscrito desistiu e nós tava de suplente, daí nós ficô contente né, vindo aqui pra Vila Rural de Anahy, já é uma coisa que nós adquiriu que nós não tem né”.

Quanto ao futuro na Vila Rural o casal disse: “futuramente vai ser bom, vamos deixar pros filhos no futuro... eu quero ampliá cada vez mais aqui... arrumá”. Ao serem questionados se gostariam de morar em outro lugar foi dona Lurdes quem respondeu: “se for melhor do que aqui... tá difícil heim, porque hoje adquirí um dinheiro prá comprá uma área grande a gente não pode, só faz prá vive e pra comê, e mantê a casa em dia”.

Sobre os principais benefícios de morar na vila a família mencionou o fato de ser próximo da cidade, fácil acesso, ônibus, telefone público, e melhor para estudar os filhos. Quanto aos problemas, a dona Lurdes disse que “(...) o mais sério é o problema do dreno, quando chove bastante a gente fica na água, tem muita dificuldade para sair”. Já o senhor Adão e o filho Márcio, de 14 anos, disseram que está tudo bom.

Ao opinar sobre como se sente na vila, ou como gostaria de ser identificado, o Senhor Adão disse sentir-se um vileiro, na medida em que moram na Vila Rural, deixaram de ser “bóias-fria” e estão trabalhando no que é deles.

A família do Senhor Adão adquiriu uma estufa, financiando R\$ 3.800,00, através do Pronafinho, para pagamento em 8 anos, porém está com

dificuldade para produzir hortaliças, em função de que o lote está localizado na área que fica alagada nos dias de chuva intensa. A dona Lurdes continua trabalhando de doméstica em Anahy. O Senhor Adão, além de trabalhar na estufa, trabalha de arrendatário e, a filha mais velha de 18 anos, é funcionária no frigorífico da Copacol em Cafelândia ⁶⁶.

A terceira família entrevistada tem como titular dona Madalena, de 60 anos. Com traços característicos de mineiros, de fala mansa e pausada, ela é natural de Jacuí/MG. Filha de Gerson Ferraz, lavrador, e Antonia Ferraz, do lar, de uma família de 5 irmãos, Madalena chegou ao Paraná, com mais ou menos 10 anos, quando o pai foi trabalhar em lavouras de café, no município de Marialva. Dos irmãos foi a que menos estudou, 1 ano, pois segundo ela “o pai dizia que mulher não precisava de estudo”.

Quando a família mudou-se para São Carlos do Ivaí, continuando a trabalhar na cultura cafeeira, a Senhora Madalena começou a ajudar o pai na roça. O futuro marido era vizinho da família, um arrendatário. Casou-se aos 15 anos de idade, quando então foi morar com a sogra, e sempre que podia ajudava o marido na lavoura. Antes de fixar residência em Anahy, chegou a morar em Tamboara (PR).

Nos últimos 30 anos antes de ir pra Vila Rural a família de dona Madalena morava no interior de Anahy, no sítio que o sogro adquiriu, onde tiveram 5 filhos de um total de 9. Na propriedade de 10 alqueires onde residiam, haviam outras 5 famílias, a do sogro e mais quatro cunhados casados, cada um na sua casa, com sua parte de lavoura e trabalhando por dia na região. Como a terra era pouca para muitas famílias, antes de se mudarem para a Vila Rural, tanto o casal como o filho caçula ainda trabalhavam de “bóia-fria”.

⁶⁶ Entrevista gravada nº. 7, com Adão Castro, Lurdes Santos Castro e Márcio Castro, fita 3, lado A e B, cedida à Jovir V. Esser, em 20/01/05 - Anahy.

Ao perguntar como dona Madalena ficou sabendo da Vila Rural, respondeu:

“(...) teve o Plano Paraná 12 Meses no Anahy, pra colocá as famílias que não tem aonde trabalhá e nem casa pra morá, eu morava na casa no sítio do meu sogro, mais tava velha, caindo, água de poço, sem luz, patente..., como o marido era muito conhecido, ia muito em Anahy, daí ele ficou sabendo desse plano... por boa sorte eu fui sorteada né”.

Dona Madalena disse que a inscrição para a Vila Rural saiu no nome dela, porque o esposo estava recém-aposentado como trabalhador rural, e também em função da idade dele. Pouco antes de a família mudar para a vila o esposo de dona Madalena faleceu. “Vim pra cá com o filho caçula, hoje está casado”, disse dona Madalena, que vive praticamente sozinha na vila, pois sua filha trabalha de doméstica em Cascavel, vindo somente nos finais de semana para casa.

Ao perguntar como dona Madalena vê o futuro na Vila Rural, ela disse: “(...) melhor que antes né, a vida aqui mudou bastante, aqui tive coisa que nunca tive, uma casa praticamente boa pra morar né, tenho banheiro, água, luz, tenho tudo que eu não tinha antes, nunca tive, mais conforto”. Quando dona Madalena se referiu ao conforto, foi questionada se mudou a situação de pobreza na vila e ela disse: “não me sinto rica, me sinto mais confortável”.

O apego à primeira casa própria ao longo da vida de dona Madalena foi manifestado quando interrogada sobre a possibilidade de morar em outro lugar, caso surgisse algum comprador para o lote, se ela venderia e, sempre com voz tranqüila e serena respondeu: “se pudesse gostaria, mas é difícil né, gostaria de morar em Anahy, depende de negociá, talvez eu não venderia porque foi a primeira casa que eu consegui na vida né, eu pedi muito pra Deus para consegui”. Neste momento da entrevista dona Madalena se emocionou e, com a voz embargada, complementou “(...) eu fiquei nem acreditando né... fiquei fora do ar”.

Como a entrevista aconteceu num final de tarde de sábado, a filha de dona Madalena, que estava de férias, e no momento capinava em volta da casa, também comentou sobre os principais benefícios de se morar na vila e apontou problemas ou pontos negativos. Alda afirmou: “(...) lá a gente colhia lavoura e tinha que dar 20%, aqui não, é pouco, mas a gente planta e sabe que não vai dividir com ninguém, ah!... é tanta coisa, os vizinhos precisa se uni mais, fazê alguma coisa comunitária... fica cada um pro lado, planta o que quer...”. E dona Madalena complementou: “(...) é sossegado, pertinho de Anahy, durante as aulas tem ônibus, é tudo mais fácil pra gente... não tem nada negativo”.

Mesmo aposentada, e morando praticamente sozinha, no lote dona Madalena cultiva mandioca para comercializar, pretendendo colher 10 toneladas. Para o plantio e capina ela paga diária para terceiros, em função da sua idade e porque a filha trabalha em Cascavel.

Inquirida sobre como se sente na vila, como gostaria de ser identificada, dona Madalena disse sentir-se “uma vileira”. Segundo ela poderia ser uma pequena agricultora, mas como mora na vila, então se identifica como vileira⁶⁷.

Outra titular aposentada em Anahy é dona Márcia, de 55 anos, viúva do Senhor Genésio Campos, com quem teve 8 filhos. Natural de São José do Rio Pardo/SP, filha de Alberto Fredo, trabalhador rural, e Filomena Fredo, do lar, tinha 5 irmãos, sendo duas mulheres.

A família veio para a região de Anahy quando ainda era pequena, cursou só o primeiro ano do antigo curso primário, em função da distância e das dificuldades da época. Casou-se com o Senhor Genésio, que trabalhava de empregado rural numa fazenda vizinha da família. A sogra chegou a comprar uma

⁶⁷ Entrevista gravada nº. 8 com Madalena Ferraz Souza e Alda Souza, fita 4, lado A, cedida à Jovir V. Esser, em 21/01/05 - Anahy.

propriedade, mas era pequena para uma família de 11 irmãos, assim o marido tinha que trabalhar fora, de “bóia-fria”. Depois de casados, por mais ou menos 5 anos moraram na casa da sogra, em seguida a família mudou para Anahy, inicialmente para uma casa própria, adquirida com dinheiro da venda da propriedade da sogra. A permanência na casa própria foi curta, apenas um mês, pois em seguida o marido vendeu, não mais sendo possível adquirir outra. Segundo dona Márcia, todos os filhos estudaram e o marido continuou trabalhando de “bóia-fria”, até morrer, quando já estava morando na vila.

Por ser trabalhador rural volante o marido foi informado do programa Vila Rural por uma funcionária da Prefeitura Municipal, que trabalhava na Ação Social. Quando souberam que haviam sido selecionados, dona Márcia disse ter ficado muito alegre, assim como seu marido. Na época a família estava constituída pelo casal, dois filhos e um neto. Atualmente residem na casa ela, o neto e uma filha que está prestes a se casar.

A respeito da vida que levava antes, dona Márcia disse que era muito pior, pois tinha que se levantar cedo, com o escuro para fazer almoço para o marido que ia para o trabalho. Eventualmente também ela trabalhava de diarista urbana.

Aparentemente dona Márcia não é de falar muito, questionada sobre os pontos positivos e negativos da vila rural, limitou-se a dizer que é um lugar sossegado, bem melhor em tudo, sem problemas, que não gostaria de se mudar visto que já está acostumada, embora tenham aparecido muitos interessados em comprar o lote, que já está quitado, em função da morte do marido que era o titular.

A filha Elisa, de 17 anos, complementou as afirmações de sua mãe sobre os pontos positivos de se morar na Vila Rural:

“(...) pros meus pais... eu não trabalhava na época, então eu não senti muito né, pra eles melhorou bastante, porque bóia-fria já não ganha muito, aí tê que sustentá a família, pagá aluguel, e água, e luz, fica difícil, esse dinheiro que ia pro aluguel já pode ir pra água e pra luz, e os da água e da luz pra comprá outras coisas né... também planta no lote, daí não precisa comprá tanto... é importante né... também pra vendê já é mais uma renda”.

Elisa referia-se à venda da mandioca que a família plantou para comercializar, com estimativa de produzir aproximadamente 8 toneladas.

A opinião da Elisa coincide com a da mãe, ao não considerar problemas na vila, porém discorda da mesma sobre como se sente, se uma pequena agricultora ou uma vileira. A mãe, dona Márcia, ao considerar que morar na vila é bom e por gostar do lugar, disse sentir-se uma vileira. Já a filha Elisa disse que se identifica como pequena agricultora, pois segundo ela: “é um nome a Vila Rural né, o nome acho que não tem nada a ver, só que tem a terra, planta, é dele a propriedade, por que não um pequeno agricultor...”⁶⁸.

Se para algumas famílias a vida na Vila Rural está mais tranqüila em função de receberem aposentadoria ou pensão, dona Helena se mostra preocupada, dentre outros motivos, por não estar com o lote quitado, diferente de outras famílias. Helena Pereira, 53 anos, é natural de Pena Forte/CE, de uma família de 7 irmãos, seus pais Ângelo Ribeiro e Ana Ribeiro, ambos foram trabalhadores rurais volantes, em determinados períodos de suas vidas.

A história da família de dona Helena lembra o retirante nordestino. Quando Helena tinha 6 anos de idade, seu pai, um pequeno produtor no Ceará, vendeu a terra em função da seca, adquirindo 2 alqueires em Congonhinhas/PR. Enquanto solteira trabalhava de “bóia-fria” para ajudar a família, estudou até a 2ª série apenas, devido à distância e falta de transporte.

⁶⁸ Entrevista gravada nº. 9, com Márcia Campos e Elisa Campos, fita 4, lado A, cedida à Jovir V. Esser, em 21/01/05 – Anahy.

Helena casou-se aos 19 anos, com seu primo - um vendedor de jóia - também cearense que veio para a região visitar a família de um tio que morava vizinho à família, conforme seu relato: “(...) daí o tio levou ele lá na nossa casa, daí conversa vai conversa vem, ele era sobrinho de minha mãe”. Casados, foram trabalhar nas lavouras dos sítios vizinhos, e quando tinham folga trabalhavam por dia.

Em 1972 a família de Helena mudou para Iguatu, ela e o marido trabalhando de “bóia-fria”. Depois de seis filhos nascidos ela deixou de trabalhar na roça para cuidar das crianças. Os filhos, conforme iam crescendo, ajudavam o pai, também na “bóia-fria”. Sem precisar a data dona Helena disse que a família fez uma mudança para Petrolina/PE, onde moravam os pais do marido. Posteriormente retornaram para a região, fixando residência em Anahy.

Segundo dona Helena, ela voltou a trabalhar novamente de “bóia-fria”, há mais ou menos 15 anos. Nos últimos 11 anos, antes de se mudarem para a Vila Rural a família de Helena foi morar nos fundos da casa da mãe, em Anahy, com nove filhos, numa casa de três cômodos. “Sem piso, com goteiras e privada fora”, disse dona Helena.

Mãe de 16 filhos, (6 falecidos), na época em que se mudaram para a Vila Rural, todos os que trabalhavam na família ainda eram de “bóia-fria”, o casal e mais 3 filhos. Perguntada sobre o estudo dos filhos, dona Helena respondeu: “eu dei, só que não quiseram estudá, o estudo hoje é tudo mais fácil, não precisa pagá nada né, é porque não querem memo, peleja eu pelejo”. Helena na sua simplicidade demonstrou conhecimento da importância dos estudos, porém os 2 filhos maiores de 18 anos, que ainda moram com ela, não concluíram o 1º grau.

Assim como outras famílias da vila, também dona Helena foi inscrita no programa através da funcionária da Prefeitura, responsável pelo setor de Assistência Social dizendo dever favor a ela: “(...) pois a Regina foi me visitá prá pode avisá sobre as casinhas, pra mim dá o nome pa vê se saia casa pá eu mora”.

A única coisa ruim que aconteceu na vida da família depois de se mudarem pra Vila Rural, segundo dona Helena, foi a morte de seu marido. Neste aspecto ela perguntou a esta entrevistadora porque seu lote não fora quitado, visto que outras mulheres conseguiram quitar com a morte do marido. Foi explicado a ela que não havia sido quitado porque o terreno estava no nome dela e não em nome do marido. A preocupação de dona Helena é como pagar a prestação do lote, pois não recebe pensão. Questionada se gostaria de morar em outro lugar ela respondeu que não, mas disse achar melhor terminar de pagar logo o terreno.

A preocupação de dona Helena se justifica, pois ninguém da família, atualmente em 4 na casa, tem renda fixa, e os filhos ainda trabalham como volantes. A principal atividade dela é cultivar o lote, cuja produção para comercialização é insignificante (10 sacas de milho na última safra). Disse não participar dos projetos de geração de renda da vila, por falta de tempo, e que prefere plantar alimentos para comer ao invés da vassoura.

Dona Helena disse que se sente uma trabalhadora rural volante, pois ainda tem que trabalhar como tal, mesmo que eventualmente. Entre os benefícios de se morar na Vila Rural, dona Helena destacou: “ninguém incomoda, a gente planta as coisas, um pouco tira pra se alimentá né”. Para o filho Jairo, de 18 anos, os principais benefícios são “os amigos, o campinho de bola e a terra pra

plantar”. Ambos disseram não ver nenhum problema na Vila Rural, apenas o filho disse ser necessário arrumar o campo de futebol, plantando grama ⁶⁹.

De todos os entrevistados, o Senhor Zico Martins foi o único a mencionar o envolvimento com o MST, ao dizer que quando chegou em Anahy, há mais ou menos 20 anos, fez inscrição no movimento, porém quando soube que tinha que invadir terra desistiu. Isso leva a refletir se os moradores das Vilas Rurais seriam ou não potenciais participantes de movimentos reivindicando terra e engrossando as fileiras do MST. Pelo que foi possível perceber, e de acordo com as opiniões emitidas por todos os entrevistados, é difícil afirmar que os moradores das Vilas Rurais, objeto de estudo, se habilitariam a morar debaixo de lonas, a espera de um pedaço de terra.

Quando o Senhor Zico se mudou para a vila, trabalhava como volante, juntamente com dois filhos. Com 52 anos de idade, Zico é natural de Maumirim/MG, filho de Roberto Martins, um trabalhador rural, e de Zélia Almeida, do lar. Zico ficou órfão de pai, com 1 ano e meio, e aos 8 anos de idade começou a trabalhar na lavoura, juntamente com o padrasto, na época um arrendatário. Quanto aos estudos ele disse: “(...) não tive tempo de estudá, o tempo foi meio corrido”.

A família de Zico veio para o Paraná quando ele tinha 10 anos, indo morar em Cianorte, onde trabalhavam de arrendatários na cultura de café. Nesta época conheceu a futura esposa, cuja família se mudou para Braganey, em 1971, quando então adquiriram 4 alqueires de terra. Em 1972, a família de Zico, que era constituída de 8 irmãos, também se mudou para Braganey, continuando a trabalhar na lavoura.

⁶⁹ Entrevista gravada nº. 10, com Helena Pereira e Jairo Pereira, fita 4, lado B, cedida à Jovir V. Esser, em 22/01/05 – Anahy.

Em 1973, com 21 anos de idade Zico casou-se com Mariana. Na época, “trabalhava de bóia-fria, às vezes arrendava terra e fazia roça”, segundo ele. O casal chegou a morar em Laranjeiras do Sul, trabalhando numa fazenda. Retornaram para a região de Anahy, residindo numa casa cedida por uma tia, num sítio à 5 km da cidade, sempre trabalhando de diária, sem nunca sobrar nada para comprar, casa ou terra. Quanto aos estudos dos 7 filhos, o Senhor Zico disse: “estudaram um pouco, agora, o que casou está estudando à noite, sentiu falta”.

A família ficou sabendo da Vila Rural através de um vereador que era vizinho no sítio onde moravam. Quanto aos principais benefícios de morar na vila, o Senhor Zico respondeu: “muita coisa melhorou, a casa né, a água, onde eu morava não era tratada, pra gente trabalhá é mais fácil, tem orelhão, luz”. Sobre a vida na vila disse: “é boa, tem um pedacinho de terra”. A filha de 16 anos, Lúcia, limitou-se a dizer: “aqui é gostoso, mais bom do que lá”, referindo-se ao sítio onde morava, já a esposa não emitiu opinião.

Quanto ao futuro na vila, Zico disse que pensa na melhora, se tiver água para poder fazer uma horta melhor. Para ele, o cultivo de pepino, para a fábrica de conserva em Anahy, é um bom negócio, o que dificulta é a água, por isso destacou como principal necessidade da Vila Rural um poço artesiano.

Além da questão do MST, o Senhor Zico também foi o único a mencionar o Banco da Terra, quando perguntado se gostaria de morar em outro lugar, respondeu: “se a gente pegá terra maior né, pra cidade não! Até quando saiu o Banco da Terra eu fui fazê a inscrição, depois não falaram mais nada...”.

Depois de se mudar para a Vila Rural o Senhor Zico passou a trabalhar com carteira assinada, na função de serviço geral. No lote produz vassoura que segundo ele, por ser pouca terra é o que dá mais futuro. Concluindo a

entrevista, o Senhor Zico e família, foram unânimes em afirmar não ter pontos negativos na Vila Rural, apenas a necessidade de arrumar o campo de futebol. Por último o Senhor Zico disse que gostaria de ser identificado como um vileiro⁷⁰.

Ao entrevistar o Senhor Adarcino Amaral, num final de tarde de sábado, um dia de muito calor, teve-se a impressão de não estar no universo dos demais vileiros. Com 65 anos de idade, natural de Vitória da Conquista/BA, a família de Adarcino chegou em São Pedro do Ivaí/PR, quando ele tinha 13 anos, porém ao longo desses anos ele não perdeu o jeito típico do baiano se expressar.

A família de Adalberto do Amaral e Benedita Amaral, constituída de 8 filhos – um dos quais Adarcino - quando chegou ao Paraná foi trabalhar por empreita em lavouras de café, e nos dias de folga como diarista. Quanto aos estudos, o Senhor Adarcino disse: “(...) pá dizê que não estudei, estudei um mês, esse negócio de trabaia pá um pá outro na diária não sobrou tempo”.

Adarcino conheceu a futura esposa, Juliana, assim que sua família chegou a São Pedro do Ivaí. Segundo ele: “(...) o primeiro sítio que fui caçá serviço era do pai dela, era arrendatário, com isso fui trabaiaando com ele, essa menina tava com 12 anos, e vai vai, e aí no fim deu certo que nós se casemo, né.” Quando se casaram, Adarcino com 25 anos e Juliana 20, foram morar no sítio do padrinho de casamento, próximo dos pais, trabalhando na lavoura.

Em 1972, com 2 do total de 8 filhos, mudaram-se para São José das Palmeiras, acompanhados pela família de Juliana. Lá foram trabalhar por empreita durante 6 anos, na formação de um cafezal. Em função da geada em 1975, passaram a plantar soja, erradicando a cultura do café.

⁷⁰ Entrevista gravada nº. 11 com Zico Martins, Mariana Martins e Lúcia Martins, fita 4, lado B, cedida à Jovir V. Esser, em 22/01/05 - Anahy.

No início dos anos 80, o casal na época com 3 filhos, juntamente com a família do sogro de Adarcino, mudou-se para Anahy, passando a trabalhar de “bóia-fria”: “ (...) e na bóia-fria ficuemo 14 anos, com os filhos, muié i tudo, morando em diversas casas, pagando aluguel ou cedida”, disse seu Adarcino. Os filhos foram estudando, casando, e atualmente 2 deles, ainda moram com o casal.

Quando ficaram sabendo da Vila Rural, através do então prefeito municipal de Anahy, a família morava em uma casa cedida por terceiros. Perguntado sobre qual foi a emoção de ter sido selecionado para a Vila Rural, seu Adarcino respondeu: “Viche Nossa Senhora, não via chegá o dia pá nós vim prá cá, demorou um pouco mais saiu, graças a Deus né.”

Sobre a vida onde morava antes e como vê o futuro na Vila Rural, com o sotaque baiano, seu Adarcino foi respondendo:

“(...) olha, em vista daqui, vida triste, vida sofrida demais, que a vida de bóia-fria não é fácil não gente, cara chega de madrugada, meia noite, moiado, com frio, geada, e tudo danado, pá depois tê uma casa dessa aqui, um pedacinho de terra, e ter criação, ter tudo né, é uma beleza pra gente, uma grandes coisa pra gente, em vista de mora lá que não tinha nada, aqui eu tenho di tudo, quer dizer, que já é outra coisa né, pra gente o futuro é outro, mais tranqüilo, sossego, cria o que qué, não paga renda. Uma grande coisas que o governo fez isso aqui”.

A entrevista com o casal Adarcino e Juliana, já que os filhos não estavam em casa, foi a penúltima das oito realizadas na vila de Anahy, o cansaço já estava chegando, mas o entusiasmo com que ele falava foi revigorante, e assim, já no final da conversa, perguntado se gostaria de morar em outro lugar, com bom humor, o Senhor Adarcino disse: “(...) não, não, de jeito nenhum, daqui pro cemitério”.

Seu Adarcino demonstrou estar contente em pagar R\$ 43,73 de prestação, acima da média dos demais, isso devido a sua idade. Porém, a casa será quitada em 15 anos, ao invés de 25.

A respeito dos principais benefícios de se morar na vila, seu Adarcino demonstrou certa dificuldade em responder, mas disse: “ah, tem muitas coisas, assim perfeitamente assim... dá uma idéia pra mim, por exemplo...”. Então foi sendo enumerado:

- casa... “é legal”;

- lote para plantar... “Nossa Senhora, beleza, pra quê mió, pedi a Deus que é nosso Pai saúde pra nós, no mais tudo bem, tudo legal”. E dona Juliana acrescentou: “é bom porque a gente mora numa casa boa né, a gente tem pedacinho de terra pra plantar, é uma banana, abóbora, qualquer coisa que a gente qué plantá a gente planta né”.

Quanto aos problemas na Vila Rural, dona Juliana disse que está tudo bom, porém seu Adarcino citou a necessidade de água para produção no lote: “tudo moiado pela água da rua vai pá oitenta, cem real, não tem condição, plantei mil pepino, no final deu a seca, não tinha água prá moiá, amarelou tudo, morreu...se tivesse água tinha dado lucro”.

Finalizando a entrevista, seu Adarcino, ao responder como se sente na vila, como gostaria de ser identificado, disse: “se eu tivé artura pá isso um pequeno agricultor”.

Seu Adarcino, com a idade um pouco avançada, e percebendo a dificuldade que teria de sobreviver se continuasse na vida de “bóia-fria”, ao ser questionado se eles teriam condições de adquirir uma casa, se não tivessem sido selecionados para a Vila Rural, respondeu: “(...) se não fosse a Vila Rural, de bóia-fria ia passá fome, não tinha condição de plantá, hoje eu moro aqui, viche, um farturão, gente de Anahy que vem pegá as coisas aqui, é miio, horta, tudo contente com a gente. Hoje mesmo vieram aqui, fizeram um saco de pamonha”. A esta altura

da entrevista, e como a conversa transcorria de forma muito descontraída, foi perguntado se tinham mesmo feito pamonha, e ele disse: “a senhora gosta de pamonha? Tem aí... pamonha tirada do miio do lote... Fartura bastante”.

Quando a família de seu Adarcino mudou para a Vila Rural, ele e mais dois filhos eram trabalhadores volantes. Atualmente seu Adarcino recebe aposentadoria, e dos filhos que ainda moram com o casal, um de 31 anos, continua trabalhando de volante, não tendo concluído o 1º grau. Porém, segundo o pai, deve voltar a estudar. O filho caçula, de 14 anos, estuda regularmente, e a esposa cuida do lar, além de ajudar no lote ⁷¹.

A última entrevista em Anahy foi na residência do Senhor Décio Rezende, titular do lote, atualmente funcionário do Frigorífico da Copacol, em Cafelândia.

A entrevista foi realizada com a esposa de Décio, Ester, que trabalhou de “bóia-fria”, até se casar. Natural de Anahy, onde sempre residiu, conheceu o esposo há 13 anos, na época também um “bóia-fria”. Depois de 1 ano de namoro, casaram-se e ela deixou de trabalhar de volante, indo morar num sítio, no interior de Anahy.

Segundo Éster, Décio é natural de Goioerê/PR, de uma família de 11 irmãos. Seu pai, Carlos Rezende, era arrendatário, e a mãe Denise Rezende, do lar. Quando o pai adoeceu o filho foi trabalhar como volante. Estudou até a 5ª série, e com aproximadamente 20 anos de idade foi morar em Anahy. A exemplo de seus pais, também Décio e a esposa nunca tiveram casa própria.

Com 5 anos de idade, Ester começou a trabalhar na roça arrendada pelos pais, mineiros, que chegaram na região, há 33 anos. Aos 9 anos ela já

⁷¹ Entrevista gravada nº. 12, com Adarcino Amaral e Juliana Alves Amaral, fita 5, lado B, cedida à Jovir V. Esser, em 22/01/05 – Anahy.

trabalhava de “bóia-fria”, e assim permaneceu até se casar. Indagada se nunca havia procurado trabalhar em outro serviço, como doméstica, por exemplo, Ester respondeu: “(...) a vida de doméstica é muito mais difícil, acho melhor trabalhá na roça, até porque em Anahy paga pouco pra doméstica”.

Nos últimos 2 anos, antes de se mudarem para a Vila Rural, a família, na época com 3 filhos, morava em uma casa cedida, de um cômodo, nos fundos da casa de uma irmã do Décio, em Anahy. De acordo com Ester: “(...) a vida na casa era muito difícil, casa pequena, gente com criança... monte de moleque, num tinha nem lugar de andá”.

Ester disse ter ficado sabendo da Vila Rural, através do prefeito da época, quando ela foi pedir ajuda para construir uma casa no quintal da cunhada. Nesta época, o prefeito disse que era para esperar, caso não fosse selecionada na vila, ele faria a casa para ela. Diante disso conversou com o esposo, que a princípio não queria fazer a inscrição. Assim, após convencê-lo, providenciou a documentação. Questionada sobre qual motivo Décio alegava para não fazer a inscrição, ela respondeu: “(...) na época todo mundo falô que ninguém ia güentá pagá, que ia ser muito caro”.

Durante a entrevista Ester manteve-se um pouco tensa, possivelmente em função de se estar gravando a conversa. Com os olhos lacrimejando, na maior parte do tempo, falou da emoção quando soube que havia sido selecionada: “(...) viche nossa, uma alegria que não cabia dentro de mim, tê uma casa grande né, banheiro dentro de casa e tudo né, qui eu não tinha banheiro dentro de casa”.

Ester é a vileira que disse ter melhorado o relacionamento conjugal depois de instalados na Vila Rural. Apenas relembrando o que já foi registrado

anteriormente e, a respeito da casa onde morava, ela disse que era menor que o paiol da Vila Rural: “... a gente dormia em cinco numa cama só... depois que veio pra cá discussão feia mesmo nunca mais... agora as crianças têm sua cama pra dormir”.

Estas opiniões demonstram o significado de se ter uma casa, por menor que seja (44 m², sem divisória), para pessoas como Ester, que até então nunca tinha tido um teto próprio para morar.

De acordo com Ester, o esposo está contente por estar morando na vila, e trabalhando na Copacol, há 2 anos, pela primeira vez com carteira assinada. Com 4 filhos, disse não querer morar em outro lugar e, em termos de futuro, Ester disse ser melhor para os filhos crescerem no sítio, em casa melhor, pretendendo ampliá-la.

Ester apontou como principal benefício de se morar na vila, a criação dos filhos, pois, “(...) na cidade tem os amigos que levam em mau caminho, e aqui num tem nada disso, aqui deu a noite não tem barulho de nada, no Anahy não, criança andando na rua até 10 horas, no quintal do outro, aqui ninguém incomoda ninguém não”. Embora dizendo não ter ninguém incomodando ninguém, ela foi a única entre os entrevistados a mencionar um morador da vila que, quando bebe sai batendo de porta em porta, provocando as pessoas. Perguntada se havia comunicado isso ao presidente da vila, ela disse: “(...) presidente muito parado né... tem que trocá o presidente e colocá muié de presidente... é bem melhor, pá tê um futuro melhor aqui na vila tem que ser muié”.

O lote da família é explorado com a cultura do pepino, comercializado na fábrica de conserva, em Anahy, além da produção para subsistência, como feijão, milho, mandioca e frango. Ao encerrar a entrevista com Ester, questionada sobre como gostaria de ser identificada, respondeu que gostaria de ser identificada “como

uma pequena agricultora, ou vileira”, preferindo ser identificada como vileira, “já que o nome é Vila” ⁷².

As Tabelas 47, 48 e 49 apresentam a síntese dos principais benefícios e problemas de se morar na Vila Rural, e também como os vileiros, gostariam de ser identificados, conforme demonstradas a seguir.

Em geral, dos principais benefícios ⁷³ apontados pelos entrevistados, em ambas as vilas, destacam-se os itens: a casa própria, lembrado na maioria por mulheres; terra para plantar, com maior frequência de opinião entre os jovens e; lugar sossegado e produção de alimentos, mencionados tanto pelas mulheres quanto pelos jovens, conforme Tabela 47, a seguir.

Analisando-se separadamente as 2 vilas, a vila de Anahy tem na área de infra-estrutura e serviços e qualidade de vida, os maiores percentuais de benefícios, sendo os de maior representação o transporte, acessibilidade, telefone público, além dos aspectos relacionados ao local (lugar sossegado e próximo da cidade) e comunitário (bons amigos, ninguém incomodando).

Na Vila Rural de Corbélia, a área de concentração dos benefícios está relacionada à qualidade de vida, com 40% das opiniões. Sobressai a idéia de ser a vila um lugar sossegado e mais fácil para criar os filhos. Em seguida, ressalta-se o acesso à moradia, com 28% das opiniões.

⁷² Entrevista gravada nº. 13, com Ester Rezende, fita 5, lado B, cedida à Jovir V. Esser, em 22/01/05 – Anahy.

⁷³ A opinião quanto aos principais benefícios de se morar na Vila Rural, e os principais problemas foram levantados separadamente, do casal (homem e mulher) e de um(a) jovem de cada família, maior de 15 anos. Na Vila Rural de Corbélia foi possível levantar a opinião de todos, nas cinco famílias entrevistadas. Em Anahy, porém, das 8 famílias entrevistadas, opinaram 8 mulheres (mães, titulares ou não), apenas 3 homens, pois um deles estava ausente e outros 4 já são falecidos e, dos jovens apenas 6 emitiram opinião, visto que em uma das residências não havia jovem maior de 15 anos e em outra não se encontrava no momento da entrevista.

Tabela 47: Principais benefícios de se morar na Vila Rural

BENEFÍCIOS	ANAHY			FRE.	% FRE.	CORBÉLIA			FRE.	% FRE.
	H	M	J			H	M	J		
	TOTAL					TOTAL				
	3	8	6			5	5	5		
Relacionados à moradia					13,64					28,00
Casa própria	1	4	1	6	13,64	2	3	2	7	28,00
Relacionados a infra-estrutura/serviços					27,28					8,00
Ônibus escolar		1	1	2	4,55			1	1	4,00
Fácil acesso		1	1	2	4,55					
Campo de futebol			1	1	2,27					
Água tratada (mais barata)		1		1	2,27		1		1	4,00
Telefone público	1	1		2	4,55					
Iluminação pública	1			1	2,27					
Transporte		1	1	2	4,55					
Relacionados à produção					20,46					24,00
Terra para plantar	1	2	4	7	15,91	1	1	2	4	16,00
Alimentos produzidos no lote		1	1	2	4,55		2		2	8,00
Relacionados à renda					9,09					
Não paga aluguel			1	1	2,27					
Venda da produção do lote aumenta a renda			1	1	2,27					
Melhor para trabalhar	1	1		2	4,55					
Relacionados à qualidade de vida					29,55					40,00
Lugar sossegado		3		3	6,82	1	1	1	3	12,00
Próximo da cidade	1	2		3	6,82		1		1	4,00
Bons amigos			2	2	4,55					
Melhor que no sítio			1	1	2,27					
Ninguém incomoda		2		2	4,55	1			1	4,00
Mais fácil para criar os filhos		1		1	2,27	1	1		2	8,00
Melhor do que na cidade								1	1	4,00
Jogar bola na Vila próxima								1	1	4,00
Lugar seguro								1	1	4,00
Melhor para estudar			1	1	2,27					
Total geral de frequência	6	21	17	44	100,00	6	10	9	25	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

As opiniões sobre os principais problemas, representadas na Tabela 48, são mais diferenciadas, sendo possível perceber maior satisfação dos vileiros de Anahy por estarem morando na Vila Rural.

Os vileiros de Corbélia indicam, na área de infra-estrutura e serviços, os principais pontos negativos, em especial o telefone público, a falta de uso adequado do Barracão da Vila, transporte para os trabalhadores até a cidade (horário de ônibus), além da falta de trabalho e, união entre os moradores, entre outros. Em Anahy, o principal problema apontado foi a necessidade de arrumar o campo de futebol, com plantio de grama, além de outros itens com igual importância em termos percentuais, como falta de água para cultivo do lote, e drenagem dos

terrenos que ficam alagados em época de chuva intensa. Importante destacar que, por ser questão aberta, algumas famílias apontaram mais que um problema, porém 60% dos entrevistados em Anahy disseram não ter nada de ruim, contra 16% de Corbélia.

Tabela 48: Principais problemas da Vila Rural

PROBLEMAS	ANAHY			FRE.	% FRE.	CORBÉLIA			FRE.	% FRE.			
	H	M	J			H	M	J					
	TOTAL					TOTAL							
	3	8	6			5	5	5					
Relacionados a infra-estrutura/serviços										45,84			
Drenagem da água		1		1	5,00								
Melhorar o campo de futebol (plantar grama)			2	2	10,00								
Telefone público						3	1		4	16,67			
Barracão da vila sem uso						1	2		3	12,50			
Horário ônibus para trabalhador (transporte)						1	1		2	8,33			
Falta escola para adulto						1			1	4,17			
Falta de campo de futebol						1			1	4,17			
Relacionados à produção					5,00					4,17			
Água para horticultura	1			1	5,00								
Oficina de trabalho para os jovens							1		1	4,17			
Relacionados à renda					0,00					16,67			
Falta de trabalho						1	1		2	8,33			
Posto de trabalho para os moradores								1	1	4,17			
Venda dos lotes por baixo valor								1	1	4,17			
Relacionados à qualidade de vida					15,00					16,67			
Vileiro alcoólatra		1		1	5,00								
Falta de ação comunitária			1	1	5,00								
Falta de missa e catequese						1			1	4,17			
Pessoal desanimado, não cuidam dos lotes								1	1	4,17			
Falta união dos moradores			1	1	5,00	1	1		2	8,33			
Outros					65,00					16,67			
Nada de ruim/tudo em ordem/tudo bom	3	6	3	12	60,00		1	3	4	16,67			
Presidente da associação (muito parado)		1		1	5,00								
Total geral de frequência				4	9	7	20	100,00	10	8	6	24	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

O último questionamento com os vileiros, então T.R.Vs., sobre como se sentem ou como gostariam de serem identificados, estão apresentados na Tabela 49. Em Anahy dos 8 titulares, 5 se identificam como vileiros, 2 como pequenos agricultores e 1, disse sentir-se T.R.V. Em Corbélia do total de 5 titulares, 2 se identificam como pequenos agricultores e 3 ainda como T.R.V.

Tabela 49: Como se sente na Vila Rural - como gostaria de ser identificado

ANAHY			CORBÉLIA		
PEQUENO AGRICULTOR(A)	UM VILEIRO(A)	UM T.R.V.	PEQUENO AGRICULTOR(A)	UM VILEIRO(A)	UM T.R.V.
2	5	1	2	-	3

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

Considerando as entrevistas com os vileiros (titulares, cônjuges e filhos jovens) e suas opiniões sobre os benefícios e problemas relacionados à Vila Rural, além das mudanças boas e ruins que aconteceram na vida familiar depois de assentados na vila, pode-se dizer que a trajetória de vida dos entrevistados, tanto em Corbélia como em Anahy, é marcada pela situação de pobreza, principalmente quanto ao fator renda e exclusão, no sentido de casa própria, terra para plantar, direitos trabalhistas (como carteira assinada), possibilidade de educação, entre outros. Parte da exclusão foi amenizada quando do assentamento da família na Vila Rural, especialmente em relação à casa para morar e uma porção de terra onde é possível produzir para a subsistência.

Por outro lado, compete ainda aos agentes públicos amenizarem a situação de pobreza e/ou exclusão destas famílias com algumas medidas, que em sua maioria são de conhecimento, principalmente em nível municipal, como se pode perceber nos contatos com o prefeito municipal de Anahy e, os integrantes da Comissão Municipal da Vila Rural em Corbélia, e que serão transcritos a seguir.

De todos os problemas levantados pelos vileiros entrevistados, independente de serem T.R.V., ou não, nas duas Vilas Rurais, as administrações municipais, demonstraram conhecimento a respeito dos mesmos e interesse em solucioná-los. Aliás, na medida em que os prefeitos municipais, tanto de Anahy quanto de Corbélia, sancionaram as leis urbanas específicas para a área da Vila

Rural, o município assumiu toda a responsabilidade em termos de infra-estrutura da mesma.

Antes de iniciar-se a pesquisa de campo, em Anahy, conversou-se com o prefeito municipal, Senhor Valdemar José Bozi, explicando os objetivos do trabalho, e o mesmo adiantou os principais problemas, posteriormente apontados pelos vileiros. Demonstrando conhecimento da realidade da Vila Rural de Anahy, e destacando a infra-estrutura e os serviços disponíveis, como iluminação pública, pavimentação com pedra irregular, telefone público, e água da Sanepar, o prefeito disse que faltava ainda, canalizar água de uma mina para produção nos lotes, com o objetivo de abastecer a indústria de conservas de pepino, inicialmente, além de água para horticultura de uma maneira geral. De acordo com o prefeito, o único problema na vila era “os dois lotes localizados abaixo da área de reserva da vila, cujo terreno é rochoso e nos dias de chuva intensa mina água, inundando os lotes abaixo”. Disse ainda, que, no intuito de solucionar o problema já havia sido feito uma drenagem, porém não o suficiente, necessitando executar um novo dreno, para eliminação definitiva do problema.

Dado o conhecimento do prefeito de Anahy, antecipando os principais problemas levantados pelos vileiros e apontando as medidas que seriam tomadas pelo poder público municipal, depois de concluída a pesquisa não mais foi mantido contato com o mesmo.

Em Corbélia, o contato com o poder público aconteceu depois de concluída a pesquisa de campo, através dos integrantes da Comissão Municipal da Vila Rural, os Senhores Diócles Castro da Silva (técnico da EMATER local) e Lucindo Tebaldi (Secretário Municipal da Indústria e Comércio), em função da ausência do prefeito municipal.

Com o Senhor Diócles da Silva falou-se sobre o problema da água, e sobre o processo de seleção dos vileiros, visto que a Vila Rural tem 17 novas famílias (2º e 3ºs moradores), entre outros aspectos. Já com o Senhor Lucindo Tebaldi procurou-se saber sobre a posição da Prefeitura a respeito dos problemas levantados pelos vileiros, em relação à Vila Rural.

Quanto à reivindicação dos vileiros de Corbélia, sobre a instalação de um poço artesiano na vila, Diócles da Silva esclareceu que, na época da instalação, foi feito um comodato, entre a Prefeitura Municipal e o proprietário do terreno onde está localizado o poço artesiano (de propriedade particular), que abastece, além da Vila Rural, também a comunidade de Campininha. A Sanepar construiu o depósito e dá apoio técnico no tratamento da água, a infra-estrutura para levar a água até a Vila Rural foi construída através do Programa Paraná 12 Meses.

Sobre os novos moradores da vila, o Senhor Diócles da Silva disse que, durante o período de permissão de uso, mais ou menos 45 meses, não se permitia a venda do lote, o vileiro que desistisse não era indenizado. Depois, com o contrato de compra e venda emitido pela COHAPAR, foi permitida a comercialização, desde que o interessado em adquirir o terreno fosse aprovado pela comissão da vila, onde era verificado o seu enquadramento no programa (se tem imóvel próprio, entre outros). Existiam, segundo o técnico da EMATER, mais ou menos 10 fichas cadastrais, de posse da comissão, para serem enviadas à COHAPAR, para a legalização de documentação.

Concordando com a avaliação dos vileiros de que os novos moradores têm melhorado o nível de produção dos lotes, Diócles da Silva afirmou que das famílias que saíram da vila, a maioria adquiriu casa no conjunto Mutirão

Vera Lúcia, e que apenas dois ex-vileiros conseguiram comprar casa melhor que da Vila Rural.

Questionou-se o técnico da EMATER sobre a possibilidade de financiamento através do Pronafinho, para o cultivo dos lotes, e ele disse que é possível pelo perfil dos atuais vileiros, já que existem de 10 a 12 famílias que se enquadrariam, por serem bons pagadores. Comentando sobre o cultivo do fumo nos lotes, o Senhor Diócles respondeu que foi permitido diretamente ao responsável da Universal Leaf a produção, em área de 3.000 m²/lote.

Em contato mantido com o Senhor Lucindo Tebaldi, após o levantamento de campo, sem que se mencionasse quais foram as reivindicações dos vileiros, o referido entrevistado adiantou que a Prefeitura vai construir um campo de futebol/área de lazer e, que já haviam contatado com a Brasil Telecom para instalação do telefone público. Disse ainda que a Prefeitura irá fazer melhoria no cascalhamento das ruas internas da vila, e que está procurando negociar com o Estado a construção da cozinha para instalação da panificadora.

Como o Senhor Lucindo não mencionou, porém foi uma das prioridades mais citadas pelos vileiros, questionou-se sobre o transporte para o pessoal que trabalha, e ele respondeu que já está solucionado, que pela manhã o ônibus passa por volta de 07h40min, e a tarde sai de Corbélia por volta de 18 h, sem cobrar dos usuários. Questionado sobre a reclamação dos moradores a respeito do horário, ele respondeu que em relação a isso não existe, por enquanto, nenhuma alteração.

Conclui-se, assim, o capítulo referente à pesquisa de campo, e considerando as principais reclamações ou reivindicações, possíveis de serem solucionadas pelo poder público municipal, pode-se dizer que, em ambas as Vilas,

os principais anseios dos Vileiros serão atendidos. Isto se considerarmos as medidas que estão sendo previstas e que estão ao alcance dos agentes públicos locais.

Sumarizando este trabalho apresentam-se no próximo item as considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo avaliar o impacto do Programa Vila Rural na vida dos seus moradores e principalmente dos trabalhadores rurais volantes, por meio de um estudo de caso envolvendo duas Vilas no Oeste do Paraná, a Vila Rural Bela Vista em Anahy e a Vila Rural Nossa da Salete em Corbélia.

Para se alcançar tal objetivo inicialmente foi apresentado, no capítulo 2, a problemática agrária brasileira, enfocando os principais teóricos, procurando assim o cenário para o surgimento da mão-de-obra, considerada o principal beneficiário da Vila Rural. Conforme visto, as políticas públicas de desenvolvimento rural, adotadas ao longo dos anos na economia brasileira, contribuíram para o agravamento da questão agrária, gerando maior concentração de terra e renda, ao mesmo tempo em que fizeram surgir um contingente populacional de mão-de-obra, denominada de trabalhador rural volante, o popular “bóia-fria”.

Como política de desenvolvimento rural, voltada a atender esta categoria de trabalhadores, o governo do Estado do Paraná, de forma inédita no país, criou o Programa Vila Rural. Um programa com as características de Reforma Agrária proposta por Inácio Rangel, conforme visto no capítulo 2, baseada na criação de minifúndios, com extensões de 1 a 2 hectares, assegurando ao trabalhador, especialmente o temporário, um complemento de salário, através da casa própria e da pequena produção para autoconsumo, possibilitando recompor sua autarcia.

Se considerado como Reforma Agrária Viável por uns, ou como Política Não-Agrícola com viés Agrícola por outros, ou simplesmente um programa habitacional, o certo é que, na Região Oeste do Paraná, o principal objetivo da Vila Rural não foi atendido, uma vez que, do total das famílias assentadas, apenas 20% dos titulares eram trabalhadores rurais volantes.

No capítulo 3 do trabalho foi apresentada a estratégia técnica do Programa com o mapeamento das áreas consideradas prioritárias. Porém, previa-se que todas as demandas de Vilas Rurais seriam atendidas, numa alusão de que, independente de se ter demanda de mão-de-obra volante, se o município manifestasse desejo de construir Vila Rural, seria atendido. Com isto o que se verificou, conforme mapa no Anexo A, referente à localização das 405 vilas, foi uma pulverização em todas as regiões do Estado, abrangendo 272 municípios de um total de 399.

Ainda no capítulo 3 foi argumentado que o ideal seria a instalação de Vilas Rurais em manchas de municípios onde houvesse público alvo e demanda mais intensa por mão-de-obra temporária.

Através do estudo de caso pode-se perceber que, mesmo havendo disponibilidade do município em aderir ao Programa, a instalação e dimensão das Vilas Rurais atenderam em parte aos requisitos básicos preconizados - que deveriam oportunizar o atendimento de um número maior do principal beneficiário, o trabalhador rural volante. Anahy, embora sendo município bem menor que Corbélia, atendeu em maior percentual, ao requisito essencial do Programa, ao assentar 75% das famílias (12 famílias no total), que tinham como titular um T.R.V, ou “bóia-fria”. Isto possivelmente deve-se à realidade agrícola do município, onde ainda se explora culturas que demandam mão-de-obra temporária, a exemplo da mandioca.

Porém, é importante destacar que, embora havendo 75% dos assentados inicialmente como T.R.V., segundo dados da pesquisa, atualmente existe uma concentração de vileiros de uma mesma família, isto é, 25%, ou 3 famílias que são parentes entre si: o pai (aposentado), residindo em um lote, e um casal de filhos, ambos casados ocupando outros 2 lotes. Dadas as características socioeconômicas do município de Anahy, onde próximo de 20% da população tem renda per capita inferior a 25% do S.M., e considerando as culturas exploradas no município que demandam mão-de-obra temporária, possivelmente haveriam outras famílias, com o perfil definido pelo Programa, propensas a morar na Vila Rural, resultando numa seleção de beneficiários mais justa para a realidade municipal.

Já em Corbélia o percentual de famílias assentadas, cujo titular na época da seleção, era trabalhador volante não chegou a 8%, de um total de 52 famílias vileiras. Esta realidade pode ser explicada em parte pelo próprio perfil de exploração agrícola do município. Sinaliza também, em Corbélia, uma possível estratégia política do Programa, ou seja, além de se procurar atender às necessidades dos grandes produtores, também de se ludibriar uma situação até então vivida por muitos vileiros. Analisando-se a ficha cadastral dos assentados, percebeu-se que algumas famílias que foram assentadas, eram moradores antigos em sítios ou fazendas, e mesmo em área urbana, residindo em casas cedidas pelos “ex ou então patrões”. Assim o Programa pode ter funcionado, nestes casos, como um mecanismo de “assentá-los” na Vila Rural, livrando estes de possíveis problemas de ordem trabalhista ou mesmo habitacional.

Não se pretende tirar o mérito do Programa Vila Rural como forma de assentamento de famílias pobres, programa este que representou, isoladamente, um montante de 85% de todos os demais assentamentos realizados no Paraná, ao

longo dos anos. Foram assentadas 15.590 famílias nas Vilas Rurais, em todo o Estado, no período de 1995 a 2003, contra 18.175 famílias nos diferentes projetos de assentamentos desde 1986 até 2004. A grande questão que fica para reflexão é a de que, a execução do Programa não poderia ter atingido resultados melhores, se obedecidos os requisitos básicos propostos?

Esse questionamento baseia-se na análise do perfil socioeconômico dos vileiros, antes e depois do assentamento, e a constatação de que não houve mudança significativa em termos econômicos, uma vez que as famílias continuam ganhando, em média, aproximadamente 2 Salários Mínimos por mês. Isso em termos de renda monetária, pois a renda de autoconsumo não foi objeto do presente estudo.

Um outro aspecto a ser considerado é o referente ao bem patrimonial adquirido, visto que as famílias vileiras possuem um lote de aproximadamente R\$ 10.000,00, bem este conseguido através do assentamento na Vila Rural. Pode-se dizer que, não fosse o assentamento dificilmente ao longo de 4 ou 5 anos as famílias conseguiriam esse valor em patrimônio.

O Programa não atingiu a meta inicialmente proposta, em nível estadual, de assentar 60.000 famílias, pois, apenas 15.590 foram assentadas. Além disso, o estudo de caso apontou a deficiência no aspecto de assistência técnica e de projetos de geração de renda que proporcionem às famílias a superação das condições de pobreza, muito embora o assentamento lhes assegurou a eliminação de importantes itens de exclusão social.

As vilas estudadas refletem parte desta situação. Deve-se colocar que, na ocasião da realização da pesquisa, no momento da aplicação do questionário específico ao vileiro trabalhador volante, percebeu-se que os mesmos

não tinham a noção clara de que eles são os protagonistas do Programa. E como protagonistas – os T.R.Vs. - poderiam ter recebido atendimento diferenciado dos demais vileiros, seja em termos de assistência técnica ou mesmo na participação dos projetos de geração de renda.

Se considerar que o trabalhador rural volante tem um perfil de mão-de-obra desqualificada, a sua inclusão em qualquer projeto de geração de renda, diferente daquela atividade na qual está acostumado a trabalhar, deve precindir de assistência técnica especial. No mais o que se percebeu ao longo das entrevistas é que, por razões diferentes que parecem ir do comodismo à falta de pessoal técnico suficiente, no momento de se definir os contemplados nos projetos de geração de renda, a seleção não considerou os verdadeiros protagonistas do Programa, os “bóias-frias”.

De todo modo, se no aspecto econômico não houve mudança significativa na vida dos vileiros, em termos sociais, para a maioria deles há clara satisfação e aumento de auto-estima, por estarem morando na Vila Rural. Os destaques desta satisfação ficam por conta da habitação, da terra para plantar e do lugar tranqüilo para morar.

Nesse aspecto, o grande impacto do Programa Vila Rural, nas Vilas de Anahy e Corbélia, se concentra na melhoria da qualidade de vida. Uma política pública de desenvolvimento rural, que possibilitou a superação de privações importantes para as famílias beneficiadas, especialmente a casa para morar, em alvenaria, com saneamento básico e da terra para cultivar alimento para subsistência em geral. Também a questão da localização da Vila Rural impacta de forma significativa, principalmente para os vileiros que trabalham na cidade, o que ficou registrado, especialmente em Corbélia.

Como protagonistas do Programa Vila Rural, os trabalhadores rurais volantes assentados, pelo que foi possível avaliar quando das entrevistas, não apresentam perfil de pessoas que se sujeitariam às “lonas pretas”, participando de movimentos como o MST, para garantir um pedaço de terra.

No entanto, há que se ressaltar o cuidado que as coordenações municipais devem ter no sentido de se evitar que a Vila Rural se transforme futuramente numa espécie de favela rural, na medida em que se vai permitindo que familiares dos vileiros usem do espaço do lote para construção de habitações em condições precárias. Na vila de Corbélia, por exemplo, onde já existe situação em que a infra-estrutura de produção (galinheiro/chiqueiro) está servindo de moradia, ao se permitir tais exceções, pode suscitar pressão de familiares de outros residentes desencadeando a construção de outras sub-habitações, desvirtuando o Programa.

No aspecto educacional, identificou-se o desejo de alguns vileiros em dar continuidade aos estudos, sugerindo inclusive que o município ofereça escola para adultos no próprio Galpão da Vila, no caso de Corbélia, em função da distância até a cidade. Em Anahy, os vileiros podem ser incentivados a freqüentar os estudos na sede do município, visto que a distância é menor.

Conclui-se este trabalho, sem a pretensão de dar como acabado o estudo nas Vilas de Anahy e Corbélia, ao contrário, pelo que foi possível perceber, alternativas devem ser avaliadas visando o aperfeiçoamento do Programa.

Recomenda-se que o Governo, tanto Municipal quanto Estadual, continue a dar atendimento diferenciado às Vilas Rurais, em função do volume de famílias assentadas e também das características do público beneficiário, especialmente o T.R.V. Deve-se buscar parcerias com empresas visando a exploração racional dos lotes, criando nichos de mercados específicos, como

produtos para conserva, orgânicos, flores, panificação, além de culturas como o fumo, entre outras.

Por último e a título de sugestão, a Vila Rural pode servir, no atual estágio de execução, como um pré-assentamento. Depois de 5 anos de execução, pode-se identificar o vileiro que tem efetivamente aptidão à exploração agrícola. Este vileiro pode ser indicado pela comissão municipal como um candidato a assentamentos em áreas maiores, a exemplo do Programa Crédito Fundiário.

O governo do Estado poderá assim transformar a experiência do Programa Vila Rural numa nova política pública de assentamento, dando oportunidade para instalação de novas famílias nos lotes vagos.

Para um país com poucos recursos, esta seria a possibilidade de uma reforma agrária municipalizada, a custos não elevados, viabilizando um maior número de famílias assentadas.

No entanto, o gargalo da Vila Rural, como assentamento de trabalhadores rurais volantes continuará, a não ser que o governo crie mecanismos que facilitem o assentamento de novos moradores cujos titulares têm no trabalho temporário a sua principal ocupação. Porém, isso só será possível se os atuais vileiros optarem pela comercialização dos lotes. A dificuldade de se assentar novas famílias, cujos titulares sejam T.R.V, é que os atuais moradores das vilas, com o direito adquirido, estão comercializando os lotes, em média a R\$ 9.000,00. Evidentemente este recurso financeiro o “bóia-fria” não terá para garantir seu assentamento no lote.

Ao finalizar o presente estudo de caso, em contato com as famílias vileiras o sentimento que os mesmos transmitiram quando das entrevistas é o de que, se a situação de pobreza não apresentou mudança significativa, há que se

considerar que, no aspecto de exclusão ou privação social, a Vila Rural vem preencher uma lacuna que dificilmente as famílias assentadas, de modo particular a dos “bóias-frias”, conseguiriam. Se a Vila Rural não atendeu aos objetivos propostos, particularmente o assentamento de um número maior de beneficiário meta, como é o a situação da vila de Corbélia, para muitas famílias vileiras o “seu lote” representa, graças ao Programa, a única herança possível a ser legada aos seus filhos.

Políticas públicas como a Vila Rural, não só bem planejadas, mas efetivamente bem executadas e obedecendo aos critérios propostos, permitem dar uma nova trajetória de vida àqueles que, por conseqüência de políticas passadas, sempre estiveram privados de direitos básicos, como o simples morar em casa própria. Lamenta-se a não inclusão de maior número de famílias de trabalhadores rurais volantes, porém reconhece-se a importância da Vila Rural, às famílias vileiras, com destaque à do “bóia-fria”.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. A. L. Conselhos de Desenvolvimento Rural: um espaço adequado para pensar o desenvolvimento local? In: SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 1 ed. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisas de Survey**. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2001.

BALSADI, O. V. ; SILVA, J. G. Qualidade do Emprego no Meio Rural Paulista nos Anos 90. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Vol. 39, nº. 4, Out./Dez., 2001.

BANCO DO BRASIL. Diretoria de Agronegócios. **Revista de Política Agrícola**. Ano XIII, nº. 4, Out./Nov./Dez. 2004.

BANCO MUNDIAL. **Brazil**: Access to Financial Services. Brazil Country and Management Unit, 2003.

BRAGA, B. P.; BIASI, C.A.F.; HENDRERIKX, E. e PONTE, R.M. **Seminários com Moradores das Vilas Rurais**. Curitiba, 1999.

BRENNEISEN, E. C. **Relações de Poder, Dominação e Resistência**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

Cartilha de Crédito do **PRONAF – Safra 2003/2004** – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais-DESER e Secretaria Executiva Estadual do PRONAF. SEAB.

CASTRO. A. B. **7 Ensaios sobre a Economia Brasileira**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

CAZELLA, A. A.; MATTEI, L.; SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

CCPG. Centro de Coordenação de Projetos de Governo. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Governo do Paraná. Curitiba, junho de 2004.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. ESALQ/USP. Relatório de Avaliação do Projeto Paraná 12 Meses. CANZIANI, J. R. F. *et al.* Nov./2001.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COHAPAR. **Aspectos da Regularização das Vilas Rurais**. Curitiba, 2000.

_____. **Vila Rural**. Secretaria Especial de Política Habitacional e Companhia de Habitação do Paraná. Curitiba, 2002.

_____. **Cadastro Sócio-Econômico da Família Inscrita**. Arquivo Regional/Cascavel, 2004.

_____. **Programa por Modalidade**. Disponível em: <http://celepar7.pr.gov.br/cohapar/ConsultaModalidade2.asp>. Acesso em: 19 ago 2004.

_____. **Casa da Família Rural**. Disponível em: http://www.pr.gov.br/cohapar/prog_rural_familia_rural.shtml. Acesso em: 10 jun 2005.

CONAB. In: SEVERINO, J. **Política Agrícola**. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias. Departamento de Economia Rural e Extensão. Curitiba, março de 1995.

_____. Brasil. Série Histórica de Produção, 2005. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/download/safra/BrasilProdutoSerieHist>. Acesso em: 13 jun 2005.

CORRÊA, J.; HOFFMANN, R. Fatores Condicionantes da Desigualdade de Rendimentos na Agricultura Paulista: 1981-90. **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 51, nº. 4, Out./Dez., 1997.

DEL GROSSI, M. E. D.; SOUZA, M.; SILVA, J. G. O Novo Rural Paranaense. In: CUNHA, M. S. *et al.* (Org.). **Agronegócio Paranaense, Potencialidades e Desafios**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

DERAL. SEAB. **Preços de Terra**. Curitiba, 2003.

_____. SEAB. **Safras Agrícolas, 1969/1970 a 1999/2000**. Arquivo DERAL/SEAB, N. R. Cascavel, 2004.

_____. SEAB. **Safras Agrícolas 1989/1990 e 1994/1995**. Arquivo Divisão de Estatística Básica - DEB. Curitiba, 2004.

_____. SEAB. **Valor Bruto da Agropecuária Paranaense**. Curitiba, 2004.

D'INCAO, M.C. **O bóia-fria: acumulação e miséria**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DEMO, P. **Política social, educação e cidadania**. 5 ed. São Paulo: Papirus, 1994.

Documento: Aquisição de Áreas Vila Rural – COHAPAR.

_____. Tamanho de Propriedades Rurais Paraná. Secretaria Nacional de Crédito Rural, 1998. In: Arquivo Gráfico de estruturas Territoriais DERAL/SEAB, 1999.

EMATER. **Análise do levantamento de dados realizados nas Vilas Rurais do Paraná**. Curitiba, 2000.

FABRINI, J. E. **Os Assentamentos de Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Centro Oeste/PR Enquanto Território de Resistência Camponesa, Presidente Prudente**. Tese de Doutorado do Curso de Pós-Graduação, UNESP, 2002.

FAPEAGRO. **Avaliação Participativa do Programa Vilas Rurais**. Curitiba, 1997.

FERNANDES, B. M. ; PONTE, K. F. As Vilas Rurais do Estado do Paraná e as Novas Ruralidades, 2002. Disponível em: <http://www.cibergeo.org/agbnacional/terralivre19/7>. Acesso em: 16 jun 2004.

FERREIRA, A. D. D. Processos e Sentidos Sociais do Rural na Contemporaneidade: Indagações Sobre Algumas Especificidades Brasileiras. Rio de Janeiro, 2002. **Estudo Sociedade e Agricultura**, nº. 18, AB. P.28-40

FRANÇA, C. G. Prefacio. In: HEREDIA, B. *et al.* **Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2004.

FURTADO, C. **Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

GIL, A. C. **Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Técnicas de Pesquisa em Economia**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, P. E.; CHAIMSOHN, F. P.; MIRANDA, G. M.; MIRANDA, M.; RIBEIRO, M. F. S. **A utilização do diagnóstico participativo na avaliação de um projeto de governo**: uma análise crítica. SOBER, 1999.

GOODMAN, D. E.; SORJ B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Agronomia Política**, Vol. 5, nº 4, Outubro – Dezembro/1985. p. 31-41.

GOVERNO DO PARANÁ. **Normas Operacionais do Programa Vila Rural**. Curitiba, Maio de 1995.

_____. **Projeto Paraná 12 Meses**: Avaliação das Vilas Rurais em Implantação no Estado do Paraná. Curitiba: SEPL, 1996.

_____. **Projeto Paraná 12 Meses**: Manual de Campo. Curitiba, Março de 1998.

_____. **Perfil da Agropecuária Paranaense** – SEAB. Curitiba, Novembro/2003.

GREGORY, V. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **A Crise Agrária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HEREDIA, B.; LEITE, S.; MEDEIROS, L.; MOACIR, P.; CINTRÃO, R. **Impacto dos Assentamentos**: Um Estudo sobre o Meio rural Brasileiro. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2004.

IAPAR. **Mapeamento da Pobreza no Paraná**. DORETTO, M. *et al.* Londrina, 2003.

IBGE. **Censos Agropecuários: 1970/1975/1980/1985/1995-1996**. Cascavel, setor de arquivos, 2004.

_____. **Censos Demográficos: 1970/1980/1991/2000**. Cascavel, setor de arquivos, 2004.

_____. **Manual de Entrevista**. Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio – 2003.

INCRA. **Superintendência do Paraná**. Projetos Criados, jan./2005.

Indicadores da Agropecuária – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília, Setembro/2004.

IPARDES. **O Trabalho rural Volante no Estado do Paraná**. Curitiba, Vol. 1, Ex. 2, 1978.

_____. **Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural**. Subprograma de Vilas Rurais. Curitiba, 1995.

_____. **Avaliação de Impacto Socioeconômico da Atividade Vilas Rurais**. 1ª. Etapa. Vol.1. Curitiba, 2000.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM – 2000**. Curitiba, janeiro de 2003. Disponível em: http://www.pr.gov.br/ipardes/publicações/idhm_2000.htm. Acesso em: 03 nov 2004.

_____. **Anuário Estatístico do Paraná**. Curitiba, 2003. Disponível em: http://www.pr.gov.br/ipardes/pdf/anuario_2003/idhm_m_2.pdf Acesso em: 03 nov 2004.

_____. **Leituras Regionais: Mesorregião Geográfica**. MAGALHAES, M.V. *et. al.* Curitiba, 2003. Disponível em: http://www.pr.gov.br/ipardes/pdf/leituras_regionais/oeste_internet.pdf. Acesso em: 03 nov 2004.

KAGEYAMA, A. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. Reforma Agrária. Campinas. **ABRA**, v.23, nº. 3, set./dez. 1993.

KLEIN, E. El empleo rural no agrícola en América Latina, **PREALC-OIT**, nº. 364, Ago. 1992.

LEI MUNICIPAL nº. 513/2001, de 13/12/2001. Prefeitura do Município de Corbélia.

LEI MUNICIPAL nº. 276/2002, de 25/09/2002. Prefeitura Municipal de Anahy.

LEITE, S.; MEDEIROS, L. Marchas e contra-marchas na política agrária. In: FALEIROS, V. P. *et al*; **A era FHC e o Governo Lula: transição?** Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2004, p. 379-386.

LEITE, S. Reforma do Estado, modernização institucional e questão agrária: observações sobre o processo de descentralização da política de assentamentos rurais. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, vol. 14, nº. 3, set/dez., 1997.

LERNER, J. Reforma Agrária em Destaque: Vilas Rurais. **Revista Agroanalysis**, 1996.

MELLOS, E. C. de. **A mercantilização da produção agrícola regional e o estado na dinâmica da ocupação de capital e expansão das cooperativas agrárias singulares: o caso do Extremo-Oeste paranaense**. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDELPLAR – UFMG. 1998.

NETO, A. J. de M. **A questão agrária no Brasil: Aspecto Sócio-Jurídico**. Disponível em: http://www.iica.org.br/eventos/arquivos/sem_justica/antoniojmneto.pdf. Acesso em: 18 jun 2004.

OLIVEIRA, J. **A farsa das Vilas Rurais**. 2002. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em: 16 jun 2004.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1980.

PARRÉ, J. L.; REZENDE, L. P. F. A Regionalização da Agricultura Paranaense na Década de Noventa: Um Estudo Utilizando Estatística Multivariada. Anais do XLII **Congresso da SOBER**. Cuiabá, 2004.

PERIS, A. F. **Trilhas, Rodovias e Eixos**. Cascavel: Edunioeste, 2002, p.78-79.

_____. **Estratégias de Desenvolvimento Regional**. Cascavel: Edunioeste, 2003, p. 23.

PIAIA, V. **A ocupação do oeste paranaense e a formação de Cascavel**: As singularidades de uma cidade comum. Niterói: Tese de Doutorado. 2004, p. 24-211.

Plano Agrícola e Pecuário - Safra 2003/2004. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2003.

Plano Agrícola e Pecuário - Safra 2004/2005. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2004.

PRADO JR, C. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. **A Questão Agrária no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RANGEL, I. **A Questão Agrária Brasileira**. Recife: CDEP, 1962.

_____. **Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

REIS, I. O. **Projeto Vilas Rurais**. Disponível em: <http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documento/20experiencias.htm>. Acesso em: 16 jun 2004.

RIBEIRO, M. F. B. **Memórias do Concreto**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

SALÁRIO MÍNIMO. Histórico. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/ext/economia/financas/historico/salariominimo.htm>. Acesso em: 03 nov 2004.

SCHNEIDER, S. Desenvolvimento Rural Regional e Articulações Extra Regionais. Texto apresentado no I Fórum Internacional – Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza/Ceará, nov 2003.

SCHUCKSMITH, M. & CHAPMAN, P. Rural development and social exclusion. **Sociologia Ruralis**, 1998.

SEAB. Divisão Política dos Núcleos Regionais. 1997.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. 3ª reimpressão. São Paulo: Schwarcz, 2002.

Silenciosa e Eficiente. Disponível em: <http://www.cidadesdobrasil.com.br>. Acesso em: 16 jun 2004.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Complexos Agroindustriais e Outros Complexos. **Reforma Agrária**. Campinas vol.21, nº. 3, p. 5-34. 1991.

_____. **De Bóias-Frias a Empregados Rurais**. Maceió: EDUFAL, 1997.

_____. Ainda precisamos de reforma agrária no Brasil? **Revista Ciência Hoje**. São Paulo, vol. 27, nº. 170, p.81-83, abril de 2001.

_____. **Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil**. Prefácio e Org. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SOUZA, M. **Atividades Não-Agrícolas e Desenvolvimento Rural no Estado do Paraná**. Campinas. Tese de Doutorado, 2000.

SOUZA, M.; DEL GROSSI, M. E. D. As Vilas Rurais no Estado do Paraná: Uma Política Não-Agrícola com viés Agrícola. **Revista da ABRA**, vol. 29/30, nº 1, 2 e 3, jan/dez., 2000.

SPERANÇA, A. **Cascavel - A História**. Curitiba: Lagarto, 1992.

STADUTO, J. A. R. **Determinação dos Salários na Agropecuária Brasileira**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

STADUTO, J. A. R.; FREITAS, C. A. **A Questão Agrária e o Mercado de Trabalho Rural no Brasil**. Mimeo, 2003.

VALLE, B. Políticas de Mercado de Trabalho no Brasil: a experiência do PROGER. In: **Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1998.

APÊNDICE A - Questionário Vila Rural – Vileiros (Nº1)

VILA RURAL:
MUNICÍPIO:
DATA DA INSTALAÇÃO:
QUANTIDADE DE LOTES:
DATA DA PESQUISA:

BLOCO I: IDENTIFICAÇÃO DO VILEIRO

QUADRA: LOTE:
NOME DO TITULAR:
IDADE:
SEXO:
LOCAL DE NASCIMENTO:
QUANTOS FILHOS TÊM NO TOTAL (MORANDO OU NÃO NA CASA):
QUANTAS PESSOAS RESIDEM ATUALMENTE NO DOMÍLIO:

BLOCO II: ANTECEDENTES DO VILEIRO E SUA FAMÍLIA

QUAL ERA SUA ATIVIDADE PRINCIPAL ANTES DE SE INSTALAR NA VILA RURAL:

Se atividade rural perguntar se era (1) proprietário; (2) arrendatário; (3) empregado rural permanente; (4) empregado rural temporário (trabalhador volante); (5) meeiro; (6) parceiro; (7) outro;

QUANTOS MEMBROS DA FAMÍLIA TRABALHAVAM ANTES DE SE INSTALAREM NA VILA RURAL:

QUAL ERA A ATIVIDADE PRINCIPAL DOS DEMAIS MEMBROS DA FAMÍLIA:

(indicar quais membros e respectivas atividades)

BLOCO III: SITUAÇÃO DO LOTE NA VILA RURAL

QUAL A SITUAÇÃO DO VILEIRO NO LOTE:

(1) 1º morador; (2) 2º morador; (3) 3º morador; (4) outro.

SE NÃO FOR O PRIMEIRO MORADOR, A SITUAÇÃO ESTÁ REGULARIZADA JUNTO À COHAPAR: (quanto ao lote já estar no nome do beneficiário) SIM: (____); NÃO: (____);

DE QUEM O TITULAR COMPROU O LOTE? (____) COHAPAR; (____) DE TERCEIROS;

QUANTO PAGOU PELO LOTE: R\$ _____

HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ INSTALADO NO LOTE: _____

EM QUE SITUAÇÃO ESTA A PRESTAÇÃO DO LOTE:

(____) pagamento em dia; (____) atrasado;

Se atrasado qual o tempo de atraso (em meses): _____

QUAL A INFRA-ESTRUTURA DO LOTE: () paiol; () galinheiro; () chiqueiro;

() outro: _____

() infra-estrutura original; () infra-estrutura ampliada;

() nova infra-estrutura; qual: (cercado; paiol; etc...) _____

BLOCO IV: SOBRE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO LOTE

O TITULAR MUDOU DE ATIVIDADE APÓS SE INSTALAR NA VILA RURAL:

SIM () NÃO ()

SE SIM, QUAL A SUA ATUAL ATIVIDADE PRINCIPAL:

DEMAIS MEMBROS DA FAMÍLIA MUDARAM DE ATIVIDADE APÓS SE INSTALAREM NA VILA RURAL:

(se houveram mudanças indicar quem e qual a atividade)

QUAIS SÃO OS PRODUTOS ALIMENTARES PRODUZIDOS NO LOTE:

PRODUÇÃO PARA SUBSISTÊNCIA:

PRODUTO	PRODUZ A TOTALIDADE DO CONSUMO	PRODUZ UMA PARTE DO CONSUMO
FEIJÃO		
ARROZ		
MANDIOCA		
MILHO		
FRANGO		
OVOS		
SUÍNOS		
LEITE		
VERDURAS		
FRUTAS		
OUTROS		

Obs. Produzir a totalidade significa não comprar para o consumo próprio, a não ser eventualmente.

PRODUÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO NA ÚLTIMA SAFRA (VENDIDO OU A VENDER)

PRODUTO	QUANTIDADE PRODUZIDA	UNIDADE (SC; CX; KG)	VALOR POR UNIDADE EM R\$

Obs. Quantidade produzida (ou a produzir) em SC, CX ou Kg.

ONDE NORMALMENTE É COMERCIALIZADO:(COM QUEM OU LOCAL):

QUEM DA FAMÍLIA TRABALHA NO LOTE:

() filhos (especificar quais e o gênero) () esposa

() outros membros da família (especificar o parentesco) () trabalha sozinho

O TRABALHO DOS DEMAIS MEMBROS DA FAMÍLIA É PAGO:

() SIM () NÃO

SE SIM, COMO: (especificar o valor, a periodicidade e quem remunera)

HÁ ALGUÉM DE FORA DA FAMÍLIA TRABALHANDO NO LOTE:

() SIM () NÃO

SE SIM, ESPECIFICAR: (quantas pessoas, qual atividade, qual a forma de remuneração)

BLOCO V: SOBRE ASSISTÊNCIA ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO LOTE

VOCÊ TEVE CONHECIMENTO DE ALGUM CURSO OU TREINAMENTO VOLTADO AOS VILEIROS OCORRIDO NA PRÓPRIA VILA RURAL OU FORA DELA:

☐ SIM ☐ NÃO

SE SIM, QUAL(IS):

ALGUÉM DA FAMÍLIA PARTICIPOU DOS CURSOS?

☐ SIM; ☐ NÃO;

SE SIM, QUAL A OPINIÃO SOBRE OS CURSOS OU TREINAMENTOS RECEBIDOS. FOI PROVEITOSO PARA QUE?

(1) melhorar a renda da família (2) melhorar a formação geral (3) aprender novas técnicas agrícolas (4) aprender trabalhos manuais (5) aprender técnicas domésticas (6) outros.

RECEBEM ASSISTÊNCIA TÉCNICA VOLTADA AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO LOTE:

☐ SIM ☐ NÃO

SE SIM, QUEM DÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA E COM QUE PERIODICIDADE:

órgão: _____; periodicidade: _____ (semanal, mensal, quando solicitado)

EXISTE PROJETO DE GERAÇÃO DE RENDA AQUI NA VILA RURAL:

☐ SIM ☐ NÃO

SE SIM, QUAL É O PROJETO:

A FAMÍLIA PARTICIPA DO PROJETO DE GERAÇÃO DE RENDA:

☐ SIM ☐ NÃO

SE SIM, O QUE MUDOU PARA A FAMÍLIA EM TERMOS DE RENDA?

SE NÃO, POR QUÊ?

BLOCO VI: SOBRE CONDIÇÕES DE VIDA NA VILA RURAL

DESPESAS FIXAS ÚLTIMO MÊS (12/04):

Prestação:R\$ _____; Água:R\$: _____; Luz:R\$ _____;

CONDIÇÕES DA RESIDÊNCIA ATUALMENTE:

☐ original (sem divisória); ☐ com divisória; ☐ ampliada sem divisória

☐ ampliada com divisória

QUAIS OS PRINCIPAIS UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS EXISTENTES NA RESIDÊNCIA?

☐ FOGÃO A LENHA;

☐ FOGÃO À GÁS;

☐ GELADEIRA;

☐ TELEVISOR;

☐ RÁDIO;

☐ FREEZER;

☐ ANTENA PARABÓLICA;

☐ MÁQUINA DE LAVAR ROUPA;

☐ TELEFONE;

☐ COMPUTADOR

☐ CHUVEIRO ELÉTRICO

☐ OUTROS

EM RELAÇÃO AOS ITENS ABAIXO RELACIONADOS A QUALIDADE MUDOU DEPOIS DE SUA INSTALAÇÃO NA VILA RURAL, QUANTO À:

ACESSO A SAÚDE / CONDIÇÕES DE SAÚDE:

☐ MELHOROU MUITO; ☐ MELHOROU; ☐ FICOU IGUAL; ☐ PIOROU;
☐ PIOROU MUITO

ACESSO À EDUCAÇÃO:

☐ MELHOROU MUITO; ☐ MELHOROU; ☐ FICOU IGUAL; ☐ PIOROU;
☐ PIOROU MUITO

ALIMENTAÇÃO:

☐ MELHOROU MUITO; ☐ MELHOROU; ☐ FICOU IGUAL; ☐ PIOROU;
☐ PIOROU MUITO

RENDA:

☐ MELHOROU MUITO; ☐ MELHOROU; ☐ FICOU IGUAL; ☐ PIOROU;
☐ PIOROU MUITO

HABITAÇÃO:

☐ MELHOROU MUITO; ☐ MELHOROU; ☐ FICOU IGUAL; ☐ PIOROU;
☐ PIOROU MUITO

TRABALHO:

☐ MELHOROU MUITO; ☐ MELHOROU; ☐ FICOU IGUAL; ☐ PIOROU;
☐ PIOROU MUITO

VIDA COMUNITÁRIA:

☐ MELHOROU MUITO; ☐ MELHOROU; ☐ FICOU IGUAL; ☐ PIOROU;
☐ PIOROU MUITO

LAZER:

☐ MELHOROU MUITO; ☐ MELHOROU; ☐ FICOU IGUAL; ☐ PIOROU;
☐ PIOROU MUITO

OUTROS: ESPECIFICAR QUAL _____

☐ MELHOROU MUITO; ☐ MELHOROU; ☐ FICOU IGUAL; ☐ PIOROU;
☐ PIOROU MUITO

O QUE ACHA DO LUGAR ONDE MORA:

QUAIS AS PRINCIPAIS NECESSIDADES DA VILA RURAL HOJE:

NA SUA OPINIÃO, QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS MUDANÇAS (BOAS E RUINS) QUE OCORRERAM NA VIDA DA FAMÍLIA DEPOIS DE INSTALADA NA VILA RURAL?

ENTREVISTADOR(A): _____

LOCAL E DATA: _____

(ASSINATURA DO ENTREVISTADO)